



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO**



EM

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM XINGÓ (SE/AL)

Autor: Claudio Roberto Braghini

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

MARÇO 2009

São Cristóvão – Sergipe

Brasil

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO**



EM

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM XINGÓ (SE/AL)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autor: Claudio Roberto Braghini

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

MARÇO - 2009

São Cristóvão – Sergipe

Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

B813s Braghini, Cláudio Roberto
Sustentabilidade da atividade turística em Xingó
(SE/AL) / Cláudio Roberto Braghini. – São Cristóvão,
2009.
360 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio
Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro.

1. Sustentabilidade. 2. Turismo - Sergipe. 3. Turismo
- Alagoas. 4. Região do Xingó. 5. Sergipe. 6. Alagoas.
I. Título.

CDU 338.485.2-022.316(813.7+813.5)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM XINGÓ (SE/AL)

Dissertação de Mestrado defendida por Cláudio Roberto Braghini e aprovada em 15 de abril de 2009 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Profa. Dra. Laura Jane Gomes
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Prof. Dr. Aduino de Souza Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Cláudio Roberto Braghini
Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA

Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Carlos e Wanda
que sempre lutaram
para que eu e meus irmãos
tivéssemos um curso superior.

A minha companheira Roseli
que me incentivou, teve paciência
e me ajudou sempre, dialogando, sugerindo.

A minha filha Nina,
que tornou essa fase mais radiante, e
para que valorize conquistas
como essa para si.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro por ter acreditado e aceitado me orientar, pelas conversas, bibliografias e orientações, que sempre seriam rápidas como imaginávamos, mas chegavam a 4 ou 5 horas e muitas vezes à noite e fim de semana. Ainda, pelos delírios acadêmicos que me permitiu alçar.

À Profa. Dra. Laura Jane Gomes que co-orientou as questões relativas à metodologia, como a referência dos roteiros para entrevistas, DRP, as aulas em etnobotânica, as leituras sugeridas e pelo incentivo constante.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), antigo CEFET-SE, pelo apoio material e valorização da formação acadêmica, a compreensão e apoio de Cristiane Santos Picanço como coordenadora e amiga.

A FUNCEFET por ter me dado apoio material, fundamental para trabalhos de campo, o que permitiu ainda, levar acadêmicos do Curso Superior de Gestão de Turismo/Ecoturismo para apoio e aprendizado em pesquisa.

Aos colegas do curso de Ecoturismo que entendem a importância da formação acadêmica e permitiram dividir disciplinas, garantindo a redução de carga-horária para realizar a pesquisa.

No PRODEMA, à Najó, Julieta e Aline pela atenção e carinho que dispensaram sempre que precisamos; a Profa. Rosimeri Melo e Souza pelas aulas, dicas, provocações e coordenação. Ao Prof. Antônio Carlos do Santos pelas aulas, discussões e leituras.

A amabilidade dos entrevistados, sempre pacientes e disponíveis. Fiquei surpreso pela maneira como fui recebido em todos os municípios e instituições. Em cada diálogo constatei o orgulho e valor naquilo que cada um faz e conquistou, seja gestor público, pescador, artesão, pesquisador, proprietário de restaurante, pousada ou de operadora. Cada contato pessoal, nos municípios e com as comunidades, permitiu-me conhecer melhor a região, a dinâmica dos lugares, mas ao mesmo tempo, mostrou-me o quanto por mais que conhecesse, sempre seria pouco.

Nessa perspectiva agradeço as pessoas e instituições a seguir:

A Prefeitura de Canindé de São Francisco pelo apoio a minha estada na cidade, Secretário de Cultura e Turismo, Pedro Kelma e em especial, a Diretora de Turismo, Silvia Oliveira, pelo valor dado ao meu trabalho, pela paciência e dados fornecidos.

A Rafaela da Silva Alves responsável pela área de turismo em Poço Redondo, pela simpatia e paciência na entrevista, pelas indicações, dados e informações de Poço Redondo.

Em Piranhas, ao Diretor de Turismo, Jairo Luiz Oliveira pelas informações, paciência e amabilidade nas entrevistas e diálogos por e-mail; e Conceição, pela gentileza na estada, em Piranhas.

A todos os demais gestores públicos e privados que me atenderam prontamente e com muita atenção e gentileza, além dos dados fornecidos: SEAP, SEBRAE-SE, Instituto Xingó, MAX, SEPLAN, SEMARH, ADEMA, INCRA, MFTUR, MMA, SETUR-SE, SETUR-AL, Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Piranhas, Diretoria de Meio Ambiente de Canindé de São Francisco, Centro de Artesanato e Artes na Trilha do Cangaço (Rogéria, Edilson, José Lemos, Mestre Tonho, Beto Patriota).

Às comunidades de Bonsucesso em Poço Redondo, Entremontes, em Piranhas e Acampamento Antônio Conselheiro, em Canindé de São Francisco, que aceitaram participar da construção dos mapas coletivos e forneceram informações sobre suas práticas e experiências.

Às alunas do Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Turismo/Ecoturismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), Daiane dos Santos Borges, Michele Alves dos Santos e Patrícia Santos de Jesus pela ajuda nas reuniões participativas com os pescadores artesanais.

José Lemos, artesão de Poço Redondo, que ajudou acompanhando e apresentando as pessoas e lugares de Poço Redondo.

A amabilidade, boa vontade dos proprietários dos restaurantes, comerciantes de artesanato e das operadoras de turismo de Aracaju e de Canindé.

À Profa. Ayda Vera Alcântara pela boa vontade, dedicação e paciência na identificação de peixes no Laboratório de Ictiologia da Universidade Federal de Sergipe, além das bibliografias fornecidas e indicadas.

Ao Laboratório de Sistemática Vegetal e Herbário do Departamento de Biologia, profa. Dra. Ana Paula Prata, por bibliografia fornecida e identificação de coroa-de-frade.

Ao Laboratório de Ecologia pela bibliografia fornecida e pela identificação da imburana de cambão.

À profa. Dra. Roseli La Corte, minha esposa, pela disposição, ajuda técnica, logística e psicológica, ou seja, como pesquisadora e companheira.

A Elias Silva que sem saber levou-me ao sertão.

SUMÁRIO

	Página
NOMENCLATURA	xiv
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE QUADROS	xviii
LISTA DE TABELAS	xx
RESUMO	xxiii
ABSTRACT	xxiv
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
2.1 - Desenvolvimento e sustentabilidade.....	7
2.2 - Desenvolvimento do turismo e sustentabilidade	11
2.2.1 – Ecoturismo	16
2.2.2 – Turismo Rural	17
2.3 – O enfoque sistêmico para estudo da sustentabilidade	20
2.4 – Enfoque sistêmico aplicado ao turismo	23
2.4.1 – O turismo como sistema	24
2.4.2 – Sustentabilidade ecológica do turismo	28
2.5 – Indicadores de sustentabilidade	29
2.6 – Extrativismo e as cadeias produtivas do artesanato e da gastronomia	35
2.6.1 – O artesanato	36
2.6.2 – A gastronomia	38
2.7 – Políticas Públicas de Turismo e de Desenvolvimento Territorial	40
2.7.1 – Descentralização do Turismo no Brasil	40
2.7.2 – A Criação do Ministério do Turismo e o Plano Nacional de Turismo	42
2.8 – O Turismo no Nordeste	45
2.8.1 – Organização do Turismo em Sergipe.....	47
2.8.3 – Organização do Turismo em Alagoas	52
2.9 - Desenvolvimento Territorial do Estado de Sergipe	53

CAPÍTULO 3 – MATERIAL E MÉTODOS	56
3.1 - Área de estudo	56
3.2 – Delineamento da Pesquisa	61
CAPÍTULO 4 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	72
4.1 – Meio físico	73
4.2 – Flora e fauna	75
4.3 – Influências antrópicas na Caatinga	78
4.4 – Proteção da Caatinga	81
4.5 – Aspectos históricos	83
4.6 – A influência do Cangaço	89
4.7 – Aspectos demográficos	91
4.8 – Aspectos sociais e econômicos	92
4.9 – Desenvolvimento da região de Xingó	95
4.10 – Gastronomia e Artesanato	102
4.11 – A Pesca Artesanal no Rio São Francisco	104
4.12 – O Turismo	107
4.13 – Cenário para a Sustentabilidade	124
CAPÍTULO 5 – FLUXO TURÍSTICO E SUSTENTABILIDADE	127
5.1 - A demanda e a oferta turística: Fluxo Turístico.....	128
5.2 - Atrativos Turísticos	134
5.3 - Produtos Turísticos	146
5.4 – Os meios de Hospedagem.....	150
5.5 - Operadoras de turismo receptivo e a rota Aracaju-Xingó	157
5.6 - Fluxo turístico e capacidade de suporte de leitos disponíveis	172
CAPÍTULO 6 - O USO DOS RECURSOS NATURAIS E O TURISMO	182
6.1 – Comercialização dos pratos típicos	183
6.2 – Os Pescadores e a Pesca Artesanal.....	195
6.3 – A percepção de mudanças na pesca no Rio São Francisco.....	212
6.4 – Os principais pescados do Rio São Francisco.....	215
6.5 – Comercialização do artesanato e a Produção Artesanal	219
6.6 – Os artesãos e a Produção Artesanal.....	228

6.7 – A Matéria Prima: Imburana de Cambão e Coroa de Frade	239
CAPÍTULO 7 – TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	248
7.1 – Gestão pública do Turismo e do Meio Ambiente	249
7.2 – Análise Sistêmica das Relações entre Turismo e Cadeias Produtivas	265
7.3 – Desenvolvimento do Turismo e a sustentabilidade	292
7.3.1 - Articulações da população em torno do turismo	298
7.3.2 - Cenários contraditórios e perspectivas de sustentabilidade	299
7.4 – Os Indicadores de Sustentabilidade	304
7.5 – Sustentabilidade da atividade turística	317
CAPÍTULO 8 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES	321
8.1 – Conclusões	322
8.2 – Sugestões	324
REFERÊNCIAS	328
ANEXOS	349
Anexo A – Mapa de Divisão Territorial de Sergipe	350
Anexo B – Mapa do Monumento Natural do Talhado	351
Anexo C – Nova Cartografia Social dos Povos Tradicionais	352
Anexo D – Atrativos Potenciais de Poço Redondo	353
Anexo E – Roteiros de Entrevistas	354
Anexo F – Termo de compromisso e sigilo	359

NOMENCLATURA

Siglas

ANA – Agência Nacional de Águas

APA – Área de Proteção Ambiental

APL – Arranjo Produtivo Local

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIOSE – Biodiversidade e Conservação da Fauna e Flora de Sergipe

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CNRBC – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

CONDEMA – Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente

CPRM – Serviço Geológico do Brasil ou Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo ou Empresa Brasileira de Turismo

EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo

FJP – Fundação João Pinheiro

FMPSIR ou DPSIR – Modelo Força Motriz – Pressão – Situação – Impacto – Resposta

FMSR ou DSR – Modelo Força Motriz – Situação – Resposta

FORTUR – Fórum Estadual de Turismo de Sergipe

FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICV-M – Índice de Condição de Vida dos Municípios

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MAX – Museu Arqueológico de Xingó

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Mtur - Ministério do Turismo
OECD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMT – Organização Mundial de Turismo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDTP – Planejamento do Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PEIR – Modelo Pressão – Estado – Impacto – Resposta
PER – Modelo Pressão, Estado e Resposta
PERE – Modelo Pressão – Estado – Resposta – Efeitos
PMT – Plano de Municipalização do Turismo
PNDPA – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora
PNT – Plano Nacional de Turismo
PNTRAF – Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRODETUR/SUL - Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul
PRODETUR/SE - Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sudeste
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
RINTUR – Relatório de Informações Turísticas
SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SEMARH – Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN – Secretaria do Estado do Planejamento de Sergipe
SUPES – Superintendência de Estudos e Pesquisas de Sergipe
SECTUR – Secretaria de Cultura e Turismo
SETUR – Secretaria do Estado do Turismo
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UHE – Usina Hidro Elétrica
ZOPP – Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
Figura 2.1	Conjunto de elementos que configuram o produto turístico.	26
Figura 2.2	Estrutura do modelo PER de indicadores ambientais	30
Figura 2.3	Evolução do extrativismo	34
Figura 2.4	Mapa de Sergipe com as divisões dos pólos turísticos.	48
Figura 3.1	Municípios da região de Xingó dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e destaque para área de estudo (1, 2 e 3).	57
Figura 3.2	Área de estudo incluindo os municípios de Poço Redondo (1) e Canindé de São Francisco (2) em Sergipe e Piranhas (3) em Alagoas. Em vermelho, destaque para a calha do Rio São Francisco e a posição relativa da Usina Hidrelétrica de Xingó, em branco.	58
Figura 3.3	Pontos de coleta de dados principais: sedes de municípios, povoados, atrativos turísticos e equipamentos turísticos.	59
Figura 4.1	Áreas prioritárias para a conservação da caatinga, com destaque tracejado para áreas dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas.	81
Figura 4.2	Esboço da cadeia produtiva do turismo para o território do Alto Sertão Sergipano.	97
Figura 4.3	Pontos turísticos do território Alto Sertão Sergipano.	107
Figura 4.4	a. Grota do Angico; b. Cruzes e marco histórico do local da morte de Lampião, Maria Bonita e outros cangaceiros.	108
Figura 4.5	Cânion do São Francisco e lago da barragem de Xingó: a. e b. Paredões que formam parte do cânion do Rio São Francisco e lago gerado pela UHE Xingó.	110
Figura 4.6	Paraíso do Talhado, região de parada para banho no lago de Xingó, Delmiro Gouveia utilizada no passeio ao lago da barragem de Xingó, Cânion do São Francisco	111
Figura 4.7	Restaurante flutuante Karranca's em Canindé de São Francisco-SE, pier com catamarã Delmiro Gouveia utilizada no passeio ao lago da barragem de Xingó, Cânion do São Francisco e Paraíso do Talhado.	111
Figura 4.8	Duas das quatro embarcações utilizadas no passeio ao Cânion de São Francisco e Paraíso do Talhado em Olho D'Água do Casado-AL: a. Escuna Maria Bonita; b. Catamarã Cotinguiba, primeiro em operação.	112
Figura 4.9	Xingó Parque Hotel, em Canindé de São Francisco: a. Vista parcial do hotel; b. Visão panorâmica da Usina de Xingó e rio São Francisco a partir do hotel; c. Esculturas de personagens do cangaço; d. Placa do restaurante do hotel, Maria Bonita.	115
Figura 4.10	Bares da prainha de Canindé de São Francisco. a. Bares e toldos com mesas; b. Área de mesas e rio São Francisco.	116
Figura 4.11	Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada entre Alagoas e Sergipe, com usina geradora composta de 6 unidades.	118
Figura 4.12	Centro de Visitação da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada em Piranhas, Alagoas: a. fachada; b. maquete de madeira da Usina	118
Figura 4.13	Centro de Visitação da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada em Piranhas, Alagoas: a. bosque com árvores da caatinga; b. placa com informações sobre as plantas.	119

Figura 4.14	Espaço para comercialização de artesanato junto ao Restaurante Angicos, m Canindé de São Francisco, em 2007.	119
Figura 4.15	Centro Histórico de Piranhas/AL e do Rio São Francisco á direita.	120
Figura 4.16	Centro Histórico de Piranhas - AL: a. Antiga estação ferroviária, onde funcionam a SECTUR, biblioteca pública, loja de artesanato e o Museu do Sertão; b. casario e pontos comerciais, tombados pelo Eram.	121
Figura 4.17	Centro de Artesanato, Arte e Cultura de Xingó, antiga oficina de trens de Piranhas –AL.	122
Figura 4.18	Vista da prainha de Piranhas - AL, rio São Francisco e píer, a partir do Mirante Secular e Restaurante e Artesanato Flor de Cactus.	122
Figura 4.19	Povoado Entremontes – Piranhas - AL: a. Casario tombado pelo IPHAN; b. Casa do Bordado de Entremontes.	123
Figura 4.20	Acesso por estrada de terra da sede do município de Piranhas - AL ao Distrito de Entremontes: a. Chegada a Entremontes; b e c. Placas de sinalização na estrada.	123
Figura 5.1	Correlação entre número de funcionários e número de quartos disponíveis no sistema, em 2008.	154
Figura 5.2	Número de passageiros pagantes (pax) para os passeios no Cânion do São Francisco, nos anos de 2006, 2007 e 2008 e média mensal.	174
Figura 5.3	Número de passeios no Cânion do São Francisco, parcial e total, nos anos de 2006, 2007 e 2008.	176
Figura 5.4	Capacidade de suporte máxima de leitos disponíveis (LD) por mês em 2008, comparada ao número de turistas médio em Piranhas em 2008 (NT) e à curva média de passageiros pagantes (pax) para os passeios no Cânion do São Francisco entre 2006 e 2008.	178
Figura 6.1	Mapa coletivo sobre espaços de pesca, elaborado por moradores do Povoado Bonsucesso, em 18 de outubro de 2008.	196
Figura 6.2	Moradores do Povoado Bonsucesso na elaboração do mapa coletivo sobre os espaços de pesca, em 18 de outubro de 2008.	197
Figura 6.3	Mapa coletivo sobre espaços de pesca, elaborado por moradores de Canindé de São Francisco, Acampamento Antônio Conselheiro, em 14 de nov.de 2008.	198
Figura 6.4	Moradores de Canindé de São Francisco, Acampamento Antônio Conselheiro, na elaboração do mapa coletivo sobre os espaços de pesca, em 14 de nov.de 2008.	199
Figura 6.5	Mapa coletivo sobre espaços de pesca, elaborado por moradores de Piranhas, Distrito de Entremontes, em 30 de nov. de 2008.	199
Figura 6.6	Moradores de Piranhas, Distrito de Entremontes, na elaboração do mapa coletivo sobre os espaços de pesca, em 30 de nov. de 2008.	200
Figura 6.7	<i>Macrobrachium carcinus</i> (pitu): a. Pitus capturados para preparo e venda em bar e restaurante no Rio São Francisco entre Canindé de São Francisco e Poço Redondo, próximo a Grota do Angico. b. Exemplar com detalhe dos pereiópodes com as quelas desenvolvidas	217
Figura 6.8	Fragmento de teia alimentar envolvendo o pitu, segundo o conhecimento dos pescadores entrevistados.	218
Figura 6.9	Peças artesanais de madeira de imburana de cambão, <i>Commiphora leptophloeos</i> (Mart.) J.B. Gillett: a e c. Em Canindé de São Francisco: a. loja de artesanato e c.residência de artesão; b e d. Em Poço Redondo, no Centro de Artesanato.	224
Figura 6.10	Troncos de imburana de cambão armazenados em quintal de artesão: a. em Canindé de São Francisco; b. em Poço Redondo.	234

Figura 6.11	Imburana-de-cambão (<i>Commiphora leptophloeos</i> J.B. Gillett) de Poço Redondo.	240
Figura 6.12	Imburana de cambão (<i>Commiphora leptophloeos</i> J.B. Gillett), com detalhes das folhas e folíolos	241
Figura 6.13	Imburana de cambão (<i>Commiphora leptophloeos</i> J.B. Gillett) no município de Poço Redondo – a. Caule com lâminas delgadas que se destacam; b. Pedaco do caule mostrando a coloração e presença de resina; c. raízes evidentes que se espalham pela superfície do solo.	241
Figura 6.14	a. Leito do rio Jacaré; b. <i>Melocactus</i> sp coletado, em Poço Redondo-SE, 2008.	244
Figura 6.15	<i>Melocactus</i> sp no município de Poço Redondo, na margem do Rio Jacaré: a. indivíduos agrupados; b. detalhe do cefálio com flores.	245
Figura 7.1	Representação esquemática dos ambientes de entrada e saída do sistema principal definido no estudo, em 2008.	265
Figura 7.2	Interações preferenciais entre os setores do turismo dentro do sistema principal, na área de estudo, em 2008.	266
Figura 7.3	Relações existentes entre o turista os serviços relacionados ao turismo e entre a população local e esses mesmos serviços, na área de estudo, em 2008.	267
Figura 7.4	Interações entre as formas de produção associadas ao turismo na região semi-árida de Xingó, incluindo as influências dos assentamentos rurais e presença da barragem e Usina Hidrelétrica de Xingó, no Rio São Francisco, em 2008.	270
Figura 7.5	Relações existentes entre o turismo e a gastronomia relacionadas aos peixes e pitus do Rio São Francisco e a piscicultura, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	271
Figura 7.6	Relações existentes entre o turismo e o artesanato relacionados às plantas da caatinga imburana de cambão e coroa-de-frade, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	273
Figura 7.7	Diagrama de influências ou de alças causais que relaciona turismo e a gastronomia, com ênfase na pesca do pitu, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	275
Figura 7.8	Diagrama de influências que relaciona o turismo e o artesanato de madeira, com destaque para a imburana de cambão, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	278
Figura 7.9	Símbolos utilizados nos diagramas de sistemas	279
Figura 7.10	Diagrama de sistema da agricultura familiar baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	280
Figura 7.11	Diagrama de sistema da pesca artesanal baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008	281
Figura 7.12	Diagrama da piscicultura baseada na tilápia e nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	282
Figura 7.13	Diagrama de sistema da pecuária baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	283

Figura 7.14	Diagrama de sistema das atividades extrativistas e caça nas caatingas baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	284
Figura 7.15	Diagrama de sistema da gastronomia baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	285
Figura 7.16	Diagrama de sistema do artesanato baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	286
Figura 7.17	Diagrama de sistema da hospedagem baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	287
Figura 7.18	Diagrama de sistema do transporte e guiamento baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	288
Figura 7.19	Diagrama de sistema de rotas e roteiros baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	289
Figura 7.20	Diagrama de sistema sobre as cadeias produtivas do artesanato e da gastronomia relacionadas ao turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas em 2008.	290

LISTA DE QUADROS

Número	Título	Página
Quadro 2.1	Modelos de indicadores de sustentabilidade derivados do modelo PER da OCDE.	31
Quadro 2.2	Indicadores do Turismo Sustentável	33
Quadro 2.3	Categorias de artesanato	37
Quadro 4.1	Propostas e demandas dos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo no Território Alto Sertão Sergipano e a dimensão delas.	98
Quadro 4.2	Demandas do território Alto Sertão Sergipano relacionadas de forma indireta ao desenvolvimento do turismo baseadas no Planejamento Territorial Participativo de Sergipe, em 2007.	99
Quadro 4.3	Demandas do território Alto Sertão Sergipano relacionadas de forma direta ao desenvolvimento do turismo baseadas no Planejamento Territorial Participativo de Sergipe, em 2007.	100
Quadro 4.4	Ações relacionadas direta e indiretamente ao turismo, planejadas e acordadas com os órgãos responsáveis e seus respectivos valores, previstos no DESENVOLVER-SE Alto Sertão, 2008.	101
Quadro 5.1	Atrativos turísticos classificados por tipo e subtipo citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.	135
Quadro 5.2	Razões da escolha da parceria para o transporte terceirizado no roteiro Aracaju-Xingó e os principais parceiros citados, segundo entrevistados de operadoras de Sergipe, em 2008.	163
Quadro 5.3	Percepção e opinião de entrevistados das operadoras de receptivo de Sergipe sobre os municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	168
Quadro 5.4	Propostas de melhoria da Rota Aracaju-Xingó, considerando opiniões e críticas das operadoras de turismo receptivo de Sergipe, em 2008.	171
Quadro 6.1	Percepção da atuação do poder público para o desenvolvimento do negócio ou do turismo na região, segundo os entrevistados dos restaurantes, nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	194
Quadro 6.2	Épocas de pesca do pitu e seu valor, segundo pescadores de Piranhas e Entremontes, entre 1998 e 1999.	213
Quadro 7.1	Ações desenvolvidas e previstas para o turismo em Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	257
Quadro 7.2	Aspectos da infra-estrutura com associação ao turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	259
Quadro 7.3	Indicadores de sustentabilidade a partir de estudo na região semiárida de Xingó, municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco em Sergipe e Piranhas em Alagoas, em 2008.	306
Quadro 7.4	Indicadores de sustentabilidade da atividade turística de acordo com a dimensão da sustentabilidade e tipo de indicador baseado no modelo Pressão – Estado – Resposta, selecionados a partir de estudo na região semiárida de Xingó, municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco em Sergipe e Piranhas em Alagoas, em 2008.	316

LISTA DE TABELAS

Número	Título	Página
Tabela 3.1	Coordenadas geográficas dos municípios da área de estudo, 2008.	58
Tabela 4.1	Dados demográficos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em relação aos estados de Sergipe e Alagoas, em 2007.	92
Tabela 4.2	Evolução do Produto Interno Bruto a Preços Correntes dos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas e dos estados de Sergipe e Alagoas entre 2002 e 2006.	93
Tabela 4.3	Evolução do Produto Interno Bruto per capita dos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas e dos estados de Sergipe e Alagoas entre 2002 e 2006.	93
Tabela 5.1	Ocupação hoteleira e fluxo turístico dos estados de Alagoas e Sergipe em 2006-2007.	132
Tabela 5.2	Fluxo de visitantes que pagaram tarifa para o passeio no lago do Cânion do São Francisco (Xingó) nos anos de 2006, 2007 e 2008.	133
Tabela 5.3	Distribuição de atrativos turísticos por município do sistema e fora do sistema, citados, em 2008.	139
Tabela 5.4	Atrativos turísticos naturais incluindo os compostos atrativos naturais e também culturais, citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.	140
Tabela 5.5	Atrações técnicas, científicas e artísticas citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.	141
Tabela 5.6	Atrativos culturais e eventos permanentes citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008	142
Tabela 5.7	Características dos meios de hospedagem a partir de entrevistados nos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.	151
Tabela 5.8	Capacidade de meios de hospedagem no sistema, por município, em 2008.	152
Tabela 5.9	Sazonalidade da ocupação dos meios de hospedagem a partir dos respectivos entrevistados nos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.	155
Tabela 5.10	Características das operadoras de receptivo a partir de citações dos entrevistados, de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.	159
Tabela 5.11	Interesse dos turistas no roteiro Xingó, origem desses turistas e os atrativos mais trabalhados pelas operadoras de receptivo de Sergipe, em 2008	160
Tabela 5.12	Características da operação na rota Aracaju-Xingó, segundo nove operadoras de turismo receptivo de Sergipe, em 2008.	162
Tabela 5.13	Formas de avaliação do serviço prestado pela operadora no roteiro Aracaju-Xingó, segundo entrevistados de operadoras de turismo receptivo de Sergipe, em 2008.	164
Tabela 5.14	Representatividade do setor receptivo na operadora, do roteiro Aracaju-Xingó entre os roteiros trabalhados pela operadora e o valor do roteiro	164

	para o negócio em termos de arrecadação, segundo os operadores de turismo receptivo de Sergipe, entrevistados em 2008.	
Tabela 5.15	Número de passageiros que pagaram taxa (Pax) para o passeio no Cânion de São Francisco, segundo MFTUR, em 2006, 2007 e 2008.	173
Tabela 6.1	Pratos típicos vendidos em restaurantes nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, de acordo com os seus entrevistados, em 2008.	184
Tabela 6.2	Pratos típicos (pescado e carne) mais vendidos e mais lucrativos segundo entrevistados dos restaurantes entrevistados nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	186
Tabela 6.3	Quantidade de produtos base dos pratos consumidos, em kg por mês ou unidade (u) por mês, comercializados pelos restaurantes, segundo seus entrevistados, nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	188
Tabela 6.4	Meses de maior fluxo de pessoas segundo entrevistados de restaurantes de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas em 2008.	191
Tabela 6.5	Origem dos produtos base dos pratos típicos comercializados, segundo entrevistados dos restaurantes entrevistados nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	192
Tabela 6.6	Perfil dos bares e restaurantes selecionados, nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	194
Tabela 6.7	Perfil dos pescadores artesanais em relação ao cotidiano da pesca, segundo pescadores do povoado Bonsucesso no município de Poço Redondo, sede e acampamento Antônio Conselheiro em Canindé de São Francisco, Piranhas Baixa e Distrito de Entremontes em Piranhas, em 2008.	202
Tabela 6.8	Características da pesca por variedade de pescado no sistema, de acordo com pescadores do povoado Bonsucesso no município de Poço Redondo, sede e acampamento Antônio Conselheiro em Canindé de São Francisco, Piranhas Baixa e Distrito de Entremontes em Piranhas, em 2008.	204
Tabela 6.9	Perfil da comercialização por variedade de pescado no Rio São Francisco e lago de Xingó, de acordo com pescadores dos municípios de Poço Redondo (Povoado Bonsucesso), Canindé de São Francisco (sede e Acampamento Antônio Conselheiro) e Piranhas (Piranhas baixa e Distrito de Entremontes), em 2008.	211
Tabela 6.10	Perfil dos pontos de venda de artesanato nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008, incluindo: tempo de existência, tempo de funcionamento diário, número de funcionários e existência de outra fonte de renda.	221
Tabela 6.11	Perfil dos pontos de venda de artesanato nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008, relacionado às características dos produtos e suas origens.	223
Tabela 6.12	Perfil da comercialização e negócio, para cada ponto de venda de artesanato nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	226
Tabela 6.13	Perfil dos artesãos entrevistados em relação ao ofício nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	229
Tabela 6.14	Locais de coleta de matéria-prima pelos artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	231
Tabela 6.15	Perfil da coleta de matéria-prima pelos artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	233

Tabela 6.16	Perfil da produção pelos artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	235
Tabela 6.17	Perfil da comercialização de artesanato, de acordo com artesãos de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	237
Tabela 6.18	Perfil da comercialização dos produtos de artesanato mais vendidos, segundo artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.	238
Tabela 7.1	Característica da estrutura do turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	251
Tabela 7.2	Perfil da gestão do turismo em Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	252
Tabela 7.3	Sistema de informações sobre o turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	254
Tabela 7.4	Relação entre órgãos e instituições estaduais e federais, instituições e prefeituras locais em relação ao turismo de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.	256

RESUMO

A busca da sustentabilidade em várias dimensões implica olhar para o desenvolvimento local nos territórios em que o turismo ocorre. Este estudo analisou de forma sistêmica a sustentabilidade da atividade turística na região de Xingó, Nordeste do Brasil com base nos recursos e atrativos locais, relacionados à capacidade de suporte turística, ao artesanato e gastronomia. A área de estudo abrange três municípios Poço Redondo/SE, Canindé de São Francisco/SE e Piranhas/AL cujas dimensões social, econômica e ambiental caracterizam-se por baixos índices de desenvolvimento humano e social, assentamentos rurais, forte redução de áreas naturais da Caatinga, atrativos turísticos, populações urbanas e rurais dependentes de benefícios sociais e desigualdade no PIB. Tratou-se de pesquisa exploratória, descritiva, intencional, não probabilística utilizando entrevistas com roteiro estruturado e aberto junto a serviços e equipamentos turísticos, pescadores artesanais e artesãos; visitas locais de reconhecimento; construção de mapa coletivo com pescadores; elaboração de diagramas de subsistemas produtivos e de alças causais, visando selecionar indicadores de sustentabilidade. Identificou-se 72 atrativos turísticos, sendo 25 naturais, suficientes para constituir centros turísticos e ampliar a oferta de produtos. Em Piranhas-AL obteve-se relatório de fluxo turístico. A região tem suporte de 904 leitos suficiente para a demanda anual, todavia operadoras de turismo de Aracaju consideram adequados 275 leitos. O roteiro turístico Aracaju-Xingó com passeio ao Cânion do Rio São Francisco é o principal produto. O passeio à Grota de Angicos integra os três municípios, além das manifestações culturais comuns. Os negócios dependem de outras fontes de renda e a temática volta-se para o sertão e o cangaço. Na gastronomia o Surubim *Pseudoplatystoma corruscans* (Spix & Agassiz, 1829), Pitu *Macrobrachium carcinus* (Linnaeus, 1758), e Tubarana *Salminus hilarii* (Valenciennes, 1850) são os pescados típicos da região mais vendidos, no entanto surubim e tubarana dependem de distribuidores e de estoques externos. O Pitu é fortemente ligado ao turismo. O artesanato local é variado e o comércio ainda incipiente e dependente de produtos de outros estados do Nordeste. Avaliou-se o artesanato em madeira da Imburana Cambão *Commiphora leptophloeos* (Mart.) J.B. Gillet cujo resultado sinalizou positivamente à sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Na dimensão ecológica da sustentabilidade observou-se que a redução do pescado deve-se à barragem da UHE de Xingó e sobrepesca. Há pressão sobre o pescado, especialmente o camarão Pitu, entretanto a assimilação da educação ambiental pelos serviços e equipamentos turísticos poderá ter efeito positivo na conservação de áreas de caatinga. Na dimensão econômica indica-se a implantação de sistema de informação em turismo e cadeias produtivas associadas, além de organização de novos produtos turísticos. Na dimensão política são positivos os investimentos e manutenção de inteligências no turismo para articulação em instâncias de governança. Na dimensão cultural observou-se organização e valorização do patrimônio material e imaterial associado ao turismo em Piranhas.

Palavras-chaves: Sustentabilidade; Turismo; Xingó; Rio São Francisco; Caatinga

ABSTRACT

The carrying support and the development of the local tourism involve different looks on its dimensions in the area where it occurs. This study examined in a systematic way the sustainability of tourism in the semi-arid of Northeast - Brazil, region of Xingo: the resources tourist and attractions, capacity support environmental, the handicrafts and local gastronomy. The study area covers three districts: Poço Redondo and Canindé of San Francisco/Sergipe and Piranhas/Alagoas. Municipal social, economic and environmental dimensions was characterized by presenting low levels of human and social development, rural settlements, strong reduction of caatinga ecosystem natural areas, features tourist attractions, urban and rural populations dependent on social benefits, inequality in GDP between municipalities. This research was exploratory and descriptive with the aim to prepare subsystems diagrams and productive causal loops in order to produce and select sustainability indicators. The results showed that there are 72 tourist attractions, with 25 natural enough to be tourist centers and expand the supply of tourism products. In Piranhas-Alagoas report is obtained from tourist flow. The region has 904 beds available which is enough to annual demand, however the Aracaju/Sergipe tourist operators consider 275 beds appropriate to use. There is a tourist route as the main product, the trip to the San Francisco Canyon. The Grota dos Angicos trip incorporates the tourism in the municipalities of Canindé do São Francisco, Poço Redondo and Piranhas. The sustainability economic analysis shows that business are dependents on other sources of income but always came back backlands to Cangaço. The assessment systemic tourist of sustainable showed that Surubim *Pseudoplatystoma corruscans* (Spix & Agassiz, 1829), Pitu (*Macrobrachium carcinus* (Linnaeus, 1758) and Tubarana *Salminus hilarii* (Valenciennes, 1850) were the typical fishes of the region that sold more, but the surubim and tubarana now are dependents extern on distributors. The freshwater shrimp Pitu is greatly to tourism. The handcraft shows great variety but is still low and dependent on other regions of the northeast. It were evaluated the handcraft of the wood Imburana Cambão *Commiphora leptophloeos* (Mart.) JB Gillet and embroideries which showed positive results in sustainable use of natural resources. The ecological dimension showed that the fish reduction could be due the dam of UHE-Xingó and overfishing. there is positive pressure to fish of the shrimp Pitu, however was recorded a positive effect of governmental actions for caatinga natural areas conservation, besides of assimilation of environmental education, the services and tourist facilities. It can be indicated in the economic dimension the implementation of information systems in tourism and related productive chains, including new touristy products. In the policy dimension was positive the investment and maintenance of intelligence in tourism for articulation in instances of governance. In the cultural dimension was noted organization and promotion of tangible and intangible heritage related to tourism in Piranhas.

Key-words: Sustainability; Tourism; Xingó; Canyon of San Francisco River-Brazil; Caatinga

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O turismo como fenômeno social, no contexto do tempo livre institucionalizado, carrega em sua prática a transformação dos ambientes em espaços de consumo. Trata-se também, de atividade socioeconômica que permite atração de renda e emprego, mas a ausência de planejamento tem gerado passivos ambientais e sociais irreversíveis.

O desenvolvimento do turismo de massa mostrou o passivo ambiental resultante de um modelo inadequado, que desconsiderava as questões ambientais e sociais. O turismo alternativo surge como resposta à massificação e abre o leque de possibilidades para atividades turísticas com princípios mais sólidos em prol da conservação ambiental, participação comunitária, educação ambiental, como o turismo sustentável, turismo de natureza, turismo rural e ecoturismo. Entretanto, a gestão da atividade turística não é capaz, por si só, de organizar ou desenvolver de forma sustentável uma localidade. Isso exigiria esforço integrado de inúmeros atores sociais, públicos, privados, cidadãos organizados.

O turismo no Nordeste do Brasil seguiu a tônica do turismo de massa, voltado para o litoral e entre os programas atuais, o Programa de Desenvolvimento do Turismo - Nordeste (PRODETUR/NE), na fase I, demonstrou a intenção de melhorar a infraestrutura das localidades litorâneas, sem a preocupação com o turismo de veraneio, mas apresentaram aspectos ineficazes pela ausência de participação popular, bem como dificuldades de investimento dos municípios envolvidos. Atualmente, o programa é nacional e está inserido nas políticas estaduais de turismo dos estados de Sergipe e Alagoas.

Sergipe apresenta-se dividido em cinco pólos turísticos. Além do Pólo Costa dos Coqueirais, o Pólo Velho Chico começa a atrair grande número de turistas. Em Alagoas, do ponto de vista turístico divide-se o estado em sete regiões, sendo o Pólo Costa dos Corais contemplado com o PRODETUR/NE. Alagoas apresenta também projeto de articulação do turismo com Arranjos Produtivos Locais, dos quais está em implantação o Pólo Cânion do São Francisco.

Na região compreendida pelos municípios Canindé do São Francisco, em Sergipe e Piranhas, em Alagoas, encontram-se a Usina Hidroelétrica de Xingó. O projeto de implantação da usina já previra o desenvolvimento regional a partir do turismo, que se

consolidou com a implantação de passeio organizado em catamarãs e outros tipos de barcos, estimulando a visitação ao cânion e ao lago formado pela barragem.

O município de Piranhas recebe turistas e visitantes no seu Centro Histórico tombado, localizado à beira do Rio São Francisco, onde se localizam pousadas e restaurantes. Poço Redondo, outro município da região, não tem foco no turismo, mas é alvo de visitação na Trilha de Angicos, que conduz visitantes ao local em que foram mortos Lampião, Maria Bonita e outros cangaceiros.

A região compreendida por esses três municípios tende a apresentar, ao longo do tempo, aumento na atividade turística, mas há pouca informação sobre o modelo de turismo que estará se desenvolvendo. As pesquisas acad micas sobre a região apontam o potencial turístico, os atrativos naturais e culturais existentes, mas até então não se desenvolveram análises do ponto de vista sistêmico com foco nos recursos naturais existentes na caatinga e no Rio São Francisco e a sua relação com o turismo que poderia contribuir com outro olhar científico.

Os espaços turísticos devem ser bem conhecidos, manejados e monitorados para que sejam sustentáveis em longo prazo, buscando conservação ambiental, qualidade de serviços aos visitantes, melhoria da condição de vida da população nativa e viabilidade econômica.

Na medida em que o turismo atrai maior número de visitantes, as áreas visitadas e seu entorno sofrem pressões físicas e especulativas, os custos de vida se ampliam, inclusive para as populações locais, que tendem a ser sufocadas e expulsas. Torna-se importante compreender cada vez mais as relações que se estabelecem entre o turismo na região e as populações e ecossistemas que recebem tais visitantes.

Os equipamentos que são instalados poderiam ser planejados e monitorados, na medida em que aumenta o fluxo turístico. Os locais visitados poderiam ter sua capacidade de carga ou impacto da visitação estabelecida e as populações locais serem incluídas no processo de gestão da atividade e dos espaços. Tais análises e sínteses são alvos de uma visão sistêmica que pode contribuir com a compreensão das relações existentes nos

espaços turísticos formados e que se formarão na região do semiárido sergipano e alagoano.

Essa pesquisa focaliza a relação da atividade turística com a base ecológica dos recursos naturais do semiárido e do Rio São Francisco, considerando os municípios sergipanos de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, além do município alagoano de Piranhas. Consideram-se os municípios citados como um sistema e as atividades como propriedades do sistema. Assim, gastronomia e artesanato, que utilizam fauna e flora, são tratados como propriedades do sistema ou subsistemas, que afetam outras propriedades como biodiversidade e sustentabilidade na região.

Para subsidiar a pesquisa foram levantadas as seguintes questões chaves:

1. Há sustentabilidade na atividade turística, considerando os recursos locais, associados ao artesanato e a gastronomia?
2. Que variedade de atrativos turísticos, plantas e pescados, da base de recursos locais são mais utilizados na gastronomia e artesanato?
3. De que maneira se relacionam as atividades turísticas, a gastronomia e artesanato na região?
4. Seria possível selecionar indicadores de sustentabilidade da atividade turística baseando-se na gastronomia e artesanato, mas também na participação das populações locais envolvidas nesse processo?

Assim, esta pesquisa objetivou analisar a sustentabilidade da atividade turística com base no uso dos recursos locais, associados ao artesanato e a gastronomia na região de Xingó, bem como, descrever a cadeia produtiva relacionada com o uso dos recursos locais associados ao artesanato e a gastronomia, analisar, sob enfoque sistêmico, os recursos locais utilizados turisticamente e selecionar indicadores de sustentabilidade da atividade turística.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A Agenda 21, gerada na Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (LITTLE org, 2003; DALE, 2005; BORN, 2002), bem como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, no Fórum Global, representam marcos de um processo dinâmico frente aos impactos ambientais e sociais ocorridos no mundo. Esses documentos apontaram para a necessidade de considerar a participação das comunidades no processo de desenvolvimento.

A partir da Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente, em Estocolmo na Suécia, em 1972, destaca-se a emergência do conceito de ecodesenvolvimento, que aponta a necessidade de estabelecer limites ao modelo de consumo dos recursos. Posteriormente, o Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, seria a base das discussões para a Conferência no Rio de Janeiro e das idéias de desenvolvimento sustentável que tenderia a privilegiar uma situação negociada entre as nações participantes, mas incerta em seus fundamentos e práticas, em oposição à busca de limites.

Os termos desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento passam a figurar com maior amplitude. Questões conceituais entre as duas idéias afloram, embora ambas façam uma abordagem fundamentada na harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos (SACHS, 2002). Layrargues (1997) afirmou que o desenvolvimento sustentável mantém e fortalece a lógica de mercado, enquanto que o ecodesenvolvimento propõe limites à atuação do mercado.

Na busca de entendimento da expressão desenvolvimento sustentável estabelecem-se sentidos diversos na medida em que não se esclarecia o que deveria ser sustentável, para quem, em que tempo e como atingi-lo. As tentativas de entendimento caminharam no sentido de se buscar a origem dos termos para se compreender as conseqüentes apropriações e usos. Dessa forma, a expressão se estabelece como idéia-força provocada pelas demandas da sociedade quanto a soluções para a deterioração ambiental.

A necessidade de mudança de postura de países desenvolvidos e o direito ao desenvolvimento dos demais países frente ao novo cenário estimularam ações mundiais na busca de soluções para minimização de impactos futuros, perda da biodiversidade, miséria e as desigualdades sociais.

Nesse caminho, Coimbra (2002) resgata o “imperativo categórico” de Kant, no sentido da voz do dever ou da razão que obriga a humanidade a desenvolver-se. Desenvolve-se aquilo que estava envolvido, soltam-se, expande-se, supera-se e torna-se mais. Estabelece-se determinismo de caráter retroalimentador, com sua progressividade e continuidade, supondo-se que o processo seja harmônico. No entanto, questiona-se qual o limite dessa progressão.

Segundo Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável é um desafio planetário, os padrões de consumo do Norte são insustentáveis e a reprodução desse modelo em benefício de minorias no Sul gerou apartação social. Ele propõe ainda a reconceitualização do desenvolvimento como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se o direito coletivo ao meio ambiente.

Ao mesmo tempo, a sustentabilidade nacional baseada no desenvolvimento enfrenta um paradoxo global/local, transformando-se em um desafio epistemológico. Nesse desafio Morin (2004) elabora um pensamento complexo que incorpore a dualidade, reinstitua o sujeito no conhecimento e valorize a dialogicidade. Essa linha de pensamento propõe que toda relação organizacional ou sistema constitui-se em uma unidade com antagonismos e complementaridade que oscilam sem cessar. Tais idéias, segundo Morin, deveriam ser mais desveladas e enfrentadas como inerentes às sociedades humanas. Os conflitos deveriam ser encarados como naturais e não como desordens a serem extirpadas.

A sustentabilidade, na medida em que comporta multiplicidade de níveis: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político, distancia-se da sua materialização. Isso evidencia a necessidade de um arranjo mais equilibrado, que na realidade carrega uma rede de relações, com interesses distintos e poderes desiguais. A harmonia passa a ser encarada como uma disputa que só vingará se houver equilíbrio de forças. A sustentabilidade de uma comunidade depende dos laços de interesse que se

estabelecem e de sua capacidade de organização, auto-estima e negociação. Trata-se de uma empreitada do indivíduo e do coletivo, na habilidade de se associar e ter capacidade de mobilização, com conhecimento das interações que se estabelecem na localidade em suas diversas dimensões (COIMBRA, 2002).

De acordo com Sachs (2002), o termo sustentabilidade muitas vezes era usado como sinônimo de sustentabilidade ambiental, associado à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. No entanto, a dimensão social deveria vir à frente, já que seria a finalidade do desenvolvimento. Sachs aponta os critérios para as dimensões contidas no termo sustentabilidade enumeradas a seguir.

a. Sustentabilidade social – visa a alcançar certa homogeneidade social, com distribuição mais justa de renda e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

b. Sustentabilidade cultural – busca o equilíbrio entre respeito e inovação, capacidade de autonomia para elaboração de projeto nacional integrado e valorização da identidade local, sem perder a perspectiva global.

c. Sustentabilidade ecológica - visando à preservação potencial do capital da natureza na sua produção de recursos renováveis e limitação do uso dos não-renováveis.

d. Sustentabilidade territorial ou espacial - busca estabelecer configurações urbanas e rurais mais balanceadas, superação das disparidades inter-regionais e conservação da biodiversidade.

e. Sustentabilidade econômica - propõe desenvolvimento intersetorial equilibrado, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua da produção, autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.

f. Sustentabilidade política nacional – propõe implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, a partir da democracia com apropriação universal dos direitos humanos e desenvolvimento da capacidade do estado.

g. Sustentabilidade política internacional - prevê sistema de prevenção de guerras, garantia da paz e promoção da cooperação internacional; elaboração de pacote de co-desenvolvimento entre Norte-Sul, aplicação do princípio da precaução na gestão meio ambiente e recursos naturais; prevenção de mudanças globais significativas; proteção da diversidade biológica e gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade; por fim, implantação de sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica e eliminação do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia.

Gonçalves (2002) afirmou que a crise da ciência se deve a razões como: as conseqüências dos aparatos tecnológicos, o modo de produção como perturbador de ambientes e a insustentabilidade do projeto ocidental do homem no planeta, bem como, a necessidade das ciências humanas estabelecerem claramente seus procedimentos e um caráter científico diferente do padrão da ciência experimental. No entanto, também são razões para a valorização da retomada dos significados e representações dos sujeitos. O enfoque no território permite que as comunidades sejam percebidas como sujeitos com suas representações e formas de se relacionar com o espaço. Representa também uma visão que integra o homem à natureza e reforça a afirmação de que o homem também é natureza.

Duas racionalidades básicas podem hoje ser observadas no debate: uma razão prática, que constrói a sustentabilidade como um princípio de conservação social; outra que projeta a sustentabilidade no campo da transformação social. A primeira carregaria a ordem capitalista, produzindo nova lógica, limitando as taxas de acumulação. Para tal, apresenta duas matrizes conceituais articuladas para a sustentabilidade: o discurso da eficiência na utilização dos recursos do planeta, propondo economia de meios para os fins, no caso o crescimento econômico, e o discurso da escala, que busca limitar quantitativamente os mesmos fins, como a abundância em que se apóia a acumulação de capital (ACSELRAD, 1997).

A segunda razão, cultural, entende a ação do homem no mundo mediatizada por um projeto cultural que ordene a experiência prática para além da lógica utilitária. Essa razão desloca o olhar para busca de projetos de mudança social na direção de valores como equidade, democracia, diversidade cultural, auto-suficiência e ética. e outras temáticas que

dirigem o debate para além da relação entre meios e fins dominantes do crescimento econômico e da acumulação de capital. Segundo Acselrad (1997, p.15),

... associar a noção de sustentabilidade à idéia de que existe uma só forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas, por exemplo, significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração de elementos da base material do desenvolvimento”.

Face à territorialidade das relações sociais, as atenções se voltam ao desenvolvimento local, embora se questione sua eficácia. A partir das conclusões da oitava rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, realizada em março de 1988, há dez consensos que vêm sendo construídos e entre eles, afirmou-se que desenvolvimento local integrado e sustentável seria

... um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais (FRANCO, 1998, p. 7).

Os outros consensos sobre o desenvolvimento local são: via para melhoria da qualidade de vida das populações e busca de vias mais sustentáveis; a necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento e suas políticas; a participação do poder local é condição necessária, mas não suficiente; a necessidade de viabilizar parceria entre Estado, mercado e sociedade civil de forma sinérgica; a necessidade de estímulo à diversidade econômica e a complementaridade de empreendimentos, visando gerar cadeia sustentável de iniciativas; exige recursos endógenos, públicos e privados, além de recursos exógenos; requer a presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil, voluntários e remunerados, considerando questões de mobilização, contratação e capacitação dos agentes; exigência de base de informações desagregada, para análise mais apurada da economia e da realidade social e indicadores locais de desenvolvimento que possam aferir níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade; e por fim, desenvolvimento e aplicação de estratégias de comunicação social e de marketing compatíveis, para despertar a população em geral e não só os setores organizados.

Vainer (1998) aponta que a discussão sobre desenvolvimento, num certo sentido, é a mesma da acumulação do capital na periferia do sistema, sendo local quase que

conceitualmente, pois se trataria do desenvolvimento dos países em desenvolvimento, o que é evidenciado quando afirma:

... a questão do desenvolvimento local teoricamente não faz sentido. Isso não quer dizer que a questão da articulação local, regional, nacional e global não o faça. O local na verdade só tem sentido como problemática da articulação entre as várias escalas. Pensar o local separado das outras escalas, pensar o local como uma alternativa às outras escalas, a meu ver, é, na verdade, uma operação teórica-conceitual de encobrimento da natureza do desenvolvimento (VAINER, 1998, p. 41).

A questão do local e do nacional ou do local e do regional seria resultante da articulação política e como as diferentes escalas de poder, governo e administração se articulam.

Para Leroy (1997), ao se tratar de uma comunidade, está se tratando também de um território em que a ação conjunta é possível, pois é o espaço onde cidadãos podem fazer algo ao seu alcance. O território, dessa maneira, pode ser entendido e produzir transformações visíveis.

2.2 – DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A atividade turística se apresenta como geradora de renda, mas também de impactos à cultura e aos ambientes locais (RUSCHMANN, 1997). O turismo desenvolve-se na esteira do tempo livre e transforma os ambientes em espaços a serem consumidos (RODRIGUES, 2003; MOLINA, 2005).

O turismo por vezes é encarado como um fenômeno associado ao processo de civilização, por vezes atrelada a uma tendência inata à curiosidade, ao desejo de conhecer. Mas, o turismo como se concebe hoje é uma atividade que se construiu com base em relações econômicas e na formação de contingentes com recursos monetários para se deslocar. Os espaços que atraem visitantes pelo imaginário e promessa de vivenciarem sensações, bem-estar psicológico e físico são cada vez mais criados. A dinâmica construída é por vezes desgastante, mas garante-se ao turista a segurança de poder retornar à sua realidade (MOLINA, 2001).

As ferramentas de comunicação e apelo aos sentidos são amplamente exploradas e ganham reforço com as concepções de natureza como objeto de manipulação, resultante da

cisão entre homem e natureza, estabelecida pela divisão cartesiana do mundo (KESSELRING, 1992). A racionalidade científica e tecnológica como detentora das ferramentas do conhecimento verdadeiro sobre outros saberes, reflete-se como pressão no mesmo sentido (MOLINA, 2001).

As comunidades receptoras passam a ser meros objetos ou recursos a serem transformados em atrações. A visão de espacialidade das relações que se constroem com a dinâmica do turismo traz outra compreensão da realidade. No espaço turístico ou território é tecida uma complexidade de relações específicas entre áreas emissoras, áreas de deslocamento e áreas receptoras. No contexto da produção do espaço turístico ou da sua reformulação é que se dá o seu consumo. É nessa dimensão que se estabelecem os lugares e não-lugares. Muitos espaços são transformados para receber o visitante, mas acabam por afastar a população local, configurando-se, assim, os não-lugares, a perda de identidade e a marginalização (RODRIGUES, 1997).

A Organização Mundial do Turismo, em 1999, divulgou o Código Mundial de Ética do Turismo que indica o turismo como fator de desenvolvimento sustentável, desde que salvguarde o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável e que considere as gerações atuais e futuras; estabelece a importância de impor limitações ou obstáculos quando as ações se dêem em zonas sensíveis e propícias à criação de parques nacionais ou reservas protegidas; reconhece o ecoturismo e o turismo de natureza como formas enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais e se ajustem à capacidade de carga dos locais e aos impactos da visitação. O Plano de implementação da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, em 2002, objetiva promover o desenvolvimento sustentável do turismo, com perspectivas de contribuir ao fortalecimento das comunidades rurais e locais (DIAS, 2003).

No contexto das ações sustentáveis, o Conselho Brasileiro do Turismo Sustentável (CBTS) adota os princípios do turismo sustentável para certificar produtos e serviços, que incluem: respeito à legislação vigente, direitos das populações locais, consideração ao patrimônio e ao valor das culturas locais, desenvolvimento econômico e social dos destinos

turísticos, conservação do ambiente natural, sustentabilidade da atividade, planejamento e gestão responsável (DIAS, 2003).

Entre as diversas definições de desenvolvimento turístico sustentável, certos documentos e declarações internacionais são utilizados como referência e incorporam as definições da Comissão Brundtland e da Agenda 21. A Organização Mundial do Turismo (OMT) considera o desenvolvimento do turismo sustentável aquele que

... atende às necessidades dos turistas e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p.24).

A concretização desta sustentabilidade seria dependente de planejamento e gerenciamento cautelosos do setor turístico. O turismo sem planejamento, ordenação e gerenciamento geraria poluição, deterioração dos espaços visitados, degradação do patrimônio cultural, perda de benefícios econômicos, redução da sustentabilidade ecológica, cultural e econômica, reduzindo a sustentabilidade social.

Os benefícios econômicos adicionais do turismo relacionam-se com a dinamização de recursos e circulação de mercadorias na localidade, eles seriam resultantes da cadeia em que turistas deixam dinheiro para serviços ou consumo em transportes, comida, hospedagem e diversão. Esse valor geraria salários, pagamento de fornecedores, lucros e impostos. As mercadorias locais ou vindas de fora são consumidas na operação e pelo turista ou podem ser compradas em espaços como parques, centro de esportes, lojas de departamentos, galerias de artesanato entre outros. O dinheiro estaria circulando e gerando recursos financeiros para a população local. No entanto, o olhar para um turismo dito sustentável implica planejamento, gerenciamento contínuo para minimizar os impactos que o fluxo crescente de turistas traz (OMT, 2003).

O desenvolvimento do turismo é alvo de críticas quando recebe a qualificação de sustentável e de indústria. Programas de turismo, como o brasileiro, por exemplo, já se referiram ao turismo como indústria de grande crescimento, sendo considerada até como um dos principais itens de exportação. O olhar de indústria para o turismo tem sido

utilizado como ferramenta para governos atingirem metas de crescimento econômico e reestruturação, desenvolvimento regional e geração de empregos.

Essa perspectiva permite segmentar mercados, conhecer os recursos turísticos e direcionar o produto turístico a eles. Segundo BURSZTYN (2005, p.42),

Ao orientar o planejamento enfatizando aspectos econômicos, o governo procura utilizar o turismo como elemento-chave na promoção do crescimento e desenvolvimento de áreas específicas, por meio da geração de emprego e de renda. Dentro desta abordagem, os aspectos que definem a atividade como indústria são valorizados, a fim de que se possa medir sua contribuição e produção econômica e avaliar o desempenho do governo na condução do processo.

Essa abordagem, então, privilegia as metas econômicas em relação aos eventuais problemas sociais e ecológicos, encobrindo quem se beneficiaria ou perderia com o desenvolvimento do turismo.

Na linha crítica ao turismo como indústria, Molina (2005) afirma que os argumentos utilizados para se afirmar o turismo ser uma indústria estariam no fato de que “exploram-se recursos naturais que se combinam com outros insumos, que também se transformam e finalmente são oferecidos como produto (serviço) padronizado a uma demanda”, ou também, “porque existe um conjunto de empresas que geram produtos homogêneos” (p.21). O turismo, por outro lado, pode ser visto como um fenômeno social, independente do tempo livre institucionalizado e dessa maneira, teria uma essência, o ócio e um conjunto de manifestações de “ordem ideológica, política, econômica, psicológica e físico-ambiental”, que se relacionam e atuam entre si (p.13).

Para Boullón (2002), o turismo também deve ser visto como fenômeno social, não extrai como a mineração, nem explora os atrativos naturais. Os viajantes os utilizariam ao “desfrutarem das curiosidades da natureza” (p.30). O turismo insere-se no setor terciário de comércio e serviços. Caso fosse uma indústria, “deveriam existir fábricas turísticas ou processos industriais cujo produto final ou intermediário fosse o turismo” (p.32).

O adjetivo sustentável produziu alguns mitos sobre o turismo, tais como a noção de que o turismo seria capaz de trazer e acelerar o crescimento econômico e desenvolvimento, superando a miséria e pobreza. Da forma como proliferou entre os discursos acadêmicos e

políticos, reforçado pelo recorte holístico, carrega no seu bojo, conteúdo messiânico como condutor da paz e integração entre os homens. Outro mito seria de que o turismo teria surgido com o capitalismo, mas ele é de fato anterior ao aparecimento do próprio capital, surgido historicamente como uma necessidade básica. Por fim, “o termo sustentabilidade adquire uma referência quase religiosa e se deixa apropriar pelo modismo do empreendedorismo” (SANTOS FILHO, 2006; p.11).

Na mesma linha da mitificação do turismo, esperar que economias empobrecidas, endividadas e desindustrializadas tenham sua recuperação baseada no turismo, segundo Barretto (1992; p.21)

... é dotar este fenômeno social, que nasce da sociedade, de uma autonomia mítica, pela qual, chegando de uma outra realidade econômica, social e política, como um Midas pós-moderno, transformaria em dólares o que tocasse. Este mito prende-se a outro, o de que o turismo está alicerçado apenas nas belezas naturais.

De acordo com Barretto (1992), há poucas pesquisas que comprovam o mito dos benefícios econômicos e o mito do turismo predatório, o que poderiam ser contestado facilmente ao se pesquisar o antes e o depois. O turismo sustentável enfrentaria paradoxos, como por exemplo, o fato da sustentabilidade econômica estar atrelada ao uso intensivo e na economia de escala, que se contrapõe à sustentabilidade ecológica, social e cultural. Então, o turismo traria benefícios e prejuízos, mas não seriam diferentes de prejuízos causados por outras atividades industriais. Na mesma abordagem adverte-se que o turismo deva ser visto como fenômeno complexo com vários componentes, não isolado e sim integrante de contexto social mais amplo.

Segundo Mello & Takasago (2008), no Brasil o turismo, no orçamento, apresenta baixo nível de investimento, da ordem de 0,17%, enquanto a contribuição no PIB é de 2,8%. O turismo é o setor com primeira indicação para geração de renda e redução da pobreza, pelo fato de poder ser desenvolvido por pequenos empresários, trabalhadores autônomos ou por conta própria e não exigir grandes qualificações. Entretanto, a solução para a concentração de renda e a pobreza em regiões menos desenvolvidas não poderiam ser realizadas pelo mercado, cuja lógica tende a punir os pobres. Para que se efetive essa redução da pobreza e desigualdade seria preciso “organização extramercado e em especial

o governo no sentido de preparar, inserir e adaptar a população de baixa renda a uma nova lógica e que garanta sustentabilidade econômica à atividade turística” (p.101).

Na busca de alternativas sustentáveis, surgiu o turismo alternativo ao turismo de massa, emergindo daí, vertentes como o turismo rural e o ecoturismo, este último com raízes no ambientalismo e com princípios éticos direcionados à conservação ambiental e participação comunitária (PIRES, 2002). Apesar dessas vertentes da atividade turística, a concretização da sustentabilidade nas suas várias dimensões apontada por Sachs (2002), ultrapassa a gestão do turismo.

2.2.1 - Ecoturismo

A origem do Ecoturismo perpassa pelo turismo alternativo, turismo responsável e turismo sustentável, carregando, similarmente, certas indefinições e muitos de seus princípios. Parte disso deve-se a incorporação da expressão desenvolvimento sustentável, carregada de interpretações. O Ecoturismo apresenta raiz nos movimentos ambientalistas, com enfoque social e ambiental, que inicialmente, eram contrários à presença humana na instalação de unidades de conservação, revivendo o mito de paraíso perdido, intocável.

As interpretações que se dão ao Ecoturismo estão intimamente relacionadas com o universo de interesses no desenvolvimento desse campo: o público turista, a comunidade receptora, as instituições governamentais e não governamentais, as instituições de ensino e pesquisa, a mídia e o conjunto de empresários da área de turismo (RODRIGUES, 2003; PIRES, 2002).

Entre as definições, a desenvolvida na reunião interministerial entre o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo juntamente com o Ministério do Meio Ambiente em março de 1995, afirma que: “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma cultura ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

Esse conceito não é compartilhado por todos os envolvidos na temática e destaca o caráter de segmento do turismo. Dentro de seus princípios o Ecoturismo por vezes assume uma gama de condições que se torna difícil concretizá-lo, já que incorpora a dimensão da sustentabilidade em todos os níveis, bem como aposta no desenvolvimento das populações locais (PIRES, 2002).

O Ecoturismo não é somente é uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica que tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo preserva os recursos e o meio ambiente natural e cultural com a prática turística (DIAS E AGUIAR, 2002).

O Ministério do Turismo (2008) reitera a definição de 1995 e propõe a segmentação como forma de organizar o turismo com vistas ao planejamento, gestão e mercado, baseando-se no critério de oferta em relação à demanda. Esse critério é utilizado para criação dos produtos e roteiros turísticos, sem que se restrinjam atividades de um único segmento em determinados roteiros. Reconhece-se a liderança do Ecoturismo, na introdução de práticas sustentáveis no turismo, mas sugere diferenciá-lo de Turismo Sustentável. Dessa forma, entende-se o Ecoturismo como

... atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental. (...) caracteriza-se pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta-se sobre o tripé interpretação, conservação e sustentabilidade (BRASIL.MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p.18)

2.2.2 - Turismo Rural

Campanhola & Silva (2000) buscam distinguir turismo rural de turismo no meio rural, sendo que o turismo no meio rural estaria relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo realizada em áreas rurais, envolvendo, além do agroturismo, outras atividades não relacionadas a propriedades agropecuárias produtivas, ou com a produção agropecuária. Apesar de ‘turismo no meio rural’ e ‘turismo rural’ serem tratados como sinônimos de agroturismo, este último se refere a atividades turísticas que ocorrem no interior das

propriedades com atividades agropecuárias produtivas. Nesse caso, os hotéis-fazenda, só seriam considerados se as atividades apresentarem interface com a produção agropecuária.

O Ministério do Turismo (2008, p.11) mantém a definição de Turismo Rural proposta pela Embratur em 1994 como um conjunto de atividades desenvolvidas em meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. As atividades incluem oferta de serviços, equipamentos e produtos de hospedagem, alimentação, recepção à visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural e outras complementares praticadas no meio rural, em função do turismo. Nessa linha, turismo no espaço rural pode incluir qualquer atividade realizada em meio não urbano podendo inserir o ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo.

O mesmo documento, Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (BRASIL, 2004) salienta o significado de meio rural, ruralidade e território. O meio rural insere-se na noção de território como espaço geográfico de características multidimensionais, população contendo grupos sociais distintos, com certa identidade e coesão, enfatizando-se a destinação e a valorização da ruralidade. Por sua vez, a ruralidade seria o valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural, manifesta na “produção territorializada de qualidade, na paisagem, na biodiversidade, na cultura e modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza” (p. 12).

Os princípios propostos nas diretrizes incluem o comprometimento com a produção agropecuária agregando valor a produtos e serviços, a prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural, o resgate e promoção do patrimônio cultural e natural, a busca de maior autenticidade dos fatores culturais, com resgate das manifestações e práticas regionais e promover a conservação do ambiente natural.

Dentro do universo do turismo rural, desponta no Nordeste e Norte do Brasil, o turismo sertanejo com a expectativa de gerar renda local, valorizando a cultura e identidade do sertanejo. Desponta como projeto de desenvolvimento regional com inclusão social,

promovendo o lazer e atrelando a compreensão do meio ambiente e a complexidade de relações estabelecidas (SEABRA, 2007; p.31). Valorizam-se os aspectos culturais do sertanejo aliados a suas influências e tradições imbricadas com a convivência no sertão, como a criatividade e habilidade manual nas peças artesanais, na medicina alternativa, com o uso de raízes e ervas da caatinga, na culinária, poesia e música, como no canto dos repentistas ou na fé manifestada nas festas em que se misturam o religioso e o profano.

O produto turístico seria representado por técnicas e equipamentos agropecuários desenvolvidos pelos sertanejos para sobreviverem e obterem melhoria econômica e social, enfrentando os períodos de seca prolongados, comuns no clima semiárido.

O turismo sertanejo, como modalidade, integra-se a outras como o turismo rural, o ecoturismo, turismo ecológico, agroecoturismo com ênfase na valorização da identidade cultural regional e na melhoria das condições de vida da comunidade local. Os turistas são convidados a vivenciar as diversas paisagens proporcionadas pelas formações rochosas, vegetação e biodiversidade da caatinga, compreender a dinâmica dos ambientes semiáridos, reconhecerem a cultura local, seus hábitos e costumes, a criatividade na confecção de produtos artesanais, culinária, suas manifestações culturais e religiosas, que misturam o religioso ao profano, bem como conhecer os modos de produção.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresenta o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) e assume o conceito elaborado pela Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (REDETRAF) em 2003, que considera Turismo Rural na Agricultura Familiar, toda atividade turística que

... ocorre no âmbito da unidade dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos.

O PNTRAF tem como objetivo geral promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida (BRASIL, 2004, p. 13).

A participação no Turismo Rural pode se configurar tanto nas formas de destino turístico como na produção associada ao turismo. As oportunidades de negócios incluem: cenário das atividades do turismo, demonstrações sobre as técnicas de produção, oferta de produtos de origem animal e de origem vegetal; atividades educativas ligadas ao meio ambiente e atividades agrícolas; atividades de lazer; serviços de alimentação e de hospedagem; artesanato; visita a comunidades rurais, patrimônio natural, patrimônio histórico, e manifestações culturais, feiras de produtos agrícolas, artesanais.

2.3 – O ENFOQUE SISTÊMICO PARA ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE

O sentido do termo sistema é o de síntese, conjunto articulado entre si (BRANCO, 1989). Apesar de ser muito utilizado pelos físicos, o uso pela filosofia é anterior, quando já se apontava os sistemas de pensamento e a “sua aplicação como conjunto de elementos físicos surge como extensão do conceito original (p.58)”. O termo ecossistema derivaria também do conceito geral de natureza ou biosfera. O termo sistema, com a abordagem física, adquire características de unidade funcional. Do ponto de vista funcional implica organização de partes inter-relacionadas, de forma a garantir fluxo de energia, com mecanismos de auto-regulação.

Ludwig von Bertalanffy (1901-1972) em estudos sobre sistemas, em especial, na compreensão dos seres vivos com base na integração e organização, construiu uma Teoria Geral dos Sistemas, extrapolando-se para qualquer tipo de sistema e não apenas organismos. O ponto central é o deslocamento do foco das atenções, do pensamento das partes para a inter-relação entre elas, seja destacando a complexidade existente ou a sua organização (BRANCO, 1989; VASCONCELLOS, 2002).

Para Bertalanffy, um sistema sendo um todo integrado não poderia ser reduzido às propriedades das partes sob pena de destruir suas propriedades na medida em que é dissecado. Derivou dessa idéia a afirmação de que o todo é mais que a mera soma das partes (VASCONCELLOS, 2002; MORIN, 1997), bem como possibilitou estabelecer o princípio das propriedades emergentes (ODUM, 1986).

No mesmo raciocínio, limita o comportamento das partes, impedindo suas flutuações, que segundo Odum (1986), permitiria a regulação dinâmica ou homeostase do sistema. Nesse sentido, afirmou-se que o todo também é menos que a soma das partes (VASCONCELLOS, 2002; MORIN, 1997).

Morin (1997), de acordo com o ‘pensamento complexo’ também afirmou que o todo é mais que a soma das partes, o todo é menos que a soma das partes e o todo também é diferente da soma das partes. Esse enfoque, na visão sistêmica complexa, considera fenômenos não-disjuntos, em que elementos podem ser antagônicos ou concorrentes e complementares ao mesmo tempo. Dessa maneira, o conflito social poderia ser interpretado como algo inerente às sociedades e não algo que deva ser condenado ou extirpado, como se fosse um defeito. Os problemas ambientais comportam rede complexa de interesses e a busca de soluções perpassa pela negociação e relações de poder, o que inevitavelmente incluem os conflitos.

Os sistemas podem ser classificados em abertos ou fechados, sendo que esses últimos não apresentam troca de matéria e energia com o ambiente, como nos sistemas máquinas, enquanto que os sistemas vivos seriam abertos. Entretanto os sistemas máquinas podem receber informações. Os sistemas abertos se caracterizam por apresentarem elementos ou subsistemas interdependentes, com ambiente de entrada e saída de matéria, energia ou informação. Tais sistemas apresentam *input* de energia, transformação de energia, entropia negativa ou neguentropia, *feed-back* negativo ou mecanismos de retroação, auto-regulação ou homeostase, *output* ou produtos do sistema (VASCONCELLOS, 2002; BRANCO, 1999; MORIN, 1997; MOTA, 2006).

A cibernética conhecida como teoria dos sistemas de controle na transferência de informações, deriva do grego *kybernetes*, que significa piloto, controlador, em que se destaca Norbert Wiener (1894-1964). O foco da cibernética eram os processos de realimentação dos sistemas, analisando-se o controle dos processos. No caso de ecossistemas, entre os mecanismos de retroação destaca-se a decomposição e a reciclagem de matéria, tão relevantes, quanto o processo fotossintético. O controle do ecossistema é considerado difuso e dependente da complexa rede de interações estabelecida entre as

espécies, bem como, da redundância de funções desempenhadas por diversas espécies (ODUM, 1986).

A cibernética se desenvolve principalmente com o arcabouço tecnológico dos computadores, em princípio buscando compreender o funcionamento de redes neurais. O propósito seria desenvolver técnica e linguagem para abordagem do problema da comunicação e do controle de sistemas (VASCONCELLOS, 2002). O estudo sobre transmissão de mensagens trouxe à cibernética o caráter de teoria das máquinas. No entanto, qualquer entrada de energia ou matéria, em um sistema aberto, está também transferindo informação ao sistema, que gerará respostas e mecanismos de retroação.

A retroação traz o caráter circular à dinâmica sistêmica, que pode ser classificada em circularidade sistêmica circular ou circularidade sistêmica recursiva. A primeira propõe que um produto ou *output* do sistema funcione como *input*, reiniciando ou modulando o processo. A recursividade, considerada no pensamento complexo, destacada por Morin (1997) implica perceber que o produto atua sobre o produtor modificando-o. Assim, não haveria circularidade e repetição e sim, novidade, pois o resultante sempre seria transformador da condição inicial e a figura de espiral é o que mais se aproximaria dessa idéia (VASCONCELLOS, 2002).

Mota (2006), ao tratar de sistemas abertos, afirmou que o enfoque sistêmico proporcionaria um quadro multidimensional e a sustentabilidade dos recursos naturais deveria ser entendida, como um modelo capaz de analisar as complexas interações, envolvendo instituições, normas e atribuição de valores, entre os subsistemas e o sistema ambiental.

Para Voinov (1999), em sistemas com grande influência humana, a auto-regulação depende dos comportamentos humanos na vida cotidiana. A sustentabilidade em nível sistêmico poderia então ser analisada em três dimensões: espaço, tempo e estrutura. Do ponto de vista espacial, afirmou ser necessário definir hipoteticamente que os *feedbacks* possam impor autocontrole aos sub-componentes do sistema. Do ponto de vista estrutural estaria relacionada à maneira como os valores humanos são estruturados. No âmbito temporal, a sustentabilidade se relacionaria à dinâmica do sistema e se aproximaria da

noção de estabilidade. A estabilidade sendo intrínseca do sistema, para a sustentabilidade, implicaria considerar as atividades humanas e sociais externas ao sistema.

A sustentabilidade surgiria, então, como controle adicional externo e para delimitar um sistema, todas as conexões de entrada e saída devem ser consideradas. Os mecanismos externos poderiam ser interpretados como um processo de manejo, embora a sustentabilidade dependa, também, dos objetivos sociais. Assim, segundo Voinov (1999), a sustentabilidade apareceria como manutenção de uma estabilidade dinâmica e o que se buscaria entender é a capacidade do sistema ser controlado e não sua estabilidade. Isso implicaria incluir valores, comportamentos e motivações, nos modelos.

Voinov (1999) sugere deslocar o foco da definição exaustiva de sustentabilidade e procurar descrever as condições que permitem ao sistema atingir a sustentabilidade, no sentido de buscar consensos. Três condições são apresentadas para se atingir a sustentabilidade: o sistema não causa danos a outros sistemas; os sistemas mantêm padrões de vida em um nível que não cause desconforto físico ou descontentamento social aos componentes humanos; e os componentes ecológicos são mantidos dentro do sistema, em níveis de condições correntes ou melhores (FARIA & CARNEIRO, 2001, p. 36).

2.4 - ENFOQUE SISTÊMICO APLICADO AO TURISMO

O enfoque sistêmico considera os recursos naturais e busca associar aos processos entrópicos, subsidiados pelas leis da termodinâmica (SILVA, 2006). O turismo se dá sempre sobre uma base natural (MOLINA, 2001), o que permite conduzir o olhar sobre as atividades turísticas, de forma a compreender as relações causais entre os elementos que compõem o sistema, bem como inferir sobre pressões e interferências exercidas e possíveis conseqüências.

A idéia de capacidade de suporte dos ecossistemas (ODUM, 1986; RICKLEFFS, 2003; PRIMACK&RODRIGUES, 2001) para determinada espécie, representa ponto de equilíbrio entre o potencial de reprodução e a resistência ambiental (MOTA, 2006) para a sobrevivência sustentável dos ecossistemas.

Essa concepção está presente na perspectiva de capacidade de carga de trilhas, de equipamentos turísticos ou de outras metodologias de impacto da visitação. A capacidade de carga foi estabelecida com a perspectiva de fornecer informação para os gestores de unidades de conservação quanto aos impactos sobre os ecossistemas e permitir monitoramento (ANDRADE, 2005).

Mais recentemente as pesquisas em Unidades de Conservação se utilizam de metodologias como *Limits of Acceptable Change - LAC* (Limite Aceitável de Câmbio/Impacto) e *Visitor Impact Management - VIM* (Manejo de Impacto do Visitante). Ambas as metodologias, fundamentam-se em quatro etapas: seleção de indicadores de impacto das condições recreativas e ambientais nas áreas; definição de limites máximos aceitáveis para cada indicador de impacto; forma e frequência de monitoramento dos indicadores e ações de manejo recomendadas para minimizar ou resolver os impactos, em situações que exceder o limite estabelecido.

Da mesma forma, a gestão do turismo, implicaria compreender as relações existentes entre os elementos ou subsistemas, tais como as trocas que realizam com o meio que os circundam, o grau de interdependência, mas nunca auto-suficiente (BENI, 2002; MOLINA, 2001).

2.4.1 – O Turismo como Sistema

O sistema de turismo é considerado aberto na medida em que realiza trocas com o meio e seu entorno, por isso nunca é auto-suficiente, mas apresenta certo grau de integração e dependência (BENI, 1998; MOLINA, 2002; BOULLÓN, 2002). Essa característica traz ao sistema de turismo o caráter de conflito, antagonismo e ao mesmo tempo de complementaridade ou colaboração com o seu ambiente.

A estrutura do sistema de turismo também é constituída pelos elementos e suas relações, que se expressam através do arranjo de seus componentes. Cada elemento do turismo pode ser analisado como um sistema e estar contido em sistemas mais amplos (BENI, 1998).

Beni (1998) apresenta o Sistema de Turismo (SISTUR) delimitando três conjuntos de componentes ou subsistemas que se integram:

- a. Relações Ambientais que incluem os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural;
- b. Organização estrutural com os subsistemas superestrutura e infra-estrutura;
- c. Ações operacionais que incluem os subsistemas mercado, demanda, oferta, distribuição.

Os estudos do turismo como sistema conduz à necessidade de se identificar os objetivos do sistema do turismo, buscando medidas de rendimento para avaliar o sistema como um todo. Para tal é necessário analisar o seu ambiente, que apesar de ser concebido como algo fora do sistema, influencia seu funcionamento, com variada intensidade. O ambiente do turismo é interdependente às diversas atividades humanas, é complexo e multidimensional, o que dificulta sua delimitação. Dessa forma as atividades básicas em turismo podem ser definidas sob o aspecto dos deslocamentos e estada.

Dentro da análise de sistema turístico, a atividade turística é considerada o coração do setor. O setor seria composto por hospedagens, serviços de viagem e passeios, além de instalações e serviços turísticos, que em geral, estão relacionados ao setor privado comercial. O governo em parceria com o setor privado estaria responsável pela coordenação do desenvolvimento turístico.

Em um ecossistema o controle é considerado difuso e realizado pela redundância de funções que várias espécies realizam, além da intrincada rede de relações existentes, configuradas evolutivamente. No caso do Turismo a administração ou controle é executado principalmente pela iniciativa pública e privada. No Brasil, cabe ao setor público elaborar os planos do sistema e assegurar que sejam executados. Para tal, cabe avaliar e readequar planos e projetos, o que implica estabelecer sistema de informações.

Segundo Molina (2004), o turismo como sistema estaria integrado por um conjunto de subsistemas: superestrutura (organizações do setor público e privado; leis,

regulamentos, planos, programas), demanda (turistas), infra-estrutura (aeroportos, rodovias, rede de água, esgoto), atrativos (naturais ou culturais), equipamento e instalações (hotéis, restaurantes, agências de viagens), comunidade receptora (residentes locais).

Os objetivos do sistema turístico estariam voltados para os turistas e para a comunidade receptora, ambos privilegiados do sistema. Mais que privilegiar o desenvolvimento econômico do turismo, Molina (2004) aponta o planejamento como instrumento racional eficaz para equilibrar as relações dinâmicas entre ambiente natural, tecnologia, grupos humanos e indivíduos, que conduziria “o homem-turista e o homem-receptor até a sua auto-realização” (p.23).

O planejamento turístico pode ser analisado como sistema turístico que se baseia na demanda e oferta. A oferta traduz-se em produto turístico composta dos atrativos e atividades turísticas, meios de hospedagem, instalações e serviços turísticos, transporte e infra-estrutura, além da promoção de mercados turísticos (OMT, 2003).

Ignarra (2003) afirma que a oferta turística é constituída por um conjunto de elementos que constituem o chamado produto turístico, que isolados não teriam valor turístico (Figura 2.1).

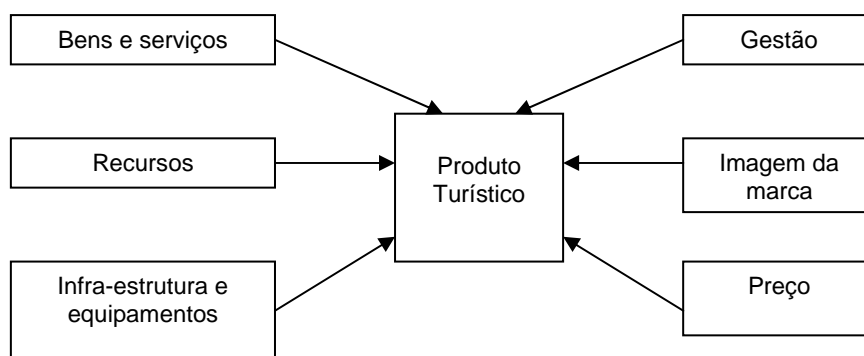


Figura 2.1 – Conjunto de elementos que configuram o produto turístico.
FONTE: Baseado em Ignarra (2003, p.50)

Segundo Beni (1998), a oferta turística pode ser dividida em oferta original e derivada, as quais envolvem aspectos tangíveis e intangíveis. As matérias-primas que “por força de sua atração original, tornam-se objetos turísticos” (p.155), compõem a oferta turística original e derivam da natureza ou dos antepassados, enquanto que a prestação de

serviços das diversas empresas de turismo seria a oferta turística derivada. Os elementos originais seriam considerados oferta econômica ou bens econômicos, se existirem turistas dispostos a gastar tempo e dinheiro para se deslocar até eles.

A demanda representa os turistas domésticos ou internacionais. A perspectiva da oferta e demanda tem sido o enfoque econômico, no entanto, reconhece-se que turismo e meio ambiente estão intimamente relacionados (OMT, 2003).

Segundo Boullón (2002) o sistema turístico baseado em oferta e demanda centra o interesse no turismo comercial, mas propõe, para fins de planejamento, a teoria do espaço turístico. Segundo ele não existe região turística e sim espaço turístico, na medida em que não se pode recorrer a técnicas de regionalização para proceder a sua delimitação, pois seria necessário abranger toda a superfície do país ou da região em estudo, acabando-se por incluir superfícies não turísticas.

A noção de espaço turístico é empírica a partir da distribuição territorial dos atrativos turísticos e empreendimentos, observando-se a existência de agrupamentos e concentrações evidentes. Dessa forma, propõe-se divisão espacial sistemática delimitando os componentes do espaço turístico de forma decrescente em área: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado e corredor de estada. A zona é mais apropriada para a abrangência da superfície de um país ou regiões de grandes dimensões, devendo conter pelo menos dois centros turísticos, equipamentos e serviços; as áreas de uma zona podem conter menos atrativos, mas não menor que dez, e deve incluir um centro turístico, infra-estrutura, equipamentos e serviços (BOULLÓN, 2002).

Centro turístico se caracteriza como um conglomerado urbano que contém em seu território ou dentro de seu raio de influência atrativos turísticos que motivem uma viagem turística, ida e volta no mesmo dia com duas horas de distância-tempo, ou distantes entre 100 a 200 km dependendo do transporte e acesso; no caso de transporte por ônibus sugere a distância de 120 km do raio de influência do centro turístico.

Os núcleos turísticos prevêm agrupamentos com menos de dez atrativos turísticos de qualquer hierarquia ou categoria, isolados territorialmente e que podem potencialmente

serem transformados em um conjunto turístico quando ocorre intercomunicação e evoluir para centro turístico.

2.4.2 – Sustentabilidade Ecológica do Turismo

Faria & Carneiro (2001) propõem que todas as organizações turísticas devam considerar a questão da sustentabilidade ecológica. Deve-se definir a situação turística, a situação geográfica em que se atua, a área de conhecimento envolvida, o tipo de atividade envolvida, o público envolvido, sua sustentabilidade em determinado prazo. A sustentabilidade do sistema poderia ser identificada como: insustentável, preservado (ecologicamente sustentável), manejado (manejo ecológico).

Voinov (1994, 1999) discute dois tipos de sustentabilidade ecológica dos sistemas: natural e ativo:

a. Natural, que se desenvolve com número populacional baixo e baixos valores para desenvolvimento econômico, capital e degradação ambiental. Nesse caso a sustentabilidade surge a partir de mecanismo de auto-suporte a partir da dinâmica do sistema.

b. Ativo dos seres humanos, caracterizado pelo rápido crescimento econômico, oscilações drásticas e o capital é investido na recuperação ambiental. Nesse caso a sustentabilidade é função externa ao sistema e resultado da ação humana, dependente das tomadas de decisão e do desenvolvimento econômico.

A diferença entre os dois sistemas residiria nos acordos sociais sobre os níveis de degradação ambientais aceitáveis. A sustentabilidade artificial está relacionada a riscos e incertezas crescentes e considera que o capital natural pode ser regenerado devido a investimentos apropriados e, portanto, precisaria ser alvo de muita atenção e cautela. Nessa abordagem, Faria & Carneiro (2001, p.45) traçam um paralelo com a sustentabilidade ecológica do turismo com os dois tipos de sustentabilidade tratados por Voinov (1994, 1999) e sugerem dois mecanismos corretivos:

- a. mais natural, em que se permite as correções sem interferências externas, ou estas são sutis e por meio de processos naturais, que possibilitam a permanente preservação do sistema;
- b. correções externas, manejo intenso, de modo a não permitir a destruição do sistema.

O Turismo ecológico estaria relacionado ao mecanismo ‘mais natural’, que objetiva a preservação natural, enquanto que aquele das ‘correções externas’ estariam associado ao Ecoturismo, que dependeria de diversos procedimentos artificiais, com função corretiva de fortes impactos humanos, imprescindível para a conservação do referido sistema.

Em qualquer uma das situações a gestão integrada permitiria que as partes do sistema fossem consideradas e disponham de monitoramento das variáveis relevantes para o seu funcionamento (FARIA & CARNEIRO, 2001, p. 48).

2.5 – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Para o planejamento ambiental nas localidades sugere-se o uso de indicadores. Estes apontam mudanças e condições do ambiente e podem representar a rede de causalidades presentes em determinado meio; constituem-se importantes ferramentas para quem toma decisões, bem como para a sociedade, na medida em que se permite criar cenários sobre o estado do meio, inferir ou acompanhar os resultados de ações tomadas, indicando mudanças no ambiente. Os indicadores são quantificáveis e tendem a simplificar a informação complexa (SANTOS, 2004).

A OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) apresenta três grupos de critérios básicos para a seleção de indicadores básicos: relevância política, capacidade de análise e mensurabilidade. Em relação à relevância política e utilidade para os usuários, um indicador deve apresentar um quadro representativo das condições ambientais, das pressões sobre o ambiente ou das respostas da sociedade; deve ser simples, fácil de interpretar e capaz de mostrar tendências através do tempo; ser sensível a mudanças no ambiente e considerar as atividades humanas; proporcionar uma base para

comparações internacionais; ter abrangência nacional ou ser aplicado regionalmente, porém com importância nacional; apresentar limites ou valores de referência associados, para que o usuário possa saber a significância do seu valor.

Os indicadores podem ser simples quando descrevem um determinado aspecto da realidade ou apresentam uma relação entre situações ou ações, eficazes para avaliações setoriais ou cumprimento de pontos de programas de governo, fornecendo conclusões objetivas e imediatas. Os indicadores compostos apresentam um conjunto de aspectos da realidade, de forma sintética e agrupam, em um único número, vários indicadores simples, estabelecendo algum tipo de média e ponderação entre eles.

O modelo mais conhecido de indicadores ambientais foi desenvolvido pela OECD, órgão das Nações Unidas, e é chamado Pressão-Estado-Resposta (PER ou PSR), baseado na causalidade (Figura 2.2).

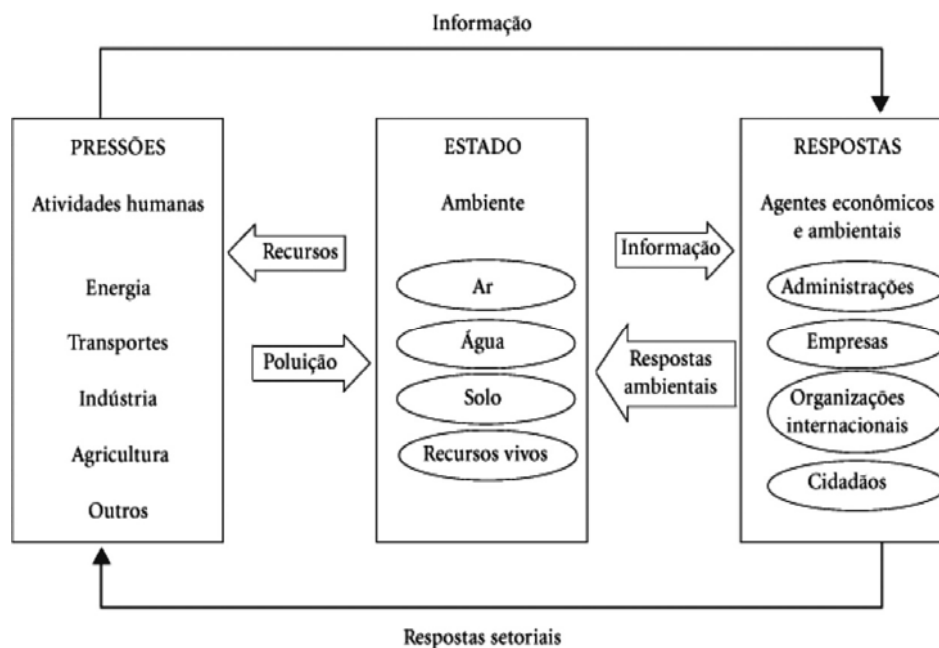


Figura 2.2 - Estrutura do modelo PER de indicadores ambientais

FONTE: Bellen, 2005, baseado no PNUMA, 2000.

Cada fator de causalidade implicaria em um conjunto de indicadores: de pressões, que expressariam intervenções sofridas pelos ambientes em razão de atividades humanas; de estado que demonstram a situação atual do ambiente físico-natural; e de respostas, que

apontam as reações sociais ou ações para minimizar as pressões ambientais, derivadas de empresas, governo ou cidadãos (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006; SANTOS, 2004; BELLEN, 2006).

O modelo PER impõe uma lógica linear, tornando simplificadas as questões complexas. Para minimizar essa lógica, sugere-se considerar que as interações econômico-ambientais e as relações ecossistêmicas são mais complexas do que o efetivamente demonstrado (SEI, 2006).

Apesar da existência de outros, a OCDE propõe tal modelo a nações que iniciam o processo de levantamento de indicadores. Há outros modelos que derivam do modelo PER ou PSR da OCDE (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 – Modelos de indicadores de sustentabilidade derivados do modelo PER da OCDE.

Modelo	SIGLA
Pressão-Estado-Resposta	PER ou PSR
Força Motriz – Situação – Resposta	FMSR ou DSR
Força Motriz – Pressão – Situação – Impacto – Resposta	FMPSIR ou DPSIR
Pressão – Estado – Impacto – Resposta	PEIR
Pressão – Estado – Resposta – Efeitos	PERE

FONTE: Autor, baseado em Bellen (2005) e SEI (2006).

Os outros componentes nos modelos estão articulados de forma lógica causal da seguinte forma: as atividades humanas (Força Motriz) geram processos, ações ou pressões (Pressão). Tais pressões estabelecem alterações no ambiente (Situação), que degradam o estado do ambiente (Impacto) seja na saúde e condição humana e nos ecossistemas. A sociedade emite respostas às mudanças do desenvolvimento, através de medidas políticas (Respostas). No caso do modelo PERE, o componente “Efeitos” visa avaliar as relações existentes entre as variáveis de pressão, estado e resposta, que auxiliaria na criação de critérios para decisões no estabelecimento de objetivos e metas de política ambiental (SEI, 2006).

Bellen (2005) descreve e analisa os modelos de indicadores e afirmou que os modelos na sua maioria são incompletos para sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Ele analisou comparativamente três indicadores de sustentabilidade considerados mais completos:

- a. **Ecological Footprint Method** - corresponde à área de ecossistema necessária para assegurar a sobrevivência de uma determinada população ou sistema e se fundamenta no conceito de capacidade de carga.
- b. **Dashboard of Sustainability** - é índice agregado de vários indicadores resultante do esforço de várias instituições na busca de alcançar indicadores de sustentabilidade aceitos internacionalmente.
- c. **Barometer of Sustainability** - modelo sistêmico dirigido a agências governamentais e não governamentais, tomadores de decisão e pessoas envolvidas com questões relativas ao desenvolvimento sustentável, seja em nível local ou global. O objetivo é mensurar a sustentabilidade, compondo uma ferramenta que combina indicadores e são mostrados por meio de índices, através de uma representação gráfica.

O método mais completo seria o **Barometer of Sustainability**, na medida em que incorpora a dimensão social, mas mostra a dependência da dimensão ambiental.

Apesar da possibilidade de uso dos indicadores, Santos (2004, p.70) afirma que “os indicadores ambientais devem ser entendidos como parte do processo de planejamento, e não um fim em si mesmo”. A autora complementa: “são apenas instrumentos de análise que podem levar a leituras errôneas ou necessitar de informações complementares”.

Em relação ao turismo, a OMT (2003) apresenta 11 indicadores centrais do Turismo Sustentável (Quadro 2.2) e sugere indicadores complementares de acordo com a localidade turística (p.163).

Quadro 2.2 – Indicadores do Turismo Sustentável

Indicador	Medições específicas
1. Proteção do local	Categoria de proteção do local de acordo com índice IUCN
2. Estresse	Número de turistas que visitam o local (ano/mês de pico)
3. Intensidade de utilização	Intensidade de utilização - período de pico (pessoas/hectare)
4. Impacto social	Razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo)
5. Controle do desenvolvimento	Existência dos procedimentos de revisão ambiental ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização
6. Gerenciamento dos resíduos	Porcentual de esgoto do local que recebe tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infra-estrutural no local, como o fornecimento de água).
7. Processo de planejamento	Existência de um plano regional organizado para a região do destino turístico (incluindo o componente turístico)
8. Ecossistemas críticos	Número de espécies raras / ameaçadas
9. Satisfação do consumidor	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em questionário)
10. Satisfação do local	Nível de satisfação dos habitantes locais (baseado em questionário)
11. Contribuição turística para a economia local	Proporção da atividade econômica total gerada unicamente pelo turismo
Indicadores compostos	
Capacidade de carga	Composição das primeiras medidas preventivas dos fatores-chave que influenciam na habilidade de o local suportar diferentes níveis de turismo
Estresse do local	Medida de composição de níveis de impacto no local (seus atributos naturais e culturais devido ao turismo e a outros estresses cumulativos de setor)
Atratividade	Medida quantitativa daqueles atributos do local que o tornam atrativo ao turismo e que podem sofrer mudanças com o tempo

Fonte: OMT (2003, p. 115)

2.6 - EXTRATIVISMO E AS CADEIAS PRODUTIVAS DO ARTESANATO E DA GASTRONOMIA

Extrativismo é considerado uma forma de exploração econômica que tem como base a coleta de produtos existentes na natureza. De forma geral, apresenta baixa produtividade ou com tendência a declínio. Segundo Homma (1993) a economia extrativa é dependente do processo de desenvolvimento e seu fim inexorável é o seu gradativo desaparecimento. Afirma ainda, que o extrativismo carrega em seu bojo a semente da sua própria destruição, a partir da economia de mercado. Outro aspecto levantado é que extrativistas apresentam nível de pobreza grande e tende-se a um subdesenvolvimento sustentado, especialmente quando se trata das reservas extrativistas.

A evolução do processo extrativismo teria como início a percepção de determinado recurso natural com possibilidade econômica útil, daí tornar-se-ia atividade econômica, gerando crescimento do mercado e dos processos tecnológicos associados, gerando nova fase. Essa nova fase se caracterizaria pela domesticação dos recursos extrativos. O aumento do mercado e o desenvolvimento tecnológico tendem a levar à descoberta de substitutos sintéticos, o que geraria o declínio da atividade extrativa (Figura 2.3).

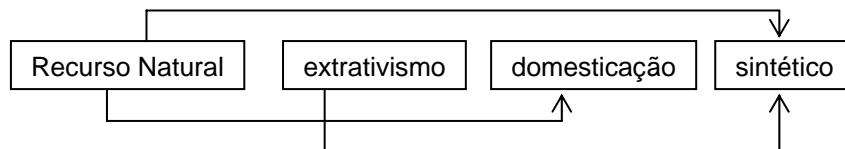


Figura 2.3 - Evolução do extrativismo

Fonte: Homma (1993, p.3)

Homma (1993), analisando o processo extrativista na Amazônia, classifica-o em dois tipos: extrativismo por aniquilamento ou depredação, que levaria à extinção da fonte ou sua velocidade de regeneração seria inferior à velocidade de exploração extrativa, tais como, madeira, pau-rosa, palmito, caça e pesca. O segundo tipo seria o extrativismo de coleta, que se baseia na coleta de produtos produzidos por certas plantas e animais, que tenderia desaparecer em médio e longo prazo, como no caso da seringueira e da castanha-do-pará. Nesse último caso, afirma que há tendência ao equilíbrio se a velocidade de extração for igual à velocidade de recuperação, no entanto, afirma que não é a tendência que se observa na economia.

Há críticos de várias origens para o extrativismo e o não sucesso de reservas extrativistas, tais como: os críticos da economia clássica, caracterizada pela instabilidade, o fato dessa atividade estar sujeita às fortes concorrências; os críticos ecológicos, quanto aos impactos gerados à biodiversidade pelas populações sobre os ambientes explorados e a ausência da propriedade privada tornando a atividade arriscada, por questões fundiárias; os críticos do atraso técnico, que questionam o fato da população extrativista ser especializada em um único produto. No entanto, também há olhares favoráveis a atividade extrativa, apontando a manutenção da cobertura florestal e da fauna, garantindo certas funções ambientais, que as populações não se baseiam exclusivamente na extração de produto único. Destaca-se ainda, a importância de que tal processo seja controlado por mecanismos

institucionais, pois os regimes de propriedade comunal tendem a ser sustentáveis, desde que existam instituições locais para ações coletivas, segundo Andrade (1996).

O extrativismo segundo Rego (1999, p.3) é visto como:

... atividade de coleta de recursos naturais para obter produtos minerais, animais ou vegetais. O conceito de extração, portanto, é amplo em seu objeto, por se aplicar à totalidade do ecossistema natural, e restrito em sua função, por limitar a apropriação dos recursos às qualidades e quantidades dos estoques primitivos, sem intervenção racional para sua ampliação. Tal concepção supõe uma separação entre o homem e a natureza, ao admitir a existência de áreas naturais intocadas pelo homem.

Rego (1999) sugere um neoextrativismo que não se baseia unicamente na coleta de estoques de recursos animais e vegetais nos ecossistemas, mas que abranja seu manejo racional. Esse teria uma dimensão econômica com um salto de qualidade ao incorporar ao tradicional uso imediato, usos a partir de cultivo, criações e beneficiamento de produtos, por meio da produção familiar ou comunitária inserido na identidade (valores e crenças) das sociedades que lá vivem.

Diegues (1996) afirma que há muito tempo o extrativismo nas florestas tem o componente humano disseminando espécies nativas, introduzindo espécies exóticas e fazendo manejo com favorecimento de espécies consideradas úteis e, dessa forma, seria enganosa a idéia de extrativismo puro.

Um exemplo da complexidade da temática envolve o extrativismo da fava d'anta, cuja atividade extrativista seria pouco lucrativa pela falta de domínio dos coletores em relação à capacidade produtiva. No entanto, em razão da falta de oferta de serviços na região, a atividade extrativa tornava-se boa alternativa para obtenção de renda ao coletor-trabalhador rural. Ainda nessa análise, aponta aspectos socioeconômicos importantes como: a exploração da mão-de-obra dos jovens e adolescentes, que recebiam quantias menores ou na forma de mercadorias baratas; as fragilidades em comum como a baixa produtividade das favas, principalmente, devido à presença de atacadistas que retinham as maiores margens lucro; a falta de políticas de incentivos a estabelecimentos de plantios (GOMES, 1998). Na pesquisa constatou-se ainda, que as indústrias não investem em manejo ou domesticação da planta enquanto conseguem suprir a demanda por matéria-prima.

A atividade extrativista é realidade para muitas regiões do país e mereceria um olhar integrado mais profundo, para compreender sua complexidade. Nesse sentido Gomes (1998, p. 135) afirma que “a prática extrativista tem que ser levada a sério em termos de estratégias políticas, pois ela envolve fatores culturais, sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos que geram impactos significativos”.

As atividades turísticas denominadas de artesanato e gastronomia incluem-se também no rol das atividades muito relacionadas com as práticas extrativistas.

2.6.1 - O artesanato

O termo artesanato é utilizado para se referir à técnica, ensino ou a arte do artesão, ou à classe dos artesãos, bem como ao objeto ou produto feito pelo artesão (FERREIRA, 1995). Trata-se de uma atividade em que se produzem artefatos, sujeito às regras de mercado e, como produto e valor de troca obedecem às leis universais da oferta e da procura (SEBRAE, 2004).

O resultado da produção artesanal está na maneira de transformar uma representação em objeto, a partir da escala de produção, da fonte de inspiração e do material utilizado (COLOMBRES, 1997 *apud* MARINHO, 2007). As características do artesanato estão ligadas à utilidade, funcionalidade e seriação.

Os produtos de artesanato, de acordo as funções, podem ser caracterizados como: adorno e acessório, decorativo, educativo, lúdico, religioso, utilitário (MARINHO, 2007).

Em função da matéria-prima o artesanato pode ser considerado de origem vegetal ou animal, podendo ser utilizados em seu estado natural, depois de processadas artesanalmente/industrialmente ou decorrentes de processos de reciclagem/reaproveitamento; de origem mineral, quando feitos de argila ou pedra; processada, como em produtos gerados a partir de metais, vidro, gesso e parafina; reciclável/reaproveitável, como gerados por metais, vidro ou plásticos reaproveitados (SEBRAE, 2004).

Há várias categorias de artesanato, que podem ser definidos de acordo com os critérios de origem, uso e destino (Quadro 2.3).

Quadro 2.3 – Categorias de artesanato

Categoria	Características
Arte popular	Conjunto de atividades poéticas, musicais, plásticas e expressivas que configuram modo de ser e viver do povo de um lugar.
Artesanato	Toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade.
Trabalhos manuais	Exigem destreza e habilidade, porém utilizam moldes e padrões pré-definidos, resultando em produtos de estética pouco elaborada. Não são resultantes de processo criativo efetivo – maioria das vezes ocupação secundária que utiliza o tempo disponível das tarefas domésticas.
Produtos alimentícios típicos	Processados segundo métodos tradicionais, em pequena escala, muitas vezes em família ou por determinado grupo.
Produtos semi-industriais (industriano)	Produção em grande escala, em série, com uso de moldes e formas, máquinas e equipamentos de reprodução e as pessoas conhecem apenas parte do processo.
Artesanato indígena	Produzidos na comunidade indígena, por seus próprios membros, resulta de produção coletiva, incorporada ao cotidiano tribal, que prescinde da figura do artista ou autor.
Artesanato tradicional	Conjunto de artefatos mais expressivos da cultura de um determinado grupo, representativo de suas tradições porém incorporados à sua vida cotidiana. De origem familiar ou pequenos grupos – favorecem transferência de conhecimentos sobre técnicas, processos e desenhos originais. São depositárias de um passado, de acompanhar histórias transmitidas de geração em geração, sendo parte integrante e indissociável dos usos e costumes de determinado grupo.
Artesanato de referência cultural	Produtos com incorporação de elementos culturais tradicionais da região onde são produzidos. Resultantes da intervenção planejada de artistas e designers, em parceria com artesãos, de forma a diversificar os produtos, preservando seus traços culturais mais representativos.
Artesanato conceitual	Objetos produzidos por pessoas com certa formação artística, com nível educacional e cultural mais elevado, em geral de origem urbana, resultante de processo deliberado de afirmação de estilo de vida e afinidade cultural. Inovação é o elemento que distingue das demais categorias. Atrás existe sempre uma proposta, muitas vezes ligado a movimento ecológico e naturalista.

Fonte: Baseado em SEBRAE, 2004.

Marinho (2007) argumenta que os núcleos de produção artesanal são organizações diferenciadas, que representam estratégias de sobrevivência de grupos sociais, marginais ao sistema econômico, paralelas ao processo de industrialização. O desafio seria manter

distanciamento que as preservou, e ao mesmo tempo, estar sintonizada com os sistemas de informação, associando-se a outras atividades econômicas, tais como o turismo, moda, tecnologia, decoração. Afirma ainda, que o caminho seria a tematização, considerando a identidade territorial e o manejo sustentável da matéria-prima local.

2.6.2 - A gastronomia

A gastronomia pode ser entendida como a arte de cozinhar de forma a proporcionar maior prazer a quem se alimenta (FERREIRA, 1995; SANTANA, 2008). A gastronomia, de contexto mais abrangente, relaciona-se com tudo que envolve a arte de comer, desde o preparo dos alimentos, os materiais utilizados, as bebidas, a decoração, vestimenta, música e dança que acompanham as refeições. A culinária se volta para as técnicas no preparo dos alimentos e insere-se na gastronomia (CORULLÓN, 2007).

Santana (2008) reforça que a gastronomia inclui a matéria-prima de que se valem os profissionais para a elaboração dos pratos e, enfim, todos os recursos culturais ligados a esta criação.

A partir de uma perspectiva psicanalítica baseada em Lacan, uma viagem poderia trazer aspectos reveladores do seu comportamento, a possibilidade dos sujeitos poderem se autodescobrir no confronto com o outro. Os símbolos tornados concretos são desejados, tocados e possuídos numa tentativa de completar o que lhe falta. Para a comunidade receptiva, o artesanato e culinária carregam símbolos que poderiam representar afirmação e evidência da sua identidade e pertencimento. A viagem, seria “uma metáfora das fronteiras entre o subjetivo e o objetivo, entre o imaginário e o concreto”, e interessar-se pela culinária e outros pontos de contato entre diferentes culturas seriam experiências ricas em aprendizado (MENDONÇA, 1999, p.19-20).

Tanto a gastronomia como o artesanato típico, insere-se no conjunto de atividades turísticas relacionadas às vivências dos turistas em relação aos bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio de uma comunidade. Tais experiências estariam atreladas ao conhecimento, a experiências participativas, por entretenimento ou por contemplação. O contato do turista com esse patrimônio em tese permitiria valorizar a identidade das

populações visitadas e dessa forma, estimular a permanência dos bens culturais como símbolos ao longo do tempo, desde que exista benefício mútuo (BRASIL/MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006)

Segundo Segala (2003) algumas localidades conseguem se divulgar pela gastronomia, estabelecendo roteiros gastronômicos, aproveitando sua cultura, história e tradições. Essa atividade estaria associada diretamente ao prazer e à sensação de saciedade adquirida através da comida e da viagem.

O turismo, de acordo com Oliveira (2006) é um forte encorajador da consciência em relação ao ambiente e do senso de identidade cultural dos residentes. Isto se reflete no modo como os visitantes desfrutam do patrimônio natural e cultural local, sendo comum a população receptiva sentir orgulho na medida em que percebem o visitante participante do cotidiano e da realidade local.

Há experiências que demonstram a capacidade de certas localidades tornarem-se atrativos turísticos devido à gastronomia, tais como o turismo atrelado às vinícolas em Caxias do Sul, no Brasil; o enoturismo em Portugal, o Pólo Gastronômico Tomás Jofre, na Argentina (SCHLÜTTER&ELLUL, 2008).

A gastronomia é um dos elementos tangíveis que compõe a cultura de uma sociedade, e como tal pode ser usada como recurso turístico. Na medida em que um prato reflete um bem cultural acumulado por tradições, história ou forma de vida de uma sociedade, além de ser um elemento que permite a comunicação da identidade dela, estabelece-se uma forma de vincular o turista com os territórios que visita (RICOLFE, J.S.C. et al, 2008).

A gastronomia apresenta-se como atrativo de uma localidade a partir de produções pesqueiras e agropecuárias locais. A qualificação das atividades, principalmente nas regiões com problemas de marginalização territorial, pode ser importante ferramenta de dinamização socioeconômica e territorial.

2.7 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

2.7.1 - Descentralização do turismo no Brasil

A concepção do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1993, surgiu com o propósito de descentralizar os recursos e o poder de decisão, dando ênfase à participação local e baseando-se em cinco princípios: descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação. Isso permitiria aos municípios terem maior autonomia política, administrativa e financeira, no entanto, como contrapartida, eles assumiriam mais responsabilidades na elaboração e execução de programas e ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2007).

A coordenação ficou a cargo da Secretaria de Turismo e Serviços (SETS) ligada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. A estrutura para dar suporte à implantação do PNMT foi composta por três instâncias: Instância Nacional, o Comitê Executivo Nacional, com coordenação da EMBRATUR; Instância Estadual com o Comitê Estadual; e Instância Municipal com o Conselho Municipal de Turismo para gerir o Fundo Municipal de Turismo.

As etapas para a municipalização do turismo incluíram a identificação dos municípios prioritários e a partir daí, buscava-se implantar o Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Nacional de Turismo (FUMTUR) e por fim, o Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo. As fases dependiam da participação dos representantes municipais nas oficinas oferecidas, aplicando-se a metodologia ZOPP de planejamento orientado por objetivos.

Apesar da ousadia e mudança de paradigma para a descentralização identificou-se problemas. O modelo baseado no empreendedorismo e planejamento regional integrado, ditado pela OMT, teve problemas na sua implantação, pois presumia que o país conhecesse previamente ou se identificasse rapidamente seu espaço turístico nacional. Não houve desenvolvimento do inventário e a análise das regiões turísticas e municípios, como se apregoa hoje (BENI, 2006).

Cada município preencheria um relatório com informações turísticas e os resultados estariam incluídos no Relatório do Inventário Turístico Nacional (RINTUR). A polêmica e crítica assentam-se no fato de que tais informações eram feitas, muitas vezes, por pessoas sem base técnica ou critérios metodológicos científicos, o que gerou falta de credibilidade (BRUSADIN, 2008)

Os conselhos municipais, muitas vezes, “expressam características do passado e as exigências do presente”. Os órgãos governamentais não deram o mesmo valor para a participação nos Conselhos e dessa forma, em nível municipal, a presença de representantes em reuniões era resultante de determinações internas agendadas e cumpridas por funcionários subalternos. Isso levou a uma pequena integração e a atuação setorial restringia-se a atuação governamental. Endres (2002, p.107) ressalta que apesar dos problemas “o período é caracterizado como um processo, que será consolidado ou não em função de um maior amadurecimento do setor privado e do governo sobre a importância que estes detêm no processo político e na efetiva solução dos problemas que giram em torno do desenvolvimento do turismo”.

Os resultados apresentados pelo então Ministério de Esportes e Turismo, no Plano Plurianual 2002-2003, destacaram que 497 municípios tiveram envolvimento, a ponto de terem uma comunidade consciente para o turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico. Tais municípios teriam criado os Conselhos Municipais de Turismo e Fundos Municipais de Turismo, instituídos com o propósito de dar condições de gerenciamento e implementação das ações para o turismo de forma eficaz, bem como, buscaram estruturar e organizar os setores e segmentos diretamente ligados à atividade turística. Destes municípios, 96 receberam Selo de Ouro do Turismo e estariam implementando seus Planos de Desenvolvimento Turístico (BRASIL, 2002). Na mesma edição desta avaliação ressaltaram-se motivos para o resultado não ter sido mais expressivo:

... a falta de recursos causada pelos contingenciamentos, quando da execução do Programa ao longo desses últimos três anos; a perda, em 2001, do status de programa estratégico alcançado em 2000 (o que garantiria fluxo regular de recursos ao Programa); e as dificuldades de gestão (imposição de burocracias que estão distantes da realidade da maioria dos municípios brasileiros).

2.7.2 - Criação do Ministério do Turismo e do Plano Nacional de Turismo

Em 2003, criou-se o Ministério do Turismo (MTur) com a finalidade de conceber um novo modelo de gestão pública descentralizada e participativa “de modo a gerar divisas para o País, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais” (BRASIL, 2007; p.43).

A estrutura do Ministério do Turismo contemplaria duas secretarias, um conselho e uma autarquia:

a. Secretaria Nacional de Políticas Públicas, responsável por formular, elaborar, avaliar e monitorar a PNT, além de ter papel articulador para a condução da política;

b. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, capaz de realizar ações de estímulo às iniciativas públicas e privadas de fomento, de promoção de investimentos em articulação com os Programas Regionais de Desenvolvimento, e realizar, apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao turismo e a qualificação dos serviços;

c. Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, autarquia com competência de promover, divulgar e dar apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do País no exterior.

d. Conselho Nacional do Turismo, órgão colegiado, vinculado ao Ministro do Turismo com atribuições para dar subsídios técnicos, traçar diretrizes para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo.

O modelo de gestão baseia-se em um sistema nacional de gestão do turismo no país, composto por um núcleo básico estratégico, formado pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. O Conselho Nacional de Turismo tem como atribuição assessorar o Ministro de Estado do Turismo na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos e programas.

Os programas de desenvolvimento sustentável do turismo como o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE, PRODETUR-SUL, PRODETUR-SE) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, Centro-oeste e Pantanal matogrossense (PROECOTUR), surgiram por meio da EMBRATUR, como instrumentos do governo para intervir e ordenar territórios, no sentido de desenvolver o turismo. Os recursos foram essencialmente derivados de instituições internacionais como o BID e BIRD. O PRODETUR-NE e o PROECOTUR foram executados e os demais estão no início (BENI, 2006).

No entanto, logo após sua publicação, denunciou-se o paradoxo da relevância dada pela administração ao turismo e a necessidade de criação de um ministério para tratar de um setor que deveria ser eminentemente transversal, integrado nas diversas câmaras setoriais. O turismo como atividade multifacetada, segundo Sansolo & Cruz (2003), não seria passível de ser tratado por um único órgão da administração. O território deveria ser planejado e no PNT este é abordado como uma questão secundária, dando-se ênfase a uma abordagem econômica e economicista do fenômeno. O turismo não seria uma questão de vocação apenas, dessa forma, “enquanto produto, ele é fruto de um conjunto de condições decorrentes de relações entre cultura, mercado e políticas públicas que venham proporcionar o desenvolvimento da atividade” (SANSOLO & CRUZ, 2003, p.4).

SANTOS FILHO (2003) ressaltou a relevância da criação de um ministério para dar as bases de uma Política Nacional do Turismo, mas criticou a transformação da Embratur em uma espécie de *Convention Bureau Nacional* com função de captar e promover eventos. Destacou ainda, que não falta investimento em publicidade, o que estaria no cerne do aumento do fluxo turístico estrangeiro seriam as condições econômicas, políticas e sociais do país. Assim, deveria haver política para aumentar o fluxo nacional, favorecendo as condições para que o próprio povo brasileiro conhecesse seu país, por meio de incentivos fiscais e projetos de cunho social. Santos Filho (2003, p.s/n) reforça que investimentos no turismo doméstico ajudaria a combater

(...) a velha e nefasta idéia que o país teria que voltar toda sua infra-estrutura para a construção de hotéis de luxo, codificados dentro do padrão norte americano de hospitalidade Fast-Food. Essa lógica globalizante de hegemonia política e econômica imposta pelos grupos estrangeiros que lutam para descaracterizar a idiossincrasia do povo brasileiro.

Em relação à gestão descentralizada do PNT, a consequência esperada seria a formação de rede de entidades e instituições no território nacional, envolvendo iniciativa privada, terceiro setor e o poder público e suas esferas de governo.

Um dos programas previstos no Plano Nacional de Turismo, em 2004 foi o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com objetivo de desconcentrar a oferta turística, que predominava no litoral do país. A interiorização e a inclusão de novos destinos para serem comercializados, tanto internamente como externamente. Em 2007, a regionalização do turismo transformou-se em Macroprograma.

Construiu-se mapa de regionalização e para dar visibilidade, ampliar e diversificar a oferta turística concebeu-se o Salão do Turismo. Ocorreram três edições do Salão, sendo que no primeiro, em 2005, objetivaram-se impulsionar as ações do programa e mostrar ao país os produtos turísticos com 451 roteiros turísticos, 959 municípios em 134 regiões turísticas. Entre os resultados percebeu-se a necessidade de reorganizar a oferta turística nacional. Após reuniões, oficinas e seminários, o mapa de regionalização foi atualizado com 200 regiões turísticas e 3.819 municípios.

Em 2006, no segundo Salão do Turismo apresentaram-se 396 roteiros turísticos, com 149 regiões e 1.027 municípios. Destes, selecionaram-se 87 roteiros, envolvendo 116 regiões, com 474 municípios, para serem trabalhados com o objetivo de alcançar o padrão internacional de qualidade. A terceira edição do Salão, em 2008, apresentou 81 roteiros, que têm foco no mercado internacional, envolvendo 103 regiões turísticas e 369 municípios.

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 mantêm-se na perspectiva do PNT 2004-2007, fomentando o país como receptivo mundial, mas posicionou-se no sentido de avançar e fortalecer o mercado interno, dando ênfase à função social do turismo, como exposto no próprio mote do Ministério do Turismo, “Uma viagem de Inclusão”. Dessa forma, o PNT aliado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) visou ampliar a infra-estrutura, em especial dos chamados destinos indutores do turismo (BRASIL, 2007).

Assim, o próprio PNT 2007-2010 mostra alinhamento em razão das críticas recebidas no primeiro PNT e aposta na melhoria das condições de infra-estrutura e formação profissional, com o aproveitamento da conjuntura econômica mundial favorável e os investimentos advindos do Plano de Aceleração do Crescimento. Afirmou-se que seria o turismo doméstico que propiciaria, por meio de ganhos de competitividade, a força necessária para inserir a oferta turística nacional no mercado internacional (BRASIL, 2007).

Nesta fase o PNT 2007-2010, segundo o MTur

... assimila a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas maneiras de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento (BRASIL, 2007, p.67).

O PNT previu nessa fase identificar destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional e também, estruturar 65 destinos com padrão de qualidade internacional, até 2010, que servirão de referência. Além desta, estabeleceu metas para fomentar cerca de 217 milhões de viagens no mercado interno, gerar cerca de 1.700.000 novos postos de trabalho e ocupações, e gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas.

Beni (2006, p.32) denunciou que, apesar da estrutura correta do MTur, vê-se com frequência “cenários de roteirização regionalizada em vez de regionalização sustentável do turismo”. Os estados e municípios não estão no mesmo patamar de estruturação, com dificuldades em entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas, seja pela falta de recursos humanos qualificados e pela fragilidade e incapacidade institucional para a gestão do turismo.

2.8 – O TURISMO NO NORDESTE

O turismo no Nordeste, caracterizou-se no último século e no início deste, fundamentalmente, para o turismo dito de Sol e praia, baseado no turismo de massa, elitizado, transformando os espaços e as populações locais. Em 1994, iniciou-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), com objetivo

de criar condições favoráveis para a expansão e melhoria da qualidade da atividade turística, bem como, melhorar a condição de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. Segundo o relatório do Banco do Nordeste (2005), os objetivos específicos compreendiam: atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão, gerar aumento de emprego e renda, e aumentar as receitas públicas. Nesse sentido, os investimentos se destinaram a fornecer melhores condições de infra-estrutura de apoio, em áreas definidas de expansão turística, através do financiamento de obras múltiplas de saneamento, transportes, preservação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e desenvolvimento institucional.

No Relatório Final de Projeto, PRODETUR/NE I, destacou-se, dentro das lições aprendidas, os impactos negativos e a análise de pontos críticos, tais como, ausência de articulação regional para socializar os benefícios do turismo, materializar os fluxos turísticos e atrair investimentos do setor privado, concentrados em áreas litorâneas. Além disso, observaram-se deficiências nos acessos terrestres e aéreos aos destinos turísticos, a necessidade de diversificar, consolidar e qualificar a oferta turística regional; formular política de financiamento adequada à região; necessidade de Lei para dispor sobre a Política Nacional de Turismo e regular o setor. Outros aspectos relevantes apontaram para a falta de planejamento que resultou na pulverização dos investimentos e ténue participação social. O delineamento do programa não teria previsto instâncias de participação social na sua implementação.

O PRODETUR-NE foi estruturado essencialmente com recursos externos (BID e BIRD) e permitiu ao governo intervir nas regiões buscando ordená-las para o desenvolvimento do turismo. A maior parte dos recursos se destina à melhoria de infra-estrutura básica de transporte, energia e saneamento; instalação de equipamentos urbanos e disponibilização de serviços públicos para expansão turística. A maior parte desses investimentos foram consumidos na construção e operacionalização dos aeroportos (BENI, 2006, p.27)

Apesar do modelo de exclusão reforçado pelo turismo na região Nordeste, há alguns exemplos de resistência de comunidades locais, que se organizaram e se apropriaram da organização e operacionalização do turismo em suas localidades. Entre os exemplos

destaca-se o caso da Prainha do Canto Verde, no Ceará, com uma comunidade pesqueira, que desde 1979, se organizou em função da luta pela terra, depois contra a pesca predatória e por melhores condições de trabalho para os pescadores. A Associação de Moradores configura-se no espaço de participação comunitária e patrimônio dessa resistência. Diante da percepção da inevitabilidade do turismo na região, decidiram o modelo de turismo que gostariam e dessa forma, desenvolveram um modelo em busca de seu próprio benefício e gera renda complementar a muitos moradores locais e não permitem a especulação imobiliária (CHEVITARESE & MATTOS, 2006).

O turismo comunitário de base local passa a ser uma referência, de modelo diferente daquele de exclusão das populações residentes e reforça a contradição que se caracteriza o turismo, nos espaços. Segundo Coriolano (2005, p.), a base local seria um lugar de estratégias para o capital, mas também, das resistências do cotidiano para os residentes. Ela acentua ainda, que as experiências, como a do Ceará, privilegiam os lugares, com empreendedores voltados para os seus interesses, mas que promovem o ingresso de capital nos pequenos municípios, estimulando aumento da oferta de emprego e trabalho, maior participação democrática e inclusão social, alocando recursos para infraestrutura e apoio ao turismo, à conservação ambiental e do patrimônio cultural. Por fim, afirmou de forma categórica, a necessidade de se banir a exclusão da sociedade, que ultrapasse conceitos acadêmicos, adotando-se estratégias de resistência popular e movimentos solidários em torno de ações concretas para inclusão social (CORIOLANO, 2005).

2.8.1 – Organização do Turismo em Sergipe

Em Sergipe o estado foi dividido em cinco pólos turísticos (Figura 2.4): pólo dos Coqueirais, Pólo das Serras Sergipanas, Pólo Velho Chico; Pólo Sertão das Águas e Pólo dos Tabuleiros (EMSETUR, 2008). As nomenclaturas consideraram aspectos peculiares de cada região, incluindo-se clima, estrutura viária, traços geográficos e história local (SOUZA, 2006).



Figura 2.4 - Mapa de Sergipe com as divisões dos pólos turísticos.
Fonte: EMSETUR, 2008

O PRODETUR/NE I focalizou fundamentalmente o pólo Costa dos Coqueirais, gerando investimentos para ampliação da infra-estrutura e nitidamente, percebeu-se expansão da rede hoteleira de médio e grande porte o que reforça a linha de atração de grandes contingentes. Além disso, áreas são alvos de loteamentos e especulação imobiliária, gerando passivos ambientais.

A divisão em Pólos turísticos previa certa concentração de esforços em torno de uma identidade. Os investimentos do PRODETUR-NE e do BNB focaram-se no pólo Costa dos Coqueirais como referencial para os investimentos e estruturação dos demais pólos.

A análise da primeira fase do PRODETUR/NE I já aponta a necessidade, nas próximas fases de direcionar investimentos aos pólos turísticos, mas buscando: realização de planejamento participativo, integrado e sustentável do turismo; criação de Conselhos de Turismo e seus planos validados; outros mecanismos de participação social; que as ações beneficiem a população local; a obrigatoriedade de Planos Diretores Municipais atualizados; existência de Conselhos de Meio Ambiente (CONDEMA) ativos nos municípios; obrigatoriedade de ações de recuperação de passivos ambientais associados a projetos do PRODETUR/NE I; projetos para fortalecimento da gestão municipal e ações de gerenciamento de resíduos sólidos (BNB, 2005). Percebeu-se a necessidade de redimensionar as visões acerca do turismo, não só como atratividade de emprego e renda, mas como fator de inclusão e melhoria das condições de vida da população local.

Esses esforços não beneficiam diretamente o turismo no interior do Estado, no entanto, ampliam a chegada de turistas no Estado, que desembarcam essencialmente na capital Aracaju e dali partem para os roteiros turísticos oferecidos no litoral, mas também para o interior, em especial na região de Canindé do São Francisco, devido à estrutura e marketing estabelecidos.

A Segunda fase, PRODETUR/NE II, prevê a reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase do Programa e a não repetição de tais impactos em sua segunda fase, por meio da incorporação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável. Pretende alcançar parte dos objetivos através da “promoção do fortalecimento da capacidade de gerenciamento administrativo, fiscal e ambiental, incluídas a capacitação dos recursos humanos para gerenciar os fluxos turísticos e operar e manter os investimentos realizados nos municípios” (BNB, 2005, p.8).

Todos os investimentos devem estar inseridos em um plano integrado de desenvolvimento do turismo, que priorize ações relacionadas com o fortalecimento da capacidade local de gestão do turismo. O planejamento deve ser participativo e o plano validado pelo Conselho de Turismo do Pólo.

A Secretaria do Estado do Turismo de Sergipe (SETUR) apresenta a Política Estadual de Turismo e procura se alinhar a essa nova divisão territorial. A SETUR é a

responsável pela organização, programação, execução e acompanhamento da política estadual em turismo. O Plano Estadual têm 4 macroprogramas: Qualidade no Turismo; Desenvolvimento Sustentável; Comunicação e Marketing; e de Gestão e Relações Institucionais.

Em 2007 é recriada a EMSETUR, com os seguintes papéis: implementar a política de promoção turística; desenvolver, avaliar e monitorar o produto turístico sergipano; implementar Sistema de Informações Turísticas; implementar as políticas de formação profissional, inclusão social e de adensamento da cadeia produtiva do turismo.

Outra instância de governança na área de turismo do estado de Sergipe é o Fórum Estadual de Turismo de Sergipe (FORTUR/SE), criado em 2005, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da Política Estadual do Turismo, executar ações e avaliar a implementação. Esse órgão congrega representantes de secretarias do governo, da EMSETUR, do Ministério do Turismo, entidades de ensino superior com cursos de turismo, e segmentos ligados ao turismo.

Entre as metas do Plano Estadual de Turismo inclui-se, integrar a UEE/SE-PRODETUR (Unidade Executora Estadual do Prodetur – Sergipe) a estrutura da Secretaria de Turismo, reorganizar a EMSETUR, aumentar, até 2009, 30% o fluxo de turistas nacionais e internacionais, fomentar os segmentos de negócios e eventos, sol e praia e ecoturismo e consolidar três produtos turísticos: Rota Aracaju-Xingó, Rota Costa das Dunas e Manguezais e Rota Caminhos dos Jesuítas.

Na linha do Programa de Roteirização – Roteiros do Brasil, o SEBRAE Nacional desenvolveu ações nesse sentido e em Sergipe, o SEBRAE-SE executou, de 2005 a 2007, o programa Turismo nos municípios da Rota Aracajú-Xingó e executa o Programa de Qualificação do Turismo, de 2007 a 2011. Esses programas foram, também, incorporados na dimensão da Secretaria do Estado de Turismo, visando atender a demanda nacional.

O Programa Turismo nos Municípios da Rota Aracaju-Xingó envolveu os municípios de Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Itabaiana, Glória, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Monte Alegre, Canindé do São Francisco.

O foco do projeto, para o SEBRAE, foram os empreendedores, empresários e profissionais da atividade turística, abrangendo os segmento de meios de hospedagens, agências de viagens e turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos turísticos, bares, restaurantes e similares, além de entretenimento.

O objetivo geral do projeto previa aumento do fluxo turístico na Rota Aracaju-Xingó, “incrementando para tanto as condições de competitividade empresarial, atratividade de mercado e a melhoria da qualidade dos serviços, respeitando as dimensões de sustentabilidade econômica, ecológica e cultural” (SEBRAE, 2006).

O projeto estabeleceu metas ou resultados finalísticos: aumentar o fluxo turístico na rota em 5% em 2005, 10% em 2006, e 10% até o final de 2007; aumentar o número de postos de trabalho em 5% até dezembro de 2005, 5% até o fim de 2006 e 5% até dezembro de 2007. Nessa esteira de resultados esperava-se ampliar a taxa de permanência do turista, na Rota, para dois dias, até o fim de 2007.

Em 2009, a avaliação final estaria em processo, não sendo ainda disponível ao público, até fevereiro. Dos resultados esperados, segundo o próprio SEBRAE afirmou-se que em relação ao fluxo turístico, em dezembro de 2005 houve 33.390 turistas atendidos; em 2006, 36.729, e em dezembro de 2007, 40.402. Em relação aos postos de trabalho, nos mesmos períodos, atingiram-se respectivamente as marcas de 6.351, 6.669 e 7.002. Quanto à taxa de permanência mensurou-se em 2005, média de 1,44 dias e em dezembro de 2007, 2 dias.

No 3º Salão de Turismo – Roteiros do Brasil – a Secretaria de Turismo do Estado de Sergipe apresentou 3 roteiros: Caminho dos Jesuítas, Aracaju-Xingó e o Costa das Dunas e Manguezais. No roteiro há descritivo do itinerário que apontou 6 dias para completá-lo, sendo: 1º dia em Aracaju com city tour, 2º dia de Aracaju até Itabaiana, no Parque dos Falcões e Parque Nacional da Serra de Itabaiana até Canindé de São Francisco; no 3º dia em Canindé, passeio de catamarã até a Grota de Angicos, visita ao Museu de Arqueologia de Xingó e passeio de escuna até os cânions, na Gruta do Talhado; 4º dia em Canindé, em trilhas com a história do cangaço e sítios arqueológicos com pinturas rupestres, depois em direção a Aracaju; 5º dia de Aracaju para Estância, visitando Ilha da

Sogra, Praia do Saco e Mangue Seco e retorno a Aracaju; 6º dia, de Aracaju para Laranjeiras e São Cristóvão, com city tour em ambos os municípios, com ênfase a atrativos históricos e culturais, retornando ao final a Aracaju.

2.8.3 – Organização do Turismo em Alagoas

O turismo no Estado de Alagoas, como em Sergipe, tem seu principal foco no litoral, em especial devido a capital Maceió. O PRODETUR-NE destinou recursos para investimento no Pólo Costa dos Corais. Atualmente, o PRODETUR também está inserido na Secretaria de Turismo do Estado como um setor integrado nas diversas ações de turismo.

A estrutura da Secretaria do Estado de Turismo, que está atrelada a instância de governança do Fórum Estadual do Turismo, têm subordinadas as Unidades: Executora Estadual do PRODETUR, Marketing, Desenvolvimento de Produtos, e Investimentos.

A Superintendência de Desenvolvimento de Produtos divide-se em três diretorias: Destinos e Produtos, Promoção de Capacitação e Qualificação e de Políticas Públicas de Regulação e Descentralização. A divisão do estado feita ao turismo seguiu a divisão de regiões geográficas, inicialmente com 5 regiões: Costa dos Corais, Maceió, Lagoas e Mares do Sul, Cidades Históricas, Foz do São Francisco e Canyon do Rio São Francisco. Mais recentemente, as regiões foram ampliadas, incluindo mais três: Celeiro das Tradições, Quilombos e Sertão Alagoano. Estas são referências para o estabelecimento dos produtos e roteiros comercializados.

A Diretoria de Destinos e Produtos, além de assessorar, planejar e executar estratégias de desenvolvimento de produtos e destinos, junto a outras superintendências, é a responsável por elaborar, analisar e executar projetos de fomento e desenvolvimento, de interesse turístico que já existem, bem como, acompanhar e fornecer apoio para o desenvolvimento de novos (ESTADO DE ALAGOAS, 2008).

Outras incumbências da Diretoria são: acompanhar a execuções de programas federais, como Viaje Melhor Idade, CADASTUR, INVITUR e Destinos Indutores;

estruturação do banco de informações da SETUR-AL; e em nível estadual, a interlocução dos APLs em turismo, de acordo com Programa de Arranjo Produtivo (PAPL) vinculado ao SEBRAE.

Um Arranjo Produtivo Local (APL) representa forma de articulação e arranjo de pequenas e médias empresas que relacionam entre si, com empresas e instituições em torno de um negócio ou profissão. A ênfase desse arranjo está no compartilhamento, em torno de um ambiente sociocultural local. As interações geradas são de natureza cooperativa ou competitiva e tendem a gerar capacidade de ganhos de escala, integrar-se a economias externas, bem como a redução dos custos de transação e socialização do conhecimento (SEBRAE, 2004).

O APL de Turismo Caminhos do São Francisco ainda não está consolidado, mas já passou por amplo processo de discussão e articulações. Além desse Arranjo do setor, há destinos e roteiros turísticos integrados.

O Programa Federal de Regionalização do Turismo é incorporado pelo estado e após certa experiência, busca-se rearranjo organizacional, no sentido de centralizar esforços e investimentos, e estabeleceu-se ajuste para integrar os programas estaduais e federais. Alagoas tem como destino indutor, a capital Maceió e apresenta como segundo atrativo internacional, Maragogi. Estes são considerados os principais locais, em termos de atratividade, organização do setor, promoção e divulgação.

A Secretaria de Turismo de Alagoas apresentou também 3 roteiros no 3º Salão de Turismo: Caminhos da História e da Aventura: Os Segredos do Rio São Francisco, o Caminho dos sabores e saberes na terra dos Marechais: Os Segredos das Lagoas e Mares do Sul, e Caminhos de Sol e Charme na Costa dos Corais: Os Segredos de Alagoas.

2.9 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE SERGIPE

A gestão do governo do estado de Sergipe 2007-2010 redimensionou a divisão administrativa e estabeleceu 8 territórios: Sul Sergipano, Centro Sul Sergipano, Grande

Aracaju, Leste Sergipano, Agreste Central Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Médio Sertão Sergipano e Alto Sertão Sergipano (Anexo A).

A concepção desta territorialização foi desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e teve como referência, a definição adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT-MDA). Para o MDA território é

... um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL.MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p.18).

Essa concepção é incorporada na Secretaria de Planejamento (UFS/SEPLAN, 2007) para propor a estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, afirmando-se que

... importa pensar uma compreensão da questão territorial fundamentalmente em conjunto com os atores sociais envolvidos, isto é de maneira participativa. Por isso a idéia de “territórios de identidade”, que se definem num processo de construção de territórios pelos atores sociais (p. 6).

A partir do suporte teórico foram estabelecidas as dimensões principais da territorialização: econômico-produtiva, social, político-institucional, sócio-cultural e geoambiental.

A Secretaria do Estado do Planejamento de Sergipe (SEPLAN) desenvolveu, no período de 2007 e 2008, o Planejamento do Desenvolvimento Territorial Participativo, chamado, também, de Planejamento Participativo (PP). Dividiram-se o processo de análise das demandas dos territórios em três fases ou Rodadas. A primeira rodada permitiu realizar conferências municipais e estaduais em busca de consensos. Ao final, elaborou-se relatório com perfil dos territórios de acordo com indicadores e suas principais demandas. A partir de então, aposta-se em instâncias de discussão e consensos de forma setorial e territorial.

[Na segunda rodada, realizou-se o diagnóstico do território, a partir da metodologia de matriz de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), estabelecendo-se as características de pertencimento, as cadeias produtivas em expansão e em declínio e as articulações das instâncias de governança.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Sergipe é a instância de governança responsável pela avaliação, aprimoramento do Plano de Desenvolvimento do Estado, chamado DESENVOLVER-SE. Nos Territórios, estabelecem-se os Conselhos Territoriais e os Conselhos Setoriais. O Pacto Territorial é feito na articulação entre o Conselho Territorial e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Sergipe, alinhado ao Plano de Desenvolvimento do Estado.

Esse processo, dividido até então em três rodadas, permitiu a organização das demandas de cada município e após consertação no nível territorial, estabeleceram-se as diretrizes estratégicas com ações, órgãos responsáveis e os valores de investimentos necessários. O turismo entrou na pauta das demandas, juntamente com os demais setores, integrando-se nas ações do território e não de forma independente, descontextualizada.

CAPÍTULO 3

MATERIAL E MÉTODOS

3.1 – ÁREA DE ESTUDO

A área para realização desta pesquisa situa-se na região noroeste do estado de Sergipe, incluindo os municípios sergipanos de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, e o município de Piranhas em Alagoas. Os municípios situam-se na margem do Rio São Francisco, próximo à Usina de Xingó e congregam a maior parte dos atrativos e serviços aos visitantes. Os três municípios estão entre os 29 iniciais reconhecidos como região de Xingó (Figura 3.1 e Figura 3.2).

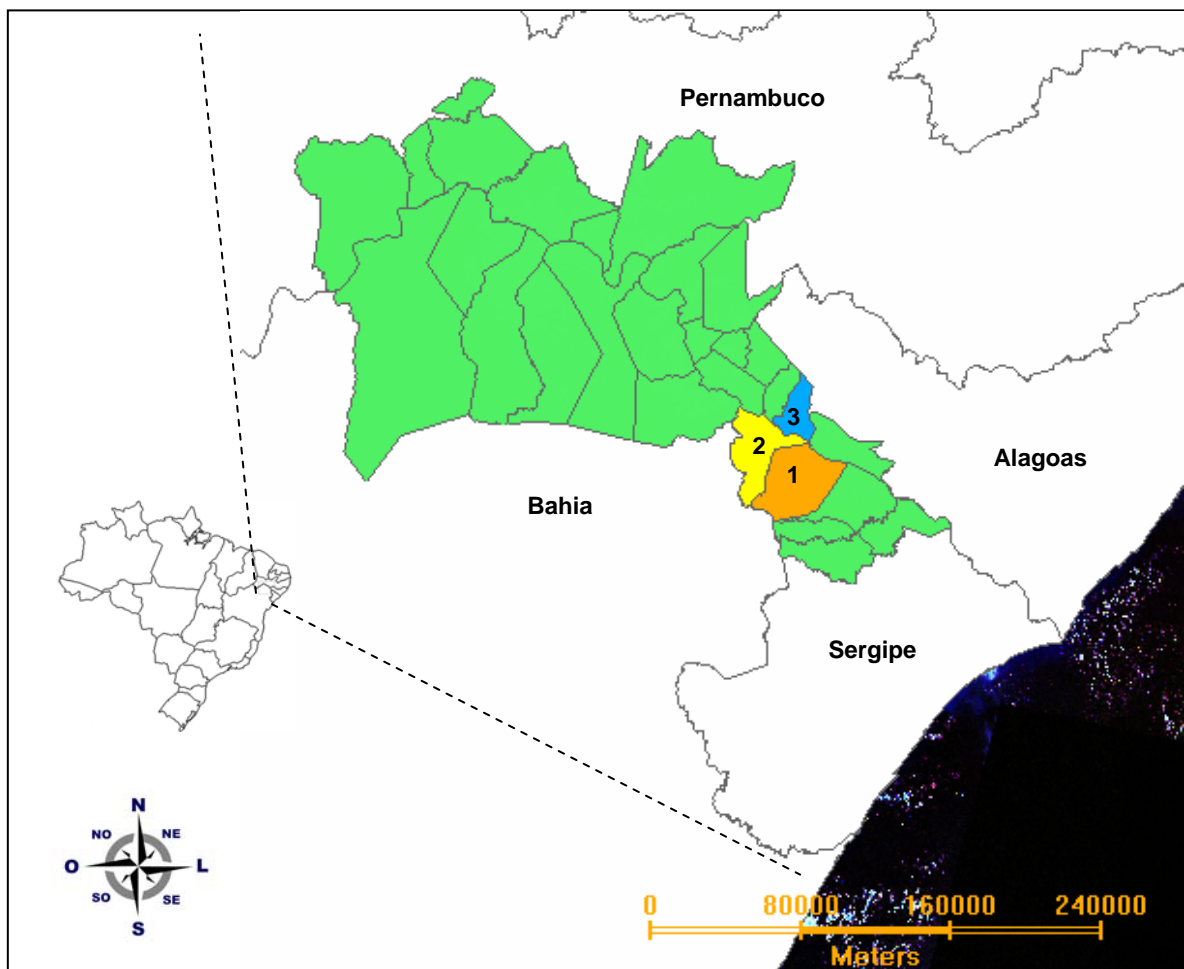


Figura 3.1 – Municípios da região de Xingó dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e destaque para área de estudo (1- Poço Redondo; 2 – Canindé de São Francisco; 3 – Piranhas)

Fonte: Autor, baseado em Lima (2003); MMA/CNRBC (2003).

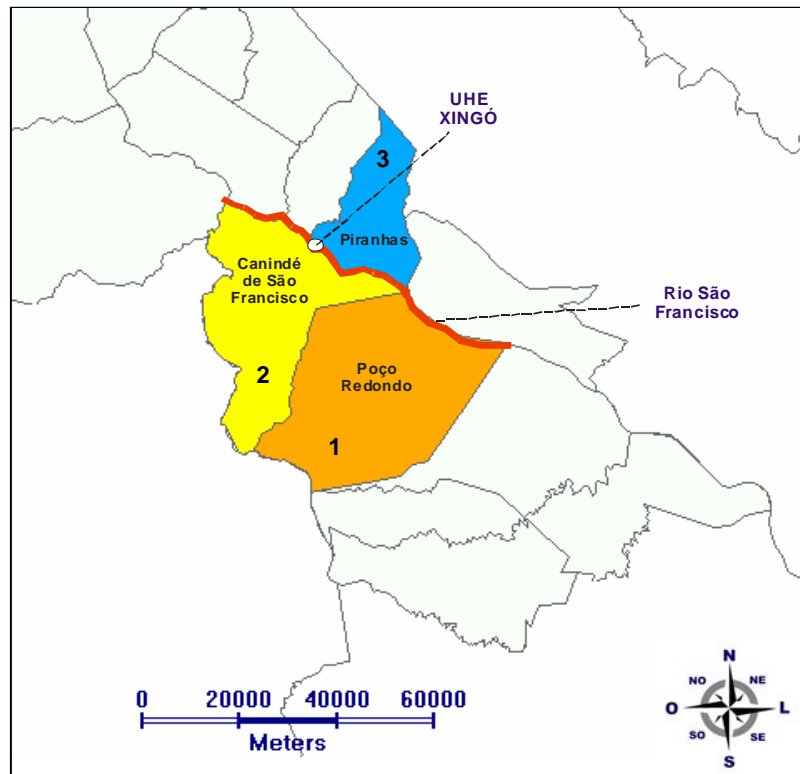


Figura 3.2 – Área de estudo incluindo os municípios de Poço Redondo (1) e Canindé de São Francisco (2) em Sergipe e Piranhas (3) em Alagoas. Em vermelho, destaque para a calha do Rio São Francisco e a posição relativa da Usina Hidrelétrica de Xingó, em branco.

Fonte: Autor, baseado em MMA/CNRBC (2003).

Os principais locais de coleta dos dados se concentram próximos ao Rio São Francisco e abrangeram as sedes dos três municípios (Tabela 3.1), os atrativos turísticos considerados referenciais e os povoados com pescadores artesanais (Figura 3.3). Em tais localidades estão os meios de hospedagem, operadores de turismo receptivo, restaurantes, locais de comércio de artesanato, gestores públicos e pescadores artesanais, relevantes para as entrevistas e diálogos.

Tabela 3.1 – Coordenadas geográficas dos municípios da área de estudo, 2008.

Municípios	Latitude	Longitude
Poço Redondo-SE	9°48'24.28"S	37°41'0.96"O
Canindé de São Francisco-SE	9°39'38.17"S	37°47'15.64"O
Piranhas - AL	9°37'25" S	37°45'24" O

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008) e Google Earth, 2009.

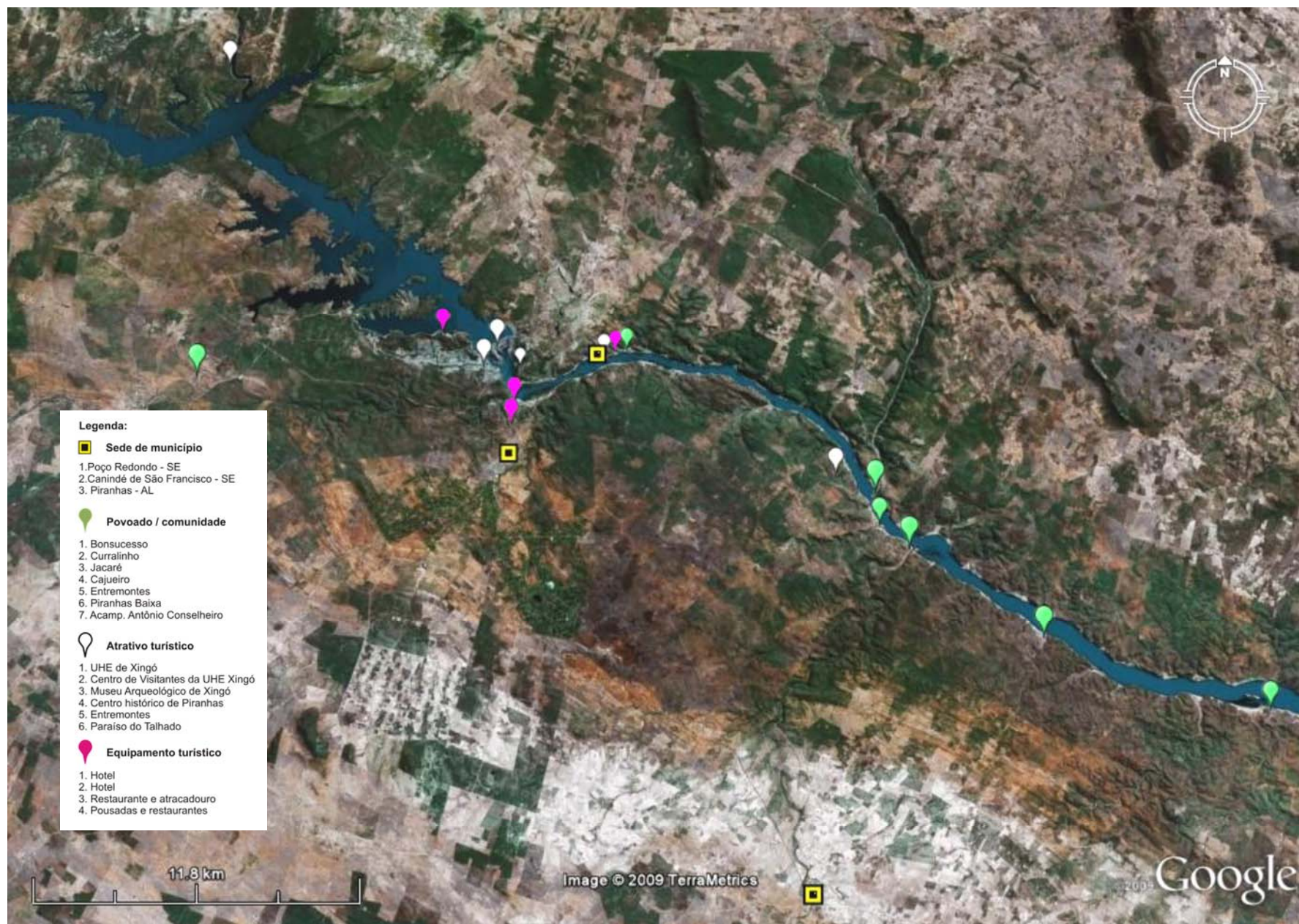


Figura 3.3 – Pontos de coleta de dados principais: sedes de municípios, povoados, atrativos turísticos e equipamentos turísticos.
 Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O sistema definido pelos três municípios faz limite com municípios de Sergipe (Porto da Folha e Monte Alegre de Sergipe), dos estados da Bahia (Paulo Afonso, Santa Brígida e Paulo Alexandre) e Alagoas (Inhapi, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira). O Rio São Francisco corta os municípios, estabelecendo limites de margens entre Alagoas (Olho D'Água do Casado, Piranhas e Pão de Açúcar) e Sergipe (Canindé de São Francisco e Poço Redondo). A conexão por rodovia entre os municípios do sistema se dá entre Canindé de São Francisco e Piranhas através de ponte sobre o Rio São Francisco ligando a rodovia SE-106 a AL-101.

O município de Poço Redondo está distante 139,9 km, em linha reta, da capital Aracaju, ou 186 km via rodovia BR-101/SE-206; possui área de 1.220 km², sendo 10 km² de área urbana e o restante, área rural. A densidade demográfica é de 21,3 hab/km² e a sua sede está a uma altitude de 188m em relação ao nível do mar (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO, 2002).

O município de Canindé de São Francisco situa-se também na região noroeste do estado de Sergipe, faz limite com os estados de Alagoas e Bahia; está distante 161,3 km em linha reta da capital Aracaju ou 213 km através das rodovias BR-101/SE-206, e a altitude da sede é de 38m. A área total é de 908,2 Km² e apresenta densidade demográfica de 19,5 hab/km² (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO, 2002). Ao longo do texto, o Município de Canindé de São Francisco por vezes é chamado de Canindé.

O município de Piranhas está situado na região sudoeste do estado de Alagoas, mesorregião do Sertão Alagoano, e microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. Está distante 221,6 km da capital, Maceió, e 280 km através da rodovia AL-101 e a altitude da sede é de 88 m acima do nível do mar. A área total é de 409,1 km² e a densidade demográfica corresponde a 48,9 hab/km² (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO, 2002).

3.2 - Delineamento da Pesquisa

Esta pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, apresentou enfoque sistêmico, considerando os recursos locais e os fluxos de matéria e energia baseados na gastronomia e artesanato, no entanto, para se aproximar da múltipla dimensão da sustentabilidade, buscou-se informações nos âmbitos: social, econômico, político, ecológico, espacial e cultural, para compor essa síntese.

Para tal, foram selecionadas as seguintes estratégias:

- Levantamento bibliográfico e documental;
- Contato e entrevistas com instituições governamentais e empresas buscando informações sobre fluxo turístico na região;
- Levantamento de informações em agências de turismo receptivo e em meios de hospedagem que operam na região, buscando reconhecer os caminhos percorridos em seus roteiros;
- Identificação dos principais pontos de venda de produtos de artesanato e da gastronomia típica;
- Visitas de reconhecimento da área, contato com representantes locais e proprietários que comercializam artesanato e alimentos;
- Entrevistas com roteiro, considerando diversos segmentos (Anexo E).
- Análise sistêmica dos recursos naturais com elaboração de diagramas de alças causais baseados nas informações sobre os fluxos e interações relacionados com artesanato e gastronomia;
- Identificação de variáveis relevantes para a seleção de indicadores de sustentabilidade.

Inicialmente, optou-se por realizar visitas de campo de reconhecimento na área de estudo, percebendo-se os espaços em que acontecem as atividades turísticas, dialogando com pessoas das populações locais. Posteriormente, esse olhar permitiu direcionar os roteiros de entrevistas, bem como identificar as principais fontes de recursos da fauna e flora utilizadas em artesanato e gastronomia consideradas típicas que derivam da região. Outro aspecto relevante foi o estabelecimento de contatos para adquirir informações das

instituições locais, bem como identificar responsáveis pelas áreas de turismo e meio ambiente, relevantes para o estudo.

Das quatro visitas de reconhecimento da área de estudo, uma foi direcionada à grota do Angico, em Poço Redondo, em expedição com a equipe do grupo de pesquisa BIOSE–UFS e representantes do IBAMA e SEMARH. A finalidade foi reconhecer parte da biodiversidade existente no entorno da trilha que leva à grota do Angico, com acesso por terra por Poço Redondo e reconhecer as condições da trilha usada turisticamente via fluvial com início na Fazenda Duas Irmãs, em Canindé de São Francisco. O relatório relativo a essa expedição também foi utilizado como fonte de dados.

Duas viagens posteriores permitiram reconhecimento de algumas estruturas turísticas em Canindé de São Francisco, como o passeio de catamarã aos lagos e cânion de Xingó e visita a Grota do Angico, com serviço turístico de catamarã e guias, no passeio reconhecido como Rota do Cangaço, com visita à sede de Piranhas, seu centro histórico e suporte de restaurantes e bares nas praias fluviais. A última visita deveu-se à consulta pública em 20/11/2007, para processo de criação de Unidade de Conservação (UC) para proteção da Caatinga, denominado Monumento Natural da Grota do Angico, nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em Sergipe, conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH).

A área de estudo escolhida partiu do princípio que o turismo, descentralizado, se dá nos municípios e os produtos oferecidos teriam a mesma base de recursos, como o Rio São Francisco, caatinga, história do cangaço. Dessa forma delineou-se inicialmente, o sistema como os limites dos municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, em Sergipe, e Piranhas em Alagoas; posteriormente a análise permitiria discutir até que ponto o sistema seria menor ou mais amplo.

Os pontos de coleta de dados foram determinados após contatos e visitas de reconhecimento dos espaços turísticos (Figura 3.3). Delimitou-se que haveria busca de dados através de entrevistas baseadas em roteiro para: gestores públicos, permitindo ter uma dimensão do papel do poder público local, conhecer melhor a dinâmica do município e obter dados sobre fluxo turístico; meios de hospedagem e operadoras de receptivo de

Sergipe, gerando informações sobre os atrativos turísticos que indicam aos turistas características do negócio, capacidade de recepção de turistas, bem como aspectos sobre a Rota Aracaju-Xingó; restaurantes e lojas de artesanato, obtendo dados sobre os pratos típicos mais consumidos e artesanatos mais vendidos, a origem da base dos pratos e produtos de artesanato; e pescadores e artesãos, que formam outra ponta da cadeia produtiva da gastronomia e artesanato, possibilitando informações sobre os locais de pesca de peixes e crustáceos, coletas de imburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*) e coroa-de-frade (*Melocactus* sp). A princípio, a coleta de dados dos pescadores dependeria dos contatos com as colônias de pescadores e dos artesãos via centros de artesanato.

A escolha dos entrevistados foi intencional, não-probabilística baseada nas informações em rede conseguidas de diversas fontes ou por indicação. Antes de cada entrevista foi apresentado e lido o Termo de Compromisso e Sigilo, algumas foram gravadas de acordo com consentimento assinado e estão sob posse do autor desta. Dessa maneira, evitou-se expor opiniões e comentários dos entrevistados junto aos dados de tabelas ao longo da apresentação dos resultados. As únicas opiniões expressas identificadas foram àquelas relativas aos gestores públicos.

As ações de campo, durante 2007 e 2008 incluíam diálogos, visitas de reconhecimento, entrevistas e registros. Alguns contatos foram feitos previamente e os demais, de acordo com a agenda e roteiro para cada situação. Os períodos de campo variaram por visita de 1 até 5 dias seguidos, sendo que as estadas em Piranhas ou Canindé permitiam trânsito entre os dois municípios em virtude da distância e disponibilidade de transporte. Em algumas visitas aos locais, por outros motivos, como por exemplo, levar turistas a conhecerem a região, também permitiu análise e registro.

Paralelamente, iniciou-se a pesquisa bibliográfica que apresentaria suporte teórico às discussões propostas. A sustentabilidade proposta exigiu conceituar, definir e estabelecer contexto com discussão sobre desenvolvimento sustentável, dimensões de sustentabilidade, direcionando para a tendência do olhar para o território em que se tecem as relações, destacando o desenvolvimento local. Nesse caminho e perspectiva, estabeleceu-se a posição do turismo e do turismo sustentável, algumas de suas abordagens,

como a econômica e a outra, como fenômeno social, bem como de vertentes apropriadas para se atingir à sustentabilidade, como o turismo rural e o ecoturismo.

A partir de então, inseriu-se a visão sistêmica e sua relevância para o desenvolvimento e planejamento do território em que se dá a atividade turística. Derivou-se a discussão para a o turismo visto como sistema e a sustentabilidade ecológica do turismo. Posteriormente, contextualizou-se com os indicadores de sustentabilidade, partindo dos modelos mais conhecidos de indicadores ambientais, na medida em que o estudo se propôs a aproximar a discussão do turismo e o uso de recursos naturais. Tais indicadores representam dados para tomada de decisão dos gestores públicos e privados.

Nesse panorama mais amplo, foram apresentados conceitos e características do extrativismo, gastronomia e artesanato e a ligação existente entre eles e o turismo na região de Xingó, foco da pesquisa.

Fundamentados, o turismo, sustentabilidade e visão sistêmica, partiu-se para composição de cenário das políticas de turismo no Brasil, com foco na descentralização que influencia as políticas e programas dos estados atuais. Nesse nível, discutiu-se o turismo no Nordeste e nos estados de Alagoas e Sergipe, destacando um conjunto de elementos que influenciam na dinâmica dos municípios do sistema. Particularmente, em Sergipe, destacou-se política de desenvolvimento territorial recente que tem exigido adequação dos órgãos públicos de turismo.

A descrição da área de estudo foi elaborada considerando-se levantamento bibliográfico e documental em diversas instituições públicas, como as prefeituras e secretarias dos municípios, como o Departamento de Turismo de Poço Redondo, a Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR) e a Secretaria de Desenvolvimento, Finanças e Meio Ambiente de Canindé de São Francisco; a SECTUR e Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Piranhas; as secretarias e órgãos dos estados de Sergipe (SETUR, EMSETUR, SEMARH, SEPLAN, ADEMA) e SETUR de Alagoas; órgãos federais como IBAMA-SE, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo (MTur), Ministério da Integração Nacional, Secretaria Especial de Pesca (SEAP), IBGE e INCRA; instituições como SEBRAE, Universidade Federal de Sergipe, Museu Arqueológico de

Xingó, CHESF entre outros. Certas informações foram cruzadas com entrevistas e diálogos mantidos com gestores públicos das áreas de turismo e meio ambiente dos municípios e do estado de Sergipe.

As informações sobre a região, forneceram um contexto e foram distribuídas em aspectos do meio físico, aspectos demográficos, socioeconômicos e históricos, fauna e flora, biodiversidade da Caatinga, as ações de proteção da biodiversidade das caatingas, a gastronomia e o artesanato na região, a pesca artesanal no rio São Francisco, o turismo nos municípios, destacando os atrativos turísticos e por fim, em uma síntese do cenário para a sustentabilidade na região.

A discussão em torno da sustentabilidade, baseada nos dados de campo, foi dividida em três aspectos: fluxo turístico, de acordo com a demanda e a oferta turística, o uso dos recursos naturais e o turismo e o desenvolvimento do turismo local, a partir da análise sistêmica e levantamento de indicadores de sustentabilidade.

A demanda turística e o fluxo turístico basearam-se em dados oficiais do Estado de Sergipe e de Alagoas e das informações fornecidas pelos principais operadores da região, a empresa MFTUR, dados do Museu de Arqueologia de Xingó, do Centro de Visitantes da Usina Hidrelétrica e das Visitas da Grota do Angico. O perfil da demanda turística de Sergipe baseou-se em dados fornecidos pelas Pesquisas de Demanda de Alta Estação e Baixa Estação (2006 e 2007) e dados da ocupação hoteleira fornecidos pela SEPLAN (2007).

Para a análise sistêmica e a sustentabilidade da atividade turística, bem como, para compor detalhes da oferta turística, realizaram-se entrevistas com representantes dos meios de hospedagem, operadoras de turismo, restaurantes, lojas de artesanato e gestores públicos. Dessa forma, buscou-se estabelecer se os atrativos turísticos divulgados por eles são similares ao que se levantou na pesquisa bibliográfica e documental. Em relação ao fluxo de turistas, comparou-se com a sazonalidade e a capacidade de leitos disponíveis, com vistas a discutir a capacidade de permanência de turistas no sistema por dois ou três dias. Os tipos de produtos de artesanato e alimentos fornecidos, procurados e a lucratividade e se derivam da base de recursos locais ou advém de fora do sistema; a

representatividade do empreendimento para a sobrevivência do proprietário e a possibilidade de se manter o negócio.

Inicialmente, para estabelecer a oferta turística buscou-se o cadastro das pousadas e hotéis dos municípios, restaurantes e operadoras de turismo receptivo, depois foi feita a identificação daquelas que, segundo entrevistados locais, de fato lidam com turistas. Dessa gama, escolheu-se de forma intencional e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e possibilidade de encontrá-los nos períodos de visitas a campo.

Os atrativos turísticos identificados foram classificados de acordo com o Manual “C” do Programa de Inventariação Turística do Ministério do Turismo (2004), sendo classificados em: atrativos naturais (AN); atrativos culturais (AC); atrações técnicas, científicas ou artísticas (AT); atividades econômicas (AE); e eventos permanentes (EP). As abreviações utilizadas foram decisões do pesquisador. As respostas espontâneas foram anotadas, não havendo questionamento sobre a amplitude da resposta, se estas englobavam mais que uma categoria de atrativo turístico. Dessa forma, optou-se por incluir, inicialmente, categorias compostas, tais como: AN e AC, AN e AT, AC e AT.

A discussão quanto ao número de atrativos e a distribuição destes na região foram feitas a partir da visão de Boullón (2002) e sua teoria do espaço turístico.

No caso dos meios de hospedagem, buscou-se uma amostra maior que 30%, considerando aquelas mais utilizadas turisticamente. Foram computados os dados da oferta de unidades habitacionais em hotéis e pousadas existentes, esclarecendo-se na análise, o perfil dos meios de hospedagem, a caracterização do negócio, se os proprietários sobreviviam dele ou teriam outra fonte de renda.

Uma das principais fontes sobre a demanda turística da região foi dada pela empresa MFTUR que opera passeio no lago do cânion do São Francisco. Estabeleceu-se também diálogo por correio eletrônico e entrevista com representante comercial da empresa. Em razão do termo de compromisso o representante é identificado como entrevistado da MFTUR.

A oferta de leitos e unidades habitacionais (quartos, suítes, apartamentos, chalés) dos meios de hospedagem foi fornecida pelos Diretores de Turismo dos Municípios e comparada com entrevistas feitas com representantes de pousadas e hotéis.

A escolha das operadoras derivou, inicialmente, de informações da empresa MFTUR que indicou parte das operadoras e diálogos em visitas de reconhecimento, cuidando para que contemplasse a maioria dos visitantes no passeio ao cânion do São Francisco, que derivam de Aracaju.

Foram entrevistadas nove representantes de agências de receptivo de Sergipe, sendo sete de Aracaju e duas de Canindé de São Francisco, que operam na região do Complexo de Xingó. Destas, estão representadas como responsáveis pelo maior fluxo de visitantes via Sergipe. De acordo com o sigilo proposto em termo de consentimento, os entrevistados não foram identificados e são tratados como entrevistados e as agências receberam números. As entrevistas foram feitas com auxílio de roteiro (Anexo F).

Ao longo da apresentação dos resultados utilizaram-se números de 1 a 12 para representar os meses de janeiro a dezembro, nas ocasiões em que os entrevistados responderam sobre os períodos de maiores fluxos, produção ou venda.

Na busca de elementos para construção das relações do turismo com o artesanato e pesca artesanal e para a configuração das cadeias produtivas associadas ao turismo no sistema, realizaram-se entrevistas com artesãos locais, focando aqueles que fazem uso de madeira, e com pescadores dos três municípios, focalizando para a região dos esforços de pesca, os tipos de pescados, quantidades e sazonalidade.

No caso dos bares e restaurantes e comerciantes de artesanato, buscou-se realizar número de entrevistas que atingisse a maioria daqueles relacionados com o maior fluxo de turistas, segundo as informações fornecidas pelos gestores e pessoas do local. Definidos os principais pratos típicos vendidos nos pontos comerciais, selecionou-se a variedade da fauna e flora mais exploradas.

Em relação aos produtos de artesanato vendidos aos turistas, identificou-se o perfil dos empresários e dos centros de artesanato, mostrando diversidade, tipos de materiais, origem da matéria-prima e ou dos produtos. A comercialização é caracterizada em razão dos produtos mais vendidos e considerados típicos, épocas de maior venda, se possui outra fonte de renda e o quanto depende desse negócio. Deu-se maior atenção aos produtos que fazem uso de madeira, em especial se a origem for da caatinga da região.

A sustentabilidade nessa fase incorporou informações para análise da dimensão ecológica, em especial, quando se apresentou o perfil e informações dos pescadores e artesãos, configurando a outra ponta da cadeia produtiva da gastronomia e do artesanato.

Optou-se por realizar entrevistas com pescadores da região, em cada um dos três municípios. Em princípio a intenção era realizar contato com as colônias de pescadores de cada município, bem como órgãos relacionados com a pesca. Feito o contato, esperava-se marcar reuniões participativas e realizar entrevistas com os pescadores. Entretanto, a maioria dos pescadores de Poço Redondo está associada à Colônia de Pescadores Z-15 e os de Piranhas estão vinculados à Colônia de Pescadores de Delmiro Gouveia, Z-20. Essa configuração, bem como a dificuldade de contato no período de campanha eleitoral, dificultou concretizar tais reuniões.

Conseguiu-se realizar três reuniões, sendo a primeira no Povoado Bonsucesso, em Poço Redondo (18/10/2008) com 25 participantes; a segunda em Canindé de São Francisco, no Acampamento Antônio Conselheiro (14/11/2008) com 8 participantes e uma terceira no Distrito de Entremontes, em Piranhas (30/11/2008), com 12 participantes. As reuniões foram organizadas juntamente com pessoas das localidades que dispuseram a ajudar voluntariamente. Apesar de não estabelecer contingente grande, as principais faixas de pesca do Rio São Francisco e principais pescados são conhecidos por grande parte da população ribeirinha, que permitiu obter os dados esperados, para configurar análise sistêmica. Durante as reuniões houve participantes que permaneceram durante todo o processo e alguns que participaram de parte do processo.

Em todas as reuniões aplicou-se a técnica de construção de mapa coletivo, segundo Brasil (2004) e auxiliaram nesse processo três estudantes do Curso Superior de Tecnologia

em Ecoturismo/Gestão de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

Em Canindé de São Francisco, o contato da Colônia de Pescadores Z-15 foi localizado no Acampamento Antônio Conselheiro, ocasião em que concordaram em elaborar mapa coletivo das áreas de pesca. Privilegiou-se a faixa que está à montante da barragem. Informações sobre a faixa de pesca à jusante seriam completadas com informações de pescadores de Piranhas, que convivem nas áreas de pesca e entrevistas com pescadores.

A análise da pesca artesanal contou também com dados levantados por Silva Montenegro (2002), IBAMA (2007) e Instituto Xingó (2003).

O roteiro de entrevistas para os pescadores foi baseado em Gomes (1998). A técnica de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), mapa coletivo baseou-se em Brasil (2004).

Entre os aspectos levantados, dividiram-se as informações nas categorias, perfil, variedade do pescado, locais de pesca e comercialização. Em algumas entrevistas procurou-se conhecer a percepção dos pescadores sobre as mudanças em seu entorno, e mudanças no comportamento dos pescadores ao longo do tempo.

Em relação aos pescados, destacou-se a variedade de pescado, a técnica usada, as quantidades pescadas (mínimo e máximo), como armazenam o pescado e meses com maiores e menores disponibilidades. No aspecto comercialização as informações basearam-se no valor de venda de cada pescado, preço mínimo e preço máximo, para quem vendem o pescado, quem define o preço e quais os fatores que influenciam nessa decisão.

Em relação aos artesãos locais, a dos entrevistados previa, inicialmente, aqueles que fazem uso de madeira, são credenciados como artesãos e fornecem seus produtos para os principais pontos de venda de artesanato. No entanto, após visitas de reconhecimento, incluíram-se alguns que trabalham com materiais variados e também, com madeira, além

de outro que trabalha com areia do rio, para posteriormente analisar se haveria ou não relevância, do ponto de vista ecológico.

A amostra de entrevistados foi intencional e não-probabilística, na medida em que se realizava levantamento dos artesãos nos principais pontos de venda de artesanato. Foram entrevistados nove artesãos, sendo cinco de Poço Redondo, dois de Canindé de São Francisco e três de Piranhas. Entre estes há artesãos que fazem uso exclusivo de madeira, outros que se utilizam da madeira e materiais diversificados e os que trabalham com doces artesanais, no caso da coroa-de-frade.

A elaboração do roteiro de entrevistas para os artesãos e a construção dos quadros com informações coletadas, também se basearam em Gomes (1998).

Os resultados obtidos a partir das entrevistas foram consolidados em tabelas e no caso da oferta turística construiu-se gráfico relativo à capacidade de suporte atual do sistema em termos de oferta de leitos disponíveis e demandas nos pontos de maiores fluxos turísticos. Os atrativos turísticos foram classificados de acordo com Brasil/MTur (2004).

Realizou-se entrevistas com gestores públicos de turismo e meio ambiente, baseando-se em roteiros, nas seguintes datas: Piranhas, no dia 17/3/2008 para turismo, na SECTUR e de meio ambiente em 27/11/2008 na Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente; em Canindé de São Francisco na área de turismo no dia 04/04/2008 e gestor de meio ambiente, em Aracaju, na residência do gestor dia 07/11/2008; em Poço Redondo no dia 07/07/2008, sobre turismo. Em Poço Redondo, ocorreram também diálogos curtos, obtendo-se informações de ex-prefeita (13/9/2008) e prefeito eleito (17/10/2008).

Posteriormente, foram elaborados diagramas das cadeias produtivas do artesanato e da pesca artesanal relacionada com o turismo, evidenciando as interações e influências das instituições públicas de turismo e meio ambiente, bem com instituições do terceiro setor. As relações causais foram apresentadas em diagramas de alças causais (FEARNSIDE, 1986) ou diagrama de influências (BUENO, 2005) para o artesanato com madeira de imburana de cambão e para a pesca artesanal do pitu.

A análise sistêmica teve continuidade com a elaboração dos diagramas dos subsistemas das cadeias produtivas locais que se relacionam com o turismo, baseados em Odum (1986; 2007). Os subsistemas representados abrangeram as cadeias relativas à pesca artesanal, piscicultura, agricultura familiar, pecuária, extrativismo e caça, artesanato, gastronomia, hospedagem, transporte e guiamento, além de rotas e roteiros. Tais diagramas serviram de base para a elaboração de diagrama do sistema como um todo.

A partir dos dados coletados e dos diagramas elaborados foram selecionados indicadores de sustentabilidade da atividade turística. A seleção de indicadores baseou-se na metodologia de Pressão-Estado-Resposta, gerado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, órgão das Nações Unidas (Santos, 2004; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2006) e indicadores propostos pela Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003), baseando-se nas diversas informações e discussões realizadas anteriormente.

A sustentabilidade das atividades turísticas na região de estudo foi discutida em razão do estado atual e a partir das perspectivas de um cenário futuro.

CAPÍTULO 4

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 – MEIO FÍSICO

O clima, de forma geral, é tropical, megatérmico no sentido das médias mínimas estarem acima de 18°C, em torno de 25,6 °C. Segundo a SEPLAN (2008), o clima na região é do tipo semi-árido, com irregularidade nas chuvas. As isoietas (CHESF, 1993) apontam para pluviosidades médias entre 413 mm e 600 mm ao ano. No entanto, Vilar (2007) aponta para área com limite entre os municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo clima árido, e aponta fatores como: as secas eventuais que baixam a média de pluviosidade, a evapotranspiração potencial ser maior que a precipitação anual, o que conduziria à classificação em clima árido. Concorda-se que há período de 6 a 8 meses seco. Os trimestres mais chuvosos são de março a julho, com destaque para maio, junho e julho. Segundo SEPLAN (2008), as chuvas ocorrem mais entre os meses de maio e agosto. Os trimestres mais secos são setembro, outubro e novembro (BOMFIM, 2002; MASCARENHAS, 2005).

O relevo é dominado por uma paisagem com superfície pediplanada, dissecada, monótona, suavemente-ondulada, resultante de longo processo erosivo. Há também colinas, cristas e interflúvios tabulares, além de serras residuais, como a Serra da Guia, em Poço Redondo. A superfície foi entalhada pelo Rio São Francisco, o que gerou um cânion adaptado de falhas e fraturas. O município de Piranhas tem sua sede em área de entalhe, mas possui parte da sua área inserida na unidade geoambiental Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros, formando vales profundos e estreitos. Tais paisagens estão entremeadas por áreas de pastagem com predomínio de gramíneas e capoeiras, bem como pela agricultura, fortemente orientada para a pecuária e certos cultivares de alimentos (UFS/SEPLAN, 1979).

O relevo favoreceu a instalação de barragens e usinas hidroelétricas na calha principal do rio. A usina de Três Marias localiza-se na porção superior, enquanto que as Usinas de Sobradinho, Itaparica, Moxotó e o complexo de Paulo Afonso e Xingó, no terço inferior. Para o funcionamento desse complexo de usinas foram inundadas cerca de 6.250 km² de terras férteis, com capacidade de geração de 7.902 MW, destes, cerca de 3.000 MW são gerados pela Usina de Xingó (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2008).

Os solos predominantes são do tipo Planosol, Bruno não Cálcico, Regosol Distrófico Litólico Eutrófico. Em Piranhas, os planossolos predominam em relevo suave ondulado e de forma geral, são mal drenados, com fertilidade natural média e problemas de salinização. Nos topos e altas vertentes, os solos Brunos não Cálcicos são rasos e apresentam fertilidade natural alta. Os solos podzolizados ocorrem nos topos e altas vertentes do relevo ondulado, drenados e com fertilidade natural média. Os solos Litólicos ocorrem nas elevações, são rasos, pedregosos e de fertilidade natural média. Poço Redondo tem o predomínio de planossol solódico eutrófico e regosol eutrófico com textura arenosa; já Canindé de São Francisco predominam solos litólicos eutróficos e Brunos não cálcicos. (UFS/SEPLAN, 1979).

A hidrografia da região insere-se na bacia do Rio São Francisco, e tem o padrão dendrítico no sentido NNE, voltado para a calha do Rio São Francisco (FONSECA & BASTOS, 1997). Os afluentes sergipanos e alagoanos, de forma geral, são de regime temporário e salobros. As principais sub-bacias na porção de Sergipe, na área de estudo, são: Curituba, das Onças, do Rio Jacaré, Campos Novos. Em Alagoas, os rios que podem exercer alguma influência no Rio São Francisco, na faixa de interesse, destacam-se o rio Moxotó e o rio Capiá. No enquadramento desses corpos de água, afirmou-se a necessidade de se ampliar os estudos dos rios intermitentes, nas áreas de semi-árido, realizando estudos de salinidade e outros específicos, em função da ocupação dos solos do entorno. Além disso, detectou-se a necessidade de implantar rede coletora de esgotos e sistemas de tratamento pelos municípios (ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2004).

Os canyons que ocorrem no desfiladeiro de Paulo Afonso e Xingó formam paisagens de exceção no território brasileiro, como “fatos isolados, de diferentes aspectos físicos e ecológicos inseridos no corpo geral das paisagens habituais” (AB’SABER, 1999, p.149). O rio São Francisco talhou rochas graníticas e o ao descrever o canyon de Xingó, localizado à jusante dos grandes reservatórios, Ab’Saber (1999, p. 150) afirmou ser “um dos desfiladeiros mais importantes e espetaculares do Brasil. Suas paredes rochosas e semidesnudas são revestidas por espécies anãs de uma caatinga arbustiva esgarçada”.

4.2 – FLORA E FAUNA

A vegetação típica do território do Alto Sertão Sergipano é de caatinga com duas variações, hipoxerófila e hiperxerófila, em razão do índice pluviométrico (SEPLAN, 2008). O mesmo se dá na região de Alagoas. Apesar dessas duas variações há várias fitofisionomias no Bioma Caatinga, e não um tipo uniforme de vegetação, devendo-se referir-se a zona das caatingas ou caatingas (FERRI, 1980; AB'SABER, 1999).

As fitofisionomias das caatingas têm como característica ser uma floresta arbórea ou arbustiva que perde suas folhas durante a estação seca, em que grande parte possui adaptações fisiológicas com características xeromórficas, tais como tecidos que permitem reduzir a transpiração, folhas grossas e pequenas, coriáceas e com pêlos, além de variadas formas de espinhos, como nas cactáceas (ROSS, 1988; AB'SABER, 1999; PRADO, 2005).

Outra característica das caatingas é a mudança da fisionomia em períodos secos, mata desfolhada (caducifólia), com solo desnudo e aspecto cinzento. Em períodos chuvosos, aparecer como uma mata verde, com árvores altas e copas cerradas, formando um compacto emaranhado de galhos e presença de muitos espinhos. Em período seco o estrato herbáceo é quase ausente.

As espécies mais conhecidas na caatinga hipoxerófila, com seus nomes populares são: angico, aroeira, baraúna, catingueira, faveiro, imburana de cheiro, jacarandá-de-caatinga, jacaré-caatinga, jatobá, juazeiro, jurema, pau-ferro, pau d'arco, pereiro, umbu. Já na caatinga hiperxerófila predominam as cactáceas como cabeça ou coroa-de-frade, facheiro, mandacaru, xique-xique e bromeliáceas rígidas como as macambiras.

Estudo de plantas lenhosas da Caatinga na região de Xingó, envolvendo diversos ambientes, de canyon, serra, ravina, tabuleiro arenoso e tabuleiro argiloso, nos municípios de Canindé de São Francisco e Piranhas, sugeriu que a heterogeneidade ambiental da Caatinga influencia uma riqueza relativa de espécies, sendo muitas, endêmicas (SILVA et al, 2005). Fonseca (1991) afirmou que as variações da vegetação teriam grande influência dos fatores edáficos na abundância das espécies.

A partir de expedição para avaliação preliminar da fauna e flora da Caatinga e criação da Unidade de Conservação, Monumento Natural da Grotta de Angico, observou-se que regiões próximas ao Rio São Francisco, entre os municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, na área relativa à UC, há formações primárias da vegetação em morros e platôs, com leve inclinação, em que o estrato arbóreo é predominante, com alturas entre 5-8 metros. O estrato herbáceo aparece apenas onde não há cobertura do dossel. Em matas associadas a riachos intermitentes, o estrato arbóreo pode chegar aos 10 metros (RIBEIRO & MELLO et al, 2007).

Segundo a classificação de Andrade-Lima (1981) tais áreas são de caatinga de Unidade 2 tipo III. Nos morros e platôs predominam *Caesalpinia pyramidalis* (Catingueira), em torno de 80% da cobertura de dossel seguida de *Commiphora leptophloeos* (Imburana de cambão) com menos de 5%. Ressaltou-se também a abundância de *Cereus jamacaru* (mandacaru) e *Pilosocereus pachycladus* (facheiro) que podem atingir alturas de até 12 metros. Nas áreas de matas associadas a riachos intermitentes as espécies predominantes são: *Tabebuia aurea* (Craibeira, Ipê amarelo) e catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), embora se destaquem a presença maior do que em outras áreas de pau ferro (*Caesalpinia ferrea*) e *Amburana cearensis* (imburana de cheiro).

Na mesma expedição foram identificadas formações secundárias da vegetação, como as áreas de pastagens e as áreas abandonadas de solos salinizados. Na primeira formação, predominam pastagens ativas ou abandonadas, em que foi retirada toda cobertura original de caatinga, com indivíduos isolados para o fornecimento de sombra. Apontou-se a dinâmica de regeneração muito intensa, de alta resiliência, distinguindo essas áreas pela abundância de *Mimosa tenuiflora* (jurema) e *Croton campestris* (velame), seguindo-se de *Caesalpinia pyramidalis* (catingueira) e *Aspidosperma pyriformium* (pereiro). A segunda área, cada vez mais predominante, sem capacidade de regeneração devido à salinização do solo, presença de *Senna georgica* (mata-pasto), como na região do rio Curitiba (RIBEIRO & MELLO et al, 2007, p. 15-16).

A proteção do solo pela vegetação ou pelas folhas secas é importante para a reposição e manutenção da biomassa; para a proteção da água, o que reduziria os efeitos dos períodos secos, bem como evitaria enchentes, na medida em que o solo permaneça

capaz de absorver a água, mantenha a comunidade de microorganismos e não fique endurecido; e a adaptação das espécies nativas às condições da semi-aridez. Sem a vegetação a região sofreria aumento de temperatura, diminuição das chuvas e da água aproveitável (MAIA, 2004).

O processo de sucessão na caatinga descrito por Araújo Filho e Carvalho (1997) diz que os estádios de sucessão secundária podem variar, mas de forma geral a seqüência mais comum segue a seguinte linha: estágio herbáceo, estágio arbustivo, estágio arbustivo-arbóreo, estágio arbóreo-arbustivo. O estágio herbáceo de 1 a 3 anos; o estágio arbustivo de 10 a 15 anos de duração; o estágio arbustivo-arbóreo de 20 a 25 anos; e por fim, o estágio arbóreo-arbustivo após 40 anos. A correlação solo/vegetação tem maior intensidade quando se aproxima do clímax, embora os autores apontem a importância das condições do solo ao longo de todo processo. Entre as espécies representativas nos diversos estádios está o marmeleiro (*Croton sonderianus* Muell. Arg) e a jurema-preta, como indicador de estágio arbustivo, em que ambos são dominantes em solos com fertilidade natural e pH ácido, mas a primeira com boa drenagem, enquanto a outra em solos de drenagem limitada. Citam-se como indicadores de degeneração, plantas que aumentam nessas condições, tais como a malva branca (*Sida* sp) e o velame (*Croton campestris* St. Hil.).

Das espécies da caatinga, teve especial atenção neste estudo, a imburana de cambão (*Commiphora leptophloeos* J.B.Gillett), explorada como fonte de madeira para construção e para o artesanato e a cactácea coroa-de-frade (*Melocactus* sp), utilizada como fonte para fabricação de doce ou comendo produtos artesanais, como vasos de cerâmica. Ambas foram destacadas pela ligação com a atividade turística. O umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) fornece frutos para sucos e sorvetes; sua raiz também é utilizada na fabricação de cocadas e são comercializadas na área rural, mas não é abordado nessa pesquisa.

Em relação à fauna, identificaram-se na região do Monumento Natural da Grota do Angico (RIBEIRO & MELLO et al, 2007) 21 espécies de mamíferos com maior diversidade em quirópteros (11 espécies), 14 espécies de anfíbios e nove de répteis (lagartos e serpentes) e 10 espécies de abelhas.

Por meio de vocalizações e avistamentos, identificou-se também a presença do *Callithrix jacchus* adaptada ao clima e tipo de vegetação da caatinga. Avistaram-se pequenos mamíferos como *Marmosa murina*, *Wiedomys pyrrhorhinus*, *Trichomys apereoides* e capturou-se com armadilhas shermanns, *Monodelphis domestica*. Entre os anfíbios estão *Leptodactylus caatingae*, *L. troglodytes*, *Physalaemus cicada*, *Pleurodema diplolister* e *Proceratophrys cristiceps*, e o réptil *Tropidurus semitaeniatus*. A rã *L. caatingae* foi recém-descrita, dessa forma, sugeriu-se que área protegida seja mais bem compreendida (RIBEIRO & MELLO et al, 2007).

Em relação à ictiofauna considera-se a existência de ecorregiões aquáticas que diferem da história da Caatinga, pelo fato de atravessarem outros ambientes. A ecorregião aquática 3 coincide com a Bacia do Rio São Francisco e possui maior grau de endemismo (ROSA et al, 2005).

A herpetofauna da região de Xingó está melhor representada nas coleções devido a implantação da barragem e usina de Xingó que conta 10 espécies de serpentes, 19 de lagartos e 12 de anuros. Sergipe tem sido mal amostrado na região, mas dentro das categorias de áreas prioritárias para conservação, a região de Xingó classifica-se como muito alta (RODRIGUES, M.T. 2005).

As análises da biodiversidade da caatinga sugerem a necessidade de ampliação de estudos, mas já é possível destacar sua riqueza e singularidade. Estudos desenvolvidos pelo projeto Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Caatinga, do Ministério do Meio Ambiente em 2000, sistematizaram diagnósticos e conhecimentos existentes e forneceram valiosas informações, ainda que não completas.

Apesar do reconhecimento da necessidade de ampliação das pesquisas nas áreas de caatinga, destacam-se também espécies que estariam ameaçadas de extinção e apontou-se no mínimo 34 espécies de fauna no bioma caatinga.

4.3 – INFLUÊNCIAS ANTRÓPICAS NA CAATINGA

As caatingas não podem ser vistas apenas em razão do seu aspecto atual, já que tais fisionomias são influenciadas por fatores antrópicos, como a agropecuária, corte de carvão e lenha, além do plantio de plantas forrageiras para o gado, como a cactácea exótica palma (*Opuntia palmadora*). Muitas dessas áreas que sofreram ação de distúrbios e devastação são atenuadas visualmente, pela grande capacidade de certas espécies de rebrotar após o corte e crescerem rapidamente (TABARELLI & VICENTE, 2004).

Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960, p.408) a descrição das “riquezas naturais” existentes nos municípios sergipanos de Canindé (denominado Curitiba, na ocasião) e Poço Redondo, aponta o valor das “madeiras extraídas para dormentes, construções e lenha, cuja produção foi estimada em 10.260 m³ no valor de Cr\$ 443.000,00”.

Vasconcelos Sobrinho (1974) aponta um levantamento estatístico efetuado pelo antigo Serviço de Inspeção Florestal e de Proteção da Natureza, a *Great Western*, consumiram 200.000 m³ de lenha e 60.000 dormentes de aroeira e baraúna, entre 1935 e 1945. Além disso, 12.000.000 m³ de lenha para consumo doméstico foram extraídos da caatinga em 1945.

A exploração predominante da caatinga se dá com a pecuária e agricultura de subsistência, no entanto a primeira demonstra estagnação, com baixos índices produtivos e reprodutivos. Araújo Filho & Carvalho (1997) afirmam que 10 a 12 hectares de caatinga nativa são necessários para se criar um bovino adulto durante um ano, que fornecerá 4 kg de carcaça ou 2,8 kg de carne/ha./ano. Eles destacam os baixos investimentos no setor, o superpastoreio, o baixo nível educacional dos produtores, o título de posse de terra. O superpastoreio inclui a pressão de ovinos e bovinos sobre as espécies herbáceas e do ramoneio dos caprinos sobre espécies lenhosas, levando a perda de biodiversidade.

Andrade & Oliveira (2004), sobrepondo cartas de vegetação e uso da terra, reforçam que o processo de degradação do semiárido é dependente do mau uso dos recursos naturais pelo homem do que de problemas relacionados com o clima. A conjugação da seca com ação antrópica predatória resulta na degradação ambiental, que

começa a se desencadear com a retirada da cobertura vegetal. O processo se agrava dependendo do tipo de solos pedregosos na superfície, juntamente com sobrepastoreio.

A prática de criação de caprinos na região de Xingó indica que essa espécie é generalista quanto ao hábito alimentar, exercendo uma pressão natural capaz de afetar a abundância e a distribuição de espécies lenhosas da caatinga, em especial ao se alimentar de plântulas, folhas novas, frutos entre outras partes das plantas. Estudo preliminar apontou que, da grande lista de espécies utilizadas pelos caprinos, estão a Imburana de cambão (*Commiphora leptophloeos* J.B. Gillet) e a coroa de frade (*Melocactus* sp), concluindo também, sobre a necessidade de se descrever os elementos e pressões sobre o sistema (LEAL et al, 2005).

Atualmente, a exploração dos recursos da caatinga, adotados nas áreas de certos assentamentos, geraram rebaixamento de lençóis freáticos, aumento dos processos erosivos, com conseqüente assoreamento dos corpos d'água, empobrecimento do solo, baixa produtividade e diminuição da biodiversidade, dentre outros (COELHO, 1996).

Freire & Pacheco (2005) realizaram pesquisa em municípios na divisa entre Sergipe e Alagoas no entorno da Usina Hidrelétrica de Xingó-UHE, buscando mapear e analisar as áreas de risco passíveis de desertificação, durante o período de 1989 e 2003. Os resultados obtidos permitiram inferir que houve, aumento de 91,3% de solo exposto e 70% de áreas urbanas ou antropizadas, diminuição de 21,2% de áreas agropastoris, 9,7% de caatinga arbórea e 68,7% de caatinga arbustiva. Esses resultados se devem, à necessidade de novas áreas agrícolas para substituir as que se exauriram por técnicas de cultivo inadequadas, pela presença de espécies rentáveis comercialmente, para compor a matriz energética das populações sertanejas, na construção civil e nas novas áreas de pastagem extensiva.

Santos & Tabarelli (2002), encontraram na região de Xingó, entre Sergipe e Alagoas, correlação positiva entre a distância combinada de cidades e rodovias e o percentual de vegetação remanescente. Há uma relação entre rodovia e cidade que se prolonga entre 12 e 15 km para o interior da vegetação adjacente e sugere-se que esse efeito seja considerado ao se definir áreas prioritárias para a conservação da caatinga e elaboração de planos de desenvolvimento econômico da região caatinga.

4.4 – PROTEÇÃO DA CAATINGA

A Reserva da Biosfera da Caatinga insere-se no perfil de áreas de ecossistemas terrestres, internacionalmente reconhecidas pelo programa “Homem e a Biosfera”, desenvolvido pela UNESCO com o PNUMA, em 1972 e abrange área de 189.990 Km². Nessas, privilegia-se o uso sustentável dos recursos, promove-se o conhecimento, a prática de atividades auto-sustentáveis, considerando gestão integrada e participativa. Entre suas funções se destacam, a conservação das paisagens, dos ecossistemas, das espécies e variações; o desenvolvimento econômico e humano sustentável; o apoio logístico a projetos de educação ambiental, pesquisa, treinamento e monitoramento.

As áreas prioritárias para a conservação da caatinga são divididas em quatro categorias: extrema, muito alta, alta e informação insuficiente (TABARELLI & SILVA, 2002). Existem áreas do município de Canindé de São Francisco, de Piranhas e de Poço Redondo que são consideradas de categoria extrema para conservação (Figura 4.1).

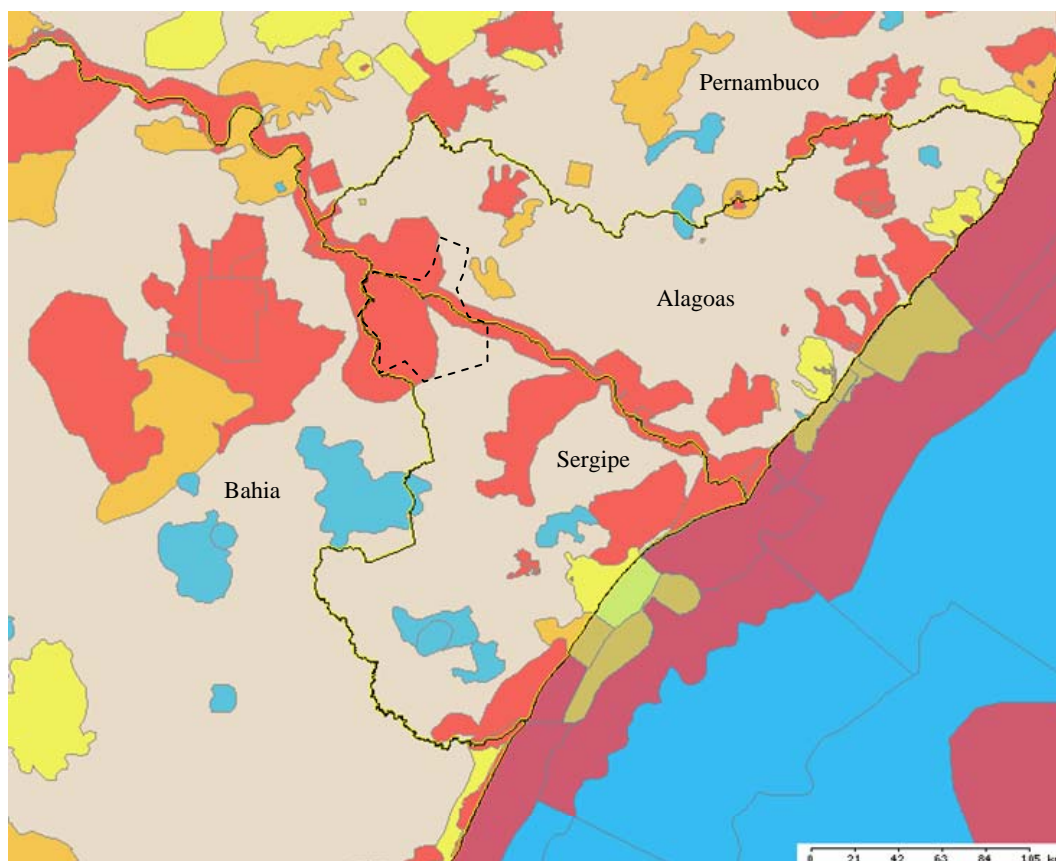


Figura 4.1 – Áreas prioritárias para a conservação da caatinga, com destaque tracejado para áreas dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas.

Fonte: Baseado em GEF CAATINGA (2006)

No município de Canindé de São Francisco a primeira unidade de conservação de proteção à caatinga é denominada Parque Natural Municipal da Lagoa do Frio, com área de 278,99 hectares que está em processo de reenquadramento, com elaboração de plano de manejo e criação de conselho consultivo. Tal unidade foi criada em 2001 (Decreto nº 041/2001 de 23/10/2001) como compensação ambiental na ocasião da implantação da Usina de Xingó.

Em 2007, criou-se o Monumento Natural da Grota do Angico (Decreto nº 24.922, de 21/12/2007) que tem como finalidade manter a “integridade dos ecossistemas naturais da Caatinga, para o desenvolvimento de pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo e visitação pública”, inclui áreas públicas e particulares, visando compatibilizar a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários, cabendo à SEMARH a administração.

No processo de estudo para criação da unidade de conservação, os participantes das oficinas em Poço Redondo demonstraram conhecer o valor histórico da área e apóiam a valorização da Grota do Angico como patrimônio público, entretanto, a maioria não conhece ou visitou a área. Em Poço Redondo, entende-se que a criação da Unidade de Conservação permitirá o planejamento das atividades turísticas monitoradas, envolvendo os guias capacitados e geração de renda por meio do turismo, com incentivo a comercialização de artesanato, doces, fortalecimento dos sistemas agropecuários de caráter familiar. Em Canindé de São Francisco, participantes das oficinas sugerem incentivos a projetos de Educação Ambiental, que permitam maior interação e conhecimento da comunidade com as riquezas naturais e a biodiversidade do local (GOMES et al, 2007).

Está em processo de definição a criação de Unidade de Conservação federal, de proteção integral, como compensação ambiental pelo barramento do Rio São Francisco e construção da Usina de Xingó, pela CHESF, com o nome ainda a ser definido, chamado atualmente Monumento Natural Talhado do São Francisco, antes Monumento Natural do Cânion do São Francisco, que engloba a calha do São Francisco, várias áreas de caatinga e importantes sítios arqueológicos nos municípios de Paulo Afonso (BA), Piranhas (AL), Olho d'Água do Casado (AL), Delmiro Gouveia (AL) e Canindé de São Francisco (SE) (Anexo B). Os processos de consulta pública demonstram a preocupação das comunidades

com as limitações de atividades como a piscicultura, a pesca artesanal, agricultura, criações e turismo. A intenção é compatibilizar preservação da Caatinga com o desenvolvimento sustentável da região, principalmente aquelas relacionadas ao turismo (BRASIL/MMA, 2008).

Em Piranhas há o Sítio Histórico e Paisagístico de Piranhas que se constitui das áreas do núcleo histórico de Piranhas sede, o Centro Histórico, Piranhas de Baixo e o Povoado de Entremontes (LEI Nº 6.650, de 19/12/2005). Estes foram definidos visando sua proteção, como Zona de Preservação Rigorosa e Áreas de Entorno, que inclui as áreas de caatinga.

4.5 – ASPECTOS HISTÓRICOS

Os registros do Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) apontam à existência de povos na região Nordeste desde 11.000 anos. Na área que engloba os municípios desse estudo foram identificados vestígios da cultura Canindé com cerca de 9.000 anos do presente. Os grupos dessa cultura eram de pescadores-caçadores-coletores, registrados em fogueiras para assar os animais capturados. Os vestígios indicam que os animais que viviam nas caatingas capturados eram de pequeno e médio porte, o que talvez requeresse muito tempo para apanhá-los. A variedade dos resíduos deixados ou até em pinturas nas paredes das rochas indicam a presença de animais na sua dieta como: capivaras, macacos, tatus, taratarugas, tamanduás, aves variadas e peixes (CARVALHO, 2003).

A ocupação da região semi-árida sergipana e alagoana pelos portugueses inicia-se no século XVI e aos poucos sua ocupação vincula-se fortemente à criação de gado. É essa atividade que induziu a ocupação do território sergipano, incluindo o semi-árido, período em que se instalam currais na beira dos rios, no sentido sul-norte. Durante toda a trajetória sempre houve relação dos colonizadores com os povos indígenas existentes, seja de conflito, como mão-de-obra à base de escambo ou trabalho escravo. Em muitas localidades ampliou-se a mestiçagem, que é base da população sergipana. Sob influência holandesa, em 1637, registraram-se a existência de 400 currais em Sergipe. A atividade pecuária continuou sendo a mais importante entre os séculos XVII e XVIII articulando o mercado regional e a capitania. O desenvolvimento da criação de gado permitiu o surgimento de

vários povoamentos e aos poucos ganharam status de vilas. A criação de gado, abrangia bovinos, cavalos, muares, suínos, caprinos e ovinos, sendo que boa parte produção, além de couros e solas eram exportadas para a Bahia.

O avanço da cultura canavieira empurrou cada vez mais a atividade pecuária para o interior, como no semi-árido. O resultado dessa interiorização, em meados do século XIX foi a maior concentração de fazendas nos municípios sertanejos. Apesar desta atividade se tornar secundária em relação ao açúcar e ao algodão, em meados do século XX volta a ter papel mais relevante.

O plantio de algodão teve seu papel na região do semi-árido, especialmente na década de 1860, ocasião da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, passando ao nível de exportação. Intensificou-se o aumento da população nas regiões semi-áridas, mas sempre foi identificada como lavoura dos pobres, pois era resultante de trabalho familiar, de pequenos lavradores, meeiros e arrendatários. Em períodos de declínio associou-se à oferta de terras a lavradores que plantavam algodão junto com o capim, e depois, devolviam a terra com capim para o gado (ATLAS ESCOLAR DE SERGIPE, 2007).

A região do sertão que envolve os municípios de estudo tem grande influência da cultura sertaneja, atrelada à paisagem da caatinga, com seus períodos de seca e chuva, que guardam as marcas de momentos de modernização e estagnação, também, foi palco do movimento histórico conhecido como período do cangaço, importantes para a identidade cultural e para o turismo.

Poço Redondo nesse contexto tem sua ocupação iniciada pelo Rio São Francisco e margens dos rios afluentes, em razão dos currais implantados. O povoado tido como mais antigo é o de Curralinho com ancoradouro para escoamento da produção, principalmente levando carne salgada, peles, couros, leite e derivados para Piranhas e Penedo em Alagoas e Própria em Sergipe (VIEIRA, 2000). No entanto, a instalação da sede do município estaria associada ao povoamento antes denominado Curral de Cima, em torno de uma área que formava um semicírculo no rio Jacaré, por influência de instalação de fazenda ligada à produção algodoeira nessa área (IBGE, 1954). Pela Lei Estadual nº 525-A, de 23 de novembro de 1953, Poço Redondo é elevado à categoria de cidade. Atualmente, integra

alguns roteiros turísticos, apenas com a Trilha do Cangaço para acesso à Grota do Angico, mas operado a partir de Piranhas e Canindé.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1954), no período Colonial brasileiro o território de Canindé foi alvo da cobiça das bandeiras, mas, devido às secas da região sertaneja, esses desbravadores perderam o interesse pelas terras. O município de Canindé de São Francisco tem sua origem a partir da instalação de currais, do desenvolvimento de curtume que atraiu novos moradores, além de algumas taperas pertencentes aos pescadores na chamada Canindé de Cima. Em 1936, ganhou a condição de 2º Distrito de Paz de Porto da Folha; dois anos depois, passava à condição de vila e chegou a receber o nome de Curituba, em 1943, mas por descontentamento da população devolveu-se o nome Canindé, de origem indígena, que significa arara e papagaio, denominando-se daí Canindé de São Francisco. Sua emancipação se deu no dia 25 de novembro de 1953, através da lei nº 525-A, como em Poço Redondo.

Outra mudança mais radical se deu, após a construção da hidrelétrica de Xingó, no Rio São Francisco, inaugurada em 1987. Canindé de Cima e Canindé de Baixo deixaram de existir, pois se situavam na chamada área de risco da hidrelétrica. A nova Canindé, entregue em 1987, foi construída pela Chesf e apesar de projetada, com áreas administrativa, comercial e residencial, não foi estruturada o suficiente para receber a quantidade de pessoas atraídas pelo crescimento da arrecadação e desejo de melhoria de vida.

A receita mensal do município, decorrente do ICM da usina, é menor apenas que o da capital, Aracaju. A política da nova Canindé desde sua entrega foi marcada por conflitos e disputas políticas acirradas. Alguns desses conflitos entre 1995 e 2001 levaram a duas intervenções estaduais, envolvendo gestores públicos, sob acusações de mandantes de chacina, atentados e desvios de verbas públicas.

Outra influência relevante na ocupação do território de Canindé foi o Projeto Califórnia ou Perímetro Irrigado Califórnia, constituído por duas antigas fazendas, Cuiabá e Califórnia, desapropriadas pelo governo do Estado em 1984 e concluída em 1987. Segundo a COHIDRO (2008) a área está contida no interior de duas pequenas bacias hidrográficas: a do riacho da Onça, temporário e de um riacho sem nome, também

temporário, adjacente e a oeste do primeiro, ambos afluentes do rio São Francisco. Tal projeto foi planejado para ser modelo de exploração racional de solo e água no semi-árido nordestino, com duas formas de exploração agrícola recomendadas: a agricultura irrigada e de sequeiro, resistente à seca. As culturas exploradas são de acerola, banana, goiaba, manga, graviola, abóbora, aipim, amendoim, feijão de corda, milho, quiabo e tomate.

Há outros projetos em andamento que envolve a irrigação, tais como o Jacaré-Curitiba desenvolvido pela CODEVASF e integrado a ações do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com área irrigável de 1.800 hectares.

O projeto Canal de Xingó prevê um canal de 310 km de extensão, com tomada d'água no reservatório de Paulo Afonso, que por ação da gravidade a água seria conduzida para aproveitamento múltiplo em terras dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, no estado de Sergipe e Santa Brígida e Paulo Afonso, no estado da Bahia. A intenção é promover nessas regiões condições sustentáveis de desenvolvimento e de convívio com os recursos naturais ali presentes. Esperam-se beneficiar a pecuária leiteira, desenvolvimento da agricultura irrigada, agroindústrias, apicultura e piscicultura, além da exploração do potencial turístico proporcionado pela região do cânion do São Francisco.

Atualmente, Canindé de São Francisco é considerado o portão Sergipano de entrada para o Cânion do São Francisco que integra águas do rio São Francisco, dos Estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, além de estar incluído no Programa de Roteirização, com a rota Aracaju-Xingó.

Piranhas, em Alagoas originou-se da concentração de pescadores, no século XVI, devido às corredeiras existentes ali, que favoreciam a concentração de pescados, em especial, no período da Piracema. Na época colonial foi também alvo do movimento denominado Entradas e Bandeiras, seja na busca de ouro ou de índios, a partir do Rio São Francisco, tido como principal via de penetração no interior. A pesca ainda hoje tem grande relevância no modo de vida de muitos moradores.

No século XVII houve expansão da pecuária e instalação de currais, a exemplo de Canindé e Poço Redondo, principal fator de interiorização do semi-árido, já que gerava fixação, diferentemente de Entradas e Bandeiras (NUNES, 2007).

Inicialmente, a região era conhecida como Tapera, mas a origem do nome atual deriva, segundo história mais comum, do riacho chamado das Piranhas. Um caboclo teria pescado uma grande piranha e depois que a preparou, levou-a para sua casa. Ao verificar que se esquecera do cutelo pede ao filho, que fosse ao porto da piranha e trouxesse o cutelo. De geração em geração a localidade passa a denominar-se “Piranhas”. O nome das Piranhas foi-se estendendo desde o riacho até a povoação organizada que surgiu em Tapera. Em 1885 tornou-se Freguesia, depois Vila, com território desmembrado de Pão de Açúcar e Água Branca. Em 1910 torna-se comarca e em 1930, cidade. Em 1911, o município é constituído de 2 distritos: Piranhas e Entremontes. Entremontes já foi desanexado e anexado a Piranhas outras vezes. Piranhas já foi chamada de Marechal Floriano em 1939, depois retornou a seu nome original em 1949. Mais a frente surgiria o distrito de Olho D’água do Casado, que se desmembraria em município em 1962.

Há dois períodos relevantes na história de Piranhas que afetaria sua dinâmica socioeconômica, após o período dos currais: a navegação a vapor e a construção da estrada de ferro, no século XIX e a construção da Usina Hidroelétrica de Xingó, no século XX. Ainda no século XVIII era conhecido como Arraial das Piranhas ou Porto de Piranhas um entreposto comercial importante que ligava o sertão ao litoral. A navegação era feita à vela devido às corredeiras e a cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia, que impediam a circulação fluvial.

As fases seguintes estiveram ligadas ao desenvolvimento tecnológico, na medida em que houve incremento da navegação na região, em virtude dos barcos a vapor. Fator importante foi a visita do Imperador D. Pedro II, que percebia no Rio São Francisco possibilidade de desenvolvimento nacional. A partir daí, contrato entre governo e a província das Alagoas e a Companhia Costeira Baiana viabilizaram a navegação a vapor, em 1867, permitindo a ligação com o município de Penedo e trouxe novo impulso ao município de Piranhas.

A construção da estrada de ferro de Paulo Afonso foi escolhida como estratégia para facilitar o escoamento da produção, desenvolvimento do comércio e comunicação, entre o Alto e o Baixo São Francisco, interligando Piranhas até Petrolândia (Jatobá), em Pernambuco, sendo considerada de caráter nacional. A interligação com a navegação à vapor mudou as condições entre litoral e o sertão nordestino, sendo um período de prosperidade econômica. A estação de Piranhas era considerada mais importante, pois incluía abrigo de carros, oficina de reparação, girador e a grande caixa d'água. Era o ponto de partida rumo a Jatobá, em Pernambuco, saindo do vale a 46,50m de altitude, chegando a 298m de altitude, em seu ponto final. Segundo Nunes (2007; p. 26), “o trecho passava por zona deserta, seca, atravessando tabuleiros de caatingas e pedregosos leitos de riachos secos que tinham água na estação invernal.”

Na década de 1930, percebia-se período de estagnação e após a Segunda Guerra Mundial, as mudanças no sistema de transporte e investimentos em estradas de rodagem e veículos automotores tornaram a navegação de cabotagem de altos custos, somados aos problemas de infra-estrutura portuária. O mesmo se daria com o sistema ferroviário que sem modernização, perdeu a concorrência, tornando o sistema deficiente e obsoleto.

Na estrada de ferro de Paulo Afonso não foi diferente, pois a decadência do transporte fluvial, bem como não ser mais a principal forma de interligação entre Alto e Baixo São Francisco, levaram a desativação em 1964.

No fim da década de 1980 iniciava-se a fase sob influência da indústria energética com a instalação da última barragem no São Francisco e da Usina Hidroelétrica de Xingó. Na construção da usina foram edificados dois novos bairros: Xingó e Nossa Senhora da Saúde, trazendo uma nova configuração social, territorial e econômica. A sede passava a ser chamada de Piranhas Velha e os novos bairros, a Piranhas Nova. O município passa a receber ICMS pela geração de energia, apesar de ser bem menor que o valor do vizinho Canindé de São Francisco em Sergipe.

O Bairro Xingó, dividido em Vila Sergipe e Vila Alagoas, foi projetado e construído para ser vila permanente e temporária dos funcionários da CHESF. O Bairro de Nossa Senhora da Saúde surgiu espontaneamente e a CHESF implantou a infra-estrutura

básica. Os moradores que se instalaram nesse Bairro forneciam serviços de apoio ao Bairro Xingó. Atualmente, 80% da população residem nessas novas ocupações.

A chamada Piranhas Velha, sede do município, e a Vila de Entremontes, com a estrutura urbana mais antiga desse território, foram tombadas como patrimônio histórico da humanidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004. A proposta de tombamento destaca a singularidade para a região e sua importância nacional como primeiro sítio histórico no sertão da caatinga nordestina. O objetivo foi o de garantir a conservação dos bens patrimoniais materiais e imateriais de uma parte do território do sertão do Vale do Rio São Francisco, relacionado a uma forma de viver própria resultando nas tradições culturais como o folclore, as festas religiosas e profanas, a feira, o artesanato, a gastronomia e a influência do cangaço. Tais referências formariam, em conjunto com a paisagem natural e construída, a memória permanente do lugar e a identidade do território de Piranhas.

O interesse da gestão pública local tem favorecido a conservação do casario, atraído investimentos para restauração de construções, recuperação do galpão da antiga estação ferroviária, transformada recentemente em centro de artes e artesanato, restauração do Museu do Sertão, entre outras melhorias. A Vila de Entremontes se incorpora a esse projeto e tais aspectos têm valorizado a região para o turismo.

4.6 – A INFLUÊNCIA DO CANGAÇO

O movimento do cangaço se desenvolveu em regiões semi-áridas de sete estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) com características similares, como a pobreza do sertanejo, o poder dos grandes coronéis, em meio às secas, com perfil rural e sem objetivos sociais.

Segundo Diegues Junior (1960) apud Paiva (2004), o cangaço representaria evolução das atividades dos jagunços, que passariam a agir de forma independente, rompendo a obediência aos coronéis latifundiários. Paiva (2004) aponta que a violência já seria endêmica do Nordeste do Brasil, seja na luta contra os índios, no desbravamento e ocupação do interior e nos conflitos entre famílias e grandes proprietários.

Os cangaceiros eram considerados bandidos por uns e heróis por outros, na medida em que representavam reações contra a violência dos poderosos, e que muitos viam uma justiça para os pobres da região semiárida. Muitos sertanejos devido à fome, miséria, sentimento de injustiça, tornavam-se cangaceiros. Na complexidade das relações com o poder, os cangaceiros recebiam apoio de pessoas chamadas de coiteiros, que forneciam abrigo, informações, alimentos, serviços, e poderiam ser vaqueiros, roceiros, tropeiros, policiais, fazendeiros e políticos (CORRÊA, 2005).

Os cangaceiros eram perseguidos e combatidos por milícias conhecidas como volantes compostas de grupamento de soldados da polícia. No início poucos resistiam à aspereza da caatinga, mas aos poucos se recrutavam pessoas de origem sertaneja advindos do mesmo ambiente e cultura.

Em Sergipe, na vila de Poço Redondo, ainda ligada administrativamente a Porto da Folha, além da população ter sido vítima das investidas ou “catas” de Lampião, também foi uma das regiões que mais se notabilizou por ser área de recrutamento. Aponta-se como razão principal disso, o fato da região ser muito pobre e boa parte de sua população abandonada à própria sorte. As ações de Lampião na região fizeram com que a população da vila abandonasse suas casas por duas vezes, deixando-a deserta.

Canindé de São Francisco, segundo o historiador e escritor Alcino Costa, também foi um dos municípios mais castigados pelo cangaço. A volante comandada pelo Tenente João Bezerra da Silva, juntamente com o Sargento Ancieto Rodrigues, portando metralhadoras portáteis, que levariam a morte de Lampião partira de Piranhas. Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros foram mortos em julho de 1938, após emboscada e perseguição da volante na grota do Angico, no antigo riacho Angico que se situa entre Canindé e Poço Redondo. Logo após, as cabeças dos cangaceiros foram levadas a Piranhas e expostas na escada da Prefeitura. Dali, as cabeças foram levadas a outras cidades.

Atualmente, o município de Piranhas possui o Museu do Sertão com acervo voltado à história do Cangaço. Há pousadas com o nome de Lampião, outra chamada Maria Bonita. Um dos roteiros mais explorados na região é a rota do Cangaço, que consiste em

uma visita à Grota do Angico, por acesso fluvial e posteriormente por trilha no antigo leito do riacho Angico, sob orientação de guias locais.

Poço Redondo possui Centro de Artesanato que utiliza como motivo o cangaço, além do que todo ano, no final do mês de julho, ocorre a Semana do Cangaço, com missa na Grota do Angico, onde se encontram duas cruzes e uma placa com o nome dos cangaceiros mortos. Canindé, também tem artesãos que têm como motivo o cangaço, além de ter um restaurante com o nome, O Cangaceiro.

4.7 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Em relação ao tamanho da população, Poço Redondo apresentava em 1991, 20.155 habitantes e em 2000, 26.002 habitantes. Nesse período, a população rural cresceu de 15.473 habitantes para 19.662. A população urbana cresceu de 4.682 habitantes para 6.360, em 2000 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2002).

Canindé de São Francisco, em relação ao tamanho da população, registrou 11.473 em 1991 e aumentou para 17.754 habitantes em 2000. A população rural era de 6.151 em 1991 e houve aumento para 8.451 habitantes. A população urbana aumentou de 5.322 habitantes, em 1991 para 9.303 em 2000 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2002).

Em relação ao tamanho, a população total de Piranhas em 1991 era de 14.458 em 1991 e aumentou para 20.007 habitantes em 2000. A população rural era de 12.740 em 1991 e houve aumento para 18.667 habitantes. A população urbana diminuiu de 1.718 habitantes, em 1991 para 1.340 em 2000 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2002).

Os municípios de Poço Redondo e Piranhas são predominantemente rurais, enquanto seus estados têm população urbana maior (Tabela 4.1). O estado de Alagoas apresenta quase o dobro da população de Sergipe.

Tabela 4.1 – Dados demográficos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em relação aos estados de Sergipe e Alagoas, em 2007.

População 2007	Total (habitantes)	Urbana (habitantes)	Rural (habitantes)	Área Total (Km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)
Sergipe	1.939.426	1.402.921	535.505	22.050	88
Alagoas	3.805.101	2.129.849	955.252	27.767	111
Canindé de São Francisco (SE)	21.806	11.970	9.836	908	24
Poço Redondo (SE)	28.969	7.255	21.714	1.220	24
Piranhas – (AL)	23.791	1.593	22.197	407	58

Nota: baseando-se em contagem a População 2007, incluindo a população estimada de domicílios fechados
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; Anuário Estatístico de Alagoas 2007.

O município de Canindé de São Francisco apresenta inversão no perfil rural da população para perfil urbano, comparando-se 1991 até 2007. Piranhas teve o maior acréscimo da população rural em termos absolutos entre 1991 e 2007 (9.457 habitantes), sendo que a maior tendência de crescimento urbano se verifica em Canindé. A população urbana de Piranhas teve acréscimo entre 2000 e 2007, mas registra diminuição ainda em relação a 1991 (125 habitantes a menos).

Em termos de densidade demográfica observou-se de 2000 a 2007, aumento em todos os municípios, sendo que Piranhas registrou maior aumento, seguido de Canindé de São Francisco.

4.8 – ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

O estado de Alagoas apresenta PIB por mercado corrente maior que o de Sergipe, ampliando a diferença de 2002 a 2004 e regrediu em 2005 e 2006 (Tabelas 4.2 e 4.3). Canindé de São Francisco apresenta tanto o PIB a preço de mercado corrente quanto o PIB per capita maior do que os demais municípios e em relação ao PIB dos estados. Poço Redondo apresenta maior PIB a preço de mercado corrente e PIB per capita que Piranhas.

Tabela 4.2 - Evolução do Produto Interno Bruto a Preços Correntes dos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas e dos estados de Sergipe e Alagoas entre 2002 e 2006.

Municípios	PIB a preço de mercado corrente (R\$ 1.000)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Sergipe	9.454	10.874	12.167	13.422	15.126
Alagoas	9.812	11.210	12.892	14.135	15.753
Poço Redondo	49.641	58.884	65.157	78.383	95.182
Canindé de São Francisco	849.693	1.081.720	1.260.329	1.109.776	1.037.226
Piranhas	32.173	30.570	34.218	46.223	49.632

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; Anuário Estatístico de Alagoas 2007.

Tabela 4.3 - Evolução do Produto Interno Bruto per capita dos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas e dos estados de Sergipe e Alagoas entre 2002 e 2006.

Municípios	PIB per capita (R\$)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Sergipe	5.060	5.718	6.289	6.821	7.560
Alagoas	3.371	3.805	4.324	4.687	5.164
Poço Redondo	1.792	2.076	2.244	2.639	3.135
Canindé de São Francisco	43.445	53.373	60.081	51.168	46.313
Piranhas	1.489	1.375	1.497	1.968	2.059

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; Anuário Estatístico de Alagoas 2007.

Considerando o período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M), Poço Redondo é classificado como de médio desenvolvimento, com aumento de 32,35%, de 0,405 em 1991 para 0,536 em 2000. Tal aumento deve-se ao fator educação (76,5%), depois longevidade (25,1%) e renda (-1,5%). Em relação ao estado está na 75ª posição entre 75 municípios (97,9% estão em situação melhor). Em relação ao Brasil está na posição 5390 entre 5507 municípios brasileiros, ou seja, 98,7% estão em melhor situação (IPEA, 2003; VIEIRA, 2000).

Considerando o período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M), Poço Redondo é classificado como de médio desenvolvimento, com aumento de 32,35%, de 0,405 em 1991 para 0,536 em 2000. Tal aumento deve-se ao fator educação (76,5%), depois longevidade (25,1%) e renda (-1,5%). Em relação ao estado está na 75ª posição entre 75 municípios (97,9% estão em situação melhor). Em relação ao Brasil está na posição 5390 entre 5507 municípios brasileiros, ou seja, 98,7% estão em melhor situação (IPEA, 2003; VIEIRA, 2000).

Considerando o mesmo período 1991-2000, o IDH-M de Canindé de São Francisco é classificado como de médio desenvolvimento, com aumento de 0,452 para 0,580, (aumento de 28,32%), devido à educação (55,4%), depois longevidade (30,3%) e renda (14,4%). Em relação ao estado está na posição 64 entre 75 municípios (84% estão em situação melhor). Em relação ao Brasil situa-se na posição 4968, entre 5507 municípios brasileiros (90,2% estão em melhor situação).

Piranhas, no mesmo período, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano Brasileiro (2003) e Oliveira (2005) o IDH-M é classificado como de médio desenvolvimento, com aumento de 0,547 para 0,607, que corresponde a um aumento de 10,97%, graças à longevidade (78,5%), depois educação (47,5%) e renda (-26%). Em relação ao estado está na posição 28 entre 101 municípios (26,7% estão em situação melhor), enquanto que, em relação ao Brasil, situa-se na posição 4530, entre 5507 municípios brasileiros (82,2% estão em melhor situação).

Os índices de desenvolvimento humano dos municípios (IDH-M) de 2.000 situam-se num patamar médio de desenvolvimento, mas baixos em relação à maioria dos municípios brasileiros. O maior índice estava em Piranhas e o menor, Poço Redondo. Poço Redondo apresentava os menores índices, maior área territorial e menor IDH, sendo um dos menores do Brasil.

O grau de desigualdade ou de distribuição de renda a partir do índice GINI de 2003 apresentou valor de 0,47 para o estado de Alagoas, enquanto que Sergipe obteve 0,50. A incidência de pobreza em Sergipe foi de 47,80%, enquanto que Alagoas teve índice GINI de 0,41 e incidência de pobreza de 59,54%. Em relação aos municípios do estudo os

índices de GINI são próximos, sendo os maiores, respectivamente, Canindé de São Francisco (0,43), Poço Redondo (0,42) e Piranhas (0,41). As incidências de pobreza seguem o mesmo padrão, respectivamente, Canindé (64,04%), Poço Redondo (55,52%) e Piranhas (44,38%).

A mortalidade infantil nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2005, indicaram taxas, respectivamente, entre 6,2 e 12,0 e entre 12,01 e 20,3. A média de anos de estudo de ambos os municípios, de acordo com Censo do IBGE 2000 situam-se na faixa dos menores, entre 2,63 e 4,87; enquanto que a taxa de analfabetismo de acordo com PNUD (2000) está entre os mais altos do território do Alto Sertão Sergipano (SEPLAN, 2008).

Quanto ao fornecimento de água, a situação dos municípios sergipanos em relação ao percentual de domicílios atendidos até janeiro de 2008 indica que Poço Redondo está na faixa de 40% e 59,99%, enquanto que Canindé de São Francisco está entre 60% e 79,99% (GICEC/SUPES/SEPLAN, 2008).

Em relação aos índices de saneamento básico, 80 a 94% de domicílios urbanos têm canalização interna, servidos por rede de água no Baixo São Francisco; os domicílios urbanos no Baixo São Francisco servidos por coleta de esgoto são inferiores a 20%; os volumes de esgotos urbanos tratados refletem a média nacional de 20,7%.

Faltam dados de Piranhas em relação à mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, municípios atendidos com água, índice de saneamento básico

4.9 - DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE XINGÓ

LIMA et al (2003 p.) descreve a região de Xingó com riqueza hídrica abundante para a agricultura irrigada e aquíicultura e alto potencial turístico, área alvo de intervenção federal pelo fato de abrigar as maiores usinas hidrelétricas do Nordeste e ter o potencial de dispor do apoio de instituições de educação e pesquisa e entidades variadas na implementação e difusão de tecnologias para o desenvolvimento sustentável.

Apesar das potencialidades expressivas, evidencia-se a fragilidade da base econômica e social e dessa forma, a condição mínima de sustentabilidade do desenvolvimento de Xingó estaria calcado no fortalecimento do emprego e renda. A linha estratégica de desenvolvimento local no semi-árido baseada na valorização da produção familiar, diversificação da produção local e elevação da qualidade de vida tem sido a forma principal de sobrevivência das populações. A economia solidária com formas alternativas de ocupação e renda atenua a ausência de emprego e a força de trabalho disponível na região (LIMA et al 2003, p.30).

Para o desenvolvimento sustentável as práticas produtivas e as articulações que podem ampliar a competitividade do sistema econômico local baseiam-se na infra-estrutura física; escolarização e qualificação da mão-de-obra; redução custos de transação; crédito acessível; parcerias estratégicas entre fornecedores, clientes e concorrentes, desde que visem diminuição de custos, disseminando novas técnicas e acesso a novos mercados; inovação, pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e técnicas de gestão (LIMA et al, 2003)

O Ministério da Integração Nacional, a partir do programa PROMESO, atua no sentido de articular as políticas públicas com os atores locais de desenvolvimento, consolidando instâncias locais legítimas. Nesse processo, procura estimular a apoiar as iniciativas ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Na mesorregião de Xingó, envolvendo os três municípios do sistema, investe-se no desenvolvimento de APL de: ovinocaprinicultura, apicultura, aquíicultura, fruticultura e artesanato. Destes, o artesanato tem metas associadas ao turismo, com a Rota Aracaju-Xingó.

No processo de construção da síntese sobre o território Alto Sertão Sergipano no Planejamento Participativo de Desenvolvimento Territorial de Sergipe reconheceu-se a existência de poucas oportunidades de emprego formal, embora tenha um PIB alto – maior PIB per capita do estado, PIB industrial de 27% em relação ao estado - este está concentrado na geração de energia da UHE Xingó. Isso implica pouca diversificação de produtos com valor agregado. Pobreza, mortalidade infantil, baixo índice de escolaridade e falta de qualificação profissional são fatores preocupantes. É o Território com maior número de Assentamentos de Reforma Agrária (41% do estado), com cerca de 11.275

agricultores familiares (12,53%). A principal ocupação de mão-de-obra está no comércio, na administração pública e nos serviços domésticos (SEPLAN, 2008).

Nesse processo, os valores e símbolos que caracterizam esse território foram sintetizados nas expressões, resistência, sabedoria popular, esperança, persistência, criatividade, coragem, altivez, trabalho, hospitalidade, religiosidade, originalidade, diversidade, alegria (SEPLAN, 2008).

O projeto DESENVOLVER – SE ALTO SERTÃO do Governo de Sergipe propõe o aumento do PIB agropecuário, diversificação da base industrial local; fortalecimento das cadeias e os arranjos produtivos locais; elevação da renda da população; promoção da articulação e cooperação entre os diferentes agentes locais e territoriais para a execução das políticas públicas e investimentos.

Durante o Planejamento Participativo (PP) realizado pela SEPLAN foram levantadas demandas da área de turismo integradas aos demais setores envolvidos. A cadeia produtiva do Turismo Sustentável no território foi descrito como dependente da articulação entre produtos turísticos como rotas e roteiros, produtos associados à agricultura familiar, artesanato, infra-estrutura básica e turística, serviços de apoio e segmentos turísticos como ecoturismo e turismo rural (Figura 4.2)

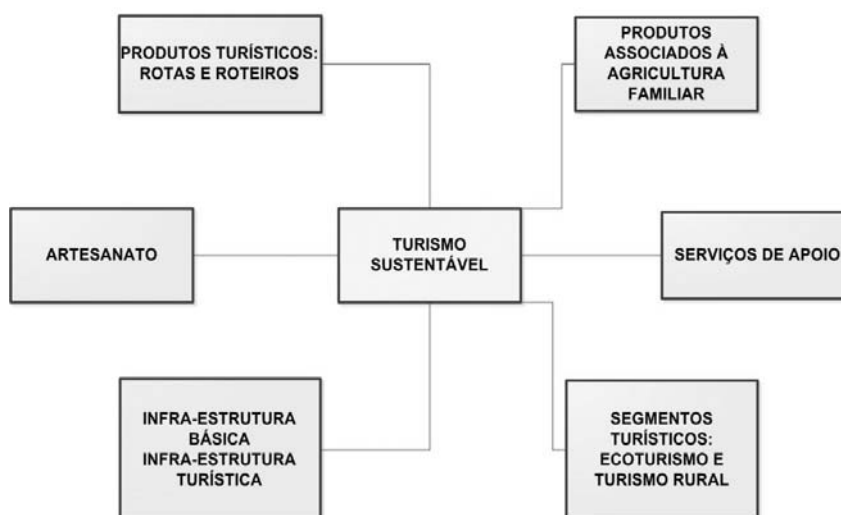


Figura 4.2 – Esboço da cadeia produtiva do turismo para o território do Alto Sertão Sergipano.

Fonte: SEPLAN, 2008

Na análise desenvolvida durante o PP no território do Alto Sertão Sergipano identificaram-se os pontos fortes e pontos fracos, as ameaças e oportunidades para os setores associados à cadeia produtiva. Foram ressaltados como pontos fortes, os serviços de qualidade segundo as agências de viagens; a alta demanda dos hotéis e pousadas; a diversidade culinária pelos restaurantes e lanchonetes; e a boa malha rodoviária segundo o poder público.

Em relação aos pontos fracos destacou-se: falta de divulgação, insuficiência de roteiros e valores altos dos pacotes turísticos, pelas agências de viagens; capacidade de leitos insuficiente e falta de qualificação profissional pelos meios de hospedagem; quantidade da rede de restaurantes e lanchonetes insuficientes; conservação, sinalização, iluminação, abastecimento de água e energia, saneamento básico, comunicação e segurança, segundo a infra-estrutura; falta de acesso a financiamentos, ausência de atendimentos bancários 24 horas próximos aos atrativos turísticos, poucas farmácias, postos de saúde e serviços de informações e policiamento e serviço de segurança deficitário, de acordo com os serviços de apoio.

As demandas do turismo do território do Alto Sertão foram organizadas de maneira a apresentar as propostas/demandas e a localização, se observa nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 – Propostas e demandas relacionadas ao turismo dos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo no Território Alto Sertão Sergipano e a dimensão delas.

Município	Propostas e Demandas	Localização
Canindé de São Francisco	Núcleo de conhecimento em turismo nas escolas estaduais e municipais	Território
	Infra-estrutura turística (Posto 24 horas)	Município
Poço Redondo	Artesanato: espaço de organização e comercialização dos produtores. Estrutura física e divulgação	Sede do Município
	Revitalização da pesca artesanal	Município
	Criação de uma Associação de comerciantes do município	Município
	Criação do Centro Receptivo do turismo	Município
	Incentivo aos proprietários de bares, restaurantes, pousadas e outros	Município

Fonte: SEPLAN, 2008 - adaptado.

Na elaboração de relatório da Conferência Estadual, as demandas dos territórios, após consenso, foram divididas em Inclusão pelo Direito e Inclusão pela Renda. Considerando-se as demandas e propostas relativas nas áreas de Educação, Segurança Pública, Agropecuária e Infra-Estrutura e Saneamento Ambiental, observou-se que algumas poderão ter, de forma indireta, influência no turismo da região (Quadros 4.2).

Quadro 4.2 – Demandas do território Alto Sertão Sergipano relacionadas de forma indireta ao desenvolvimento do turismo baseadas no Planejamento Territorial Participativo de Sergipe, em 2007.

Tema relacionado	Propostas e Demandas	Localização
Educação	Integração da educação ambiental, cultura local e regional nos programas educacionais.	Todos os Municípios
	Implantação da Universidade Aberta.	Canindé
Segurança Pública	Criação de um centro integrado de segurança	Todos os Municípios
Agropecuária	Recuperação das áreas degradadas e criação das unidades de conservação.	(Poço Redondo) Território e Angicos
	Área livre de agrotóxicos e transgênicos.	(Poço Redondo) Território e Angicos
	Usina de compostagem com aproveitamento do lixo da feira	(Poço Redondo) Território e Angicos
Infra-Estrutura e Saneamento Ambiental	Construção de estação de tratamento e ampliação da rede de esgotos.	Todos os Municípios
	Recuperação das Rodovias.	Todos os Municípios
	Ampliação da rede de abastecimento de água.	Todos os Municípios
	Conclusão dos Projetos de Irrigação.	Todos os Municípios
	Construção de Indústria de Reciclagem do Lixo e Aterro Sanitário com gestão participativa.	A ser definido após EIA

Fonte: Baseado no Relatório Planejamento Participativo de Sergipe, SEPLAN (2007)

As propostas e demandas consideradas diretamente relacionadas ao Turismo da região foram categorizadas em dois temas relacionados: Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (Quadros 4.3).

Quadro 4.3 – Demandas do território Alto Sertão Sergipano relacionadas de forma direta ao desenvolvimento do turismo baseadas no Planejamento Territorial Participativo de Sergipe, em 2007.

Tema relacionado	Propostas e Demandas	Localização
Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Casa de cultura do alto sertão sergipano com escola de artes, salas temáticas, lojas do artesanato local.	Todos os municípios
	Encontros Culturais	N Sra. da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha e Canindé de São Francisco
	Turismo Cultural	Todos os Municípios
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Inclusão do empreendimento informal na cadeia produtiva do turismo (artesanatos, doces etc.).	Todos os municípios
	Criar projeto regional de turismo e estruturar os atrativos, com infra-estrutura adequada e mão-de-obra qualificada.	Todos os municípios
	Aeroporto.	Canindé
	Incentivo a criação, capacitação, legalização e certificação da apicultura e piscicultura.	Território
	Sede para produção de artesanato, resgatando a cultura local.	Território
	Fortalecimento da exploração mineral com ênfase na implantação de cerâmicas, olarias, pedreiras, fertilizantes organominerais e artesanato mineral.	Território
	Incentivo para a qualificação dos artesãos do território - melhor acabamento aos trabalhos	Território
	Inclusão do empreendimento informal na cadeia produtiva do turismo (pequenos produtores)	Todos os municípios
	Criar projeto regional de turismo e estruturar os atrativos, com infra-estrutura adequada e mão-de-obra qualificada.	Todos os municípios
	Reestruturação dos atrativos turísticos do alto sertão.	Todos os municípios
	Incluir no calendário de eventos do estado as festas típicas da região.	Todos os municípios
	Reestruturação da rede hoteleira.	Todos os municípios
Aquisição de galpão da CODISE para centro de artesanato para comercialização da produção local.	Poço Redondo	
Construção do centro de recepção turística do Complexo Xingó. Canindé	Canindé	

Fonte: Baseado no Relatório Planejamento Participativo de Sergipe, SEPLAN (2007)

O projeto Desenvolver-SE Alto Sertão apresentou os investimentos públicos previstos para as seguintes ações em cada diretriz estratégica e se destacaram aqueles que têm relevância ao turismo de forma direta e algumas de forma indireta percebida pelo pesquisador (Quadro 4.4).

Quadro 4.4 – Ações relacionadas direta e indiretamente ao turismo, planejadas e acordadas com os órgãos responsáveis e seus respectivos valores, previstos no DESENVOLVER-SE Alto Sertão, 2008.

Órgão	Relação	Ação	Valor
SETUR	Direta	Implantação de Centro Territorial de Atenção ao Turista/Canindé	522.250,00
		Elaboração do Projeto de Sinalização Turística	50.000,00
		Capacitação/Qualificação de Empregados do Segmento Turístico	78.571,00
		Inventariação da Oferta Turística	10.000,00
		Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Turismo	10.000,00
		Promoção e Divulgação das Potencialidades Turísticas	186.819,00
		Apoio a Proj. de Infra-Estrutura Turística Básica de Roteiros	350.000,00
		Capacitação de Trabalhadores Informais do Setor Turístico	557.142,00
		Capacitação de Gestores Públicos e Privados do Turismo	25.714,00
EMDAGRO	Direta	Turismo Rural e Artesanato	42.975,00
SEINFRA	Indireta	Construção do Aeroporto de Canindé de São Francisco	1.000.000,00
		Construção de Aterros Sanitários	3.220.000,00
SEMARH	Indireta	Implantação de Centro Regional de Educação Ambiental	60.000,00
		Capacitação Continuada para a Gestão Ambiental	82.516,87
SEDETEC	Indireta	Capacitação técnica em gestão e em empreendedorismo para APL	48.333,00
SEED	Indireta	Implantação de Centros de Educação Profissional	2.467.750,00
		Escola Profissionalizante	2.467.750,00
SETRAPIS	Indireta	Apoio ao trabalhador na Intermediação de Mão-de-obra	161.579,80
		Realização de Feiras Itinerantes	95.400,00
		Qualificação Profissional	799.821,72
		Capacitação e Aperfeiçoamento de Artesãos	278.473,38
SEIDS	Indireta	Fortalecimento do artesanato para grupos vulneráveis (Artesanato)	210.000,00
		Organização de grupos produtivos para famílias c/ vulnerabilidade	186.000,00
PRONESE	Indireta	Apoio à Aquicultura	290.000,00
		Artesanato: espaço de organização e comercialização dos produtores. Estrutura física e divulgação.	170.000,00
COHIDRO	Indireta	Implantação de Agricultura Irrigada em Assentamentos	68.909,00
		Ampliação Unidade de Beneficiamento e Processamento de Frutas e Hortícolas do Perímetro Irrigado Califórnia.	35.360,00
		Promoção e Fortalecimento de Organização Associativa	18.024,00
		Recuperação do Perímetro Irrigado Califórnia	349.479,00
		Capacitação de Irrigantes	54.073,00

Fonte: SEPLAN, 2008 – apresentação DESENVOLVER-SE Alto Sertão – adaptado.

4.10 – A GASTRONOMIA E O ARTESANATO

Entre as atividades turísticas realizadas na área de estudo estão gastronomia e artesanato que compõem parte da cultura local. Entre os estudos sobre a área de pesquisa, destacam-se informações extraídas das Dissertações de Mestrado de Vieira (2000), Santos (1999), Silva (2007), documento do SEBRAE-PE, CHESF (1998) e Instituto Xingó (2005).

A gastronomia local apresenta, na região dos três municípios, grande similaridade, sendo reconhecidos os pratos típicos de origem regional: baião-de-dois ou rubacão, bode (assado ou cozido), buchada de bode ou de carneiro, cachaça com folhas medicinais em conserva (quixabeira, angico, gengibre, pimenta-do-reino), carne-de-sol com macaxeira, charque picadinha com cuscuz, doce de caju, feijoada de feijão mulatinho, pituzada, rabada. Os pratos típicos com influências de outros países são: doce de banana, doce de batata-doce, cocada de coroa-de-frade, peixada do tipo escabeche, peixe frito ao óleo e queijo de coalho. O frango com quiabo, galinha de capoeira ensopada ou ao molho pardo, a moqueca de pitu e a moqueca de surubim têm origem afro-brasileira.

A página oficial na internet, do Município de Piranhas, em 2007, apontou como pratos típicos: pituzada – prato a base de camarão pitu, acompanha arroz branco e pirão; peixada – prato a base de peixes da região, geralmente surubim, crumatá e dourado - acompanha arroz branco, vinagrete e pirão; peixe frito – acompanha vinagrete, farofa e feijão tropeiro, sendo os peixes mais utilizados, o surubim, dourado e tucunaré; bode guisado – prato tradicional da culinária nordestina, geralmente acompanha arroz branco, feijão tropeiro, vinagrete e pirão; galinha caipira – prato geralmente servido cozido acompanhando arroz branco, farofa, feijão tropeiro e vinagrete; feijoada de canoeiro – feijoada preparada com feijão branco, toucinho, carne seca, lingüiça, miúdos de boi e acompanha arroz branco e farofa.

Entre as sobremesas típicas estão: cocada de cabeça-de-frade – preparada com cacto chamado de cabeça-de-frade e outros condimentos; doce de leite; doce de caju; doce de banana; rapadura (PREFEITURA DE PIRANHAS, 2007).

Em termos de estrutura de restaurantes a SECTUR (2008) descreve que apesar de ser um setor considerado problema entre 2006 e 2008 surgiram 5 novos restaurantes que se tornaram referência na cidade: Bar e Restaurante Espetinho (60 lugares), restaurante cangaceiro (60 lugares), Restaurante Boca a Boca (50 lugares), Restaurante Virgulino (50 lugares) e Restaurante Flor do Sertão (50 lugares).

Outra iniciativa atrelada à gastronomia são eventos previstos e a serem continuados como a Festa do Quiabo e II Semana de Turismo do Complexo Xingó e o Festival da Gastronomia do Bode de Canindé.

No artesanato local, segundo Santos (1999) e SEBRAE-PE, CHESF (1998) em Canindé e Piranhas, destacam-se os bordados, os artigos de couro, artigos de cerâmica, artigos de madeira e os covos para captura de camarões. Os bordados exigem matéria-prima de tecidos e linhas, os artigos em couro, de origem nordestina, são utilizados em chapéus, cintos, selas e arreios, alforjes, entre outros; os artigos em cerâmica têm origem indígena-africana, sendo o barro matéria-prima, gerando potes, panelas, vasos, pratos, travessas e moringas. Em Piranhas, a cerâmica utilizada no cotidiano é uma prática herdada dos índios cariris. Os artigos em madeira têm origem européia e são utilizados de maneiras e fins variados, tais como móveis, santos barrocos, animais, figuras populares, carrancas, barcos. Os covos são armadilhas para a pesca do pitu e são construídas com bambu e arame. A maioria demonstra relação com o cotidiano da população local e não voltadas ao turismo, de forma geral. No entanto, o estímulo ao turismo torna parte desses artigos, objetos de desejo dos visitantes.

Poço Redondo, segundo Vieira (2000), apresenta artesanato diversificado, com concentração na sede, variando de bordados, artigos em couro e madeira. Os bordados têm influência portuguesa e costumam reunir nas ruas da cidade, as bordadeiras e rendeiras em atividade. Os trabalhos em couro, assemelham-se aqueles encontrados em Canindé e Piranhas, com as mesmas funções. No tocante aos artigos de madeira ressalta o uso da umburana, árvore da caatinga, enquanto que parte é voltada a produtos relacionados ao cangaço. Na culinária e no artesanato local se percebe a influência da caatinga e da cultura sertaneja, incluindo a história do cangaço.

Silva (2007) descreve a riqueza do artesanato em madeira e renda em Poço Redondo e cita a produção artesanal de doce de coroa-de-frade, que segundo a doceira entrevistada colhe a planta apenas após a frutificação do mesmo, que tal procedimento permitiria a perpetuação da espécie. Em relação a Canindé de São Francisco o artesanato não está concentrado na sede e abrange materiais como madeira, biscuit, pinturas em tela e em tecidos, ponto-de-cruz, rendendê, crochê entre outros. Existem 63 artesãos cadastrados pela Secretaria de Bem Estar Social. No caso da comercialização, identificou a ausência de um espaço para feira de artesanato e os artesãos costumavam enviar seus produtos em feiras desenvolvidas pela Secretaria de Turismo do Município. A temática mais presente – se nas obras é o cotidiano da vida sertaneja, como carros de boi, cavalo, carrancas e vaqueiros ou a influência do cangaço nas figuras de Lampião e Maria Bonita.

4.11 - A PESCA ARTESANAL NO RIO SÃO FRANCISCO

A pesca no Baixo São Francisco se caracteriza por quatro tipos: de subsistência, comercial, em reservatórios e esportiva (IBAMA, 2007). Na região a pesca é importante como fonte de alimento, comércio, renda e lazer, com destaque para as populações nas margens do rio.

Segundo o IBAMA (2007), a pesca artesanal é importante forma de sustento das populações ribeirinhas e têm sofrido declínio intenso, seja por pressões de ordem econômica, ecológica e cultural. Aponta-se ainda o desenvolvimento da aqüicultura, baseada em tanques-redes, nos grandes reservatórios.

A Agência Nacional de Águas - ANA (2004) afirma que houve grandes modificações na pesca artesanal pela instalação de sucessivas barragens, para geração de energia elétrica. Com isso, ocorreram profundas modificações na dinâmica do rio, prejudicando intensamente a migração e reprodução de espécies reofílicas. As larvas e alevinos no rio rapidamente diminuíram o que gerou redução dos estoques pesqueiros. Além disso, outros impactos ambientais relevantes são apontados a partir das atividades humanas que se instalaram no rio e em seus afluentes, seja pela contaminação da água devido a fertilizantes usados na agricultura, o uso de defensivos agrícolas e os desmatamentos das margens visando fornecer carvão vegetal para indústria siderúrgica.

Há em torno de 152 espécies de peixes identificadas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, importantes para a atividade pesqueira no rio, tais como: dourado, surubim, bagre, pirá, curimatã, matrinxã, traíra, mandi, cascudo (ANA, 2004).

Além da queda da produção de peixes, a instalação de projetos de aquicultura, os tanques-redes, visando gerar alternativas de renda às populações locais, fez com que novas espécies fossem introduzidas, tais como: pacu, caranha, tucunaré, tambaqui, pescada, bagre africano, além de carpas de origem africana e tilápias asiáticas (IBAMA, 2007).

Os dados existentes sobre a pesca no Rio São Francisco são considerados escassos e deficientes, derivados da antiga SUDEPE e do DNOCS (RAMOS, 2001; IBAMA, 2007). A estatística pesqueira publicada periodicamente não traz dados diretos, pois não há serviço que contabilize isso ao longo da bacia do São Francisco.

O Censo Estrutural da Pesca 2006 (IBAMA, 2007), trata de procedimento básico para implantação de sistema para coleta de dados de desembarque pesqueiro. Nesse documento há uma caracterização de pontos de desembarque pesqueiro, tipos de embarcações, tipos de pescados, petrechos utilizados, formas de comercialização e destino da produção. No caso de Sergipe, descrevem-se em Canindé, as localidades de Curitiba, Prainha, Margem da barragem, Dique 03 e Dique 04. Em Poço Redondo, destacam-se as localidades dos povoados de Jacaré, Cajueiro, Curralinho e Bonsucesso. Em Alagoas, em Piranhas, destacam-se as localidades de Piranhas e Entremontes.

Em todas as localidades o perfil é de pesca artesanal. Boa parte do pescado destina-se a comunidade ou ao município, sendo comercializado localmente, não apresentando infra-estrutura de apoio à pesca nos pontos de desembarque dos rios, nem boa forma de manuseio e conservação do pescado. A maioria do pescado é comercializada resfriado inteiro e considerada de pequeno e médio porte. A pesca se realiza tanto a noite como pelo dia, variando o tempo de duração. O petrecho mais utilizado é a rede para peixes e covos para camarões e pitu (IBAMA, 2007).

Segundo Instituto Xingó (2003), a produção de pescado por município/localidade no Baixo São Francisco, de 1999 em relação ao ano de 1998 reduziu-se em torno de

12,8%. Traipu, município à jusante de Piranhas é o único que tem registros da produção do município que demonstra redução após instalação das barragens. A produção registrada em 1974 foi de 96.317,0 kg, em 1975, reduziu para 70.540,0 kg. Os valores de 1998 e 1999 foram respectivamente 11.560,4 kg e 14.937,4 kg.

Nesse mesmo estudo, Piranhas apresentou produção de pescado de 14.188,8 kg em 1998 e 14.937,4 em 1999. Entremontes, teve os valores de 10.191,1 kg e 14.713,3 kg, no mesmo período (INSTITUTO XINGÓ, 2003).

Entre as famílias mais pescadas estão a *Prochilodontidae*, *Cichlidae*, *Characidae*, *Loricaridae*. A primeira deve-se a curimatã (*Prochilodus* sp) deve-se talvez a estocagem realizada pelos programas de recomposição da fauna.) Observou-se que as capturas maiores de espécies introduzidas foram de tucunaré (*Cichla* sp) e tilápia (*Oreochromis* sp). As espécies reofílicas de valor comercial como surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) e dourado (*Salminus hilarii*) que apresentam desovas nos períodos de chuvas tiveram produções inexpressivas (INSTITUTO XINGÓ, 2003).

Há indicação de projetos com sucesso para reprodução artificial, pela CODEVASF em Penedo (AL) e Estação de Piscicultura da CHESF em Paulo Afonso (BA), destacando-se as de linhagens puras de piau-verdadeiro (*Leporinus elongatus*), curimatá-pacú (*Prochilodus argenteus*), dourado (*Salminus hilarii*), niquim (*Lophiosilurus alexandri*), pacamã (*Pseudopimelodus fowleri*), piaba manteiga (*Astyanax bimaculatus*), surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) e cari roseta (*Pterygoplichthys etentaculatus*) (INSTITUTO XINGÓ, 2003).

Segundo o grupo de pescadores artesanais do Submédio e Baixo São Francisco (GRUPO DOS PESCADORES E PESCADORES ARTESANAIS DO SUBMÉDIO E BAIXO SÃO FRANCISCO, 2007), depreende-se que há características comuns entre os municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Piranhas e Pão de Açúcar em relação à percepção de conflitos como a proibição do acesso à água e território devido a ameaças de latifundiários, dificuldades no acesso ao crédito, atividades contraditórias à pesca artesanal como a piscicultura, as lutas pela água e terra e não a transposição, valorização de certas manifestações culturais (Anexo C). Citou-se também ao longo da

publicação o fato do surubim estar quase em extinção, a presença de pesca ilegal com malha miúda e a necessidade de se saber dos projetos de construção de novas barragens e questioná-los.

4.12 - TURISMO

Segundo a Secretaria do Estado de Planejamento (2008), em Canindé de São Francisco há o Rio São Francisco e Xingó como pontos turísticos; em Poço Redondo destacam-se, além do Rio São Francisco, a Serra da Guia, a Ilha do Bonsucesso e a Grota do Angico (Figura 4.3).

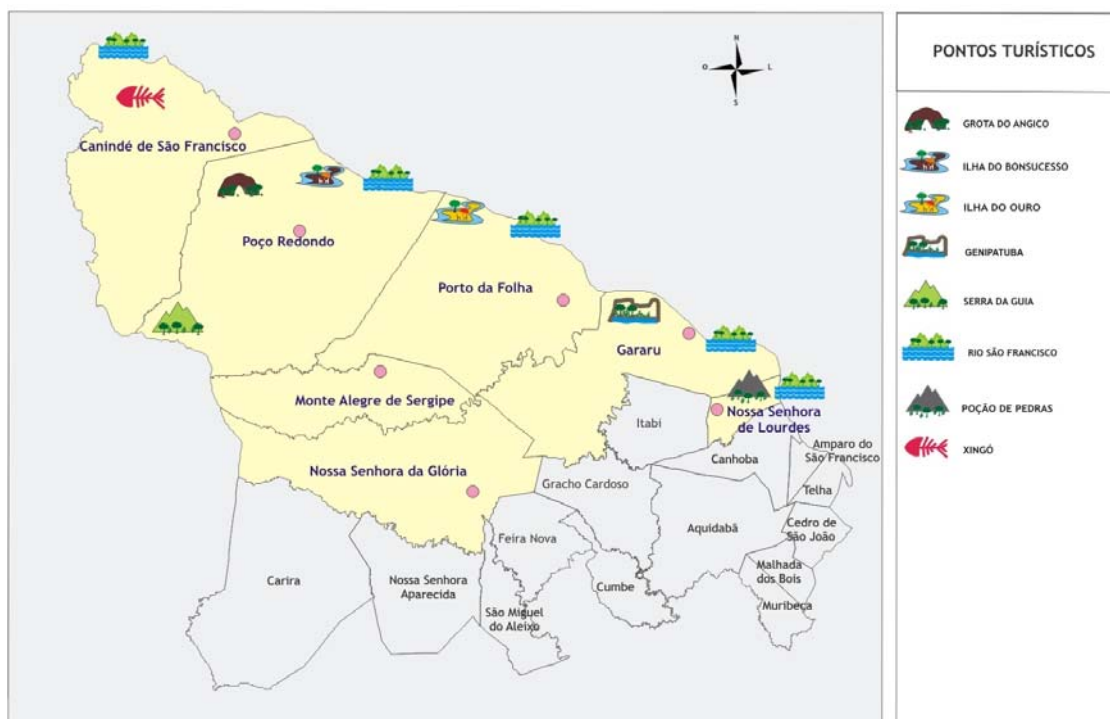


Figura 4.3 - Pontos turísticos do território do Alto Sertão Sergipano.

Fonte: SEPLAN (2008)

O principal fluxo de visitantes para o turismo na região semi-árida de Xingó se desenvolve sobre uma base natural, que tem como referencial o Rio São Francisco, as formações geológicas e a caatinga, além de sítios arqueológicos. Após a instalação da Usina Hidrelétrica de Xingó (UHE Xingó), ampliou-se o fluxo turístico, configurando-se em um produto turístico que conjuga aspectos naturais e artificiais, enriquecido pela história e cultura do sertanejo e do cangaço.

O turismo na região carrega a expectativa de ser uma atividade capaz de gerar renda e valorização das populações locais. No entanto, os municípios que constituem o sistema proposto apresentam situações diferentes na oferta e demanda turística.

Poço Redondo é o único município que não apresenta marcadamente investimento no turismo, excetuando-se a trilha para a grotta do Angico (Figura 3.15), de grande valor cultural para o município, pois nessa região foram mortos Lampião, Maria Bonita e outros cangaceiros (Santos, 1999; Vieira, 2000; Silva, 2007). Esta trilha tornou-se popular pelo produto turístico “Rota do Cangaço”, no entanto, é administrado por poucas pessoas, não sendo envolvido com o turismo organizado pelo município, e sim, mais atrelado a Canindé de São Francisco e Piranhas.



Figura 4.4 - a. Grotta do Angico; b. Cruzes e marco histórico do local da morte de Lampião, Maria Bonita e outros cangaceiros;

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) - Fotos: Autor, 2007 - geradas na expedição para estudos da criação do Monumento Natural da Grotta do Angico

Santos (1999) descreve a trilha de Angico com acesso via barco saindo de Piranhas ou Canindé de São Francisco, além de discorrer sobre aspectos históricos e as falas comuns sobre o cangaço e Lampião e Maria Bonita. Sugere como uso turístico “história, banhos, comidas típicas e para os amantes do ecoturismo” (p.92). Os passeios na trilha hoje são sempre guiados com duração de ida e volta em torno de 1 hora.

Vieira (2000) ressalta que Poço Redondo não apresenta condições mínimas de equipamentos e serviços para o desenvolvimento do turismo, nem mesmo para visitantes pouco exigentes.

Em Poço Redondo, Silva (2007) identifica pousada e restaurante como único meio de hospedagem com mínimas condições de atendimento a turista, além da existência de Posto de Informações Turísticas, na Secretaria de Ação Social, com a disposição de Agente de Desenvolvimento Turístico preparados por curso desenvolvido pelo SEBRAE, embora ressalte a inexistência de qualquer instalação ou material informativo. Há um Departamento de Turismo, com uma diretora, sem funcionários e com estrutura física precária.

Em relação à divulgação de Poço Redondo, os esforços dos órgãos de turismo do estado em 1998 focalizavam principalmente a Grota do Angico, navegação no rio e festas, mas sempre trabalhados a partir de outras localidades (VIEIRA, 2000).

A lista mais completa sobre a diversidade de atrativos potenciais naturais e culturais de Poço Redondo é apresentada por Vieira (2000), destacando as praias fluviais, cachoeiras e piscinas naturais; um rico artesanato, manifestações e folguedos populares e religiosos, além da presença de sítios paleontológicos e arqueológicos. Propõe ainda cinco roteiros para serem desenvolvidos e explorados pelo turismo (Anexo D).

Silva (2007), Vieira (2000) e Centro de Documentação e Pesquisa do Baixo São Francisco (CENDOP, 2001) descrevem o patrimônio cultural material e imaterial como o artesanato e seus artesãos de madeira e de bordado, a renda de bilro, o bordado ponto-de-cruz em Sítios Novos, além das manifestações culturais como a Cavalhada, a banda de pífanos e a Missa do Cangaço.

A missa do cangaço é evento realizado anualmente com intuito de preservar a memória e a identidade do cangaço e tornou-se grande atrativo cultural. Outros atrativos culturais são: grupo de teatro Raízes Nordestinas, formado por jovens de comunidades rurais dos Povoados Maranduba e Queimados, o grupo Xaxado na Pisada de Lampião, a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (Silva, 2007).

Nos municípios Canindé de São Francisco e Piranhas, percebem-se a relação mais forte com o turismo, sendo que no primeiro há acesso e passeio ao lago e cânion formado pela barragem do Rio São Francisco – principal pólo de atração turística no interior de Sergipe.

As formas de se denominar o Cânion do Rio São Francisco são variadas, tais como Canyon do Rio São Francisco (BIANCHINI, 2006; SETUR-AL, 2008), Cânion do Rio São Francisco (SETUR-SE, 2008), Cânion de Xingó (SILVA, 2007; SECTUR, 2008), Canyon de Xingó (AB’SABER, 2001), Canyon do São Francisco (VIEIRA, 2000; SETUR-SE, 2008) e Cânions do São Francisco (GUIA 4 RODAS, 2008).

O lago de Xingó (Figura 4.5), também reservatório da UHE de Xingó possui 60 km de comprimento e área de 60 Km², o volume é de 3,8 bilhões de m³, com trechos de até 90 metros de profundidade. O lago se impõe pela beleza do cenário formado pelos paredões, as formações rochosas, a caatinga e a coloração da água que adquire tonalidades variadas em função do céu.

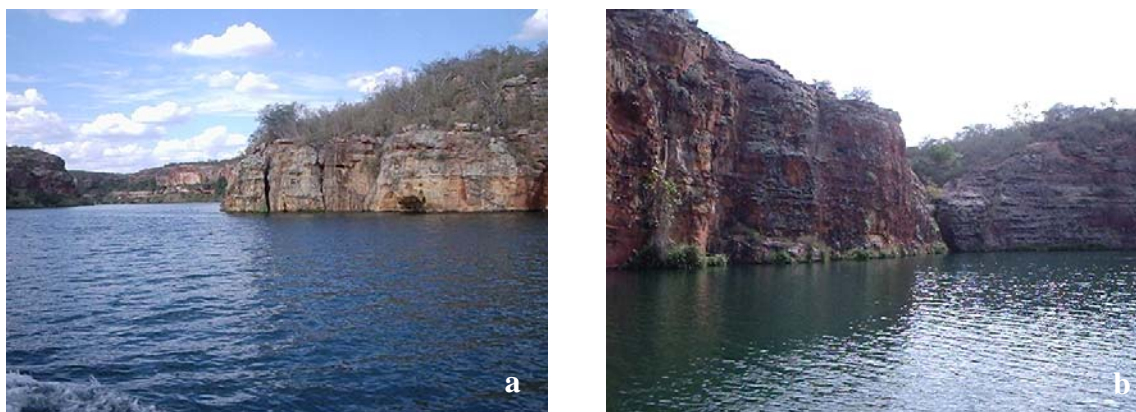


Figura 4.5 – Cânion do São Francisco e lago da barragem de Xingó: a. e b. Paredões que formam parte do cânion do Rio São Francisco e lago gerado pela UHE Xingó.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) - Fotos: Autor, 2007.

A área em que comumente o passeio de barco realiza parada para banho (Figura 4.6) está localizada no município de Olho D’Água do Casado e denomina-se Riacho do Talhado (SANTOS, 1999; SILVA, 2007), Talhado (BIANCHINI, 2006), Paraíso do Talhado e Gruta do Talhado (SETUR-SE, 2008).

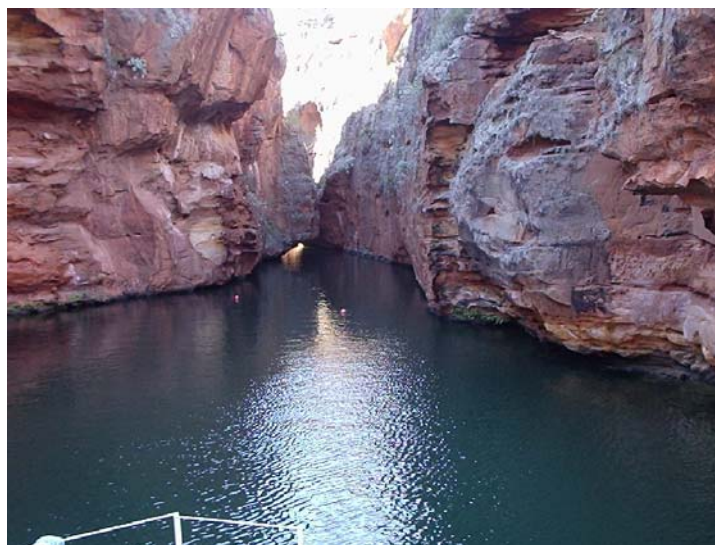


Figura 4.6 – Paraíso do Talhado, região de parada para banho no lago de Xingó, utilizada no passeio ao lago da barragem de Xingó, Cânion do São Francisco.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) - Fotos: Autor, 2007.

Em relação ao passeio do cânion de Xingó, a partir do Restaurante Flutuante Karranca's em direção ao Riacho do Talhado ou Paraíso do Talhado são citados por Santos (1999), Bianchini (2006) e Silva (2007). Bianchini (2006) descreve o pioneirismo da empresa MFTUR e do restaurante Karranca's que em 1997 disparou o fluxo crescente de turistas (Figura 4.7).



Figura 4.7 - Restaurante flutuante Karranca's em Canindé de São Francisco-SE, pier com catamarã Delmiro Gouveia utilizado no passeio ao lago da barragem de Xingó, Cânion do São Francisco e Paraíso do Talhado.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007-2008 – Foto: Daniel La Corte dos Santos

A empresa de Turismo Náutico MFTUR possui frota de 4 embarcações na região, sendo 3 catamarãs e 1 escuna. Em 2000 mantinha o catamarã Cotinguiba com capacidade para 60 passageiros, em 2005 passa a contar com o catamarã Delmiro Gouveia, com 190 lugares, logo depois a escuna Maria Bonita com 130 lugares e em 2007 (Figura 4.8), entra em operação o catamarã Rei do Cangaço, com 250 passageiros. É a única empresa que atua na região dos lagos à montante da barragem de Xingó. O contexto em que a empresa se instalou na região é relevante na medida em que se costuma questionar a origem, a iniciativa e se haveria monopólio.



Figura 4.8 – Duas das quatro embarcações utilizadas no passeio ao Cânion de São Francisco e Paraíso do Talhado em Olho D’Água do Casado-AL: a. Escuna Maria Bonita; b. Catamarã Cotinguiba, primeiro em operação.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007.

O Governo do Estado na gestão 1991-1995, no intuito de desenvolver o turismo nos rios de Sergipe, construiu embarcações do tipo catamarã, com objetivo de cedê-los por concessão a iniciativa privada. (BIANCHINI, 2006), ratificada em entrevista com representante da empresa MFTUR e gestor público da Secretaria do Estado do Turismo de Sergipe em 2008. A empresa mantinha o catamarã Cotinguiba que atuava em Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga D’Ajuda, no entanto, segundo o informante da MFTUR foi a única das seis concessionárias que aceitou convite da CHESF para levar a embarcação para o lago de Xingó. A contrapartida social era utilizar mão de obra local e hoje há 16 marinheiros fixos, sendo que 10 desses eram pescadores, todos formados pela empresa. A empresa começou a operar também na região do cânion em Paulo Afonso.

As concessões dos 6 catamarãs geraram conflitos entre os cessionários e o governo do estado após a extinção da EMSETUR em 2004. Em 2008 os empresários foram notificados que deveriam disponibilizar os equipamentos para nova licitação e os contratos não poderiam ser mais aditados pela sucessora SETUR. A intenção segundo a SETUR seria regularizar e dar transparência às relações entre poder público e setor privado (CORREIO DE SERGIPE, 2005). Em 3/6/2008 os cessionários dos catamarãs reuniram-se com a EMSETUR para regularização dos contratos e gerar segurança jurídica, além de estabelecer as novas regras para pagamento do aluguel pela cessão das embarcações, de forma a tranquilizar o setor (SETUR, 2008).

Segundo a SECTUR de Canindé de São Francisco (2008) o turismo náutico ampliou-se com a chegada de novos catamarãs como o Rei do Cangaço, com atuação no Cânion de Xingó com 250 lugares e o D. Pedro II com 20 lugares para atuar na trilha do Cangaço.

Ao lado do píer existe apenas um restaurante, flutuante, o Karranca's. A importância do passeio ao lago do cânion de Xingó, a estrutura oferecida e o valor para o município de Canindé de São Francisco já fora tratado por Santos (1999), Oliveira (2005), Bianchini (2006), (Silva, 2007).

A particularidade do restaurante se deve ao fato de ser considerada uma embarcação pela Marinha, o que exigiu rigor na segurança e formação dos garçons, que são partes de uma tripulação. A estrutura foi construída por antigo engenheiro da CHESF, já falecido. Hoje, continua sendo e hoje é administrada por mãe e filha, que residem em Piranhas.

O restaurante tem capacidade para receber até 500 passageiros ou clientes, conta com 40 funcionários, sendo 10 fixos. Funciona de 3ª a domingo, abrindo segunda-feira apenas em alta temporada. Acabou se tornando também um atrativo. Há ainda uma pequena loja que comercializa produtos de artesanato e roupas de banho.

O Xingó Parque Hotel instalou o catamarã Pomonga à jusante da barragem e opera roteiro chamado Rota do Cangaço que se consolidou como um dos passeios mais

procurados na região. Neste, os turistas são conduzidos até o Centro Histórico de Piranhas, depois à trilha que leva à Grotta do Angico, acompanhados de guia, sempre explorando a história em que foram mortos cangaceiros, entre eles Lampião e Maria Bonita. Como opção, para aqueles que não desejam caminhar na grotta, faz-se visita ao Povoado Entremontes, primeira povoação de Piranhas, explorando-se o trabalho realizado por artesãos com renda.

O Museu Arqueológico de Xingó (MAX) foi inaugurado no ano de 2000 pela iniciativa da Universidade Federal de Sergipe, PETROBRAS e CHESF. Seu acervo está baseado no salvamento arqueológico do Baixo São Francisco, realizado pela UFS entre 1988 e 1997 na ocasião da construção da barragem e usina de Xingó. O salvamento compreendeu o levantamento de 56 sítios a céu aberto, classificados como acampamento, habitação e cemitério; e sítios em abrigos que envolvem registros gráficos, como os sítios de pintura ou gravuras (PROJETO ARQUEOLÓGICO DE XINGÓ, 1997).

A finalidade do MAX é manter a pesquisa e preservar o patrimônio arqueológico, bem como divulgar e aproximar o conhecimento do público geral. Está localizado em área administrada pela CHESF que leva ao píer para o passeio no cânion. Atualmente desenvolve também exposições itinerantes e trabalhos em escolas.

Silva (1999) descreveu o valor dos sítios arqueológicos e do material salvado e apontava a ausência de um museu apropriado e a construção do MAX. Bianchini (2006), Silva (2007) descrevem o valor do MAX como patrimônio cultural importante da região.

Em relação à infra-estrutura hoteleira existem atualmente 9 meios de hospedagem em Canindé de São Francisco (SECTUR, 2008): Parque Hotel Xingó, Águas de Xingó Hotel, Hotel China, Hotel Canindé, Pousada Mandacaru, Pousada Nova Vida, Pousada Bom Sossego, Pousada da Serra, Pousada São Francisco e Pousada Raio de Sol. Entre 2006 e 2008 teria se ampliado de 350 unidades habitacionais para 670. A relação oferta de unidades habitacionais e demanda é discutida no capítulo seguinte.

Dentro da infra-estrutura hoteleira de Canindé de São Francisco a principal é o Xingó Parque Hotel associado ao *trade* turístico, sendo considerado de porte médio, com localização na Serra do Chapéu de Couro (Figura 4.9). É um dos mais antigos, com estrutura de lazer, restaurante e loja de artesanato.



Figura 4.9 – Xingó Parque Hotel, em Canindé de São Francisco: a. Vista parcial do hotel; b. Visão panorâmica da Usina de Xingó e rio São Francisco a partir do hotel; c. Esculturas de personagens do cangaço; d. Placa do restaurante do hotel, Maria Bonita.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007-2008) – Fotos: Autor, 2007.

O Águas de Xingó Hotel foi adaptado a partir de antiga instalação da CHESF, localizado na rodovia SE-206, em frente à Prainha de Canindé, e também se relaciona com o *trade* turístico.

Em Canindé de São Francisco foi construída estrutura provisória de bares na prainha, região mais freqüentada por moradores locais, utilizada em eventos como o carnaval da cidadania (Figura 4.10). A Prefeitura de Canindé de São Francisco (2008) apresenta a Prainha de Canindé como atrativo turístico, mas destaca que ainda não pode ser reconhecida como tal pela ausência de infra-estrutura, a começar pelo preparo dos

proprietários dos bares instalados, atendimento e culinária. Ressalta que é reconhecida por moradores e pessoas que ali passam como bom lugar para mergulho no Rio São Francisco, já que apresenta segurança, salva-vidas e bóias que identificam pontos mais apropriados para banho.



Figura 4.10 – Bares da prainha de Canindé de São Francisco. a. Bares e toldos com mesas; b. Área de mesas e rio São Francisco.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007.

As trilhas da região foram descritas por Santos (1999, p. 89) que as classifica como “caminhos que levam à história e ao lazer” tais como: Sítio Vale dos Mestres e Sítio da Grota do Angico e outras em Alagoas.

A Trilha Vale dos Mestres se localiza em Canindé de São Francisco, no povoado Curituba, iniciando-se pela Fazenda Poço Verde, apresenta cenário de formações rochosas, caatinga, arte rupestre e termina no lago do Rio São Francisco (p.89). Sugere ainda que o uso turístico seja para trekking, história e lazer para os amantes do ecoturismo. (p.90). Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo de Canindé de São Francisco trata-se de trilha ecológica com cerca de 3 km de extensão e as pinturas rupestres têm mais de 3.000 anos.

A Secretaria de Cultura e Turismo de Canindé de São Francisco (2008) apresenta a Fazenda Novo Mundo como atrativo turístico que contém seis trilhas ecológicas, com vegetação predominante de caatinga rasteira e variada fauna e culmina no rio São Francisco permitindo banho.

A Fazenda Mundo Novo situa-se a 30 km da sede de Canindé de São Francisco apresenta pinturas rupestres em trilhas que foram catalogadas pelo PAX (Programa

Arqueológico de Xingó). Desenvolveu-se um projeto para implementação de visitação aos Sítios de Arte Rupestre, denominado “Museu a Céu aberto”, encaminhado ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 2000 (Santos, J., 2007).

A estrutura e as condições dos sítios rupestres existentes nas trilhas da fazenda foram avaliadas, e entre os resultados Santos, J. (2007) afirma que houve pouca influência antrópica nas estruturas, mas aponta os problemas decorrentes de ações biológicas, ações das intempéries e materiais inadequados. Destaca que o empreendimento nunca contratou funcionário que cuidasse do desenvolvimento turístico, nem envolveu a comunidade do entorno, portanto, necessita de apoio de divulgação e gestão na medida em que os investimentos superam em muito o rendimento aferido. Tais ações talvez possam auxiliar no desenvolvimento local, aliando patrimônio arqueológico e turismo.

Além destes atrativos a SECTUR (2008) afirma acompanhar o interesse no desenvolvimento de empreendimentos ecoturísticos que podem gerar novos postos de trabalho, tais como os projetos para a Fazenda Xingó, com ampla área de caatinga preservada pelo seu proprietário, com várias trilhas ecológicas demarcadas e com área reservada para construção de mirante, restaurante e pousada com visão panorâmica do lago de Xingó; e a Fazenda Porto Belo que aponta como área estudada, destinada e planejada para construção de hotéis e condomínio, contando com estrutura de embarque e desembarque para passeios náuticos, estrutura de restaurante e hospedagem, além de pista de pouso para aeronaves de pequeno porte, em obras.

A Usina Hidrelétrica de Xingó (Figura 4.11) é a maior e mais moderna da CHESF e responsável por 25% da energia do Nordeste, a 5ª maior do mundo e a 2ª maior do Brasil (SECTUR - CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO, 2008).

Para a geração de energia elétrica destaca a existência de usina geradora composta de seis unidades com 527.000 KW de potência nominal unitária, totalizando 3.162.000 KW de potência instalada. O volume útil do reservatório de Xingó é de 0,04 bilhão de m³. O nível máximo do reservatório é de 139,00 m e mínimo operativo normal 137,20 m e a queda da barragem máxima é de 122,20 m.



Figura 4.11 – Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada entre Alagoas e Sergipe, com usina geradora composta de 6 unidades.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007

Pela imponência em meio a paredões, cobertos por caatinga a própria Usina é um dos principais atrativos turísticos na região. Há em Piranhas o Centro de Visitação da UHE de Xingó (Figura 4.12 e 4.13), com guias preparados, auditório, maquete de madeira, mirante e área com árvores da caatinga com placas indicativas contendo informações das espécies e quem as plantou. Há também um quiosque com venda de artesanato.



Figura 4.12 – Centro de Visitação da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada em Piranhas, Alagoas: a. fachada; b. maquete de madeira da Usina.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007



Figura 4.13 – Centro de Visitação da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada em Piranhas, Alagoas: a. bosque com árvores da caatinga; b. placa com informações sobre as plantas.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007

A Grotta do Angico já fora citada anteriormente, no entanto o acesso terrestre mais explorado turisticamente é via fluvial até a Fazenda Duas Irmãs em Canindé de São Francisco. Nessa localidade há o um bar e restaurante, com espaço para comércio de artesanato (Figura 4.14), incluindo doce de coroa de frade.



Figura 4.14 – Espaço para comercialização de artesanato junto ao Restaurante Angicos, em Canindé de São Francisco, em 2007.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007

A SECTUR do município de Canindé (2008) escreveu que são 106 artesãos cadastrados pela Secretaria de Bem Estar Social e apesar da variedade, a maioria das peças está ligada a características regionais nordestinas e são comercializadas em feiras municipais, regionais e estaduais. Entre a diversidade citam-se: madeira, ponto de cruz,

rendendê, biscoit, crochê, retalhos, pinturas em tela e em tecido, produção de cosméticos como sabonete, shampoo e hidratante com leite de cabra e com mel, artesanato com palha da taboa e em tecido.

Em relação à cultura em Canindé destacam-se a poesia popular de Zé Leobino, manifestações como as danças de São Gonçalo e a Quadrilha, a Cavallhada, a música com a Banda de Pífano presente em diversos eventos. Segundo as fichas de identificação do patrimônio cultural que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria de Cultura e Turismo (2008), há problemas específicos com os grupos que desenvolvem tais manifestações tradicionalmente, seja de ordem material ou em relação às distâncias entre os integrantes dos grupos. A prefeitura dá apoio e acompanha a maior parte deles e reforça o potencial como interesse turístico. Há ainda bens culturais materiais considerados relevantes e que necessitam de maior atenção, como a Casa Rosada na rodovia SE-206 e o cemitério da Antiga Canindé, na Serra do Cruzeiro que são as únicas construções da antiga Canindé; e o Cruzeiro, que alia história e religiosidade, também na Serra. Todos sem qualquer sinalização.

Em Piranhas - AL, a conhecida Piranhas baixa e seu centro histórico (Figuras 4.15 e 4.16) representa patrimônio histórico nacional e dispõe de pousadas, bares e restaurantes de pequeno porte, o Museu do Sertão, Centro de Artes e Artesanato e o Centro de Visitação da CHESF, com marcada atratividade turística. O conjunto arquitetônico do Povoado de Entremontes também é patrimônio histórico nacional de relevância.



Figura 4.15 – Centro Histórico de Piranhas/AL e do Rio São Francisco á direita.
Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007



Figura 4.16 – Centro Histórico de Piranhas - AL: a. Antiga estação ferroviária, onde funcionam a SECTUR, biblioteca pública, loja de artesanato e o Museu do Sertão; b. casario e pontos comerciais, tombados pelo IPHAM.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007) – Fotos: Autor, 2007

O Museu do Sertão foi inaugurado em 1982, reformado e reinaugurado em 2008 e em seu acervo apresenta cenas e peças que retratam parte da realidade vivenciada e testemunhada pelos habitantes de Piranhas, o cotidiano do sertanejo, imagens e objetos relacionados ao cangaço, imagens e história da antiga estação ferroviária, além de réplicas de barcos que ali navegavam produzidos por artesãos locais. O museu é um dos mais importantes atrativos culturais do município e já foi descrito por Santos (1999), CHESF (2003) e INSTITUTO XINGÓ (2005).

O Centro de Artesanato, Arte e Cultura de Xingó (Figura 4.17) foi inaugurado em 2007 e funciona na antiga Oficina de Trens da Estação Ferroviária da cidade de Piranhas, em Alagoas. O galpão foi restaurado com parceria da Prefeitura Municipal, Ministério da Integração Nacional e Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó. Trata-se de centro de comercialização do artesanato da região de Xingó e municípios próximos, além de se constituir em espaço para exposições culturais, gastronomia, folguedos, além de divulgar as potencialidades turísticas do local e da região de Xingó.



Figura 4.17 - Centro de Artesanato, Arte e Cultura de Xingó, antiga oficina de trens de Piranhas –AL.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A prainha é um dos locais mais visitados por moradores, visitantes de um dia dos municípios vizinhos e turistas. Apresenta estrutura com cerca de 6 bares e restaurantes com culinária típica, que funcionam periodicamente, há lixeiras, área de banho delimitada com bóias, salva-vidas, além de atracadouro (Figura 4.18). Já fora citado por Santos (1999) e Instituto Xingó (2005).



Figura 4.18 - Vista da prainha de Piranhas - AL, rio São Francisco e píer, a partir do Mirante Secular e Restaurante e Artesanato Flor de Cactus.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2007)

O Distrito de Entremontes é um dos mais antigos povoados do sertão de Alagoas, com muitos pescadores e é explorado turisticamente pelo fato de apresentar conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico, ter sido palco de filmes como “Baile perfumado” e pelo conhecido bordado de origem portuguesa desenvolvido pela comunidade. O SEBRAE-AL desenvolveu trabalho com as bordadeiras e estas

implantaram a Associação de Bordado de Entremontes, mantendo a Casa dos Bordados como referência (Figura 4.19). O fluxo turístico deve-se principalmente às visitas realizadas pelo passeio conhecido como Rota do Cangaço.



Figura 4.19 – Povoado Entremontes – Piranhas - AL: a. Casario tombado pelo IPHAN; b. Casa do Bordado de Entremontes.
Fonte – Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Há ainda, acesso ao povoado por estrada de terra com 24 km de extensão, aproximadamente, partindo-se do bairro Nossa Senhora da Saúde na sede do município (Figura 4.20).



Figura 4.20 – Acesso por estrada de terra da sede do município de Piranhas - AL ao Distrito de Entremontes: a. Chegada a Entremontes; b e c. Placas de sinalização na estrada.
Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Entre as Trilhas de Piranhas, Santos (1999) e Instituto Xingó (2005) destacam em comum a do Capiá e a Coito do Corisco. Instituto Xingó (2005) e SETUR-AL (2008) apresentam ainda a Pedra do Sino e Linha Férrea.

A Trilha do Capiá tem 6 km de extensão a partir do Distrito de Entremontes e acompanha o leito do rio Capiá intermitente, que divide os municípios de Piranhas e Pão de Açúcar. O caminho apresenta cenário composto por serras, caatinga, passando pela casa de pedra, esconderijo de cangaceiros. A trilha Coito do Corisco tem extensão de 800 m da sede da Fazenda Patos (a 18 km de Piranhas) e se caracteriza por ter percurso ondulado e coberta por caatinga. A importância histórica e turística deve-se ao fato de ter sido palco de chacina feita pelo cangaceiro Corisco. A Trilha da Via Férrea tem extensão de 2 km e seu percurso se dá margeando o Rio São Francisco, ligando o Centro Histórico de Piranhas até a ponte que liga Piranhas a Canindé de São Francisco, podendo ser acessada pela Vila Sergipe, bairro Xingó. Nenhuma das trilhas possui sinalização turística.

4.13 - CENÁRIO PARA A SUSTENTABILIDADE

Na construção do panorama sobre a sustentabilidade da atividade turística, na região de estudo, observou-se que se apresenta um cenário de contradições característicos das dimensões de sustentabilidade, na medida em que algumas ações convergem no sentido da sustentabilidade em uma dimensão, mas se distanciam em outra. Pode-se estabelecer um paralelo com a visão sistêmica baseada na complexidade de Morin (1997; 2005) em que as idéias de tempo, antagonismo, concorrência e complementaridade se combinam de forma disjunta, como se observa nas interações do turismo com a região. Essa abordagem do fenômeno permite considerar os conflitos de interesses como fator dialógico, evitar maniqueísmos e buscar gerenciá-los.

Na área delimitada como sistema evidenciou-se a complexidade de regiões fronteiriças, em que há o envolvimento de dois estados, Sergipe e Alagoas. Os municípios estão na área do polígono das secas, típicos de sertão, que carregam a especificidade das secas prolongadas, chuvas mal distribuídas, em ambientes de caatingas preservadas cada vez menores e ampliação das antropizadas, com histórico que entremeia ciclos econômicos baseados nas atividades produtivas como pecuária e plantio de algodão, além da influência

do cangaço. As ações desenvolvimentistas em planos contra a seca apostaram na irrigação, inicialmente com olhar para as grandes produções e depois na fragmentação de latifúndios e implantação de assentamentos rurais com culturas de sequeiro e fruticultura.

A especificidade da região, também se evidencia pelo fato dos três municípios do estudo ter o Rio São Francisco como limite territorial e a presença de populações ribeirinhas com economia baseada na pesca artesanal. Outrora, o Rio foi considerado meio para a integração nacional, ligando litoral ao interior, passando por períodos de ascensão e queda da navegação fluvial integrada a uma ferrovia. A implantação da Usina Hidrelétrica de Xingó estabeleceu nova dinâmica à região, com aumento do estímulo ao turismo.

Os municípios do sistema têm características rurais, entretanto Canindé de São Francisco desponta como exceção, pela mudança de comportamento do crescimento populacional urbano, advindo da imigração de populações rurais de municípios vizinhos. Significa ter um município com crescimento urbano, mas com a ruralidade como origem.

A tendência da atração de pessoas, pela própria dinâmica fronteiriça do município de Canindé de São Francisco, tende a elevar a relação entre população permanente e população turística, que se assemelharia ao perfil de pólo de desenvolvimento regional. Caso a gestão local tenha intenção de fomentar o desenvolvimento regional e tornar o município um desses pólos, o turismo se configura em uma das possibilidades para abarcar pessoas nos serviços.

Os baixos IDH-M observados e os índices de GINI desfavoráveis trazem à tona a necessidade de alternativas para reduzir as diferenças existentes no país, com melhoria da condição de vida das populações crescentes, seja rural que dependem da agricultura familiar, ou urbana que dependem dos benefícios públicos sociais. O turismo é o setor com primeira indicação para geração de renda e redução da pobreza, de acordo com Mello & Takasago (2008).

A complexidade de fatores históricos, culturais, sociais e econômicos construiu um legado à região que pode ser analisado sistemicamente, de forma a auxiliar processos de gestão ou compreensão dos fenômenos em que o turismo se insere.

O turismo emerge nessa complexidade e amplia a rede de relações, atraindo contingente flutuante. Boullón (2002) cita estudo na América Latina em que a relação entre a população turística simultânea média e a população permanente varia de seis habitantes permanentes por turista até um habitante permanente para cada sete turistas. Os centros turísticos que tendem a ser centros de desenvolvimento regional assemelham-se aos pólos de desenvolvimento em que a relação entre população permanente e população turística é bem maior. Entretanto, o desenvolvimento do turismo limita-se ao espaço abrangido pelos atrativos distribuídos e a presença de alguns serviços de apoio, como hospedagem, alimentação, entretenimento.

A idéia de espaço turístico, em princípio, é contraditória à configuração do sistema representado pelos três municípios. No entanto, a gestão do turismo é feita pelos municípios, dado pelo processo de descentralização. A partir do Plano Nacional de Turismo e da criação do Ministério do Turismo estabeleceu-se diretrizes que implicam articulação entre município, estado e federação. Assim, a configuração dos municípios como sistema permite considerar as peculiaridades da gestão da atividade turística nos espaços turísticos que se configuram.

O cenário para compreensão da dinâmica do turismo na região, de forma sistêmica, implicou reconhecer os setores atrelados ao turismo e as outras atividades vinculadas, de forma direta ou indireta. Assim, considerou-se o que a região oferece em termos turísticos para atrair pessoas para visitação e a sua capacidade de recebê-las e fornecer serviços adequados.

CAPÍTULO 5

FLUXO TURÍSTICO E SUSTENTABILIDADE

5.1 - A DEMANDA E A OFERTA TURÍSTICA - FLUXO TURÍSTICO

Os dados sobre fluxo turístico na Região de Xingó são incipientes, dessa forma, optou-se por apresentar dados do estado de Sergipe e de Alagoas.

O Estado de Sergipe apresenta fluxos turísticos crescentes, com ampliação da rede hoteleira, além disso, Aracaju é um dos 65 destinos indutores previstos no Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo. Em Alagoas, Maceió é destino indutor, no mesmo Programa.

O fluxo turístico de Sergipe de 2000 a 2006 aumentou em torno de 48,0%, de 106.576 para 158.107 turistas, sendo que deste total, o fluxo turístico nacional variou de 101.406 para 152.014 turistas, segundo Boletim de ocupação hoteleira (SEPLAN/SUPES, 2007). A taxa média de ocupação hoteleira variou de 50,2% para 62,0% nesse período, com permanência média mantida, menor que três dias. O número de hotéis e pousadas, no mesmo período, aumentou de 224 para 226, sendo que o número de unidades habitacionais teve aumento de 4.812 para 4.955, sendo 2.616 em hotéis e 2.371 em pousadas, em 2006. O número de leitos teve aumento de 9.936 para 10.252. Destes, 5.444 são referentes a hotéis e 4.808 de pousadas, em 2006.

De acordo com relatório do Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), em 2005, a Secretaria do Estado do Turismo de Sergipe (SETUR) apresentou seis principais circuitos para o turismo no Estado: Praias de Aracaju, Cidades Históricas, Costa das Dunas, Costa dos Manguezais, Foz do São Francisco e Canyon de Xingó (BNB, 2005). Estes roteiros permanecem como principais, ainda em 2008.

No mesmo documento, os dados referentes aos destinos visitados por turistas em 2002, apontaram que o destino a Mangue Seco predominava, em torno de 35,0 % dos turistas entrevistados, com estimativa de 14.000 pessoas. Os destinos, Foz do Rio São Francisco e Xingó apareciam com a mesma proporção com 20,0%, sendo 8.000 pessoas para cada. Em 2005, dados de agências receptivas em Aracaju, apontaram um crescimento de turistas em todos os destinos, sendo que Xingó passou a ocupar a primeira posição, com estimativa da recepção de 42.000 pessoas, configurando-se em 35,0% do total.

Segundo dados do PRODETUR/NE I, no estado de Sergipe o destino Complexo de Xingó, em princípio, está atrelado aos fluxos turísticos para Aracaju, porta de entrada de turistas advindos de outros estados. O aumento de fluxo turístico em Aracaju afeta significativamente o fluxo turístico ao complexo de Xingó, que atualmente, é considerado o segundo pólo receptivo de turistas de Sergipe.

A Pesquisa de Demanda Turística na Alta Estação de Sergipe (SETUR, 2006) apresentou dados com características dessa demanda, tais como o perfil predominantemente nacional, mais de 95,0%, sendo cerca de 42,0% intra-regional. Esse perfil é o mesmo de 2005 e se manteve em 2007 (SETUR, 2008).

A análise de perfil intra-regional mostrou que o maior emissor foi o Estado da Bahia, embora se tenha notado redução de 2004 até 2006, em especial de turistas de Salvador. Percebeu-se aumento da participação de Pernambuco, passando de 2,47% a 9,49% de 2004 a 2006 e estabilidade em 2007. Alagoas também mostrou redução de 7,41% para 3,72% e estabilidade em 2007. Isso não significa que houve redução no número de turistas, mas indicou mudança de padrão, na medida em que se ampliou o fluxo inter-regional. Em 2007, permaneceu a Bahia com 70,0 % do fluxo intra-regional e 8,0% do fluxo nacional.

Do ponto de vista inter-regional, a região Sudeste se destacou, atingindo 42,0% em 2006 e caindo para 36,0% em 2007. São Paulo apresentou aumento da emissão de turistas, passando de 27,5% em 2004, para 42,0% em 2006, com ênfase na capital. Observou-se ainda, aumento da importância do interior paulista, sendo que em 2007, esta parcela chegou a 42,0% dos paulistas. Houve, também, ampliação da participação das capitais do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 2006, mas leve queda em 2007. As regiões Centro-oeste, Sul e Norte juntos, apareceram com 21,0% em 2007. O destaque foi dado ao Distrito Federal, também com ampliação da emissão, que perfaz 68,0% das três regiões e 88,0% da região Centro-Oeste. Enfim, percebe-se também aumento da participação do número de cidades emissoras, sendo que ocorreu aumento de 16,0% em relação à pesquisa de 2006.

A idade média dos turistas ficou entre a população economicamente ativa, entre 21 a 40 anos, sendo que, em 2007, registraram-se médias em torno de 50,0%. Destes, 69,5%

em 2007, apresentavam curso superior e pós-graduação, mostrando seletividade da demanda. A renda média da maioria dos turistas, 57,0% em 2007, estava entre 5 a 20 salários mínimos.

Entre os motivos da viagem predominou ‘passeio, seguido de negócio/trabalho’, tendo os elementos litoral/praias/duna como principal atrativo. Em 2007, apontou-se que, perto de 69,0% viajavam a Passeio, sendo que destes, 71,0% tiveram o litoral e as praias como motivação e em torno de 83,0%, a motivação foram os manguezais, rios, dunas, serras e campos. Evidenciou-se alta satisfação do turista e aumento na taxa de desejo de retorno, ultrapassando 95,0%, em 2006 e 2007. Os fatores que influenciaram nos deslocamentos, além do ‘já conhecia’, foi o ‘comentário de parentes e amigos’ e o perfil indicou predominância de viagem familiar.

Outro aspecto relevante foi o aumento das taxas de agenciamento da viagem, desde 2005 a 2007, respectivamente com taxas de 5,47%, 5,50% e 7,50%. Isso implicou maior participação das agências de turismo, apesar de se afirmar, que estas ainda não influenciam como poderiam.

Na Pesquisa de Demanda Turística de Baixa Estação os valores se modificaram, mas o perfil é o mesmo apontado acima. Aspectos distintos e considerados relevantes foram: o fato de apresentar maiores valores percentuais de pessoas com mais de 50 anos, com relevância para aposentados e pensionistas, e menor número, para pessoas com menos de 20 anos, valor também esperado, pelo fato de abranger estudantes que aumentam no período de férias escolares.

Entre os destaques esteve o critério ‘motivos da viagem’, que apresentou o mesmo valor proporcional para negócios/trabalho e passeio, sendo que o primeiro com 45,58% e o segundo com 44,56%. O fator ‘comentários de parentes e amigos’, somado ao fator ‘visitar parentes e amigos’ influenciou 50,33% dos entrevistados com o passeio sendo o motivo principal.

A taxa de permanência na alta estação foi de 36,73%, de 6 a 10 dias e na baixa estação, 26,87%, com permanência média entre 3 a 5 dias. Em relação ao meio de

hospedagem, 64,35% utilizaram hotéis e pousadas e 13,27% em casa de parentes e amigos. Mesmo em baixa estação, 34,01% dos entrevistados visitaram 35,13% dos municípios sergipanos.

Quanto aos atrativos naturais (88,55%), há predomínio do elemento litoral/praias (82,76%), seguido do elemento serra/canyon, com 15,52%. O atrativo lago e o canyon da Hidrelétrica de Xingó foram destaques dentro do elemento serra/Canyon, inserido no segmento de ecoturismo e aventura.

Da mesma forma, que nas pesquisas anteriores, a propaganda é um dos menores fatores utilizados para a tomada de decisão do turista na escolha do destino e predomina-se o comentário de parentes e amigos. A maioria se hospedou na casa de amigos, o que difere das pesquisas anteriores, em que maioria se hospedou em hotéis e pousadas. Talvez, esse seja um dado, que aponte uma pesquisa com público distinto das anteriores.

O transporte predominante em 2006 foi avião/vôo regular, mostrando taxa média acima de 50,0%, e depois, por automóvel, com média acima de 26,0 %. Em 2007, manteve-se à frente o deslocamento por avião/regular, com 47,1%. O aumento se deu no deslocamento por automóvel, ônibus fretado, ônibus de linha.

Os Indicadores da Hotelaria Sergipana apresentaram comparação entre 2007 e 2008, no período de janeiro a junho (EMSETUR, 2008). Os resultados quantitativos em relação à taxa de ocupação, permanência média e pernoites indicaram que houve acréscimo de 0,33%, a permanência teve decréscimo de 3,58%, mas o número de pernoites teve aumento relativo de 2,24%. Registrou-se 86.536 hóspedes no período, com acréscimo de 7,14%, comparando-se mesmo período de 2007. Os principais emissores no mercado interno continuam a ser os estados da Bahia e São Paulo, seguidos de Sergipe, Rio de Janeiro e Pernambuco. Os motivos da viagem seguiram o perfil anterior, induzidos pelo turismo, seguidos por negócios.

No segundo período de maior fluxo turístico, em junho-julho, há o período de festas juninas e a Pesquisa dos Festejos Juninos 2008 (SETUR, 2008) apresentou as seguintes características: a Bahia (47,7%) maior emissora, seguida de Alagoas (13,9%) e

São Paulo (9,5%). Parte das pessoas que advém de Paulo Afonso (BA) dirigem-se nesse período para Canindé de São Francisco. O motivo da viagem foram os festejos juninos (46,9%), seguido de passeio (38,3%) e negócio/trabalho (21%). A maioria dos turistas deslocou-se de automóvel (78,2%), seguido de via aérea (21,0%). A hospedagem na casa de parentes ou amigos (43,2%) predominou, a seguir, em hotéis (23,9%) e pousadas (14,5%). A proporção de viagens ‘com a família’, ‘com amigos’ e ‘só’, foram respectivamente, 33,8%, 30,6% e 28,9%. A maioria permaneceu em torno de 2 a 5 dias (29,0%), seguidos de 5 a 10 dias (26,5%).

Em Alagoas, observou-se fluxo turístico maior que em Sergipe, de acordo com os dados obtidos no Anuário Estatístico do Estado de Alagoas (2007) e da SETUR de Sergipe (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 - Ocupação hoteleira e fluxo turístico dos estados de Alagoas e Sergipe em 2006-2007.

Ano	Estado	Ocupação Hoteleira e Fluxo Turístico e 2006-2007					
		UH's disponíveis	Leitos disponíveis	Taxa de ocupação/ UH (%)	Pernoites gerados	Fluxo turístico	Permanência média (nºdias/hosp.)
2006	Sergipe	4.955	10.252	60,0	512.817	158.107	2,93
	Alagoas	1.447.932	3.271.573	68,3	1.854.620	428.437	3,8
2007	Sergipe	5.055	10.762	58,7	473.172	163.426	2,65
	Alagoas	ni	ni	ni	ni	ni	ni

Legenda: ni – não informado

Fonte: baseado em Secretaria Executiva de Turismo – SETUR (Alagoas), 2007; SEPLAN:SETUR (Sergipe), 2008

O município de Canindé de São Francisco se intitula o Portal do Complexo Xingó, pelo fato de estar situada ali, a estrutura de restaurante e atracadouro para o principal passeio que caracteriza o turismo na região, o Cânion de Xingó ou Cânion do São Francisco. O passeio é operado pela empresa de turismo náutico MF-TUR. Trata-se do passeio por catamarã ou escuna até o chamado Paraíso do Talhado, com estrutura montada para banho.

Segundo A MF-TUR, em 2006, houve 749 passeios com total 44.947 passageiros pagantes (pax). Em 2007, houve 619 passeios, totalizando 46.680 pessoas (pax). Apesar da diminuição do número de passeios, houve aumento do contingente. Em 2008, até setembro,

os números ultrapassaram em 8,0% o mesmo período no ano anterior (Tabela 5.2). Nestes números não estão incluídos, *famtours*, *fampress* e outros passeios com artistas e empresários.

Tabela 5.2 – Fluxo de visitantes que pagaram tarifa para o passeio no lago do Cânion do São Francisco (Xingó) nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Ano	Adultos (pax)	Crianças (pax)	Total (pax)	Nº de passeios	Meses de maior fluxo
2006	41.573	3.374	44.947	749	Jan, set, dez e abr
2007	43.160	3.448	46.680	619	Jan, dez, nov e out
2008*	34.256	2.491	34.256	511	Jan, fev e jul
TOTAL	118.989	9.313	125.883	1.879	

NOTA: * Resultado parcial até setembro de 2008; pax – Passageiros pagantes.

Fonte: MFTUR

Cerca de cinco operadoras de Sergipe seriam responsáveis por cerca de 10.000 pax, e segundo informante da MF-TUR os percentuais dos pax foram: 30% da demanda viriam do Receptivo de Aracaju, com turistas vindos do Sul, Sudeste e Centro Oeste; 30% advindos de estudantes da região nordestina, da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará; 10% seriam estrangeiros que derivam de Maceió, Salvador, Recife e Aracaju; e 30% derivaram de caravanas, carro próprio, todos informais, que utilizariam vários parques hoteleiros e se deslocam até por 800 Km.

De Canindé de São Francisco, os dados do Parque Hotel Xingó apontaram que seus hóspedes, em 2007, derivaram: 23,49% de Sergipe (maioria capital); 17,62% indefinidos; 14,41% de São Paulo; 10,05% de Pernambuco; 9,58% de Alagoas; 6,86% da Bahia; 4,91% do Rio de Janeiro; 4,87% do Distrito Federal; 2,52% do Rio Grande do Norte; 1,65% de Santa Catarina; e 4,05% de outros.

Em Piranhas, o Museu do Sertão em 2006 recebeu 26.398 visitantes, segundo a Prefeitura Municipal. O gasto médio doméstico foi de US\$ 54,15/dia, o gasto internacional foi de US\$ 67,40/dia e a permanência média foi de 2,5 dias.

Em 2007, o fluxo de visitantes foi de 68.000 e de 7.420 turistas. Em 2008, registraram 75.000 visitantes e de 9820 turistas. Ainda, segundo a SECTUR de Piranhas, na região, incluindo o fluxo com sistema ‘bate-volta’ de Aracaju ao Canyon do São Francisco, os números seriam: 105.000 (2007) e 135.000 (2008).

O Centro de Visitantes da Usina Hidrelétrica de Xingó divulgou que, em 2006, tiveram 28.320 visitantes.

Houve aumento no número de visitantes à Grotta do Angico, de 2004 a 2006, respectivamente 15.872, 17.102 e 17.432 visitantes, com dados obtidos do Parque Hotel Xingó, CANISTUR, ANGICO TOUR e Restaurante Angicos.

Em relação à origem dos turistas na região, a prefeitura Municipal de Piranhas, na ocasião da entrevista com gestor público de turismo, afirmou-se que eles se originaram, principalmente, de Recife e São Paulo, depois Maceió, Fortaleza, Brasília em 5º lugar; sendo que desejam fomentar a vinda de turistas da Bahia.

Hoje, o Turismo é a segunda fonte de renda do município de Piranhas, que está entre 40 a 45%, sendo que os benefícios advêm de forma indireta da Prefeitura, do ICMS e *royalties*. Isso permitiu, segundo o gestor, gerar maior fixação da população. A primeira fonte de renda seria a agropecuária, com grande influência do Distrito de Piau, o maior produtor de feijão de sequeiro. Há no município, segundo gestor, cerca de 40,0 a 50,0% de capacidade ociosa e a meta de crescimento seria de 30% até 2010. O Turismo pedagógico, Turismo de Melhor Idade e o Ecoturismo seriam os principais alvos das ações para atrair novos turistas. A mão de obra empregada no turismo, em 2007, foi de 300 pessoas e em 2008, 336 pessoas.

5.2 – OS ATRATIVOS TURÍSTICOS

Constatou-se que há 72 atrativos turísticos, considerando as informações fornecidas pelos entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de turismo receptivo e das prefeituras. Desse total, há 12 atrativos naturais, 43 atrativos culturais, 1 atração técnica, científica ou artística, 4 eventos permanentes, 10 atrativos naturais e também culturais, 2

atrativos naturais e atrações técnicas, científicas ou artísticas. No entanto, ao se considerar que muitos ocorrem em mais que um município do sistema, o número de atrativos turísticos citados chegou a 100. Deste total, 35 estão em Canindé de São Francisco, 32 em Piranhas e 24 em Poço Redondo (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 – Atrativos turísticos classificados por tipo e subtipo citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo da área de estudo, em 2008.

Continua

N	Atrativos Naturais	Localidade	Subtipo
1	Cânion do São Francisco/ Cânion de Xingó	Canindé, Delmiro Gouveia, Olho D'água do Casado,	Cânion - Planaltos - rochedos Rio e lago – Hidrografia
2	Paraíso do Talhado/	Olho D'água do Casado	Cânion - Planaltos - rochedos Rio e lago – Hidrografia (RSF e lago da represa de Xingó)
3	Mirante do Talhado	Olho D'Água do Casado	Planalto (Rochedos – cânion) Flora (caatinga)
4	Prainha /orla	Canindé	Hidrografia – Rio São Francisco e Praia fluvial
5	Rio São Francisco	Canindé, Piranhas e Poço Redondo, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar	Hidrografia (rio)
6	Cânion Rio do Sal	Paulo Afonso	Hidrografia (rio); Planalto (Rochedos – cânion)
7	Pedra do Sino	Piranhas	Flora (Caatinga)
8	Trilha Morro da Loucura	Piranhas	Flora (caatinga), Planalto (Rochas graníticas)
9	Cachoeira Bom Jardim	Poço Redondo	Queda d'água (cachoeira intermitente)
10	Ninhal das Garças	Canindé	Fauna
11	Trilha do Capiá	Piranhas	Hidrografia (rio intermitente); Vale (leito com rochas); Flora (caatinga)
12	Trilha da Linha Férrica	Piranhas	Flora (caatinga) – Planalto (Rochedos) – hidrografia (rio São Francisco)
	Atrativos Naturais e Atrativos Culturais	Localidade	Subtipo
13	Rota do Cangaco (trilha do cangaco)	Piranhas, Canindé e Poço Redondo	AN – Hidrografia (rio São Francisco – praia fluvial - Flora -caatinga) AC – Sítio histórico (Centro histórico de Piranhas e Entremontes, monumentos); Edificações (arquitetura civil); Instituições Culturais (Museu); Monumento histórico (marco da morte de cangaceiros); Gastronomia típica
14	Grotta do Angico / Monumento Natural	Poço Redondo	AN – Flora (caatinga) e fauna AC - Monumento histórico (marco da morte de cangaceiros)
15	Restaurantes e Prainha	Piranhas	AN – Hidrografia – Rio São Francisco e Praia fluvial AC – gastronomia típica nos restaurantes
16	Serra da guia comunidade quilombola	Poço Redondo	AN – Flora (Caatinga, Brejo de Altitude); Montanhas (Serra) AC – Sítio Histórico (Quilombo)

Continua

N	Atrativos Naturais	Localidade	Subtipo
17	Fazenda Mundo Novo e sítios arqueológicos – Parque Temático da Caatinga	Canindé	AN - Flora (caatinga); Hidrografia – rio São Francisco e lago AC – Sítios arqueológicos
18	Trilha Vale dos Mestres	Canindé (Faz. Poço Verde)	AN - Flora (caatinga) AC – Sítios arqueológicos
19	Trilha Coito de Corisco	Piranhas	AN - Flora (caatinga), Planalto (Rochas graníticas) AC – Sítio histórico (local de chacina feita por Corisco)
20	Praia Fluvial - Povoado Bonsucesso (Casarão colonial, Ilha)	Poço Redondo	AN – Hidrografia (rio, praia fluvial); Terra insular (Ilha) AC – Edificações (arquitetura civil)
21	Praia Fluvial - Povoado Curralinho	Poço Redondo	AN – Hidrografia (rio, praia fluvial); AC – Edificações (arquitetura civil)
22	Mirante Secular / Mirante Flor de Cactus	Piranhas	AN – Paisagem AC - Obras de Arte – Monumento
	Atrações Técnicas, Científicas e Artísticas	Localidade	Subtipo
23	Visita a Usina, UHE Xingó, hidrelétrica	Canindé e Piranhas	Usina Hidrelétrica de Xingó
	Atrativos Naturais e Atrações Técnicas	Localidade	Subtipo
24	Fazenda Porto Belo	Canindé	AN - Flora (caatinga); Planalto (Rochas graníticas); Hidrografia (rio e lago)
25	Mirante da Usina / Centro do Visitante da UHE Xingó	Piranhas	AN – Paisagem AT - Usina Hidrelétrica (Centro de visitante – maquete – mirante)
	Atrativos Culturais	Localidade	Subtipo
26	Piranhas / Centro Histórico	Piranhas	Sítio histórico (Centro histórico de Piranhas e Entremontes, monumentos) Edificações (arquitetura civil) Instituições Culturais (Museu)
27	Museu do sertão	Piranhas	Instituições Culturais (Museu)
28	Entremontes (cooperativas, rendas e igreja)	Piranhas	Sítio histórico (Centro histórico) Edificações (arquitetura civil); Artesanatos - bordados e rendas
29	Museu Arqueológico de Xingó - MAX	Canindé	Instituição Cultural
30	Fazenda Charco com ossos de dinossauros / Sítio Paleontológico do Charco	Poço Redondo	Sítios paleontológicos
31	Centro de Artes e Artesanato	Piranhas, Poço Redondo	Edificação (Antiga oficina de trens – Piranhas); Instituição Cultural (Artesanato)
32	Novena em Cruz do Homem	Poço Redondo	Celebração (religiosa/manifestação de fé)
33	Cavallhada	Poço Redondo e Canindé	Manifestação popular/folclórica
34	Vaquejada	Poço Redondo	Manifestação popular/folclórica
35	Festa do Padroeiro	Poço Redondo	Celebração (religiosa/manifestação de fé)
36	Banda de Pífanos	Poço Redondo, Canindé, Piranhas	Manifestação popular/folclórica
37	Grupo de Xaxado	Poço Redondo, Piranhas e Canindé	Manifestação popular/folclórica

				Conclusão
N	Atrativos Culturais	Localidade	Subtipo	
38	Grupo de Reisado	Poço Redondo, Piranhas e Canindé	Manifestação popular/folclórica	
39	Grupo de Pastoril	Poço Redondo, Piranhas e Canindé	Manifestação popular/folclórica	
40	Grupos de Teatro	Poço Redondo e Canindé	Manifestação popular/folclórica	
41	Literatura de cordel, poetas	Poço Redondo e Canindé	Manifestação popular/folclórica	
42	Grupos de forró pé de serra	Poço Redondo	Música	
43	Samba de Coco	Poço Redondo	Manifestação popular/folclórica	
44	Dança de São Gonçalo	Canindé (sede e Povoado Curituba), Piranhas	Manifestação popular/folclórica	
45	Quadrilha	Canindé	Manifestação popular/folclórica	
46	Cruzeiro	Canindé – Serra do Cruzeiro	Obra de arte – monumento	
47	Cemitério da Antiga Canindé	Canindé	Edificações (ruínas)	
48	Casa Rosada	Canindé – Rodovia SE-206	Edificações (Arquitetura civil)	
49	Artesanato	Canindé	Artesanatos (bordados e madeira)	
50	Chegança / marujada	Piranhas	Manifestação popular/folclórica	
51	Festa da padroeira Nossa Sra. da Conceição	Canindé	Festa (Religiosa)	
52	Missa do Vaqueiro	Piranhas	Manifestação popular/folclórica Celebração (manifestação de fé)	
53	Festa de Nossa Sra. da Saúde	Piranhas	Festa (Religiosa/manifestação de fé)	
54	Desfile de blocos Semana Santa	Piranhas	Manifestação popular/folclórica	
55	Comemoração São Pedro	Piranhas - Povoados	Manifestação popular/folclórica Festa (manifestação de fé)	
56	Cenáculo de Santa Terezinha	Piau e Entremontes	Celebração (manifestação de fé)	
57	Bordados	Poço Redondo, Piranhas (Entremontes)	Artesanatos (bordado e renda)	
58	Carnaval da Cidadania	Canindé	Festa (manifestação popular)	
59	Aniversário da Transferência da cidade	Canindé	Celebração (cívica)	
60	São João da Cidadania	Canindé	Festa (manifestação popular)	
61	Emancipação Política	Canindé	Celebração (cívica)	
62	Festa da Padroeira	Canindé	Festa (manifestação de fé)	
63	Natal da Cidadania	Canindé	Festa (manifestação popular)	
64	Missa do Cangaço	Poço Redondo, Canindé e Piranhas	Celebração (manifestação de fé)	
65	Forrogação	Piranhas	Festa (manifestação popular)	
66	Carnaval	Piranhas	Festa (manifestação popular)	
67	Vaquejada	Piranhas	Festa (manifestação popular)	
68	Desfile de Blocos	Piranhas	Festa (manifestação popular)	
	Eventos Permanentes	Localidade	Subtipo	
69	Semana do Cangaço	Poço Redondo, Canindé e Piranhas	Encontro Cultural	
70	II Feira Agropecuária do Alto Sertão	Canindé	Feira de Negócios	
71	Encontro Cultural	Canindé	Encontro Cultural	
72	Festival do Quiabo	Canindé	Feira de Gastronomia e Cultural	

Legenda: Atrativos Naturais (AN) – Atrativos Culturais (AC) – Atividades Econômicas (AE) - Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas (AT) – Eventos Permanentes (EP). Canindé ou Canindé de São Francisco.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A flora predominante nos atrativos naturais é a caatinga (5). Houve citação de uma queda d'água intermitente (Cachoeira do Bom Jardim) em Poço Redondo, além de 4 trilhas.

Os atrativos naturais integram sete outros de quatro municípios vizinhos que também fazem parte da região Xingó (Paulo Afonso na Bahia, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia e Pão de Açúcar em Alagoas) não considerados no sistema, em especial envolvendo hidrografia com o rio São Francisco (1), praias fluviais e cânion (6).

Entre os atrativos que foram classificados como naturais e culturais abrangem trilhas (4) que são exploradas pelo apelo histórico e paisagem, como a de Angico, Vale dos Mestres e Corisco. As citações como culturais foram para: Sítios históricos, edificações e monumentos (5), sítios arqueológicos (2), mirantes como obras de arte e paisagem (2), monumento como obra de arte (1) e gastronomia típica (2). O único evento com atrativo natural e atração técnica deve-se a Fazenda Porto Belo, pelo fato de compor cenário ao lado do lago, mas pelo projeto de construção de condomínio, hotéis e aeroporto tende a se configurar em obra de engenharia.

Os atrativos culturais predominam pela abrangência da categoria. Mais que 50% se devem a manifestações populares e religiosas (32), edificações (5), sítio histórico de Piranhas (2), Instituições culturais, como museus e centro de artes (3), Artesanatos (4), monumentos (4), sítio paleontológico (1), quilombo (1).

Não houve citação de qualquer atividade econômica que pudesse ser um atrativo turístico.

Cabe esclarecer, que durante as entrevistas, não foi delimitada ou feita orientação do que seria atrativo turístico, nem se questionou quando a resposta trazia maior amplitude, dessa forma as respostas obtidas não substituem um inventário da oferta turística. Dessa maneira, alguns atrativos citados são amplos e contemplam mais que um tipo de classificação. Um desses casos é o da Rota do cangaço em que se pode interpretar que o informante desejava destacar o produto turístico ou a Grota do Angico e seu valor histórico. Outro aspecto já levantado é que a Rota do Cangaço passa pelo Centro Histórico

de Piranhas e inclui como possibilidade, Entremontes. O mirante secular também faz parte de Piranhas. A cachoeira Bom Jardim e a Fazenda Charco, em Poço Redondo foram lembradas, mas não há operação turística organizada na região, configurando-se como potencial.

Observou-se que o maior número de atrativos naturais está em Piranhas (5), em razão das trilhas, gastronomia, praia fluvial e mirantes. Canindé apresentou 4 citações, enquanto Poço Redondo teve 2 citações. Destaca-se a citação de outros municípios fora do sistema estabelecido, como Olho D'Água do Casado (4). Considerando-se atrativos compostos, o maior número de atrativos naturais e também culturais está em Poço Redondo devido a Grotta de Angico que congrega aspectos históricos, vegetação de caatinga, unidade de conservação e seus povoados ribeirinhos.

Tabela 5.3 – Distribuição de atrativos turísticos por município do sistema e fora do sistema, citados, em 2008.

Tipo de atrativo	Municípios do Sistema			Outros municípios			
	Canindé	Poço Redondo	Piranhas	Paulo Afonso	Olho D'Água do Casado	Delmiro Gouveia	Pão de Açúcar
AN	4	2	5	1	4	1	1
AC	22	16	21	-	-	-	-
AT	1	-	1	-	-	-	-
EP	4	1	-	-	-	-	-
AN/AC	3	5	4	-	-	-	-
AN/AT	1	-	1	-	-	-	-
TOTAL	35	24	32	1	4	1	1

Legenda: Atrativos Naturais (AN) – Atrativos Culturais (AC) – Atividades Econômicas (AE) - Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas (AT) – Eventos Permanentes (EP). Canindé ou Canindé de São Francisco.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A variedade e distribuição dos atrativos na região de estudo permitem conceber a configuração de uma área turística prevendo a existência de um centro turístico incluindo Canindé de São Francisco e Piranhas ou dois centros turísticos, vislumbrando a configuração de complexo turístico, segundo categorias definidas por Boullón (2002). Outra possibilidade é pensar a região como uma zona turística ou um complexo turístico e

ampliar o sistema incluindo também o município de Paulo Afonso.

Os atrativos culturais correspondem a 63,8% de Canindé de São Francisco (23), 65,2% de Poço Redondo (15) e 65,6% de Piranhas (22). Há menos manifestações populares e religiosas citadas em Poço Redondo (14), depois Piranhas (15) e Canindé (17). A diversidade de atrativos culturais por município do sistema é igual, 7 subtipos cada.

As atrações técnicas devem-se a Usina Hidrelétrica de Xingó que abrange os municípios de Canindé de São Francisco e Piranhas, e este último contém o Centro de Visitantes da Usina Hidrelétrica de Xingó, que congrega construção e artefatos técnicos e mirante.

Em relação a um total de 21 entrevistados, os atrativos turísticos mais citados, acima de 50% são: o cânion de Xingó ou Cânion do São Francisco, com 20 citações; Grotas do Angico com 17; Visita à UHE de Xingó com 16; Museu Arqueológico de Xingó com 13; Rota do Cangaço e Piranhas (Centro Histórico) com 12 cada. Abaixo de 50% das citações estão: Museu do Sertão ou do Cangaço, 11; Paraíso do Talhado com 10; Fazenda Novo Mundo e sítios arqueológicos, Trilha Vale dos Mestres e Trilha Morro da Loucura, com 6 citações cada; Entremontes com bordados e rendas, Serra da Guia com comunidade quilombola com 5 cada uma; Semana do Cangaço com 4 citações; e as demais estão abaixo desse número (Tabelas 5.4, 5.5 e 5.6).

Tabela 5.4 – Atrativos turísticos naturais incluindo os compostos atrativos naturais e também culturais, citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.

Atrativos Turísticos	Localidade	Número de citações			Total (N=21)
		MH (N=9)	PG (N=3)	OP (N=9)	
Cânion do São Francisco (de Xingó)	Canindé, Delmiro Gouveia, Olho D'água do Casado,	9	2	9	20
Paraíso do Talhado	Olho D'água do Casado	7	1	2	10
Mirante do Talhado	Olho D'Água do Casado	1	-	1	2
Prainha /orla	Canindé	0	1	0	1
Rio São Francisco	Canindé, Piranhas e Poço Redondo, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar	1	-	-	1

Cânion Rio do Sal	Paulo Afonso	1	-	-	1
Pedra do Sino	Piranhas	1	1	-	2
Trilha Morro da Loucura	Piranhas	2	1	3	6
Cachoeira Bom Jardim	Poço Redondo	1	1	-	2
Ninhal das Garças	Canindé	1	1	-	2
Trilha do Capiá	Piranhas	-	1	-	1
Trilha da Linha Férrea	Piranhas	-	1	-	1
Rota do Cangaço (trilha do cangaço)	Piranhas, Canindé e Poço Redondo	7	1	4	12
Grota do Angico / Monumento Natural	Poço Redondo	9	3	4	16
Restaurantes e Prainha	Piranhas	1	1	-	2
Serra da guia/ quilombola	Poço Redondo	2	2	1	5
Fazenda Mundo Novo e sítios arqueológicos – Parque Temático da Caatinga	Canindé	1	2	3	6
Trilha Vale dos Mestres	Canindé (Faz. Poço Verde)	2	2	2	6
Trilha Coito de Corisco	Piranhas	-	1	-	1
Praia Fluvial - Povoado Bonsucesso (Casarão, Ilha)	Poço Redondo	-	1	-	1
Praia Fluvial - Povoado Curralinho	Poço Redondo	-	1	-	1
Mirante Secular	Piranhas	-	1	-	1
Fazenda Porto Belo	Canindé	-	1	-	1
Mirante da Usina / Centro do Visitante da UHE Xingó	Piranhas	-	1	1	2

Legenda: MH – meios de hospedagem; PG – prefeituras e gestores públicos; OP – operadoras de turismo receptivo de Sergipe; N – Número de entrevistados

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2008)

Tabela 5.5 – Atrações técnicas, científicas e artísticas citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.

Atrativos Turísticos	Localidade	Número de citações			Total N=21
		MH N=9	PG N=3	OP N=9	
Visita a Usina UHE Xingó	Canindé e Piranhas	7	2	7	16

Legenda: MH – meios de hospedagem; PG – prefeituras e gestores públicos; OP – operadoras de turismo receptivo de Sergipe; N – Número de entrevistados.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2008)

Tabela 5.6 – Atrativos culturais e eventos permanentes citados por entrevistados dos meios de hospedagem, das operadoras de receptivo de Sergipe, prefeituras e gestores públicos dos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.

Atrativos Turísticos	Localidades	Número de citações			Total N=21
		MH N=9	PG N=3	OP N=9	
Piranhas / Centro Histórico	Piranhas	5	2	5	12
Museu do sertão	Piranhas	7	2	2	11
Entremontes (cooperativas, rendas e igreja)	Piranhas	3	1	1	5
MAX/ Museu Arqueológico de Xingó	Canindé	6	2	5	13
Mirante Secular	Piranhas	1	1	-	2
Fazenda Charco com ossos de dinossauros / Sítio Paleontológico do Charco	Poço Redondo	-	1	-	1
Centro de Artes e Artesanato	Piranhas e Poço Redondo	-	2	-	2
Novena em Cruz do Homem	Poço Redondo	-	1	-	1
Cavalhada	Poço Redondo e Canindé	-	1	-	1
Vaquejada	Poço Redondo	-	1	-	1
Festa do Padroeiro	Poço Redondo	-	1	-	1
Banda de Pífanos	Poço Redondo, Canindé, Piranhas	-	3	-	3
Grupo de Xaxado	Poço Redondo, Piranhas e Canindé	-	3	-	3
Grupo de Reisado	Poço Redondo, Piranhas e Canindé	-	3	-	3
Grupo de Pastoril	Poço Redondo, Piranhas e Canindé	-	3	-	3
Grupos de Teatro	Poço Redondo e Canindé	-	1	-	1
Literatura de cordel, poetas	Poço Redondo e Canindé	-	1	-	1
Grupos de forró pé de serra	Poço Redondo	-	1	-	1
Samba de Coco	Poço Redondo	-	1	-	1
Dança de São Gonçalo	Canindé (sede e Povoado Curituba), Piranhas	-	1	-	1
Quadrilha	Canindé	-	1	-	1
Cruzeiro	Canindé – Serra do Cruzeiro	-	1	-	1
Cemitério da Antiga Canindé	Canindé	-	1	-	1
Casa Rosada	Canindé – Rodovia SE-206	-	1	-	1
Artesanato (Bordado e madeira)	Canindé	-	2	-	2
Chegança / marujada	Piranhas	-	1	-	1
Festa da padroeira – N ^a . Sra. da Conceição	Canindé	-	1	-	1
Missa do Vaqueiro	Piranhas	-	1	-	2
Festa de N ^a Sra. da Saúde	Piranhas	-	1	-	2

Atrativos Turísticos	Localidades	Número de citações			Total N=21
		MH N=9	PG N=3	OP N=9	
Desfile de blocos - Semana Santa	Piranhas	-	1	-	1
Comemoração São Pedro	Piranhas - Povoados	-	1	-	1
Cenáculo de Santa Terezinha	Piau e Entremontes	-	1	-	1
Bordados	Poço Redondo, Piranhas	-	2	-	2
Carnaval da Cidadania	Canindé	-	1	-	1
Aniversário da Transferência da cidade	Canindé	-	1	-	1
São João da Cidadania	Canindé	-	1	-	1
Emancipação Política	Canindé	-	1	-	1
Festa da Padroeira N Sra. da Conceição	Canindé	-	1	-	1
Natal da Cidadania	Canindé	-	1	-	1
Missa do Cangaço	Poço Redondo, Canindé e Piranhas	-	3	-	3
Forrogaço	Piranhas	1	1	-	2
Carnaval	Piranhas	1	1	-	2
Vaquejada	Piranhas	-	1	-	1
Desfile de Blocos	Piranhas	1	1	-	2
Semana do Cangaço	Poço Redondo, Canindé e Piranhas	1	3	-	4
II Feira Agropecuária do Alto Sertão	Canindé	-	1	-	1
Encontro Cultural	Canindé	-	1	-	1
Festival do Quiabo	Canindé	-	1	-	1

Legenda: MH – meios de hospedagem; PG – prefeituras e gestores públicos; OP – operadoras de turismo receptivo de Sergipe; N – Número de entrevistados.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2008)

Destaca-se que o único atrativo turístico reconhecido por todos os entrevistados das operadoras foi o Cânion do São Francisco. Sete (7) citaram a visita a UHE de Xingó e 5 citaram Piranhas (Centro Histórico) e Museu Arqueológico de Xingó. A Grotta do Angico foi citada 4 vezes, mas considerando-se 4 citações da Rota do Cangaço, perfaz-se 8.

A Grotta de Angico e o Cânion do São Francisco são citados por todos os entrevistados dos meios de hospedagem. Sete (7) citações dos meios de hospedagem foram para o Paraíso do Talhado, para a Rota do Cangaço, para a visita a UHE de Xingó e para o

Museu do Sertão/cangaço; o Museu Arqueológico de Xingó é citado 6 vezes; e Piranhas (Centro Histórico) com 5 citações.

Os gestores públicos e as prefeituras ao citarem os atrativos turísticos, apenas a Grota do Angico apareceu em todas as respostas. Já o Cânion de São Francisco, a Serra da Guia, a Trilha Vale dos Mestres, a visita a UHE de Xingó, Piranhas (Centro Histórico), Museu do Sertão e MAX, Centro de Artes e Artesanato, todos com 2 citações. Os atrativos culturais Banda de Pifanos, Grupos de Reisado, Pastoril e Xaxado são citados também unanimemente. Os atrativos culturais como festas e celebrações são citados na grande maioria pelos gestores públicos e prefeituras. Apenas o forrogaço, carnaval, vaquejada, o desfile de blocos na semana santa e a semana do cangaço foram citados uma vez pelos meios de hospedagem. Nenhuma operadora citou ‘festas e celebrações’ como atrativos.

O artesanato foi citado 3 vezes, sendo 1 atrelada a Rota do Cangaço, aos bordados e de madeira em Canindé de São Francisco, aos bordados de Entremontes. Os centros de artes e artesanato aparecem citados 2 vezes devido a Poço Redondo e Piranhas, apenas por gestores públicos. Ressalta-se que o centro histórico de Piranhas engloba o Centro de Artesanato e Artes de Xingó.

A gastronomia é citada apenas 2 vezes, uma em Canindé, na Fazenda Duas Irmãs, junto a bar e restaurante no início da trilha de Angico e outra, junto aos restaurantes na prainha de Piranhas. O atrativo turístico cânion engloba, por vezes, o restaurante Karranca's, mas este não foi citado como atrativo.

Os atrativos turísticos (72) divididos por categorias mostram maior quantidade de atrativos culturais, entretanto, não são eles que atraem o fluxo maior de turistas. A lembrança dos atrativos naturais nas pesquisas de demanda turística de Sergipe 2006 e 2007 reforçam a importância dos elementos ligados aos segmentos sol e mar, e ecoturismo, e confirmam o quanto esses atrativos influenciam no motivo de viagem, principalmente, passeio.

Quando as entrevistas foram realizadas, os atrativos que surgiam em primeiro lugar eram aqueles relacionados com a base natural ou um produto turístico, como o

passeio no cânion. Dessa forma, os 24 atrativos naturais ou que agregam o natural se constituem nos maiores potenciais atratores, numerosos o suficiente para compor rotas e roteiros dentro do próprio sistema e possibilitar maior integração com os demais sistemas, de acordo com Boullón (2002).

Santos & Barbosa (2008, p.231) utilizaram escala hierárquica de atratividade e entre os Atrativos Naturais destacaram o Lago de Xingó como muito bom a excelente e o Rio São Francisco como excelente, “grande mobilizador de correntes turísticas”, explorado nas margens e pouco explorado com esportes náuticos. Outro elemento natural de grande potencial apontado foi o relevo ou a topografia.

Observou-se que o Rio São Francisco, apesar de ser o mesmo a montante e à jusante da barragem, do ponto de vista turístico e até da dinâmica das comunidades aquáticas, formam-se pelo menos dois ambientes distintos, respectivamente: o lago de regime lântico e o rio com regime lótico. A diversidade de ambientes proporciona novas possibilidades de atividades turísticas, mas carregam junto, a necessidade de se considerar as suas particularidades, bem como a interferência na dinâmica dessas comunidades.

Em relação aos atrativos culturais destacaram-se o Centro Histórico de Piranhas e o contexto do cangaço. Santos & Barbosa (2008) destacaram a atratividade como ‘excelente a muito bom’, do patrimônio histórico e cultural de Piranhas, no quesito, arquitetura. Os prédios e casarios tombados de Piranhas configuram ambiente único na região, que se integra à paisagem de caatinga e do rio São Francisco.

O contexto histórico e cultural do cangaço é reforçado, devido ao intenso trabalho de exploração da trilha de Angicos, sendo elemento destacado pelos meios de hospedagem, gestores públicos e operadores de turismo receptivo dos três municípios, lembrando sempre a localidade onde Lampião, Maria Bonita e outros cangaceiros foram mortos. Em Piranhas, algumas trilhas são exploradas pela relação com cangaceiros. Em Poço Redondo, o próprio nome do centro de artesanato remete ao cangaço e boa parte das peças produzidas. Em Piranhas, o centro de artesanato, o museu do sertão, nomes de meios de hospedagem e restaurantes reforçam a temática assumida. O próprio SEBRAE-SE articula projeto Rota do Cangaço, que envolveria municípios da região de estudo, baseando-se na

integração de rotas com outros estados.

5.3 - PRODUTOS TURÍSTICOS

O fluxo turístico, hoje, tem forte relação indireta com a presença da barragem, pois esta permitiu a formação do lago e que é explorado para visitação. No entanto, a atração e aumento de fluxo turístico dependem do estabelecimento e organização de um produto turístico, como afirmam Ignarra (2001), Beni (1998) e Boullón (2002). O produto turístico se concretiza na qualidade dos serviç os prestados, de acordo com o olhar do turista. Apesar da aparente intangibilidade dos serviç os, os objetos e as dependências que se oferecem aos turistas tornam mais concretos os serviç os e as atividades turísticas.

A integração dos atrativos com o conjunto de setores do turismo (*trade*)   importante para profissionalizar e estabelecer comunicação com os p los receptivos: doméstico ou internacional.

Os produtos turísticos na região, mais explícitos para os p los emissores de Sergipe e Alagoas, são os dois roteiros que apresentam articulação com agências de turismo receptivo: o passeio ao Cânion do São Francisco até Paraíso do Talhado e a Rota do Cangaço. Ambos são roteiros sedimentados, sendo que a Rota do Cangaço   articulada pelo Parque Hotel Xingó, mas a visitação   trilha que leva à Grota de Angicos pode ser feita sem, necessariamente, contratar o catamarã do hotel. O passeio no Cânion está centralizado na MFTUR. Mas, de fato, não há monopólio do ponto de vista legal. A MFTUR já se equipou com um conjunto de barcos capaz de atender mais que 1500 pessoas em um dia, na região.

Apesar do potencial da Grota de Angicos, esta não tem a mesma atratividade que o passeio ao cânion até então, mas se configura no atrativo integrador dos três municípios, principalmente, pelo vínculo histórico com o cangaço, visto que é citado por todos os gestores de turismo da região como um atrativo atrelado a cada município.

O estudo de Silva (2007) analisa o passeio no cânion e a trilha da Grota de Angico, a partir de uma matriz de Forç s, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA). Santos

(1999) e Santos & Barbosa (2008) classificam as trilhas da região como caminhos pitorescos e destacam como sendo ‘muito bons’, apesar da ausência de estrutura física condizente. A Grotta de Angicos foi considerada ‘muito boa’ no contexto histórico, mas regular como atrativo natural.

A oferta de roteiros de trilhas, além daquela para a Grotta de Angicos, aparecem mais frequentemente na região, sendo rara a citação em operadoras de receptivo de Aracaju. Isso sugere que o caráter de bate-volta impede o turista conhecer os outros atrativos, além do cânion e quando muito o Museu de Arqueologia de Xingó. Apensa, o turista que pernoita na localidade tem a chance de ampliar seus passeios. Por outro lado, mostra o potencial de atratividade que se pode agregar a quem permanece mais tempo. Há atrativos que fazem parte de produtos turísticos locais, mas que ainda não foram de fato explorados como poderiam.

A Fazenda Mundo Novo apresenta grande potencial de atratividade pela estrutura de visitação aos sítios arqueológicos, trilhas em meio à caatinga e contato com o lago do cânion, no entanto, ainda não tem a estrutura comercial e administrativa que a torne viável como negócio e se sedimente como produto turístico, como visto em Santos, J. (2007).

As trilhas existentes têm a particularidade de permitirem os turistas interagirem com os ambientes naturais de forma a tornar o turista espectador em turista agente ou turista agente-observador, segundo Boullón (2002). Outra característica, é que a maioria delas envolve a relação com a água, seja no rio, em uma cachoeira ou lago do cânion.

A possibilidade de estimular o turista a partir dos componentes sensoriais da paisagem natural é grande nas trilhas. O lago do cânion quando visto de outro ponto, permitiria ampliar o conhecimento do lugar, considerando que cada olhar de determinado ponto traz um fragmento da realidade. Segundo Boullón (2002, p.157), “a paisagem natural não pode ser captada de uma só vez, mas que se vê no tempo, e deslocando-se mediante observações sucessivas que fornecem cada uma delas fragmentos da realidade” (p.157).

A Usina Hidrelétrica de Xingó é uma Atração Técnica de grande interesse aos visitantes como obra de engenharia, mas também possibilita vislumbrar a paisagem natural

em que se insere. O visitante tem a oportunidade de olhar a paisagem a partir do mirante, no Centro de Visitação, bem como da orla da prainha de Canindé. A possibilidade de visitar a usina, de forma guiada, amplia a chance de sensibilização do visitante. A visita guiada em outros pontos, além do mirante, traz uma amplitude maior ao atrativo técnico, sempre integrado à paisagem natural.

Em Poço Redondo, o Povoado Bonsucesso apresenta potencial atrativo, na medida em que apresenta ilha fluvial, praia fluvial, igreja de São Sebastião, casarão colonial com muros construídos por escravos, população hospitaleira e de pescadores artesanais. Entretanto, durante visita, observou-se que não há serviços adequados de bares e restaurantes, não há hospedagem; há muito lixo na rua, em especial na orla; o acesso não apresenta sinalização, sendo de terra e irregular, exigindo cerca de 40 minutos para rodar 24 km. Alguns desses aspectos retratam a continuidade das condições se comparados com aqueles reportados por Vieira (2000).

O povoado de Curralinho localiza-se, aproximadamente, a 14 quilômetros da sede do Município de Poço Redondo e não foi visitado, no entanto, as condições do acesso são similares à de Bonsucesso. Há menor estrutura de bares e restaurantes, mas possui atracadouro. Alguns moradores afirmaram ser melhor lugar para banho no rio, mas outros discordam e preferem Bonsucesso.

Nenhuma forma de produção foi identificada como atrativo turístico. O artesanato foi citado apenas uma vez, como atrativo, em relação aos seus produtos gerados, por gestor público de Canindé de São Francisco. Mas, na ocasião, o gestor citou a possibilidade de incluir o fazer das obras em um centro de recepção turística. Mesmo assim, o fazer, nesse caso, se transformaria em ‘fazer para o turismo’ e não estimularia o turista a ir até o local em que o artesão produz.

A cultura ribeirinha dos pescadores artesanais não é até então, valorizada nas rotas e roteiros, apresenta especificidades pelo contato constante com as águas do Rio São Francisco, embora se cruze com a do sertanejo.

As formas de produção como artesanato, pesca artesanal e agricultura familiar são

comuns na região, típicas e como é apontado nas expectativas do Programa DESENVOLVER-SE do Alto Sertão, postula-se a integração das cadeias produtivas. O que não se destaca ainda é que essas formas de saber-fazer podem constituir atrativos turísticos, valorizando a identidade cultural.

Os atrativos turísticos recebem nomes variados, que de um lado mostram a riqueza e particularidade local, mas por outro lado, dificultam a unificação da informação e a integração turística. Há passeio ao Complexo de Xingó, Cânion de Xingó, Cânions de Xingó, Cânion do São Francisco, Cânion do Rio São Francisco, sem falar do uso Canyon; há passeio a Grota do Angico, Grota de Angico, Angicos, Gruta de Angico.

Os gestores de Canindé de São Francisco, de Piranhas e de Alagoas, bem como os entrevistados das operadoras de turismo receptivo criticaram o nome da Rota Aracaju-Xingó. Na região, existe o Bairro Xingó, a Usina Hidrelétrica de Xingó, a Região de planejamento Xingó, o Instituto Xingó, o Museu Arqueológico de Xingó, o Centro de Artesanato e Artes de Xingó. O produto Cânion de Xingó e a Rota Aracaju-Xingó suprimem os nomes dos municípios em que se localiza o lago da Usina e recebem os visitantes, como Canindé de São Francisco e Piranhas.

Representantes de Alagoas se posicionaram com veemência a favor do nome Cânion do São Francisco, mas em acesso a sites há variações também. Em Sergipe a SETUR e EMSETUR mostram maior variação na grafia e denominação, ampliando-se a diversidade em relação às denominações. Os meios de hospedagem e operadoras de receptivo apresentam a mesma tendência de variação nos nomes, embora tenha sido mais comum à denominação ao passeio a Xingó.

Em Piranhas é comum, àqueles que trabalham com turismo, destacarem que Xingó é um bairro de Piranhas e não cidade, deixando claro o uso sendo inadequado, na medida em que se suprime a cidade de Piranhas.

Apesar do incômodo gerado pela supressão do nome do município, para quem mora em Canindé de São Francisco, não há a mesma preocupação em mudar tal nomenclatura. Mas, é provável que o processo de interiorização do turismo e o

planejamento das ações, poderão trazer um reposicionamento, respeitando-se os interesses dos municípios.

A localidade em que está situada o ancoradouro e o restaurante Karranca's não têm nome evidente, então aos operadores de turismo e outros setores do turismo traduzem como se a localidade fosse o próprio empreendimento flutuante, que se confunde, às vezes, como passeio do Karranca's. Dessa forma, o Karranca's aparece mais destacado no roteiro que o próprio município de Canindé de São Francisco ou Piranhas. Reclamações similares foram feitas por proprietários de restaurante e loja de artesanato, quanto ao nome Xingó, e sim que se deveria ressaltar a cidade de Piranhas. O reflexo dessa nomenclatura pode ser vista na loja de artesanato no Restaurante Karranca's e na UHE de Xingó, em que os visitantes e turistas solicitam diferencial Xingó nos seus produtos. As operadoras de receptivo comunicam, comumente, passeio a Xingó.

Os produtos da região estabelecidos de forma integrada no sistema, com unicidade de informações permitiriam maior eficácia na comunicação com os turistas potenciais, diminuindo o risco de confundi-los, mesmo que se decida permanecer ou valorizar as diferenças.

5.4 - OS MEIOS DE HOSPEDAGEM

A oferta de meios de hospedagem no sistema englobou hotéis e pousadas, determinantes para a definição da capacidade de suporte de turistas, que desejam pernoitar na região e permanecer por mais que um dia.

Os dados obtidos pelas entrevistas e documentos fornecidos se referem a 15 meios de hospedagem (Tabela 5.7), dos quais 9 (nove) foram obtidos a partir de entrevistas com seus representantes, os demais, (6) seis, foram obtidos em documento fornecido pela Prefeitura de Canindé de São Francisco. Em termos de perfil dos meios de hospedagem, 13 dos 15 entrevistados, oferecem TV em suas unidades habitacionais, 7 (sete) têm ventilador e 10 (dez) oferecem ar condicionado na maioria dos quartos, 7 (sete) oferecem frigobar. Apenas 3 (três) oferecem equipamentos de lazer no hotel.

Tabela 5.7 - Características dos meios de hospedagem a partir de entrevistados nos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.

Inf. MH	Local	Nº UH	No. Leitos	Ativ. (anos)	Nº Func.	Equipamentos nas UH	Equipamentos de lazer
1	Poço Redondo	19	50	10	7	TV em todos. 16 c/ ventilador e 3 com ar.	Sala de TV Rede (alguns)
2	Piranhas	8	20	17	3	Ar, Frigobar, colchão ortop. e TV c/ parabólica	-
3	Piranhas	10	45	4	3	Ar, TV, frigobar	-
4	Piranhas	18	53	<1	4	Ar, TV	Piscina, sala de jogos, playground
5	Piranhas	4	9	17	5	Ar, TV, frigobar	-
6	Piranhas	9	22	8	3	Ar e TV	-
7	Canindé	30	120	3	22	Quartos com ar, frigobar e TVs/ taxa	Piscina, sauna e salão de jogos
8	Canindé	60	155	17	60	Ar, frigobar, TV com parabólica	Piscina, salão de jogos, bar, boate, parque, sauna, quadra, lan house
9	Canindé	13	53	20	3	Ar, frigobar, TV	-
*	Canindé*	11	25	5	3	Ar, ventilador, TV e frigobar, telefone	-
*	Canindé*	6	13	6	?	Ventilador, TV	-
*	Canindé*	10	18	<1	2	Ventilador, TV, banheiro	-
*	Canindé*	22	31	8	2	Ventilador e ar	-
*	Canindé*	7	15	15	3	Ventilador	-
*	Canindé*	4	7	2	3	Ventilador, TV, banheiro	-
Total		231	636		123		

Legenda: Inf. MH – entrevistado do meio de hospedagem; UH – Unidade habitacional; Ativ. – Tempo de funcionamento; (*) – Informado por documento da Prefeitura de Canindé de São Francisco e não por entrevista; Nº func. – número de funcionários; ar – ar condicionado.

Fonte: Autor (pesquisa de campo, 2008)

Os meios de hospedagem têm em média 9 (nove) anos de existência, sendo que 4 (quatro) apresentam entre 16 e 20 anos, 1 (um) tem entre 11 e 15 anos, 4 (quatro) entre 6 e 10 anos, 4 (quatro) entre 1 a 5, e 2 (dois) menos que um ano.

O número de funcionários mantidos é 123, sendo que dois hotéis em Canindé perfazem 82 funcionários, em média, correspondendo a 66,7% do total do sistema.

Destes meios de hospedagem, os entrevistados apresentaram valores de tarifas de estadas e em cada município os valores mínimos e máximos em reais citados foram: Piranhas, de R\$ 40,00 até R\$ 90,00; Canindé de São Francisco de R\$ 10,00 até R\$ 151,00; e Poço Redondo de R\$ 10,00 até R\$ 40,00.

Dos 9 meios de hospedagem indicados nas entrevistas, 5 (cinco) se localizam em Piranhas, 3 (três) em Canindé de São Francisco e 1 (um) em Poço Redondo. O número de Unidades Habitacionais destes perfaz um total de 171, contendo entre 527 leitos. Somando-se os valores referentes aos meios de hospedagem de Canindé fornecidos em documentos, completam-se 231 unidades habitacionais e 646 leitos disponíveis.

Os dados fornecidos pela SECTUR de Piranhas indicaram a existência de 9 (nove) pousadas, 61 unidades habitacionais e 208 leitos, em 2008, sendo que houve aumento de 10 (dez) unidades habitacionais e 8 (oito) leitos em comparação a 2007.

Dessa maneira, o sistema todo apresentaria 19 meios de hospedagem, com 311 unidades habitacionais e 904 leitos disponíveis (Tabela 5.8). Esses valores foram considerados para análise da capacidade de suporte de leitos disponíveis, como referencial para a discussão sobre sustentabilidade.

Tabela 5.8 – Capacidade de meios de hospedagem no sistema, por município, em 2008.

Município	Meios de Hospedagem		Freq. Relativa (%)	UH	Freq. relativa (%)	Leitos disponíveis	Freq. relativa (%)
	Pousada	Hotel					
Piranhas	9	-	47,3	61	19,6	208	23,0
Canindé	5	4	47,3	231	74,3	646	71,5
Poço Redondo	1	-	5,3	19	6,1	50	5,5
Total	15	4	100	311	100	904	100

Nota: UH – Unidades Habitacionais; Freq. – Frequência Relativa

Fonte: Autor (pesquisa de campo, 2008); SECTUR Canindé de São Francisco; SECTUR Piranhas

Não há hotéis em Piranhas e Poço Redondo, apenas pousadas, enquanto que em Canindé de São Francisco há pousadas e hotéis. Os hotéis de Canindé de São Francisco abrangem 36,6% (114) das unidades habitacionais e 41,5% (375) dos leitos disponíveis no sistema.

Só há um meio de hospedagem em Poço Redondo, com 19 unidades habitacionais e 50 leitos disponíveis. Em Poço Redondo, há apenas uma pousada simples, que chega a atender turistas, com 19 unidades habitacionais e 50 leitos, ocupados essencialmente de 2ª a 6ª feira, atendendo a viajantes que trabalham, principalmente, em instituições como Don Helder, INCRA, CONTAG, MDA. No entanto, em períodos de evento relativo ao Cangaço em julho, a pousada tem ocupação máxima.

Canindé e Piranhas apresentam o mesmo número de meios de hospedagem, mas Canindé de São Francisco apresentaram 74,1% (231) das unidades habitacionais do sistema, com 71,5% (646) dos leitos disponíveis; enquanto que Piranhas apresentou 19,6% (61) das unidades habitacionais e 23% (208) dos leitos disponíveis. Tal distribuição indica que há distribuição irregular das unidades habitacionais, sendo que Canindé apresenta duas unidades hoteleiras mais utilizadas pelo trade turístico perfazendo 275 leitos.

Segundo o Relatório da SECTUR da gestão 2004-2008 “o número de quartos nos hotéis e pousadas de Canindé dobraram, passando de 350 para 670 quartos, o que significa mais infra-estrutura e mais emprego”. Essa informação não foi considerada, pois em outro documento recebido, com descrição dos hotéis e pousadas existentes, não chega a essa quantidade de unidades habitacionais. Ambos os documentos não eram versões finais, portanto, evidenciou-se informação conflitante e optou-se não considerá-la na discussão sobre capacidade de leitos disponíveis. Apenas reforça-se a necessidade de informação sistematizada e disponível para as pessoas em geral e em especial, para planejamento do turismo.

Constatou-se uma relação positiva entre número de quartos e de funcionários (Figura 5.1), com destaque para duas tendências: uma até 22 unidades habitacionais em que é possível mantê-las em funcionamento com poucos (<10) funcionários (concentração dentro do círculo), enquanto os médios e grandes hotéis com 22 unidades e acima aumenta linearmente, de maneira significativa, o número de funcionários/unidades habitacionais (quartos e leitos). Esse comportamento se relacionaria com os investimentos em infra-estrutura hoteleira, que coincidem com os dois hotéis maiores em que há mais que um proprietário e vinculam-se ao *trade* turístico, pelo fato de apresentarem serviço e estrutura condizentes.

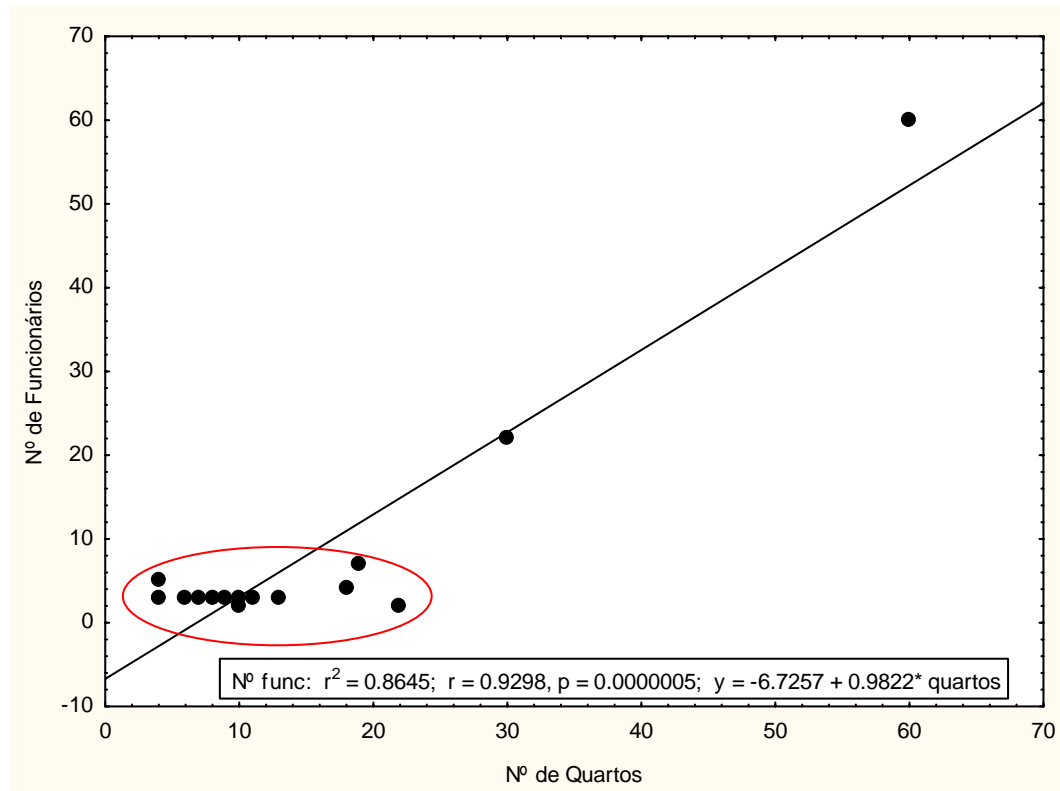


Figura 5.1 – Correlação entre número de funcionários e número de quartos disponíveis no sistema, em 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Os demais meios de hospedagem de Canindé poucas vezes atuam com o *trade* turístico, seja pelo número de unidades habitacionais ou pela baixa qualidade, mas atendem mais clientes durante a semana, como viajantes a trabalho. Apesar disso, a ocupação é grande em eventos e feriados, quando os demais estão lotados e recebem públicos menos exigentes por estada curta. Nesse caso, justifica-se a manutenção de menor quantidade de funcionários.

Em relação aos meses de maior ocupação apenas um entrevistado não declarou, pelo fato de ter menos que um ano de funcionamento (Tabela 5.9). Os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e junho tiveram maior ocupação, com destaque para dezembro e semana de carnaval. Os meses de abril, maio, março e agosto, com exceção da Semana Santa apresentaram menor ocupação.

Tabela 5.9 – Sazonalidade da ocupação dos meios de hospedagem a partir dos respectivos entrevistados nos municípios de Piranhas, Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.

Inf.	Local	Meses de maior ocupação	Características da ocupação	% negócio no orçamento familiar	Outra renda
1	Piranhas	12, 1, 2, 6	Carnaval, São João e fins de semana – alta.	50 em alta temporada	Sim
2	Piranhas	11, 12, 1, 6	Cai em maio e junho melhora. Atende muito colégio e empresa que auxilia em baixa.	Reinveste nela mesma Vivem na pousada	Sim
3	Piranhas	ni	Sem histórico - recente	Não dá prejuízo e tudo é investido na própria pousada – vive na pousada	Sim
4	Canindé	11, 12, 1 e 2	Alta - fins de semana cheios Durante a semana abaixo de 50% até 30%, só. Cai em março até maio e fim de setembro até dezembro. Quando há excursões é alta em fim de semana, mesmo na baixa	Não dá prejuízo e tudo é investido no próprio negócio.	Sim
5	Canindé	8,9,10,11, 12, 1, 2, 3	40%-60% no período de alta, pico 70% a 80% da capacidade. Na baixa, crítico em maio que atinge 20-25%, maioria cerca de 30% da capacidade.	30% a 40% do que atua	Sim
6	Canindé	2, 6, 9, 10, 11, 12. Melhora de 9 a 12	Pico - Carnaval, Semana Santa e São João. Entre 50% a 80%. Oscila muito. Nestes, sem eventos, 5% de ocupação. É mais cheio de 3ª a 6ª feira, com perfil de hotel de viajante.	Para a família 100%	Sim
7	Poço Redondo	Igual de 1 a 12	Durante o ano igual Mais ocupada de 2ª a 6ª e evento	Época que chega a 1% em outras ultrapassa 90%	Sim
8	Piranhas	12, 1, 2, 6, 7	ni	ni	Sim
9	Piranhas	12, 1, 2, 6, 7	ni	ni	Sim

Legenda: Inf. – Entrevistado do meio de hospedagem; ni – não informado; 1 a 12 – meses de janeiro a dezembro.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Duas pousadas não tiveram dados coletados, em relação ao perfil da ocupação, restando 7 respostas. Destas, apenas um entrevistado indicou não haver grande alteração na ocupação em relação ao ano, sendo mais ocupada durante a semana, de 2^a a 6^a feira. Entretanto, citou o período do evento sobre o Cangaço no mês de julho, como exceção.

Os demais meios de hospedagem apresentam alterações nos fluxos de ocupação, sendo que quatro (4) apontaram que eventos como o carnaval, a Semana Santa e São João melhoram o fluxo. Alguns afirmaram que excursões e representantes de empresas equilibram os períodos de baixa temporada. A ocupação em períodos de alta temporada variou entre 40,0 % a 80,0 % , sendo que nos picos se aproximam do máximo, principalmente nos fins de semana. Em períodos de baixa temporada a ocupação foi indicada entre 5,0 % e 30,0 % , sendo que nos hotéis de maior capacidade ficaram em torno de 25,0 % a 30,0 % .

Os nove proprietários dos meios de hospedagem possuem outra fonte de renda. Sobre a representação em termos percentuais do negócio para o orçamento mensal do proprietário, duas pousadas não tiveram esses dados coletados. Dos 7(sete) entrevistados, um afirmou ser 100,0 %; um apontou variação ao longo do ano de 1,0 % a 90,0 %; outro indicou variação de 30,0 a 40,0 % para o sócio que atua no negócio; outro indicou 50,0 % em período de alta temporada. No total, três indicaram reinvestir tudo no próprio negócio, sendo que destes, dois vivem na própria pousada e não teriam prejuízo.

As variações dos valores de tarifa dos meios de hospedagem relacionam-se a qualidade das acomodações e a exigência do tipo de público-alvo. Os preços menores são mais importantes que as acomodações, no caso de muitos viajantes a trabalho, isso se reflete na ocupação dos meios de hospedagem de pequeno porte durante a semana, em Poço Redondo e Canindé de São Francisco. As tarifas de Piranhas tiveram um valor médio em torno de R\$ 35,00 por pernoite, mais alto que a maioria dos pequenos empreendimentos em Canindé. No entanto, atenderia o perfil do turista ou visitante, que busca lazer aos fins de semana e ao mesmo tempo, hospeda funcionários de empresas ao longo da semana. Os valores mais altos na região devem-se aos dois hotéis em Canindé de São Francisco, com tarifas médias de R\$ 134,00 por pessoa.

A sustentabilidade depende também da capacidade dos empreendedores, proprietários de meios de hospedagem, restaurantes, operadoras de turismo e comerciantes de artesanato sobreviverem e manterem seus serviços, com qualidade.

O perfil das operadoras apontou que a maioria desses empreendimentos é de pessoas residentes da região, mas dependentes de outra fonte de renda. Por um lado, isso permitiria sobreviver, por mais tempo, com outra fonte de renda e investir no empreendimento, mas por outro lado, a tendência é que isso se dê por um tempo até que o próprio negócio se sustente. O fato de se ter moradores proprietários permitiria maior circulação de dinheiro no local, entretanto, os proprietários dos dois meios de hospedagem mais utilizados pelo *trade* turístico, em Canindé, não são moradores locais e em ambos, têm mais que um sócio.

O Águas de Xingó Hotel está sob intervenção, pois as instalações foram cedidas pela prefeitura a título de pagamento por arrendamento. Como não ocorreu pagamento completo, a prefeitura se reapropriou das instalações e procura manter uma administração provisória do hotel, buscando nova alternativa, já que gerenciamento hoteleiro não seriam o interesse, nem papel da prefeitura. Isso agravaria a percepção da falta de meios de hospedagem adequados ao *trade* turístico.

5.5 - OPERADORAS DE TURISMO RECEPTIVO E A ROTA ARACAJU-XINGÓ

As operadoras fazem parte das principais responsáveis pelo transporte e agenciamento dos turistas até a região dita Xingó. Essas empresas negociam diretamente com o turista ou com a agência emissiva. As entrevistas com os representantes dessas operadoras forneceram informações sobre a importância desse fluxo turístico para eles e para Sergipe, destacando as principais dificuldades e aspectos que pensam poder melhorar.

Há que se destacar que, apesar de existirem vários municípios envolvidos na Rota Aracaju-Xingó, o foco foi dado para os municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, que fazem parte do sistema. Outro aspecto cogitado foi que a Rota Aracaju-Xingó se resumiria, atualmente, ao roteiro Aracaju-Xingó, no sistema popularmente conhecido como “bate-volta”, caracterizando roteiro de um dia, sem pernoite no destino.

Dessa forma, as entrevistas se direcionaram às operadoras de turismo receptivo de Sergipe, com ênfase àquelas situadas em Aracaju.

A Rota Aracaju-Xingó se diferencia do roteiro Aracaju-Xingó, sendo que o primeiro é um projeto que envolve vários municípios, tendo como ponto de partida Aracaju e chegada em Canindé de São Francisco. Ao longo da rota esperava-se integrar outros municípios com melhoria de equipamentos e serviços, bem como organizando os atrativos e os produtos diversos, como o Parque Nacional da Serra de Itabaiana e o Parque dos Falcões em Itabaiana, a produção e os produtos derivados de caprinos em Nossa Senhora da Glória, entre outros.

O projeto, Rota Aracaju-Xingó foi encampado pelo Estado de Sergipe e promovido pelo SEBRAE. Este indicou, em sua avaliação parcial, ter atingido certas metas como aumento da permanência média para 2 dias, mas não há percepção disso para os operadores dos municípios envolvidos. Mesmo os gestores e operadores de Canindé de São Francisco reconhecem eficácia da Rota, somente para o roteiro Aracaju-Xingó, como opção de passeio de um dia.

Na região de estudo circulam e interagem com os equipamentos e serviços turísticos, pessoas que fazem passeios ou aproveitam as estruturas turísticas e retornam, no mesmo dia, para seu local de origem e aquelas que pernoitam na região. As primeiras são chamadas de visitantes e as últimas de turistas. No entanto, é difícil distinguir na região, visitante e turista, em especial no fluxo ao passeio no cânion, pois para a região todos se classificam como visitantes, na medida em que não pernoitam, mas a maioria são turistas que estão hospedados em estruturas hoteleiras nos municípios de Aracaju/SE, Maceió/AL ou Paulo Afonso/BA.

Em relação ao perfil das operadoras de turismo entrevistou-se 9 (nove), que abrangem a maior parte do fluxo turístico sergipano no roteiro Aracaju-Xingó, de acordo com a MFTUR, operadora de turismo náutico do passeio ao cânion (Tabela 5.10).

Tabela 5.10 – Características das operadoras de receptivo a partir de citações dos entrevistados, de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, em 2008.

OP	Local	Emissivo ou receptivo	Tempo de Atividade (anos)	Tempo operação Cânion (anos)	Nº de func.	Outra renda
1	Aracaju	90% Emissivo 10% receptivo	20	3,5	25	Não
2	Aracaju	70% Receptivo	15	8	30	Sim
3	Aracaju	15% receptivo - congressos	17	13	50	Não
4	Aracaju	Receptivo	7	6	ni	Sim
5	Aracaju	90% Emissivo 10% receptivo	3	3	ni	Sim
6	Aracaju	100% Receptivo	2,5	2,5	3	Sim
7	Canindé de São Francisco	40% Emissivo 40% receptivo 20% passagem aérea	6	21	1	Sim
8.	Canindé de São Francisco	Receptivo	1,5	1,5	3	Sim
9	Aracaju	Emissivo, Eventos, Receptivo	12	6	1	Não

Guias-Usina

Legenda: OP – Operadoras de turismo receptivo; ni – não informado; nº de func.- número de funcionários.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Todas as agências surgiram após a construção da barragem de Xingó, e entre essas há 3 (três) que têm menos de três anos de existência,. Há apenas duas agências de Canindé de São Francisco, as demais são de Aracaju. Em média, o tempo de operação no roteiro Cânion do São Francisco é de aproximadamente sete anos, sendo que 6 (seis) ou 66,7% abaixo de 7 anos. Apenas duas apresentam tempo de operação acima de 10 anos, sendo uma de Canindé de São Francisco.

Esse perfil jovem apontou segmento em ascensão, bem como as afirmações de alguns dos operadores: “Quando há eventos, como congressos, certamente quase todos fazem o passeio até Xingó”; “É o cartão postal nas feiras. É o que o governo de Sergipe vende. A retirada acabaria com o turismo em Aracaju”. Reforçou-se, então, relação entre os fluxos de turismo em Aracaju e o roteiro Aracaju-Xingó.

Das 9 (nove) operadoras, 4 (quatro) são exclusivamente receptivas, enquanto as demais atuam, também, no emissivo. Destas últimas, em 30,0 % delas o receptivo corresponde entre 10,0 a 20,0 % da arrecadação, 22,2 % apresentaram entre 40,0 e 70,0 % para o receptivo. Apenas uma (11,1 %) não teve a informação esclarecida.

O número de funcionários foi maior em operadoras de Aracaju, que também trabalham com emissivo, ultrapassando 20 funcionários. As operadoras que se localizam em Canindé e aquelas envolvidas exclusivamente com receptivo têm menos que 10 funcionários. Duas operadoras não tiveram esses dados esclarecidos.

A maioria dos proprietários das operadoras (67%) apresenta outra fonte de renda, sendo que, 4 (quatro) delas afirmaram os negócios serem na própria área de turismo ou de serviços e equipamentos turísticos. A origem dos turistas que se dirigem à Canindé de São Francisco para o passeio ao cânion, segue a tendência, com a região Sudeste sendo maior emissora, mas destacando-se Salvador em feriados prolongados (Tabela 5.11).

Tabela 5.11 – Interesse dos turistas no roteiro Xingó, origem desses turistas e os atrativos mais trabalhados pelas operadoras de receptivo de Sergipe, em 2008

OP	Interesse dos turistas	Origem dos turistas
1	Cânion - 80-85% bate-volta	Principal Salvador
2	80% Cânion	
3	Cânion, mas há confusão o que tem para oferecer – MAX, Usina, Grota do Angico	Sul e Sudeste em geral SP Maceió e Salvador, Aracaju mais para descansar
4	Cânion. Mais típico – Cangaço, Grota do Angico	Maioria de SP (estado), Belo Horizonte, Sul Poucos estrangeiros
5	Cânion – 40% Xingó – mais típico Rota do Cangaço	São Paulo (interior), Minas gerais, Rio de Janeiro e Curitiba. Mas, também de Maceió, Salvador, Recife, Natal e João Pessoa
6	Cânion	RJ, SP, Goiânia, Minas
7	Cânion pela mídia, mas para a operadora turismo pedagógico com interesse em arqueologia, Usina HE e Cangaço.	Fortaleza, João Pessoa e Maceió
8	Cânion, sistema Bate-volta (99%), rota do Cangaço, Visita à Usina e o MAX. Quando há pernoite, também visitas ao Museu do Sertão e para a Rota do Cangaço	Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Alagoas
9	Cânion	Estados de São Paulo, de Minas Gerais e Brasília - Feriados prolongados, da Bahia

Legenda: OP – operadoras de turismo receptivo de Sergipe.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Cabe salientar, que para compreender melhor o comportamento do fluxo turístico da região, implicaria obter dados mais precisos dos municípios e da atual operadora MFTUR com o passeio dos cânions. Outro ponto relevante a ser considerado é o fato do município de Paulo Afonso ter rede hoteleira e aeroporto, bem como, seriam necessários informações dos registros das operadoras locais que recebem turistas de variados estados, que não passam por Aracaju.

Os períodos de maior fluxo turístico das operadoras coincidem com aqueles dos meios de hospedagem, os períodos de férias, como dezembro, janeiro, fevereiro até carnaval, depois semana santa e julho. Os números são ascendentes após setembro, com pico em janeiro. Isso indicou que há necessidade de se pensar em estratégias para os períodos de baixa temporada, e para isso, sugerem eventos e maior esforço de mídia. Conhecer os números do turismo nos municípios permitiria avaliar os mercados emissores atuais e potenciais e poder trabalhá-los. Como certo operador afirmou, bem como gestor público de turismo do estado de Sergipe, os próprios sergipanos não conhecem Xingó. Cabe aos gestores e operadores repensarem estratégias para atrair esse público, seja como negócio ou como responsabilidade social.

Os entrevistados das operadoras são unânimes em dizer que hoje o Complexo de Xingó é o principal atrativo de Sergipe, pela demanda. O passeio no cânion de Xingó é o principal roteiro solicitado pelos turistas. No entanto, 4 (quatro) entrevistados entendem que os atrativos mais típicos seriam outros, como a Rota do Cangaço, o MAX e a própria Usina de Xingó.

A maioria dos turistas atendidos pela rota, partindo de Aracaju (SE), derivou das regiões Sudeste e Sul, no entanto 5 (cinco) dos 9 entrevistados afirmam, que em feriados prolongados, há muitos turistas advindos de capitais mais próximas, como Salvador (BA) e Maceió (AL) com o objetivo de descansar.

Em relação aos interesses dos visitantes e turistas, apenas 4 (quatro) operadoras citaram percentuais, sendo que duas situaram a procura pelo Cânion em torno de 80,0 % ou mais, enquanto que uma outra apontou 40,0 % dos seus passeios oferecidos.

As operadoras localizadas em Canindé de São Francisco mantêm menos funcionários e têm um público diversificado e atendem turistas advindos, principalmente, do Nordeste.

As operadoras de receptivo forneceram informações diversas e incompletas em relação ao número de pax transportados, por van, total em alta temporada, total anual (Tabela 5.12). Dessa forma, os valores apontados são resultantes de cálculos considerando médias. No caso do uso de veículo do tipo van, considerou-se 14 passageiros para cada veículo e 30 dias no mês. Três (3) das operadoras indicaram trabalhar em parceria com outras operadoras, o que possibilitaria ter havido redundância de números nos registros. Duas operadoras não forneceram números, apenas indicaram ser variável.

Tabela 5.12 – Características da operação na rota Aracaju-Xingó, segundo nove operadoras de turismo receptivo de Sergipe, em 2008.

OP	Meses com mais viagens	Nº de pax médio (mês)		Transporte
		Alta	Baixa	
1	11, 12, 1, 2 até carnaval	2100	420	Vans - terceirizado
2	12, 1, 2, 3 até carnaval e 7	700	448	Vans - próprio
3	12, 1, 2 e 7	200	45	Carros e vans - próprio e terceirizado
4	12, 1, 2, 3 até carnaval, 6 e 7 11 – com eventos	1500	240	Vans e carros - próprios e terceirizado
5	12, 1, 2 e 7	Muito variável	Muito variável	Vans e carros - próprios e terceirizado
6	11, 12, 1, 2, 6 e 7 3, 4, 5 – com eventos	Variável	Variável	Vans e carros - próprios e terceirizado
7	9,10,11,12,1, 2 e 3	300	35	Terceirizado
8	9,10,11,12,1, 2 e 3, 6 Pico – carnaval e semana Santa	?	?	Terceirizado
9	1, 2, 6, 11, 12 Demais - feriados	450	70	Van ou ônibus Próprio e terceirizado

Legenda: OP – Operadora de turismo receptivo; Meses de 1 a 12 – meses de janeiro a dezembro.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os meses dezembro, janeiro e fevereiro são consensos quanto ao maior fluxo turístico, podendo ser ampliado para março se for o período do carnaval. Há tendência de queda do fluxo após o carnaval, excetuando feriados prolongados como a Semana Santa.

Cinco (5) operadoras indicaram o mês de julho como ‘bom’ ou seja, com aumento do fluxo turístico e 4 (quatro) apontaram o mês de junho.

A operação envolve transporte de vans, ônibus e carros menores. Seis (6) operadoras têm carros próprios; cinco (5) têm carros próprios, mas também terceirizam (Quadro 5.2).

As razões da escolha da parceria envolveriam fatores como a qualidade dos carros e do serviço prestado, a agilidade em responder a consultas, a frequência de saídas, o preço, a segurança, a confiança estabelecida e a ética ao tratar com o cliente, em especial, respeitando o direito da operadora de origem, continuar prestando outros serviços aos clientes encaminhados.

Quadro 5.2 – Razões da escolha da parceria para o transporte terceirizado no roteiro Aracaju-Xingó e os principais parceiros citados, segundo entrevistados de operadoras de Sergipe, em 2008.

Razões da escolha da parceria	Parceiros citados
Qualidade	Ônibus - Voyage, Young, Aliança, D’Burguês
Respostas rápidas	
Frequência de saídas	Vans – Nozes Tour e TopTur
Preço e comissão	
Confiança, segurança	
Ética no tratamento do passageiro; não se apropriar do cliente	
Qualidade dos carros (se são novos, pneus novos, ar condicionado)	

Fonte: Autor (Pesquisa de campo)

A avaliação do serviço prestado pela operadora de turismo receptivo, seja ela própria ou com serviço terceirizado é feita, principalmente, com aplicação de questionário, segundo cinco (5) entrevistados. Duas (2) operadoras utilizam telefonemas; três (3) realizam conversas pessoais; três (3) apontaram um feed-back espontâneo do cliente; uma (1) dialoga com os guias; e duas (2) pela manifestação espontânea, por carta ou e-mail (Tabela 5.13).

Tabela 5.13 – Formas de avaliação do serviço prestado pela operadora no roteiro Aracaju-Xingó, segundo entrevistados de operadoras de turismo receptivo de Sergipe, em 2008.

Avaliação do serviço da própria operadora	Citações
Aplicação de questionários durante e ou depois	5
Telefonemas	2
Conversas pessoais	3
Informações dos guias	1
Feed-back espontâneo	3

Fonte: Autor (Pesquisa de campo)

Em termos de valor para o receptivo da operadora, o roteiro para o Cânion do São Francisco ou “Xingó” representou entre 30,0 e 50,0 %, na sua maioria (Tabela 5.14). Dois entrevistados afirmaram que 99,0 % procuram Xingó, mas maior lucro seria do passeio a Mangue Seco. Outro entrevistado afirmou que esse roteiro corresponderia a 3 (três) vezes os demais roteiros. Dois entrevistados não responderam qualquer faixa de percentual. Determinado entrevistado apontou que seu receptivo representaria apenas 1,0 % do negócio e que 50,0 % , daqueles que vêm a Sergipe, vão para Xingó e afirmou que Xingó seria, sem dúvida, o principal cartão postal do estado.

Tabela 5.14 – Representatividade do setor receptivo na operadora, do roteiro Aracaju-Xingó entre os roteiros trabalhados pela operadora e o valor do roteiro para o negócio em termos de arrecadação, segundo os operadores de turismo receptivo de Sergipe, entrevistados em 2008.

Operadora	Representatividade do receptivo (%)	Representatividade do roteiro Aracaju-Xingó (%)	Valor do roteiro Aracaju-Xingó para o negócio (%)
1	10	80	50
2	70	33	30-40
3	15	40	40
4	100	ni	30-35
5	10	40	ni
6	100	ni	ni
7	40	40	40
8	100	ni	ni
9	80	90	30

Legenda: ni – não informado.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

As operadoras de Aracaju têm variados passeios e Xingó, representa mais uma opção, mesmo assim a percepção de fluxo crescente, o fato de ser o passeio mais solicitado pelos turistas e a existência de outra fonte de renda, permitiriam manter os investimentos para o roteiro, mesmo que não seja considerado o mais lucrativo, pois a longa distância e as más condições de estradas trazem mais gastos.

Em relação às operadoras de Canindé de São Francisco foram consultadas duas e não foram entrevistadas outras duas operadoras da região, a Angico Tour, de Piranhas e a Nossa Agência, que opera junto aos catamarãs para o passeio no cânion. A primeira não foi possível, pelo fato do proprietário ser gestor público em turismo, pelo fato de ter prestado uma série de informações como gestor e o fato de que, na ocasião, declarou não manter a atividade da agência como anteriormente. A segunda, o proprietário tornou-se gerente da MFTUR, que também forneceu informações relevantes sobre a região, afirmou ter deixado a operadora em segundo plano. Entretanto, reconheceu-se que eles possuem histórico que poderia ser relevante em relação a fluxos de turistas.

Considerando-se aspectos éticos no segmento das operadoras, dos 9 (nove) entrevistados, 8 (oito) afirmam que não há relação ética, em especial, quando se trata de preços. Um dos entrevistados não respondeu, pois atua essencialmente no emissor e o receptivo para Canindé de São Francisco seria feito com parceria de outras operadoras de receptivo.

O fator de maior peso para se constituir as parcerias foi afinidade entre os proprietários, que envolve interesses mútuos, como ter garantias de passeios diários, plantão e serviço mínimo a contento. Observou-se que não houve, até então, influência da instância de categoria das operadoras.

O entrevistado 2 afirmou que a relação seria boa, “briga-se de dia e à noite se amam”, entretanto, entrevistados 1 e 4 afirmaram que “emissor é mais ético”. A expressão “há conflito com briga de tarifas” se repetiu nos entrevistados 4, 5 e 6; “ocorre leilão” foi expresso pelos entrevistados 3 e 5; ocorre “canibalização” pelos entrevistados 4 e 7; e “não há qualquer código ou fiscalização” pelo entrevistado 6. O entrevistado 5 relatou caso, em que após a chegada de um vôo, logo que os turistas chegaram ao hotel, ocorreu

uma concentração de guias ou representantes de operadoras, começando um leilão, chegando a brigarem na frente dos clientes, e que isso não seria situação incomum. Três outros entrevistados (4,5 e 7) afirmaram que não entram em leilão, que têm seus preços e limites. As expressões permitem interpretar que há disputa por clientes, não havendo respeito, nem quando determinada operadora já teria acordado com o turista anteriormente à chegada ao hotel.

A falta de união é apontada nas operadoras de receptivo que se situam em Canindé de São Francisco, que apesar de tentativas, não se conseguiu até então, formar uma associação local. Reclamação comum às operadoras locais é a falta de guias capacitados e ambos preferem os guias da Usina. Outra observação feita é que as operadoras locais não são privilegiadas, nem estimuladas pelos operadores de passeios e museus, que segundo os entrevistados, poderiam conceder um desconto, mesmo que mínimo aos operadores locais, no sentido de estimular que as operadoras de Aracaju e de outras localidades articulassem com eles, ou que o turista buscasse seu serviço.

Em relação à percepção de diferenças na operação entre as concorrentes, de oito (8) que responderam dois (2) apontaram que o roteiro e a operação são muito parecidos entre as concorrentes e que os guias são autônomos e os mesmos para a maioria das operadoras; já seis (6) apontaram que há diferenças, sendo que dois (2) citaram a capacitação e segurança dos motoristas; dois (2), a presença ou não de guias cadastrados, em contraponto a motoristas-guias; dois (2) afirmaram a importância da paciência e a relação com o turista e o cumprimento do que se promete; um (1) destacou que alguns carros têm melhor conservação que outros; dois (2) afirmaram a importância do cumprimento de horários e sem atrasos; dois (2) apontaram que têm plantão 24 horas; dois (2) afirmaram a existência de boa relação com a MFTUR e Karranca's; e dois (2) apontaram o histórico e a frequência, como garantia que terá o passeio.

A maioria dos entrevistados valorizou a relação ética entre parceiros e o cumprimento do que se promete. Outro apontou que no MAX haveria professores excepcionais e na usina também, mas reclamou que no passeio ao cânion tudo seria muito decorado.

Segundo os entrevistados, há reuniões com os representantes das operadoras para estabelecer consensos, em geral, quanto aos preços ou quando a EMSETUR convida os agentes de turismo, mas o que seria acordado não se tem cumprido. As parcerias e acordos dependem mais das relações entre proprietários das operadoras.

O caminho do roteiro, saindo de Aracaju até Canindé de São Francisco, é padrão, chegando ao atracadouro e restaurante Karranca's, variando algumas paradas: Aracaju – pequeno trecho da BR-101 em direção a Maceió até a rodovia BR-235, via Itabaiana, até acesso a rodovia 106, sentido Ribeirópolis. Parada em um posto de abastecimento ou em Poço Redondo, e depois, chegada em Canindé de São Francisco, com parada no restaurante e píer. Passeio ao Paraíso do Talhado e retorno ao atracadouro. Retorno do Restaurante Karranca's em direção a Aracaju, com parada em Nossa Senhora da Glória, no ponto comercial Doces da Nena e daí, até Aracaju. Uma das possíveis mudanças deve-se a possibilidade de fazer a visitação ao MAX, antes da parada no restaurante e atracadouro ou logo após a saída do restaurante Karranca's.

A concorrência e a cooperação são fatores inerentes aos mercados, mas estas são salutares quando previstos, como nas políticas de Arranjos Produtivos Locais. O uso do Código Mundial de Ética do Turismo, desenvolvido pela OMT em 1999, transforma-se em referencial para as instituições que lidam com o turismo e para que se humanizem as relações, que comumente têm caráter meramente comercial.

Apesar do fluxo crescente, com o tipo de operação de um dia, há evidente interesse dos operadores em aumentar a permanência média na região para que se agregue valor aos pacotes comercializados. A percepção é que isso ajudaria aos demais serviços agregados, tais como o artesanato, restaurantes, meios de hospedagem, comerciantes locais (Quadro 5.4). Para tal, há evidente necessidade de melhorar a infra-estrutura para o turismo.

Em relação a posturas e trabalhos com as questões ambientais ou sociais, de oito (8) entrevistados, seis (6) apontaram que não há qualquer iniciativa para essas áreas. Um dos entrevistados afirmou que “há uma dívida”, outro disse que “hoje não há por causa da operação bate e volta”. Os dois outros entrevistados destacaram que nas embarcações existem orientações para o comportamento dos turistas, que evitem jogar objetos no rio,

dando ênfase a questão ambiental. Do ponto de vista social, os oito (8) entrevistados confirmam nada existir, nenhuma relação de apoio, parceria, assistência com população receptiva do sistema.

Quanto à percepção dos operadores de turismo receptivo sobre os municípios da área de estudo, que fazem parte da Rota Aracaju-Xingó, observou-se que as opiniões condizem, em parte, com o que se identificou no campo. As respostas foram sistematizadas de forma a representar a variedade e manter os trechos das falas dos entrevistados e foram classificadas como aspectos favoráveis ou desfavoráveis (Quadro 5.3). A quantidade de opiniões desfavoráveis poderia ser analisada pelos gestores públicos locais para modificar imagem, se for o interesse, realizando pequenas mudanças urbanísticas ou promovendo serviços que atraiam mais o turista.

Quadro 5.3 – Percepção e opinião de entrevistados das operadoras de receptivo de Sergipe sobre os municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Poço Redondo	Favorável (F) ou Desfavorável (D)
Sem infra-estrutura turística alguma.	D
Só passagem.	D
Praça do Cangaço com busto de Lampião.	F
Pouco se conhece.	D
Casa para artesanato.	F
Grota do Angico.	F
Tem pouca coisa, muito pobre.	D
Não para um turista por ali.	D
Ouviu que está em desenvolvimento e muito com o artesanato local.	F
Os prefeitos não têm consciência mínima do que é turismo.	D
Só doces Nena.	D
...”pior ainda”, se comparado com os outros municípios.	D
Canindé de São Francisco	Favorável (F) ou Desfavorável (D)
Nunca recebeu reclamação.	F
Tem pesca no rio, Rota do Cangaço, Visita a Piranhas, Museu.	F
Só tem o hotel, falta complemento.	D
Problema com o Karrancas.	D
Local de passagem, o turista não tem acesso.	D
Quando fica 2 dias não tem nenhum atrativo, a cidade é bem quente, para alguns parece oásis.	D
Parceria com hotéis Xingó Parque Hotel e Águas de Xingó - conforto de acordo com o perfil do turista.	F
Deveria ser linda, belíssima. Não investiram.	D
Tem projeto.	F
Não vai para frente por questões políticas, falta administração, alguém que tenha visão.	D
Há 17 anos e não vejo nada.	D

Povo sem saneamento, sem saúde, sem educação, sem indústria e turismo.	D
Deveriam incentivar mais restaurantes e pousadas.	D
Não conhece a cidade em si.	D
Modelo de aparecer só serve ao gestor público e não ao turismo local.	D
Só passagem.	D
Tem dinheiro, mas não desenvolve.	D
Piranhas	Favorável (F) ou Desfavorável (D)
Ninguém nem sabe o que é Piranhas, depois vão descobrir.	F
Não conheço.	D
Cidade encantadora, seus museus, o museu do cangaço.	F
Não tem qualquer infraestrutura hoteleira, tem pousadas.	D
Falta de política clara, só tem 1 restaurante,	D
...mas encanta.	F
Falta política clara para setor de reservas, e-mail e tarifas para agências.	D
É linda! Outra visão, outra cultura, história.	F
Tem os cânions, cultura das rendas, Entremontes-bordados.	F
Parceria com Pousada Nosso Lar.	F
Me surpreende, arrecadação bem menor, cidade limpa, ainda. preserva a cultura,	F
desenvolve dança, artesanato. Estão incentivando pousadas, pelo menos 5.	F
Privilegio de ter vila construída, limpinha, tem festival. ONG, incentivo da Prefeitura.	F
Questão só de interesse mesmo. Há festividades em julho – banda de pífanos, danças folclóricas.	F
Só conhece Museu, as casas são pintadas (uma gracinha), mas simples, passeio para a grotta do Angico passa por lá.	F
As pousadas são pequenas não há estrutura.	D
Têm os bares na beira do rio	F

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Poço Redondo teve 13 citações, sendo cinco (5) favoráveis e oito (8) desfavoráveis, Canindé de São Francisco teve 18 citações, sendo quatro (4) favoráveis e quatorze (14) desfavoráveis e Piranhas, teve 16 citações, com onze (11) favoráveis e cinco (5) desfavoráveis. No sistema, prevaleceram as citações desfavoráveis (27) em relação às favoráveis (20).

Há unanimidade em afirmar que não há, de fato, estrutura na cidade de Canindé para receber o turista, além do Cânion, faltam restaurantes e outras opções de pousada.

Outra unanimidade é Poço Redondo, que figura como potencial turístico, apenas na Grotta de Angicos, embora seja passeio operado, principalmente, por Canindé e Piranhas. Muitos apontam desconhecer Poço Redondo, ser passagem e no máximo, param alguns minutos para tirar foto do busto de Lampião, na Praça do Cangaço. Entrevistados apontaram, entretanto, que o cangaço e as ‘coisas’ relacionadas a esse fenômeno é o que

teria de mais típico e por isso, afirmaram que a Rota do Cangaço seria mais típica do que os cânions e que a mobilização em torno dessa temática deveria ser mais incentivada.

A pobreza foi citada em Poço Redondo e Canindé, embora esta última seja reconhecida por ter dinheiro, projeto, mas não se desenvolver, e que isso se deva a questões políticas. Citou-se também, que Canindé de São Francisco seria só passagem, e mesmo que o turista pernoite por ali, em dois dias, não haveria o que fazer e citou-se a Rota do Cangaço como passeio de lá. Alguns apontaram haver o hotel (Xingó Parque Hotel) e faltar complemento. A parceria com dois hotéis atenderia mais o perfil dos turistas.

O entrevistado 7 afirmou que raramente há quem queira conhecer e ficar em Piranhas, mas afirmou não ter preferência ou qualquer tipo parceria, e sim pelo fato das pousadas serem simples e pequenas. Para grupos de 30 pessoas, seriam necessárias cerca de três pousadas para a estada. De qualquer forma, não diz ser problema em operar por ali. Piranhas figura como a de maior beleza cênica e maior organização para o turismo, embora certos entrevistados tenham afirmado que não conhece o município.

Considerando a Rota Aracaju-Xingó, segundo os entrevistados das operadoras de turismo receptivo de Sergipe, há vários aspectos que devem ser melhorados, desde a busca por maior tempo de permanência no destino, até melhoria da infraestrutura e de divulgação.

As respostas dos entrevistados foram organizadas em nove aspectos, como o aumento do tempo de permanência no destino; melhora na malha rodoviária; ampliação da frequência de eventos, como feiras e congressos; maior divulgação em mídia; organização das operadoras; melhoria dos serviços de restaurantes, maior esclarecimento sobre roteiro; melhoria da estrutura dos pontos de parada; e maior estímulo para que a população de Sergipe conheça o cânion (Quadro 5.4).

Quadro 5.4 – Percepção e fatores limitantes ao turismo local que visam melhorar a Rota Aracaju-Xingó segundo opiniões espontâneas dos entrevistados das operadoras de turismo receptivo de Sergipe, em 2008.

Aumento do tempo de permanência no destino
<p>Segurar no destino.</p> <p>Poderiam ficar mais tempo e aproveitar roteiro para visitar parte da usina.</p> <p>Toda UHE tem superproteção – cuidado de quem entra – roteiro e visitar o que é permitido da UHE – valorizar a construção, detalhar ...isso ajuda e não tem muito a ver com turista regional – fica mais tempo – aí vai para UHE, vai para o MAX.</p> <p>Automaticamente chegará ao artesanato, a culinária.</p> <p>Segurar o turista – isso reflete no resto.</p> <p>Interessa e muito.</p> <p>Interesse é agregar cada vez mais um produto à sua venda – valor aumenta – é o que interessa ao operador.</p>
Melhora na malha rodoviária
<p>Melhoria da estrada.</p> <p>Estrada precária quando chove piora – 2h40 até 4 h.</p> <p>Cansaço da estrada para curtir tão pouco.</p> <p>Distância não influencia positivamente. Quem vai não estimula outro.</p> <p>Recapamento da estrada está começando agora, turista vai sacolejando numa van.</p> <p>Essa estrada é o cartão de apresentação – qual o comprometimento do estado com o turismo – o aeroporto... sem isso, o beabá, qualquer ação é utopia – plena convicção disso.</p>
Ampliação da frequência de eventos, como feiras e congressos
Faltam congressos e eventos.
Maior divulgação em mídia
<p>Da rota só foi feito CD e Papel – falta de conhecimento de quem vende -”falta amor”, prazer de falar sobre lá.</p> <p>Esse ano não houve esforço da mídia. Haverá agora nas revistas de bordo, na Folha de SP, e em evento da ABAVE.</p> <p>Governo de Alagoas divulga em nível nacional e Sergipe não faz.</p>
Organização das operadoras
Deveria ser ABAVE e Sindicatos – rede que não ocorra substituição dos valores – desconto só para vários passeios agendados.
Melhoria dos serviços de restaurantes
<p>Eventualmente reclama-se do restaurante, em especial quando há serviço de buffet e pede-se à <i>la carte</i> – dificulta operação, pode trazer problema – demora.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Moscas; - Restaurante único – monopólio Karrancas; - Comida não tem tempero; - Ambiente precisa de reforma; - Precisaria ter concorrência – outra opção;
Maior esclarecimento sobre roteiro
Na rota reclama da propaganda enganosa com projeto Califórnia, ver xique-xique, mandacaru, Tem é o lixo de Ribeirópolis. Deveria haver separação, reciclagem.
Melhoria da estrutura dos pontos de parada
Parada em Ribeirópolis ou Glória – todos sem estrutura. Oferece-se café, bolo e pastel; Precisaria lugar mais amplo, mais bonito, mais limpo, e não parada de caminhoneiro.
Maior estímulo para que a população de Sergipe conheça o cânion
Passeio é lindo. O povo daqui deveria conhecer. Creio que 80% não conhece.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os entrevistados afirmaram que o passeio mais procurado é de um dia, conhecido como ‘bate-volta’, sendo aproveitado outros atrativos da região, apenas quando se pernoita. O pernoite é feito preferencialmente em Canindé, no Parque Hotel Xingó ou no Águas de Xingó Hotel. Poucas as operadoras têm contatos com pousadas menores de Piranhas, Canindé ou Poço Redondo. Algumas manifestaram a dificuldade em estabelecer parceria clara em termos de valores, etc. Outras questionam que a prestação do serviço de qualidade das pousadas é abaixo da qualidade exigida pelo turista. Quando se pernoita o passeio procurado é o da Rota do Cangaço, com visita a Piranhas (AL), seu Museu do Cangaço (Sertão), Centro de Artes e Artesanato, Grota do Angico ou Povoado Entremontes.

Segundo apontam alguns entrevistados a maior dificuldade de se permanecer mais que um dia é o preço que se torna alto, devido ao fato dos hotéis em Canindé serem caros e haver dificuldade de quebrar o pacote de permanência em hotel, em Aracaju. O custo então, de cerca de R\$ 78,00 para um passeio bate-volta torna-se mais acessível ao cliente.

Questionados sobre os problemas que percebem nesse roteiro apontam as péssimas condições das estradas, a distância longa de Aracaju, tornando-se passeio cansativo; problemas com o restaurante Karranca’s em relação a moscas, qualidade da alimentação, demora no atendimento quando à *la carte*. Agências apontam que os problemas com o restaurante devem-se à falta de concorrência, seja por comparação, seja por pressão para melhoria.

5.6 - FLUXO TURÍSTICO E CAPACIDADE DE SUPORTE DE LEITOS DISPONÍVEIS

Analisando-se o fluxo turístico e a capacidade de receber turistas no sistema, estimou-se a demanda de leitos disponíveis (LD). Segundo informações das Prefeituras de Canindé de São Francisco e Piranhas, pode-se inferir sobre a capacidade de receber turistas para pernoite, bem como as entrevistas com os gestores de turismo forneceram informações das expectativas em relação ao crescimento do fluxo turístico e compará-las com as informações fornecidas pela MFTUR.

A capacidade de operação do roteiro Aracaju-Xingó foi estabelecida a partir das informações fornecidas pela empresa MFTUR, única prestadora do serviço de turismo náutico para o passeio no Cânion do São Francisco, ligada ao *trade* turístico.

Comparando-se o número de passageiros pagantes (PAX) para o passeio do Cânion do São Francisco entre janeiro e dezembro de 2006, 2007 e 2008, observou-se aumento do número de passageiros ao longo dos anos, tanto na parcial até setembro como no total anual (Tabela 5.15). O ano de 2008 até setembro teve aumento relativo do número de PAX em comparação ao mesmo período em 2006 e 2007.

Tabela 5.15 – Número de passageiros que pagaram taxa (PAX) para o passeio no Cânion de São Francisco, segundo MFTUR, em 2006, 2007 e 2008.

MÊS	PAX 2006	PAX 2007	PAX 2008	Média mensal
Janeiro	8145	8395	8771	8437
Fevereiro	3721	3440	5337	4166
Março	2624	2154	3467	2748
Abril	4166	3966	3140	3757
Mai	2532	1862	2937	2444
Junho	2168	3018	2338	2508
Julho	2768	4519	4479	3922
Agosto	2158	1796	2297	2084
Setembro	4398	3579	2720	3566
Parcial	32.680	32.729	35.486	33.632
Outubro	3779	4309	ni	4044
Novembro	3881	4379	ni	4130
Dezembro	4607	5191	ni	4899
Total	44.947	46.608	ni	46.705

Legenda: ni – não informado; PAX – Passageiros pagantes.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008) - baseado em MFTUR, 2006, 2007 e 2008.

Os picos de fluxo turístico em cada ano seguiram um padrão similar com algumas alterações. Em 2006, registraram-se os picos maiores em janeiro, dezembro, setembro e abril. Em 2007, foram janeiro, dezembro, julho e outubro e em 2008, janeiro, fevereiro e julho. Para a curva média estimada, os picos foram em janeiro, dezembro, fevereiro e novembro (Figura 5.2).

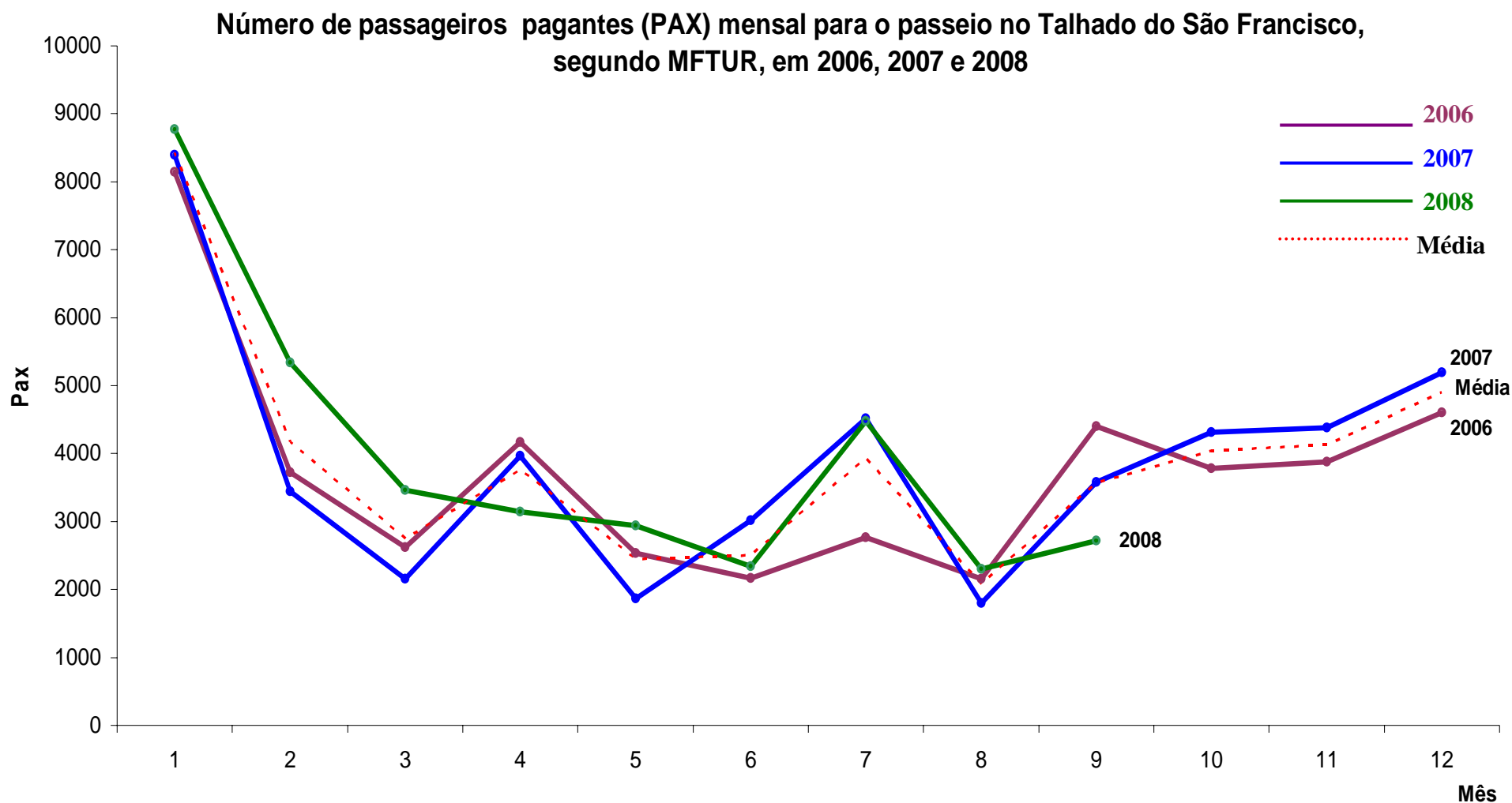


Figura 5.3 – Número de passageiros pagantes (PAX) para os passeios no Cânion do São Francisco nos anos de 2006, 2007 e 2008 e média mensal.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A partir dos dados obtidos quanto ao fluxo no Cânion do São Francisco, evidenciou-se uma similaridade nos picos em janeiro, dezembro, fevereiro e novembro, sendo que outros três picos menores se destacaram nos meses de julho, setembro e abril.

Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro condizem com o período de férias escolares e alta temporada; o mesmo ocorre em julho, com menor efeito, pois se trata de período mais curto de férias escolares, além de ser período de inverno. O pico de abril envolve a semana santa, que atrai turistas e visitantes, quando o feriado é mais prolongado.

As hipóteses, para explicar aumento do fluxo turístico em setembro, sugerem o feriado de 7 de setembro, somado com o fim do período de inverno e possível aumento de eventos em Aracaju, Paulo Afonso e Maceió. O pico de novembro, também não se refere ao período de férias, mas apresentou pelo menos dois feriados, dias 2 e 15, além de ser início do período de verão. Todavia, vale ressaltar a necessidade das pesquisas com visitantes e turistas para compreender os fenômenos.

Observaram-se maiores picos em janeiro, que tende a dobrar em número de PAX, em relação aos demais picos, exceto fevereiro de 2008, que apresentou número 50% maior em relação aos demais picos.

Há um padrão de queda de janeiro até março e ascensão de setembro a dezembro. Em 2006, agosto, junho e março foram os meses com menores fluxos; em 2007, março, maio e agosto; e em 2008, agosto, junho e maio. A média estimada indicou que agosto, junho, maio e março apresentaram menores números.

O número de passeios reduziu-se no mesmo período (Figura 5.3), mas não no número de passageiros e esse comportamento, deve-se ao fato de ter entrado em operação embarcação com maior capacidade.

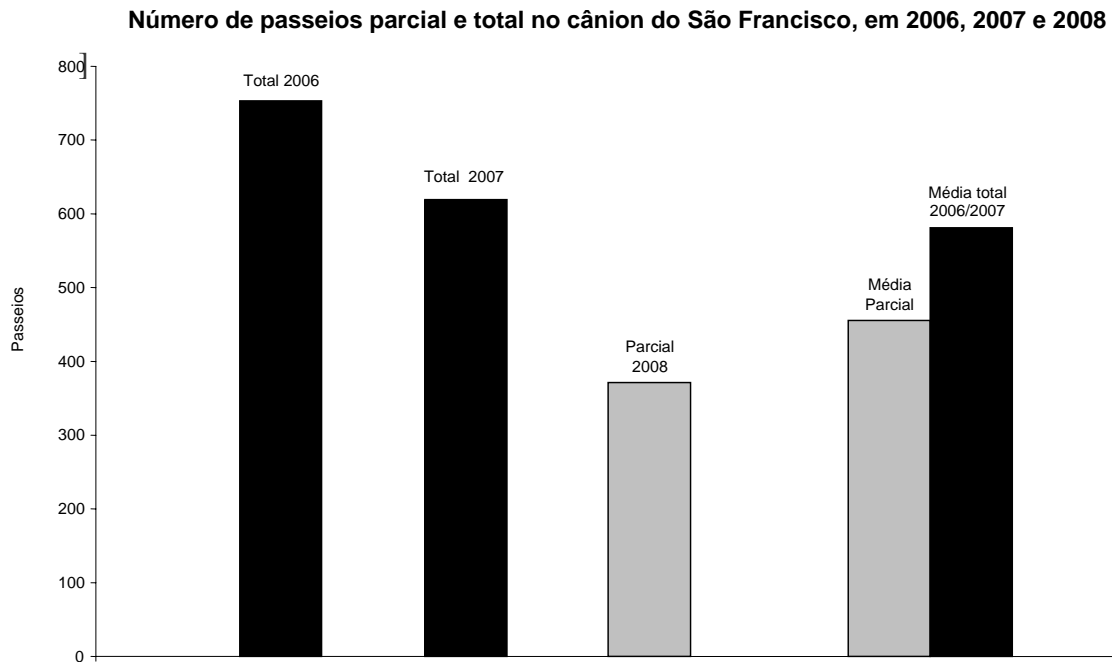


Figura 5.3 – Número de passeios no Cânion do São Francisco, parcial e total, nos anos de 2006, 2007 e 2008 e média mensal.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Comparando-se o fator sazonalidade, as respostas dos meios de hospedagem, das operadoras de turismo, da MFTUR, dos restaurantes e dos pontos de venda de artesanato, observaram-se similaridade nos meses de maiores fluxos, em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Os restaurantes e a MFTUR apontaram outros meses, como março e julho, enquanto que os meios de hospedagem e as operadoras destacaram junho.

A explicação pode ser atribuída à diferença de interpretação, já que todos consideram períodos bons até o carnaval, que pode ocorrer em março. O mês de Junho pode estar associado aos festejos juninos e julho, com as férias de meio de ano. Entretanto, cabe analisar a origem desses visitantes em junho. É unânime que o fluxo é ascendente de setembro até o carnaval do ano seguinte e em dias de festejos locais e feriados prolongados.

A capacidade máxima de operação da empresa no cânion deriva do número de passageiros e das embarcações em operação. Assim, haveria 630 lugares, que segundo entrevistado da MFTUR poderia, no máximo, realizar três passeios por dia, o que só

ocorreria em alta temporada, ou seja, fenômenos que poderiam ocorrer durante 4 meses ou 120 dias. Dessa forma, haveria uma capacidade máxima de 1890 passageiros (PAX), sendo que o número de 1500 PAX foi dito ser possível de se trabalhar, com folga. No entanto, afirmou-se que hoje a capacidade ocupada não atingiria 50,0 % desse total.

O pico da estação seria o período de carnaval, sendo que os meses de maior movimento seria dezembro, janeiro, fevereiro, março e julho, épocas de alta estação. Nos demais meses, o fluxo tende a cair a 60,0 %.

O número de leitos disponíveis (LD) no sistema é de 904 leitos por dia ou 23.504 leitos por mês de 26 dias. O número de dias foi escolhido, considerando o maior fluxo e ocupação dos meios de hospedagem, que se dão nos fins de semana, portanto, a cada mês, já são ocupados leitos para pernoites.

Em Piranhas, o número de turistas (NT) foi de 9.820, aproximadamente 818 turistas por mês. Comparando-se NT e o fluxo turístico médio, derivado do passeio Cânion do São Francisco, com LD, observou-se que o número de leitos disponíveis é visivelmente maior (Figura 5.5).

A capacidade de leitos disponíveis no sistema comparado com a curva média de passageiros para o passeio no Cânion indicou que os números são mais que suficientes, em termos absolutos, mesmo nos picos. A hipótese de que existem poucos leitos para a demanda de pessoas na região não se confirmou, ao menos em parte. Entretanto, como ressaltaram os operadores e gestores apenas dois hotéis estão atrelados ao *trade* turístico via Sergipe, em especial a Aracaju, o que reduz consideravelmente a oferta.

A inexistência de sistema de informações turísticas da região ou a parcialidade desta dificulta análise criteriosa. A comparação entre a oferta de leitos disponíveis dos meios de hospedagem em todo sistema com o fluxo no passeio ao cânion ou de turistas em Piranhas foi feita a partir de considerações e informações declaradas pelos informantes, portanto, carregadas de imprecisões. Todavia, pode-se ter uma dimensão da situação, em função dos dados coletados aqui e não invalida a discussão e análise adiante.

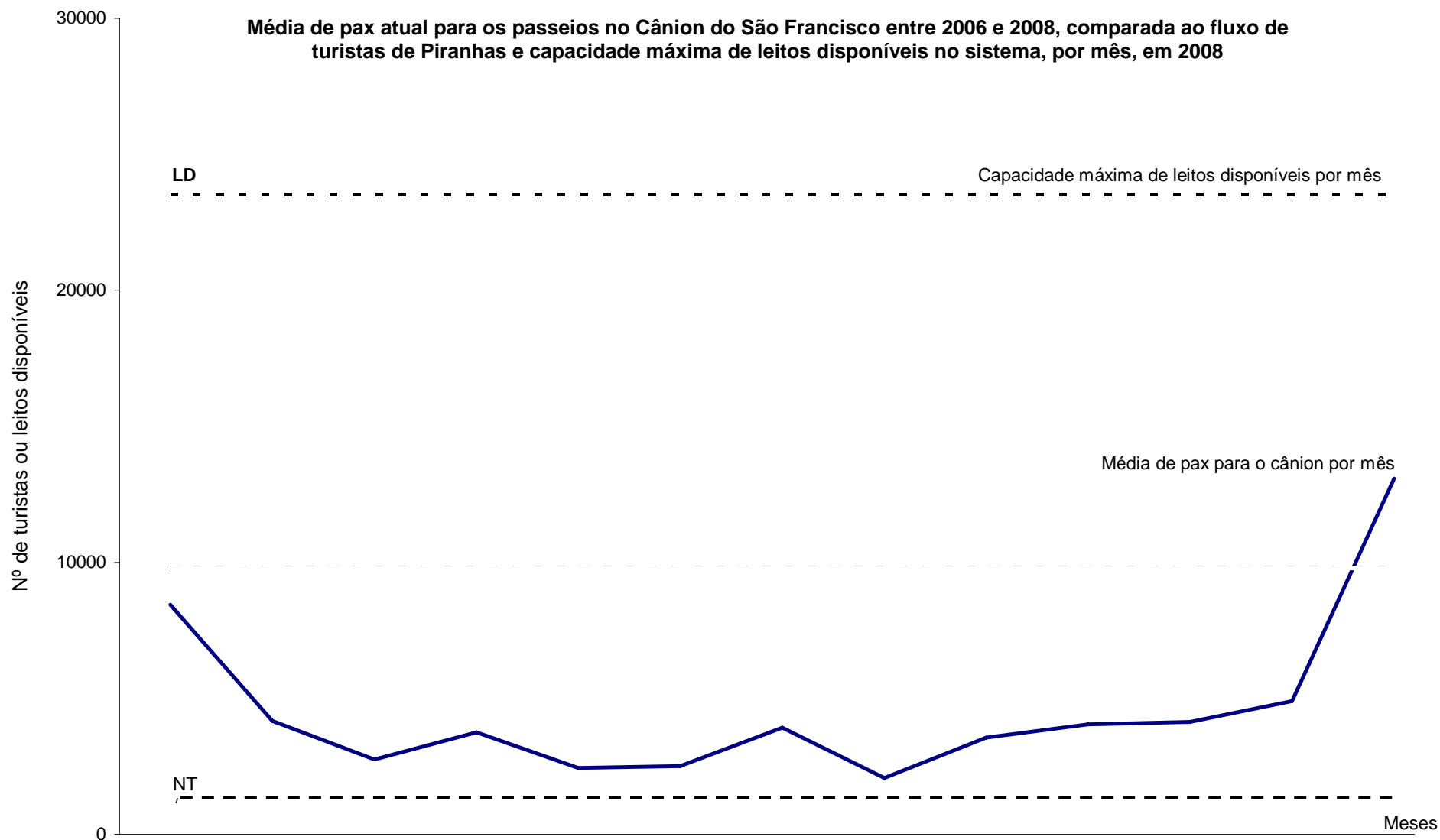


Figura 5.4 – Capacidade de suporte máxima de leitos disponíveis no sistema (LD) por mês em 2008, comparada ao número de turistas médio mensal em Piranhas em 2008 (NT) e à curva média de passageiros pagantes (PAX) para os passeios no Cânion do São Francisco entre 2006 e 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Considerando que há 311 unidades habitacionais e 904 leitos disponíveis, foi observado que raramente se ocupam todos os leitos nas UH disponíveis, alguns apontaram ocupação em torno de 70,0 a 80,0 % em períodos de alta temporada, cerca de quatro meses, quatro meses de baixa temporada que variam entre 15,0 % e 25,0 % de ocupação e quatro meses intermediários que variam entre 30,0 % a 50,0 % de ocupação. Dessa variação toma-se como pico de alta temporada 80% de ocupação e uma média ao longo do ano de 30,0 %.

Analisando a demanda do cânion e a possibilidade de pernoitarem, ao menos uma vez na região, com aumento da estada para dois dias e três dias, períodos de pico em que a ocupação máxima chegaria a 80,0 % e período anual, em que a média giraria em torno dos 30,0 % de ocupação dos leitos, o número de leitos (NL) necessários poderia ser estimado de acordo com Petrocchi (1998, p.141):

$$NL = \frac{\text{n}^\circ \text{ de turistas no período} \times \text{permanência média (em noites)}}{\text{n}^\circ \text{ de noites do período} \times \text{taxa média de ocupação}}$$

Assim, anualmente o período de 120 dias ou quatro meses de maiores picos, que foi em 2008, chegaram a um total de 22.553 pax. O número de pax anual médio foi de 46.705.

No caso dos quatro meses de maiores picos a ocupação média foi de 80,0 %, enquanto que, para o ano, ficou em torno de 30,0 %. Considerando as situações para permanência média de dois dias e outra para três dias, os números de leitos (NL) necessários seriam configurados para quatro situações:

- I. Permanência média de 2 dias em período de pico (ocupação de 80%), com NL(I)= 438 leitos;
- II. Permanência média de 3 dias em período de pico (ocupação de 80%), com NL(II)= 657 leitos;
- III. Permanência média de 2 dias e média de ocupação anual de 30%, com NL(III)= 853 leitos;
- IV. Permanência média de 3 dias e média de ocupação anual de 30%, com NL(IV)= 1280 leitos.

Analisando a quantidade de leitos existentes no sistema, 904 leitos disponíveis, em termos numéricos a única circunstância em que o número seria inferior à demanda é para a situação IV. Entretanto, as agências de turismo receptivo de Sergipe, na sua maioria, não consideram os meios de hospedagem de Piranhas, restando apenas dois hotéis em Canindé de São Francisco, que se reduz a 275 leitos disponíveis, indicando para esses operadores déficit de leitos de 227 leitos em período de pico para dois dias de permanência média e de 578 leitos no ano.

É fato, que nem todos os meios de hospedagem possuem condições mínimas de atendimento adequado ao turista, segundo os próprios gestores de turismo. A questão que dificulta trabalhar com os meios de hospedagem de Piranhas, para os operadores de Sergipe, baseiam-se no fato de haver pouca interação com os meios de hospedagem dessa localidade, a dificuldade de estabelecer relações comerciais claras, devido ao fenômeno bate-volta e pelo fato de poucas pousadas serem cadastradas na EMBRATUR. No entanto, nenhuma operadora colocou empecilho o fato de Piranhas situar-se em outro estado.

A permanência média do turista em Piranhas, em 2006 foi de 2,5 dias, sendo inferior a de Alagoas (3,8) e a de Sergipe (2,7). Considerando-se que a permanência tenha se mantido em 2008 e a ocupação média de Piranhas seja de 50,0%, de acordo com informação do gestor de turismo que indicou ociosidade entre 40,0% a 50,0% , o número de leitos (NL) necessários para os 9.820 turistas registrados seria de 134 leitos. Isso indicaria que o número de 208 leitos disponíveis em Piranhas é suficiente para a demanda. Como a expectativa seria ampliar a ocupação em 30,0%, até 2010, de acordo com a SECTUR em 2008, o aumento previsto seria de 9.820 turistas para 12.766 turistas, o que exigiria 175 leitos, considerando taxa de ocupação de 50%.

Apesar do autor desta considerar a existência de condições mínimas das pousadas de Piranhas, não fez parte desse estudo a análise destes meios de hospedagem em termos de qualificação e qualquer conjectura exigiria método apropriado.

Do ponto de vista de capacidade de carga turística, pode-se fazer análise, a partir de informação dos operadores de turismo receptivo Angico Tour e Canistur, Parque Hotel Xingó e Restaurante Angicos sobre a Rota do Cangaço, em especial na trilha de Angicos.

Algumas informações não foram fornecidas devido ao processo legal envolvendo a região de Angicos. No período de 1997 a 2006 anos registrou-se aumento de 16.522 visitantes.

A capacidade de carga estabelecida para a Grota de Angico, segundo informante da SECTUR, seria de 120 pessoas por dia, a partir de estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Na consideração desse número, sem considerar metodologia, tipo de comportamento do público, motivação, capacidade de monitoramento e recuperação, observou-se que o fluxo de 17.342 pessoas, traduz-se em uma média diária de aproximadamente 48 pessoas, em 2008, sendo abaixo da capacidade de suporte sugerida.

No caso de se chegar ao limite proposto, 120 pessoas por dia, considerando-se 30 dias no mês, resultariam em 360 visitantes por mês, que em um ano, atingiria um total de 131.400 pessoas. Nesse caso, haveria sustentabilidade em termos de oferta e demanda na trilha, podendo-se ampliar cerca de sete vezes mais, ao longo do ano, por essa perspectiva ou duas vezes e meia, o número por dia. Entretanto, a tendência atual é considerar outros elementos para analisar a capacidade de visitação ou o limite aceitável, que permitiriam estabelecer estratégias para minimizar os impactos negativos.

O que ficou latente e já registrado por pesquisadores anteriores é que a informação não está sistematizada, o que dificulta qualquer planejamento do turismo, inclusive em termos de demanda e oferta e do ponto de vista econômico. O estabelecimento de fluxo de informações para a gestão local é uma das bases do processo de desenvolvimento do turismo, que se apregoa sustentável.

CAPÍTULO 6

O USO DOS RECURSOS NATURAIS E O TURISMO

6.1 – COMERCIALIZAÇÃO DOS PRATOS TÍPICOS

O principal fluxo de visitantes para o turismo na área de estudo se desenvolve sobre uma base natural, que tem como referencial o Rio São Francisco, as formações geológicas e a Caatinga. Esse mesmo fluxo ampliou-se após a instalação da Usina Hidrelétrica de Xingó, configurando o produto que conjuga aspectos naturais e artificiais, enriquecido pela história e cultura do sertanejo e do cangaço.

Dentro da perspectiva do consumo de recursos naturais atrelados à gastronomia, a pesca artesanal se relaciona com os restaurantes, que produzem pratos à base de pescado e vendem aos turistas. Da mesma forma, a coleta da matéria prima e a produção artesanal se relacionam com os pontos de venda. Os restaurantes e os pontos de venda dos produtos de artesanato são elos entre o turismo e as fontes de recursos naturais. As comidas ou pratos típicos, bem como o artesanato local, também contribuem com a identificação cultural do lugar (BRASIL, 2006).

Os Nove (9) restaurantes escolhidos para entrevistas foram aqueles indicados por atenderem os maiores fluxos turísticos.

Em relação ao consumo do pescado, pelos turistas, entrevistados dos restaurantes tiveram interpretação variada em relação ao que se considera prato típico. Alguns fizeram certa distinção entre comida típica dos municípios da área de estudo, daqueles pratos comuns em outros municípios da região Nordeste.

Quanto às comidas comercializadas no estabelecimento, alguns se referiram ao prato e outros ao produto base, por exemplo, pituzada como prato e outros citaram apenas o pitu. Optou-se por enfatizar, neste estudo, o pescado que deriva dos recursos naturais do local.

Observou-se a variedade de pratos típicos com base animal diferente, apontando 15 pescados, sendo 14 peixes e 1 crustáceo, o pitu; os demais (6) são derivados de aves, bovinos, caprinos e ovinos (Tabela 6.1).

Tabela 6.1 – Pratos típicos vendidos em restaurantes nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, de acordo com os seus entrevistados, em 2008.

Prato típico	Restaurante			Total N=9	Freq. relativa (%)
	Poço Redondo N= 1	Canindé N=3	Piranhas N=5		
Tubarana ou dourada	-	2	3	5	55,5
Dourado	1	3	3	7	77,8
Pituzada, pitu	-	2	5	7	77,8
Carizada, cari	-	1	5	6	66,7
Peixada de surubim, surubim	-	3	5	8	88,9
Robalo	-	-	2	2	22,2
Crumatá ou Curimatã	-	-	2	2	22,2
Tucunaré	-	-	3	4	44,4
Tilápia	-	3	4	7	77,8
Mandim	-	-	2	2	22,2
Piaba	-	-	1	1	11,1
Piau	-	-	1	1	11,1
Pescada (branca)	1	-	2	3	33,3
Piranha	-	-	1	1	11,1
Corvina	-	-	2	1	11,1
Carne de Sol	1	2	5	8	88,9
Bode, quiabode	-	2	3	5	55,5
Cabrito ao molho de umbu	-	1	-	1	11,1
Carneiro	-	1	1	2	22,2
Galinha de capoeira (guisada)	1	1	2	4	44,4
Charque acebolado	-	-	1	1	11,1
Total	4	23	57	84	

Legenda: R – Entrevistado de restaurante; N – número de restaurantes.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Dos pratos típicos vendidos, o surubim e a carne de sol apareceram em 88,9 % (8) dos restaurantes do sistema. Pitu, dourado e tilápia eram oferecidos em 77,8% (7); o cari em 66,7% (6); a tubarana ou dourada e o bode apareceram em 55,5% (5), os pescados, tucunaré, pescada branca, curimatã, mandim, robalo, piau, piaba, piranha e corvina, bem como, os pratos à base de galinha de capoeira, cabrito, carneiro e o charque ficaram abaixo desse percentual.

Um dos entrevistados descreveu pratos típicos da região, mas tentou diferenciar dos regionais, que seriam comuns em boa parte da região Nordeste. Nesta categoria encaixam-se a galinha de capoeira, carne de sol (frito e ao molho), charque acebolado e o baião de dois. Outro entrevistado fez observação que tilápia e picanha de chapa não são pratos

típicos, mas têm grande venda, e considerou como típicos: a carne de sol, carneiro, bode, feijão comum, de corda e a fava, a rapadura, além do milho e da pamonha, estes últimos na época de festejos juninos.

Quanto à lucratividade e a venda dos pratos, alguns consideraram todos os custos, a dificuldade no preparo, o aproveitamento, enquanto que outros, apenas o custo pago pelo produto.

Os restaurantes que trabalham com sistema de pratos à *la carte* ou *self-service*, tiveram dificuldade de estabelecer lucro. Dos entrevistados que apresentaram valores, o lucro por prato esteve entre 50% e 60%.

Observou-se que, em relação aos pratos à base de pescado, o mais pedido é o pitu, depois o surubim, a tubarana e a tilápia. O surubim é o mais freqüente nos cardápios nos restaurantes, aparecendo em oito (8) do total de nove (9) restaurantes, sendo que só não aparece em Poço Redondo. O pitu e a tilápia são freqüentes em sete (7) restaurantes, a tubarana ou dourada em seis (6), o tucunaré em quatro (4) e o cari em dois (2) restaurantes (Tabela 6.2).

O lucro da tubarana é similar ao do surubim, no entanto, a venda é maior de surubim. O mesmo raciocínio foi usado para a comparação entre tilápia e tubarana, pois a tilápia é mais vendida, mesmo que o lucro por prato seja maior da tubarana.

Entre os nove (9) restaurantes consultados o pitu é o mais pedido e vendido em seis (6) restaurantes dos sete (7) que o comercializam, entretanto apenas um indicou ser o mais lucrativo. O surubim é o mais vendido em dois estabelecimentos de oito que o comercializam, mas foi considerado o mais lucrativo em três restaurantes. A maior parte dos restaurantes, cinco (5), considerou o surubim como o segundo mais vendido. A tubarana apareceu como terceiro mais vendido, entre seis (6) entrevistados, enquanto que variou entre primeiro e segundo em termos de lucratividade, embora citados menos vezes.

Tabela 6.2 – Pratos típicos (pescado e carne) mais vendidos e mais lucrativos segundo entrevistados dos restaurantes entrevistados nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

T	Pratos típicos	Municípios e restaurantes visitados																	
		Poço Redondo		Canindé de São Francisco						Piranhas									
		R1		R2		R3		R4		R5		R6		R7		R8		R9	
		V	L	V	L	V	L	V	L	V	L	V	L	V	L	V	L	V	L
	Pitu	-	-	1	4	-	-	1	4	1	2	1	2	1	1	1	4	4	5
P e s c a d o	Surubim	-	-	2	2	1	1	3	3	2	1	2	6	2	2	2	3	1	1
	Tubarana ou dourado	-	-	3	3	-	-	3	3	-	-	3	5	3	4	3	2	3	4
	Tilápia	-	-	3	1	2	2	2	2	-	-	5	4	4	3	4	1	4	3
	Tucunaré	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	4	1	5	5	4	1	-	-
	Cari	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	3	-	-	-	-	2	2
	Carne de sol	1	1	4	3	1	1	-	-	-	-	3	1	-	-	1	1	1	1
C a r n e	Bode	3	1	1	1	-	-	1	1	-	-	2	3	-	-	3	2	2	2
	Carneiro	-	-	2	3	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2
	Cabrito	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Galinha de capoeira	2	-	-	-	-	-	2	1	-	-	1	2	-	-	2	3	4	3

Legenda: T – tipo de alimento; R1 a R9 - Restaurantes de cada município visitado; V – mais vendido; L – mais lucrativo; 1 a 9 – escala decrescente de maior venda ou maior lucratividade.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2008)

A tilápia, entre sete (7) entrevistados, aparece como segundo e quinto, em termos de venda e como primeiro e segundo, em lucratividade. O tucunaré, entre quatro (4) entrevistados, apareceu entre segundo e quinto, em termos de venda. Quanto à lucratividade foi citado três vezes como mais lucrativo.

O pitu não é o mais lucrativo, devido ao custo e perda no preparo, mas a maioria dos entrevistados afirmou que “não se pode faltar” devido à procura. Dos peixes típicos, o surubim e depois a tubarana figuram entre os mais lucrativos, juntamente com os pratos à base de peixes exóticos como a tilápia e o tucunaré. A razão do surubim e tubarana serem mais lucrativos pode ser o fato de se comprar filé pronto ou em posta, tendo pequena perda, bem como pela redução no tempo de preparo.

Entre os produtos, excluídos os pescados, a carne de sol é vendida em cinco (5) restaurantes, sendo a primeira mais vendida em quatro (4) estabelecimentos e foi a mais lucrativa em todos os estabelecimentos. O bode foi citado como o mais vendido em dois (2) restaurantes e o mais lucrativo em três (3) restaurantes locais. A galinha de capoeira é vendida em cinco (5) pontos, sendo citada como mais vendida em apenas um ponto. Três restaurantes indicaram que a galinha de capoeira é a segunda mais vendida e em termos de lucratividade apareceu duas vezes como primeira, uma como segunda e duas como terceira. O carneiro foi citado em três (3) restaurantes e na maioria apareceu como segundo mais vendido e mais lucrativo.

Pode-se afirmar, que surubim e carne de sol são os mais oferecidos no sistema, mas a contribuição de Poço Redondo nessa distribuição não foi considerada para pescado. A seguir, apareceram pitu, dourado e tilápia, depois cari, tubarana ou dourada e bode.

Em relação ao consumo de cada espécie, pode-se perceber que a maior quantidade de média mensal em kg é de tilápia seguido de tucunaré, depois surubim, pitu e tubarana. O consumo maior é dos três restaurantes em Canindé de São Francisco, sendo que as quantidades chegam a ser aproximadamente entre 3 a 5 vezes o consumo de pitu em restaurantes de Piranhas, cerca de 6 vezes o de surubim, de 6 a 7 vezes o de tubarana, de 7 a 10 vezes de tilápia e tucunaré. As variações são pequenas em relação à carne de sol, bode

e quantidade de galinhas (Tabela 6.3). Em Poço Redondo, entrevistado utiliza poucos dos produtos listados e não foram declaradas as quantidades.

Tabela 6.3 – Quantidade de produtos base dos pratos consumidos, em kg por mês ou unidade (u) por mês, comercializados pelos restaurantes, segundo seus entrevistados, nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Produtos	Consumo por kg ou unidades (u) por mês			Total		Média mensal kg ou (u)
	Poço Redondo N=1	Canindé de São Francisco N=3	Piranhas N= 4	Alta temporada N=7	Baixa temporada N=7	
Pitu	ni	120-420	44-82	502	164	333
Surubim	ni	180-480	31-80	560	211	386
Tubarana	ni	140-440	26-60	500	166	333
Tilápia	ni	300-700	36-137	837	336	587
Tucunaré	ni	200-600	16-52	652	216	434
Cari	ni	-	31-52	52	31	42
Carne de sol	ni	100	44-67	167	144	156
Bode	ni	100-120	43-65	185	100	143
Cabrito	ni	60	-	60	60	60
Carneiro	ni	10	20-25	35	30	33
Galinha de capoeira	ni	10-20 (u)	15-25 (u)	45 (u)	25 (u)	35

Legenda: ni – não informado

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A relação entre o consumo médio mensal de pescado em Canindé de São Francisco de três restaurantes, em relação ao consumo médio mensal de quatro restaurantes de Piranhas, é quase 6 vezes maior para o pitu, dez vezes em relação ao surubim, 8 vezes em relação à tubarana, quase 8 vezes a de tilápia e cerca de 16 vezes o de tucunaré.

As diferenças observadas se devem a um restaurante na região do lago de Xingó. O consumo médio de pescado desse restaurante, em relação aos outros dois de Canindé de São Francisco é de 9 vezes para o pitu, 6 vezes para o surubim, 6 vezes de dourada e cerca de 4 vezes de tilápia. Isso indica centralização dos recursos e do fluxo turístico nessa localidade. Dois restaurantes da orla de Piranhas não forneceram informações. Entrevistado de Poço Redondo afirmou que utiliza poucos dos produtos listados e não declarou as quantidades.

Admitiu-se que há diminuição do pescado no período de defeso, mas havendo pesca, parte dele seria comprada por restaurantes. Estabelece-se um círculo vicioso, que não é amplificado, devido à escassez do peixe. A compra de pescado proibido se daria pela insistência do pescador e pela justificativa de se não comprasse, outro compraria. Além disso, alude-se a situação difícil que o pescador, vendedor, passa, normalmente não legalizado, nem associado à Colônia de Pescadores.

A situação descrita, a presença da barragem e a sobrepesca resultam em uma tendência contrária à sustentabilidade para as espécies, na região. O mesmo raciocínio é feito para o pitu, em relação à compra de indivíduos muito pequenos, abaixo dos 15 cm que seria considerado comercializável e orientado pelo IBAMA e órgão ambiental local.

A importância do surubim é reconhecida tanto na pesca comercial como esportiva pelos seus atributos favoráveis à criação e exploração industrial, tais como: crescimento rápido, eficiente conversão alimentar, bem aceito no mercado nacional e para exportação, sem espinho na filetagem. Tais características estimulam pesquisas em aquicultura que buscam aperfeiçoar a criação em cativeiro (ROTTA, 2003). A possibilidade de desenvolvimento de criatórios dessas espécies do próprio São Francisco induz reflexão sobre a implantação de projetos com esse fim, na região.

A identificação das espécies consumidas nos restaurantes, derivadas do rio ou de distribuidor, implica diálogo e disponibilidade do fornecedor em explicitar tal origem, estatística pesqueira periódica e pesquisas sobre o pescado desembarcado. Isso envolveria instituições como o IBAMA, institutos de pesquisa e universidades, além de articulação entre as prefeituras locais e a Superintendência Regional de Pesca, junto a programas de valorização da prática e identidade do pescador artesanal.

Não foi possível descobrir a origem nem as quantidades dos pescados comercializados por distribuidores na região, pelo fato da empresa Asa Branca não responder aos pedidos de entrevistas ou dados, após inúmeras tentativas, seja na filial ou na matriz. As quantidades obtidas referem-se a entrevistados dos restaurantes. Parece haver um receio em fornecer informações, que para certos negócios seriam estratégicas. De qualquer maneira, as empresas poderiam ao menos expor tais razões de forma oficial e não

se omitirem a pedidos de informações dessa natureza.

A carizada, derivada do peixe cari, é muito apreciada por moradores locais e está presente no cardápio dos restaurantes, fornecido apenas sob encomenda. Além do curimatã ou xira é comum na região o peixe Piau, que abrange várias espécies. Ambos apresentam preços mais baixos e por isso são consumidos no mercado local, sendo citados em Bonsucesso, Entremontes e Acampamento Antônio Conselheiro. Tais peixes não são explorados no turismo, pelo fato de conterem muitos espinhos e haver menor aceitação, segundo entrevistados dos restaurantes e pescadores. Entretanto, a pressão e escassez sobre as demais espécies e o consumo freqüente dessas variedades, apontam potencial de serem apropriados pelo turismo.

Os peixes exóticos, tilápia e tucunaré estão inseridos nos cardápios disponíveis aos turistas e na dieta da população local e, mesmo que os comerciantes tenham clareza de que estes sejam introduzidos, são bastante pedidos, sendo citados por muitos como típicos. O consumo nos restaurantes, em termos de quantidade, deixou claro, que tilápia e tucunaré representam a maior parte da massa consumida, ultrapassando as quantidades de surubim, pitu e tubarana, mais caros.

A piaba, apesar de não ser muito procurada, é considerada estratégica para dois dos comerciantes, na medida em que o consumidor a experimenta e aos poucos, adquire confiança no estabelecimento, facilitando o consumo dos demais pratos.

Outros pratos considerados típicos e presentes em quase todos os cardápios foram a carne de sol e a galinha de capoeira. A carne de bode apareceu em alguns restaurantes, mas citou-se que muitas vezes seria carne de cabrito ou carneiro e não bode. No caso de cabrito, a discordância é na idade e sabor da carne de mesma origem, já no caso de carneiro a discrepância é total. A relação entre o consumo médio entre os restaurantes de Canindé e de Piranhas, no caso da carne de sol e bode, foram respectivamente, sete (7) vezes e oito (8) vezes, reforçando a distribuição irregular do consumo.

Recentemente, Canindé de São Francisco realizou a segunda edição do Festival da

Gastronomia do Bode que procurou fomentar o consumo da carne desse animal. Desenvolveu-se oficina aos cozinheiros dos principais restaurantes do município, aliado às apresentações culturais. Um desses pratos, o quiabode, foi incorporado no cardápio diário de um dos restaurantes. O evento envolveu parceria entre SEBRAE-SE e prefeitura e objetivou atrair representantes do *trade* turístico da região. Outra iguaria explorada nesse mesmo estilo é o quiabo, já que a região é a maior produtora do estado de Sergipe. Essas ações mostram esforço em fomentar o aproveitamento das produções do município e potencializá-las ao turismo.

Em relação à sazonalidade, os meses de janeiro, fevereiro, dezembro, novembro, outubro, setembro, março e julho foram os mais citados por terem maior fluxo no sistema. Há ascensão de setembro a dezembro e redução a partir de março. O mês de julho foi citado apenas uma vez. A única pousada e restaurante de Poço Redondo não apontou sazonalidade, assim, considerou-se citação de todos os meses com maior fluxo (Tabela 6.4).

Tabela 6.4 – Meses de maior fluxo de pessoas segundo entrevistados de restaurantes de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas em 2008.

Município	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Poço Redondo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Canindé	3	3	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2
Piranhas	5	5	3	-	-	-	1	-	2	4	5	5
Total	9	9	4	1	1	1	2	1	4	6	7	8

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os entrevistados afirmaram que há melhora no fluxo turístico em eventos e feriados prolongados. Citaram-se ainda, festas como Forrogaço, um acrônimo de forró do cangaço. As férias escolares foram citadas, também, como motivo do aumento do fluxo. O mês de menor fluxo foi agosto e a queda do movimento estaria associada ao período de chuvas.

Quanto à origem dos produtos consumidos nos restaurantes, percebeu-se que a maioria tem perfil semelhante (Tabela 6.5).

Tabela 6.5 – Origem dos produtos base dos pratos típicos comercializados, segundo entrevistados dos restaurantes entrevistados nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Produto	Poço Redondo	Canindé			Piranhas				
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Pítu	-	A	-	A	A / D	A	A	A / G	A
Surubim	-	B	B / G	B / G	B / F	-	B	B / G / A	B
Tubarana dourado	-	B	-	B / G	-	-	A / D	B / G / A	C
Tilápia	-	-	E	E	-	-	G	C	F
Tucunaré	-	-	-	A	-	-	G	C	-
Pescada	C	A	-	-	-	-	-	-	-
Carne de sol	C	C	C	-	-	-	-	A	A
Bode	C	A / D	-	-	-	A	-	I	C
Cabrito	-	-	-	-	-	-	A / C	-	-
Carneiro	-	-	-	-	-	A	C	A	C
Galinha capoeira	C	C	-	-	-	A	-	I	C

Legenda: A - Pescador da região; B – Distribuidor; C - Feira Livre; D – Entremontes; E - Criatório local; F - Criatório externo; G – Atravessador; H – Mercado; I – Outros. E1 a E9 – Entrevistados de restaurantes.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008).

Tucunaré, curimatã, piau, piranha, piaba e cari são peixes que advém do rio São Francisco na região e dependem do mercado local. O pitu também advém de pescadores da região. O Surubim e uma parcela das tubaranas ou douradas derivam de distribuidor do município de Delmiro Gouveia ou Arapiraca, porém, ainda são pescadas e vendidas no povoado Entremontes, em Piranhas. A maior parte das tilápias é capturada na região, podendo ser pescada ou fornecida às feiras a partir dos tanques de piscicultura na região. Segundo comerciantes e pescadores a tilápia do Rio São Francisco seria mais saborosa que a derivada de piscicultura.

As carnes são compradas na região em feiras ou produtores, mas dois responderam que compram de distribuidores de Pernambuco ou Alagoas.

Quando questionados sobre a disponibilidade dos produtos, observou-se que é comum associar a redução do pescado à barragem de Xingó. Entrevistados de restaurantes que foram ou são pescadores discorreram mais sobre a disponibilidade do pescado. O

surubim foi dito extinto por alguns, enquanto que outros afirmaram que dificilmente é encontrado na região.

As opiniões dos entrevistados quanto à disponibilidade do pitu foram mais freqüentes. A maioria afirmou haver diminuição do pitu e associaram à falta da ação de órgão fiscalizador. As expressões evidenciam isso: “acho que não haverá mais em 10 anos”, “o pitu diminuiu, falta ação efetiva do órgão do meio ambiente”, “há quatro meses de defeso mas mesmo assim pescam pequenos e fêmeas ovadas, falta fiscalização” ou “talvez, porque diminuiu o tamanho e a quantidade do pitu, ou a própria Usina de Xingó”.

É comum na região, a história que, em época anterior, ao servir uma cachaça, dava-se de brinde dois pitus e eram maiores do que os de hoje. Entretanto, houve entrevistado que não percebe a falta de pitu.

Os entrevistados dos restaurantes mostraram informações discrepantes quanto à existência de defeso do pitu. Alguns citaram que certos pescadores não respeitam o defeso do pitu. A compra de pescado irregular pelos restaurantes, foi exposta em expressões, tais como, “se não comprarem, não vende”, “se eu não pego, outro pega”. Apesar disso, não há período de defeso para o pitu.

Enquanto negócio e com capacidade de se manter ao longo do tempo, a maioria dos estabelecimentos funciona a semana toda, sendo que, dois (2) não abrem às segundas feiras, em baixa temporada.

A maioria dos proprietários vive na região há mais de 10 anos (Tabela 6.6). Quatro (4) dos nove (9) estabelecimentos existem há mais de 8 anos e dois (2) até 3 anos. Todos possuem outra fonte de renda e apenas um, dos 17 dependem cerca de 90% desse negócio, no orçamento familiar. A maioria tem apenas um familiar atuando no negócio, além do proprietário. Apenas um indicou ter nove (9) familiares, sendo que alguns têm outros trabalhos.

Tabela 6.6 – Perfil dos bares e restaurantes selecionados, nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

E	Município	Tempo de atividade (anos)	Nº funcionários	Outra fonte de renda	% do orçamento familiar
1	Poço Redondo	10	7	Sim	ni
2	Canindé	3	ni	Sim	ni
3	Canindé	17	ni	Sim	ni
4	Canindé	13	Até 40	Sim	>50
5	Piranhas	8	4-ni	Sim	ni
6	Piranhas	2	0	Sim	30
7	Piranhas	11	2-6	Sim	90
8	Piranhas	5	3-7	Sim	50
9	Piranhas	<2	6-11	Não	100

Legenda: E – entrevistado do Restaurante; ni – não informado.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008).

Quanto à sustentabilidade econômica dos restaurantes, oito (8) dos (9) entrevistados indicaram que os proprietários têm outra fonte de renda; entretanto, o restaurante representaria entre 30 a 100% da renda familiar de seis (6) proprietários, sendo que cinco (5) deles, mais que 50%. Há restaurantes novos e outros mais antigos que existem a mais de 10 anos, o que pode indicar segmento atrativo.

Em relação à percepção de atuação do poder público no município, quanto ao desenvolvimento do turismo, as respostas foram variadas e classificadas em aspectos favoráveis e desfavoráveis (Quadro 6.1).

Quadro 6.1 - Percepção da atuação do poder público para o desenvolvimento do turismo na região, segundo os entrevistados dos restaurantes, nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Município	Citação	Favorável (F) ou Desfavorável (D)
Piranhas	A limpeza da cidade ajuda, antes era desleixada, suja. Hoje ajuda mantendo as casas coloridas.	F
	Na saúde o hospital era do estado, hoje é municipal, o posto tem médico.	F
	O poder público “atrapalha”. Deveria ter rede de esgoto. Hoje há fossas sépticas. A rede de esgoto é arcaica. A prefeitura poderia construir uma caixa e um caminhão esgota fossa carregaria para outro local.	D
	Está mais limpa.	F
	Há retaliação quando se vota em outra proposta diferente da	

	gestão atual. Deve-se ter maior autonomia	D
	Falta apoio do SEBRAE para orientação de cardápio, melhoria no serviço, aparência do estabelecimento e marketing.	D
	Precisa de capacitação em todas as áreas, para conhecer a história do município, aprender outra língua.	D
	Maioria dos guias tem empresa própria ou presta serviço para prefeitura.	F/D
Canindé de São Francisco	A prefeitura tem seu olhar que não é o mesmo meu.	D
	Questiona-se a divulgação que aparece na mídia sobre feitos da gestão atual.	D
	Espero que a CHESF assuma a reforma da estrada para o cânion.	D
	Enaltece o trabalho e o perfil de Silvinha. O prefeito ouve as necessidades e busca auxiliar, como no acesso a estradas.	F
	Nas feiras de turismo material de propaganda ajuda a promover o restaurante, quando divulga passeio de Xingó.	F
	Falta divulgação pelo governo do estado.	D
Poço Redondo	ni	ni

Legenda: ni – não informado

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

As opiniões desfavoráveis (9) foram mais numerosas que as favoráveis (6). Em Piranhas, destacou-se favoravelmente, a limpeza da cidade e o hospital. Em Canindé, o destaque favorável para o trabalho e perfil de gestora de turismo, bem como a disposição do prefeito para ouvir e a divulgação nas feiras de turismo que ajuda a divulgar um dos restaurantes.

Em Piranhas, as opiniões desfavoráveis envolveram aspectos da infraestrutura, como falta de rede de esgoto e estradas, falta de capacitação e apoio do SEBRAE e, também, reclamação de retaliação por expressar-se com opinião contrária à gestão do município.

Em Canindé de São Francisco, questionou-se, também, o tipo de divulgação feita no sentido de promoção da gestão atual e a falta da divulgação do estado.

6.2 – OS PESCADORES E A PESCA ARTESANAL

A pesca artesanal no Rio São Francisco é prática comum nas populações ribeirinhas dos três municípios, tanto à montante como à jusante da barragem. Tal barragem exerceu

influência negativa e por isso, a pesca é considerada atividade em estagnação ou declínio no Território do Alto Sertão de Sergipe (SEPLAN, 2008).

A pesca, para os pescadores de Bonsucesso, em Poço Redondo, ocorre principalmente, à montante do Povoado, sendo indicados os melhores locais, a faixa do Rio São Francisco, em frente aos Povoados Cajueiro e Jacaré, devido à profundidade ser maior e da quantidade de pedras que servem de abrigo para peixes e para o pitu.

A distância de Bonsucesso até o povoado Cajueiro é de 22 km, aproximadamente, e os pescadores costumam permanecer por quatro dias nesses locais de pesca. Não há limite à jusante, mas costumam pescar até no próprio povoado, com indicação para pesca de pitu na Ilha, em frente (Figura 6.1 e 6.2).



Figura 6.1 – Mapa coletivo sobre espaços de pesca, elaborado por moradores do Povoado Bonsucesso, em 18 de outubro de 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo) - Fotos: Autor (2008).



Figura 6.2 – Moradores do Povoado Bonsucesso na elaboração do mapa coletivo sobre espaços de pesca, em 18 de outubro de 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo) - Fotos: Autor (2008).

Quanto às vantagens de se viver no povoado, os moradores responderam que ali teriam casa, sem ter que pagar aluguel, haveria possibilidade de se trabalhar tanto na pesca como na agricultura. Outro ponto favorável seria o fato de ser um local tranquilo, sem violência. Os moradores citaram também, que teriam o peixe disponível no Rio e o fato de existirem duas escolas, um posto de saúde e transporte. Além disso, recebem salário mínimo durante três meses, com o seguro defeso. Eles valorizaram, ainda, a festa do padroeiro São Sebastião, que atrairia muitos visitantes, principalmente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que aumenta a venda de peixe, principalmente a xira.

Quanto às desvantagens citaram a falta de dinheiro, a precariedade do transporte e valor que seria alto (R\$ 6,00), a ausência de estrutura para vender o pescado, a falta de espaço para armazenar o pescado e a dificuldade de encontrar gelo seco. Além disso, destacaram-se como aspectos desfavoráveis, o lixo, a falta de reconhecimento do pescador, as más condições das estradas e a falta de comércio para os artesãos.

Os locais de pesca, segundo os moradores de Entremontes (Figura 6.6) se estenderiam à montante até Piranhas, logo acima da localidade denominada “Macaco” e do lado sergipano, próximo à localidade conhecida como “Colete”. Próximo a esse limite, existiriam duas ilhas, a “Ilha Grande” e a “Ilha Rasa”.



Figura 6.6 – Moradores de Piranhas, Distrito de Entremontes, durante elaboração de mapa coletivo sobre espaços de pesca, em 30 de novembro de 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo) - Fotos: Autor (2008).

Silva Montenegro (2001) apresentou pontos de pesca, de acordo com pescadores de Piranhas, a ‘Cachoeira do Meio’, como limite à montante, sendo acima, área dos pescadores de Canindé de São Francisco e das Canavieiras. A fazenda Jerimum seria o limite à jusante. Os pescadores de Entremontes estabeleciam o "Saco da lama" como limite à montante e "Ambrósio" o limite à jusante no rio Capiá e riachos adjacentes, antes sem sobreposição de áreas de pesca, embora já se perceba mudanças. Os pontos mais produtivos representavam 6,9% de todo o espaço de pesca identificado. A escolha dos pontos estaria associada ao conhecimento das correntezas e da abundância de pedras. A ocupação dos pontos seria consentida e seguiria certas regras informais, tais como quem primeiro a ocupasse, em cada dia de pesca, além da regularidade na frequência.

Muitos dos pescadores afirmaram que iniciaram na profissão porque acabaram os serviços nas fazendas por toda a região, sendo que no rio a renda é maior e não ficam expostos ao calor exaustivo como ficariam nas fazendas. Os filhos pescam e estudam à

noite em Piranhas, Canindé e Delmiro Gouveia. Os pescadores valorizaram o fato de viverem em paz, com a beleza do rio, sem violência, no entanto, reclamam o fato de não haver colônia de pescadores, em Piranhas. Muitos estão descontentes com a Colônia de Delmiro Gouveia e necessitam de auxílio para reativar a Colônia que existia em Entremontes.

As áreas de pescada são, de forma geral, compartilhadas entre os pescadores de Sergipe e de Alagoas, no trecho que inclui os municípios dessa pesquisa. A construção dos mapas coletivos nos três municípios, Povoado Bonsucesso em Poço Redondo, Acampamento Antônio Conselheiro em Canindé de São Francisco e Entremontes em Piranhas confirmam a divisão do leito do rio. Na área do lago à montante da barragem, divisão similar foi citada por pescadores do Acampamento Antônio Conselheiro. Mesmo assim, há limites que não são definidos ou impostos, mas dependem da distância do Povoado em que reside o pescador, da posse de barco com motor e da possibilidade de abastecê-lo para deslocamentos maiores e dos pontos de pesca considerados mais ricos em pescado.

A pesca artesanal, abaixo da barragem, é predominante até o trecho próximo aos povoados Cajueiro e Jacaré, em Poço Redondo. Nesta região, há sobreposição de pescadores oriundos dos três municípios, além de Pão de Açúcar e de outros à jusante. Trata-se de área considerada muito rica, pela presença intensa de possibilidades de refúgio aos peixes e pitus.

A faixa de idade média dos 18 pescadores entrevistados está acima dos 40 anos (14) e apenas 2 abaixo de 20 anos. O tempo de pescaria médio é de 17 anos, sendo que em Piranhas está em torno de 22 anos.

No Povoado Bonsucesso, em Poço Redondo, foram feitas 6 entrevistas. No município de Piranhas, entrevistou-se 10 pescadores, sendo um de Piranhas “de Baixo” e 9 de Entremontes (Tabela 6.7).

Tabela 6.7 – Perfil dos pescadores artesanais em relação ao cotidiano da pesca, segundo pescadores do povoado Bonsucesso no município de Poço Redondo, sede e acampamento Antônio Conselheiro em Canindé de São Francisco, Piranhas Baixa e Distrito de Entremontes em Piranhas, em 2008.

P	Local	Idade	Tempo de Atividade (anos)	Tempo gasto na pesca (horas/dia)	Distância até ponto de pesca (km)	Outra fonte de renda	Vive da pesca (%)
1	Bonsucesso	44	30	5-6	20	Sim	60
2	Bonsucesso	27	6	8-9	10	Não	100
3	Bonsucesso	51	23	4	20-60	Sim	50
4	Bonsucesso	17	10	8	20	Não	100
5	Bonsucesso	52	30	7	22	Sim	30
6	Bonsucesso	80	5	0	12	Sim	100
7	Canindé-Sede	>40	<10	<2	4-12	Sim	25
8	Acampamento	>40	17	>8	3	Não	50
9	Piranhas Baixa	51	<10	4	<1	Sim	50
10	Entremontes	71	55	0	6	Sim	100
11	Entremontes	46	14	4	9	Não	50
12	Entremontes	51	20	10	3	Não	100
13	Entremontes	40	20	2	1	Não	100
14	Entremontes	19	8	11	12	Não	100
15	Entremontes	31	20	2	3	Sim	60
16	Entremontes	42	18	4	3	Sim	40
17	Entremontes	55	25	5	3	Não	100
18	Entremontes	56	20	8	6-12	Sim	60

Legenda: P – Pescador; Distância – distância da moradia até o ponto de pesca.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008).

O tempo médio diário destinado à pesca é inferior a 8 horas, para dez pescadores e supera 8 horas para os demais. A distância até o ponto de pesca variou em relação à localidade, sendo que para pescadores de Canindé e Piranhas a média ficou em torno de 5,3 km, mas para aqueles de Bonsucesso, em Poço Redondo, a média foi de 16 km.

Dez pescadores (55%) afirmaram ter outra fonte de renda, sendo que percentuais próximos foram encontrados em Canindé e Bonsucesso. Piranhas apresentou percentuais maiores, em torno de 67%. As atividades extras variam, tais como, artesanato, prestação de serviços no comércio e nas prefeituras, serviços de pintura, donos de comércio e aposentadoria. O presidente da Colônia de Pescadores de Canindé de São Francisco (2007-2008), afirmou que 60 a 80% dos pescadores dependem integralmente da pesca. No

Acampamento em Canindé, 10% do pescado é consumido e 90% vendido, mas os pescadores ali têm outras atividades, como roça e artesanato.

Na pesca, geralmente a produção é individual, embora seja comum agruparem-se entre amigos ou familiares. Os meios de locomoção até os pontos de pesca variam entre caminhadas, bicicleta, barcos e carro. Os pescadores do Povoado Bonsucesso deslocam-se uma vez por semana, saindo na terça e retornando na sexta-feira. Pescadores que possuem barco a motor podem percorrem maiores distâncias. A distância dos pontos de pesca interfere o tempo que o pescador permanecerá fora do seu povoado. Aos Pescadores do Acampamento Antônio Conselheiro a pesca pode durar 15 dias, intercalados com períodos de venda do pescado. A baixa capacidade de armazenamento exige que o pescado seja vendido mais rapidamente, que ocorre ao longo dos pontos onde os atravessadores estão presentes.

A distância dos pontos de pesca implica também no tempo em que o pescador ficará fora do seu povoado ou localidade, podendo ser menor que um dia ou durar até 15 dias. Pescadores do Acampamento Antônio Conselheiro apresentam um perfil em que a pesca pode durar 15 dias, mas intercalando com períodos de venda do pescado, pois a baixa capacidade de armazenamento faz com que se venda o pescado mais rapidamente, o que influi na pressão sobre o preço que o atravessador pagaria. O pescado é todo vendido ao longo de pontos onde atravessadores estão presentes. Em Poço Redondo as distâncias são maiores aos povoados de Bonsucesso que precisam se deslocar à montante do rio.

A variedade do pescado abrangeu 25 tipos, sendo dois crustáceos, camarão e pitu e os demais, peixes, tais como, xira (curimatá, curimatã, crumatá, bamba), piau, piau-cotia, piau preto, piau branco, curvina (cruvina ou corvina), tucunaré, fidalgo, tubarana (dourada), surubim (pintado), piranha, piaba, pilombeta, mandi (mandim, mandinho, mandi), cari (acari), tilápia, cará, robalo(rubalo), niquim (ninquim), traíra, pacu (CD), aragu, capadim (capadinho), pacamã, camurupim. Os pescadores entrevistados forneceram informações sobre alguns (Tabela 6.8).

Tabela 6.8 – Características da pesca por variedade de pescado no sistema, de acordo com pescadores do povoado Bonsucesso no município de Poço Redondo, sede e acampamento Antônio Conselheiro em Canindé de São Francisco, Piranhas Baixa e Distrito de Entremontes em Piranhas, em 2008.

Pescado	Quantidade por esforço de pesca em kg/semana (média)		Meses com disponibilidade do pescado		Técnica de pesca	Armazenamento
	Mínimo	Máximo	Maiores	Menores		
Cari	5	20	11, 12, 1, 2, ano todo	11,12	Rede de espera	Congelador
Curimatá, Xira	12	30	11, 12, 1, 2, 3, 6, 8 ou ano todo	3, 4, 5, 6, 8,11	Rede, tarrafa	Freezer e gelo, congelador, geladeira
Mandi	2	15	12,1	11	Anzol e rede	Freezer e gelo
Niquim	1,5	5	3	2	Rede	Congelador, geladeira
Pacu	2	10	12	2,3	Tarrafa, rede	Congelador, geladeira
Piaba	1	10	11,12,1,2, 6,7; Ano todo	10, 11,12	Tarrafa, rede, rede de espera	Freezer e gelo
Piau	5	5	Ano todo	5,6	Rede, anzol e tarrafa	Freezer e gelo
Piau-cotia	10	50	8,9, 11,12,1,2 ou Ano todo	5,6, 8, 12,1	Rede, anzol e tarrafa	Freezer e gelo
Pilombeta	10	50	5,6	?	Rede, anzol e tarrafa	Freezer e gelo, congelador
Piranha	1	5	3, 8	1, 6	Rede, anzol e tarrafa	Freezer e gelo
Robalo (Rubalo)	2	30	10, 11, 12	4, 8,9	Anzol e rede	Freezer e gelo
Surubim	5	48	4, 10, 12,1	2, 5, 6,7	Arpão e anzol	Freezer e gelo
Tilápia	2	7	5, 6, ano todo	11,12	Rede, anzol e tarrafa	Freezer e gelo
Tubarana	1	30	9,10,11, 12, 1	3,4, 5, 6, 10	Anzol ou arpão (proibido)	Congelador, geladeira
Tucunaré	2	15	12, 1, 2 Ano todo	7,8	Rede, tarrafa, arpão	Congelador, geladeira
Camarão	0,01	12	1,2,5,6, 11	11,1,2	Arpão, anzol, rede de espera, groseira	Freezer e gelo, congelador
Pitu	0,1	5	12, 1, 2, 5, 6	9,10, 11	Arpão, anzol, rede, tarrafa	Freezer e gelo, congelador

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os peixes, xira, piau, piau-cotia, tucunaré e o camarão pitu são mais abundantes, segundo pescadores de Bonsucesso e de Entremontes. Para pescadores de Canindé à montante da barragem, não há pitu, mas citaram a existência do projeto de repovoamento promovido pelo Instituto Xingó. Robalo, tucunaré e pilombeta foram citados como peixes exóticos.

A quantidade de pescado por esforço de pesca não pode ser considerada precisa, pois após a coleta de vários dados questionou-se a variedade de interpretação das respostas e a não possibilidade de confirmação sugere cautela ao interpretar os resultados. As maiores quantidades em kg foi a de surubim (48 kg), o que sugere a sua existência na localidade, entretanto, não condiz com o que ocorre, pois não se pesca surubim toda a semana. De qualquer forma, os resultados concordam com a fala dos pescadores em termos de disponibilidade do estoque da xira ou curimatã e piau-cotia, consumidos mais localmente e não apreciados pelo turista.

Dos peixes consumidos pelos turistas, pode-se dizer que foi pequena a variedade disponível para o turista, que tenha saído do Rio São Francisco, no local. Nesse caso, a maioria dos peixes considerada típica, seria rara, comprada de distribuidores.

Em relação à produção de pescado são 12 a 30 kg de xira ou curimatã por semana, por esforço de pesca, considerando períodos de maior e menor disponibilidade. Há 4 variedades do piau e o mais apreciado é o piau-cotia que é pescado de 10 a 50 kg por esforço de pesca semanal. Esses peixes são destinados, principalmente, para o consumo local, nos municípios, sendo comercializados em feiras livres, na própria casa dos pescadores ou para atravessadores.

O tucunaré, considerado exótico e predador, introduzido no rio após a barragem, que pode ser pescado a qualquer tempo para a maioria dos pescadores. A quantidade capturada variou entre 2 e 15 kg, sendo maior no lago da barragem. A tilápia, por esforço de pesca, variou entre 2 e 7 Kg. A tubarana e o surubim foram citados como peixes típicos, mas considerados raros. A tubarana foi citada na pesca de Entremontes, com capturas de 1 a 30 kg, sendo que cada animal pesa entre 5 e 15 Kg.

Há controvérsias em relação à existência ou não do surubim. O consenso é que não mais se encontra a quantidade que existia anteriormente. O surubim pesaria entre 15 e 10 kg e nas entrevistas a quantidade por esforço de pesca variou entre 5 a 48 kg. Entrevistado de Entremontes afirmou que há surubins no rio à jusante da barragem e que eles são peixes que vivem a mais que 12 m de profundidade, dessa forma, com o rio mais cheio e com a menor quantidade seria mais difícil localizá-lo e pescá-lo. Isso indica que há pesca, independente de proibição e casos citados de pesca desse peixe, o destino seriam os restaurantes da região. O surubim é considerado em extinção na região, pela listagem de espécies do IBAMA.

Há registro de pesca no baixo São Francisco de surubim e dourada ou tubarana, de acordo com Instituto Xingó (2003), mas a produção anual de cada um foi considerada em 1998, inexpressiva, abaixo de 650 kg, sendo que a maior parte advinda de pescadores de Piranhas e Entremontes. Na região da bacia do Rio São Francisco no lago de Sobradinho a pesca do surubim é considerada atrativo turístico, entretanto há registro de diminuição das populações de surubins e dourados a montante do Rio São Francisco (GODINHO & GODINHO, 2003; CREPALDI et al, 2008).

A piaba também é apontada como mais rara após a barragem e mais facilmente encontrada em Piranhas. Normalmente, a piaba é capturada na beira do rio usando iscas de farinha e vísceras de outros peixes com latas de óleo e vendidas em pacotes de 2 litros, secas e salgadas, a R\$ 5,00.

Peixes como niquim, pacamã, camurupim, são considerados raros e apenas um entrevistado relatou sua captura. A piranha e o mandi são considerados difíceis de pegar, sendo que o mandi, o perigo estaria na técnica de pesca, do tipo groseira, que carrega muitos anzóis.

O pitu é pescado em média de 3 kg, por esforço de pesca, sendo que, durante a semana colocam-se covos, retiram-se e recolocam-se os covos. É uma das espécies de pescado mais típicas da região, sendo altamente valorizada comercialmente, seja para venda local ou para os atravessadores que os comercializam em outras cidades litorâneas, como Aracaju, Maceió e Salvador.

Silva Montenegro et al (2001), afirmaram que em 1998, na região de Entremontes, em Piranhas, um ponto bom de pesca renderia entre 1 a 1,5 kg de pitu por dia. O máximo de pitu citado por esforço de pesca por semana é de 5 kg, que se aproxima dos valores considerados bons.

Apesar das dúvidas, nos restaurantes, sobre a existência de período de defeso para o pitu, os pescadores sabem que não há qualquer restrição à pesca de pitus, apenas restrição em relação ao tamanho das malhas nos covos. A Portaria nº 50 de 5/11/2007 estabeleceu normas sobre a pesca para proteção à reprodução natural no Rio São Francisco, permitindo a pesca com linha de mão ou vara, linha e anzol, molinete e carretilha, inclusive para espécies consideradas exóticas ou alóctones, tais como tucunaré (*Cichla* sp), tilápia (*Oreochromis* sp e *Tilapia* sp) e bagre africano (*Clarias* spp). A permissão da pesca profissional no trecho a jusante da barragem até a foz define que os covos para capturas de camarões de água doce devem ter 20 mm de espaçamento entre talas.

Entrevistado de Piranhas opinou que o período considerado defeso deveria ser ajustado em relação ao local, já que as enchentes à montante favorecem a disponibilidade do pescado na região. Outro pescador, referindo-se aos pitus, afirmou que “Ibama usa defeso como se fosse o Rio Araguaia e o Tocantins” o que “dá padrão de piracema antecipado para nós. Quando tem trevoada e chuva forte, em novembro, elas estão ovadas. Deveria ser mantido em abril, porque tem muito ovada ainda”.

O movimento do mercado, apontado como demanda crescente e oferta diminuta, expõe a necessidade de aprofundamento de estudos, na medida em que o período de maior fluxo turístico coincide com períodos de defeso. No caso do pitu, pode-se hipotetizar que haveria queda da oferta de pitu, na medida em que muitos pescadores deixam de pescar nesse período ou até, que os ambientes nesse período favorecem a percepção das armadilhas pelo pitu, o que dificultaria sua captura. Apesar disso, as falas mais comuns dão conta de sobrepesca e quem pesca pitu não pescaria outros peixes, embora isso não proceda totalmente. Um pescador citou que em épocas de rio mais baixo, as redes enroscam mais no substrato e, portanto, os pescadores se arriscariam menos a perder equipamento o que se traduziria em menor pesca e não em menor estoque de pescado.

As técnicas de pesca mais citadas foram, a rede, tarrafa, anzol, covos, arpão. A pesca com rede é indicada para 15 dos 17 pescados, a tarrafa para 10, anzol para 11 e 6 para arpão. Destes, o arpão é proibido, inclusive no defeso, mas há indicações que alguns pescadores o fazem de forma indevida, em geral, seriam pescadores não associados às colônias. O uso de arpão para pesca, mesmo sendo proibida evidencia a necessidade de esforços mais intensos em relação à fiscalização, considerada irregular.

Os covos são específicos para camarão e pitu. Antes os covos eram feitos de gererê, atualmente, ampliou-se o uso de covos de PVC. Há relatos de pessoas que fazem covos improvisados de garrafas PET, capturam pitus ainda pequenos para o comércio e acabam poluindo o rio.

A existência de covos inadequados evidencia também divisão social na própria população de pescadores, com associados que conseguem os benefícios e os não associados, sem acesso a tais direitos. Essa realidade expõe, também, a necessidade de políticas de apoio à regularização e associação, bem como alternativas para que essas pessoas se profissionalizem e mudem tal postura.

Ao longo das coletas e análise dos dados, alguns pescadores indicaram os períodos melhores para pescar e outros, os períodos em que há mais peixes disponíveis. A fala comum é que nas épocas de “águas sujas”, nos períodos de chuvas ou “trovoadas”, haveria mais sedimentos, a água barrenta seria rica em pescado. Assim, pode-se interpretar que as populações do rio são favorecidas pelo aporte de nutrientes ou melhores condições de reprodução. Dessa forma, seria mais fácil capturar tucunaré, piranha, tubarana, xira e pitu. Nesse pensamento, deduz-se a facilidade de captura destes peixes e crustáceo, mas não necessariamente, que haveria maior estoque deles no rio.

Certo pescador experiente afirmou que, “quando o rio tem enchente, quando chove lá em cima, aumenta a produção de todos, inclusive do pitu” e completou, “na época de estiagem é mais fácil encontrar pitu porque diminui a competição dos pescadores com receio de perder as armadilhas e redes, pois elas enroscam”.

No estudo de Vargas (1999), pescadores de Canindé de São Francisco afirmaram

que as épocas boas para pesca eram as cheias de novembro a março. Na ocasião, percebeu-se a presença de peixes exóticos, a redução do surubim e do pitu. O pensamento comum na época foi que a pesca não acabaria, mas não se constituiria meio de vida.

Outra afirmação comum é de que em períodos de águas mais claras, a água fria induziria o peixe xira a se deslocar para profundidades maiores. A pesca desse animal seria, então, dificultada pela queda da temperatura, mas isso não permitiu afirmar que haveria menor estoque do peixe no rio.

O pitu, segundo os relatos, apareceria mais disponível nos meses de dezembro a fevereiro e depois maio e junho. As melhores épocas, quando as águas ficam escuras, condizem com a idéia de chuvas à montante, abertura das comportas da barragem e aporte de mais sedimentos e, em maio e junho, coincide com os períodos de chuva na localidade.

A produção atual de pescado é vendida localmente e também enviada a outros centros turísticos, com demanda cada vez maior. O turismo influencia no aumento da demanda, uma vez que o pitu é divulgado e vendido como prato típico. A influência permite inferir que, nas épocas de maior fluxo turístico haverá aumento do preço, pois estaria instituído culturalmente.

A forma de armazenamento comum aos pescadores foi a caixa de isopor com gelo, denominada, “freezer com gelo”, sendo que muitos produzem seu próprio gelo. Poucos têm freezer propriamente dito. A pesca, considerada pequena, segundo um dos entrevistados, portanto, não há produção que justifique armazenamento. Entretanto, pescadores à montante da barragem afirmam terem dificuldade de armazenamento, o que estabelece negociação em favor do atravessador, que paga preços mais baixos. Soma-se a isso, o fato de que o fluxo turístico se amplia no mesmo período em que ocorre o defeso e a estratégia de conservação e armazenamento de pescado poderia garantir fornecimento nesse período, reduzindo a pressão sobre os estoques naturais.

Apesar da pequena produção, há ações que objetivam implantar dois pontos de venda de pescado em Piranhas, um no Povoado Bonsucesso, em Poço Redondo e a previsão de implantação de freezer coletivo, no centro de pesca do Acampamento Antônio

Conselheiro, o que sinaliza a necessidade de armazenamento. Há, também, interesse e planos para se implantar freezer na Colônia de Canindé.

A menor disponibilidade do pitu e o aumento da competição na pesca teriam elevado o valor comercial do pitu. O valor ampliado funcionaria como retroalimentação positiva ao esforço de pesca, mas negativa na densidade dos camarões. A demanda crescente de pitu sugere busca de alternativas para produção em escala, dessa espécie. Há, em outras regiões, produção em viveiros, no entanto, há que ponderar as vantagens e desvantagens disso para a biodiversidade local. O pescador não costuma se tornar aquicultor, dessa forma, a disponibilidade de maior quantidade de pitu no mercado, representa queda no valor do produto e talvez, menor interesse de pesca. Isso, talvez, acione um mecanismo de retroalimentação positiva no aumento da densidade dessa espécie no rio, mas não na melhoria de qualidade de vida dos ribeirinhos.

A gastronomia atrelada ao turismo depende, em volume de pescado, mais do que é trazido pelos distribuidores do que da base local de recursos. Em tese, o fornecimento de pescado externo traria maior sustentabilidade ecológica para as espécies locais, entretanto, um aumento da sua disponibilidade no Rio São Francisco fará inverter isso, na medida em que estoques maiores tornem os pescados mais lucrativos.

Nos povoados de Bonsucesso, Currealinho e Jacaré, em especial em Bonsucesso, visitantes de Pão de Açúcar consomem esse peixe nos bares. Além disso, a maioria do pescado seria vendida para compradores desse município. A vantagem de piau e xira não serem consumidos pelos turistas é que os valores de mercado são menores e a sobrepesca pode ser menor. Tais fatos indicam a necessidade de estudos para se dimensionar a cadeia produtiva do pescado, por espécie.

Na comercialização, os pescados mais valorizados foram: o pitu, o surubim, a e a tubarana. Estes possuem maior valor por quilo e são mais escassos hoje em dia. O pitu variou de R\$ 25,00 a 40,00 o quilo, o surubim de R\$ 14,00 a 15,00, a tubarana de R\$ 10,00 a 12,00. O Robalo, peixe não típico, também é valorizado, entre R\$ 7,00 e 12,00 por quilo. Os preços dos peixes abundantes, xira e o piau, variaram entre R\$ 2,00 e 5,00 o quilo (Tabela 6.9).

Tabela 6.9 – Perfil da comercialização por variedade de pescado no Rio São Francisco e lago de Xingó, de acordo com pescadores dos municípios de Poço Redondo (Povoado Bonsucesso), Canindé de São Francisco (sede e Acampamento Antônio Conselheiro) e Piranhas (Piranhas baixa e Distrito de Entremontes), em 2008.

Pescado	Valor de venda (R\$/kg)		Comprador do pescado	Quem define o preço	Fatores para definição de preço
	Mínimo	Máximo			
Cari	2,00	5,00	Feira, bares, cambista ou atravessador	Atravessador; pescador	Dificuldade
Curimatá, xira, bambá	2,00	6,00	Atravessador; cambista; Pão de Açúcar; Bonsucesso; Feira de Piranhas; população local; bar da família; no bar da família; bares da região	Pescador, atravessador	Quantidade, dificuldade na captura e atravessador; tempo dos peixes, demanda grande; tamanho
Mandim	4,00	8,00	Atravessador; Encomenda do bar	Atravessador	Qualidade e peso
Niquim	4,00	7,00	-	Pescador	-
Pacu	1,00	2,50	População local	Atravessador, pescador	época
Piaba	1,50	6,00	Atravessador, turista, população local	Pescador	época
Piau	1,00	5,00	Atravessador ou cambista; em Pão de Açúcar ; população local; bares da região	Pescador ou atravessador	Peso; quantidade, dificuldade na captura e atravessador; Piau-cotia, mais saboroso
Piau cutia	1,50	5,00	Atravessador; Pão de Açúcar; população local; bares da região	Pescador ou atravessador	Quantidade, atravessador, dificuldade
Pilombeta	3,50	6,00	Atravessador; Pão de Açúcar; população local; bares da região	-	Período - 6 em 6 meses
Piranha	2,50	6,00	Atravessador; bares da região	-	O peso
Robalo	5,00	12,00	Atravessador; bares da região	Pescador ou atravessador	Qualidade e peso
Surubim	8,00	15,00	Atravessador; restaurantes de Piranhas e Canindé	Pescador	Oferta e demanda; concorrência; preço dos restaurantes
Tilápia	2,00	7,00	Atravessador; Pão de Açúcar; população local; bares da região	Pescador	Dificuldade, tamanho
Tubarana	6,00	12,00	Atravessador; Banca em Pão de Açúcar; Bares da região	Pescador	Dificuldade de encontrar, peso, tamanho
Tucunaré	2,50	8,00	Atravessador; Bares da região; população local	Pescador	Dificuldade de encontrar, tamanho
Camarão	4,00	12,00	Atravessador	Atravessador, pescador	Dificuldade de encontrar, quantidade
Pitu	15,00	40,00	Atravessador que vende a Aracaju e Salvador; Piranhas; pop. local; Bares da região; Carlos de Curralinho	Atravessador, pescador	Qualidade, tamanho, preço do prato, disponibilidade, tempo, dificuldade de pegar, preço cambista, turismo.

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A definição de preços é feita pelos próprios pescadores e atravessadores, e na percepção deles, os fatores incluem a quantidade disponível do pescado, o “tempo dos peixes”, a “dificuldade na captura”, o “preço pago pelo atravessador, quando tem demanda grande”, o “preço dos pratos nos restaurantes” e a “fase do turismo”.

Pescador de Canindé de São Francisco da Colônia Z-15 afirmou ter feito vários cursos desenvolvidos pelo SEBRAE, Instituto Xingó e Instituto Palmas sobre pesca, criatórios com tanque-rede (técnica, cultivo, comercialização de alevinos) e turismo. No entanto, reclamou que o Instituto Xingó não os procuram mais e isso faria falta na formação. Reclamou do investimento feito nas culturas de bode, porco, questionando o investimento público nessa direção. Reafirmou que se tivesse Centro de Pesquisa com aulas práticas, isso seria importante, pois trariam técnicas e os engenheiros, mas sabe que a estrutura para isso seria cara.

Em relação à organização dos pescadores, a Colônia de Pescadores cuida de questões trabalhistas. Os jovens até 18 anos são considerados dependentes e acima dessa idade, passam a ter cadastro individual. A Associação de Pescadores seria uma forma de associativismo que permite adquirir bens materiais através do PRONAF, PRONESE. A Associação é filiada à Colônia. No período de defeso cada pescador recebe 1 salário mínimo em cada mês do defeso, pago pelo INSS. A colônia encaminha documentação para o Ministério e desta para a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP), atual Ministério da Pesca. O dinheiro é recebido nas agências da Caixa Econômica Federal.

6.3 - PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS NA PESCA NO RIO SÃO FRANCISCO

Pescadores de Bonsucesso afirmaram que a situação do Rio São Francisco há 20 ou 30 anos era outra, havia maior profundidade e a última cheia registrada foi em 1992. A diminuição dos estoques de surubins e douradas deve-se à instalação de barragens que impediram as cheias e a piracema, entretanto pescadores e gestor público de Piranhas, afirmaram que isso se somou à sobrepesca. A pesca de grande escala foi citada como algo que existia antes da barragem, época da canoa de tolda.

As respostas dos entrevistados condizem com a literatura quanto à influência da queda do pescado pelo barramento sucessivo do rio São Francisco (INSTITUTO XINGÓ, 2003; SILVA MONTENEGRO, 2001; IBAMA, 2007).

Do ponto de vista ecológico, a redução da pesca pode aumentar os estoques pesqueiros, no Rio São Francisco, no entanto, a sobrevivência das comunidades ribeirinhas pode ser afetada, pois dependem desse meio de produção para sua subsistência. A tendência é o distanciamento da sustentabilidade social, na medida em que o fazer do pescador não é valorizado, que sua prática artesanal não evolui no sentido de apropriar-se de técnicas e melhorias tecnológicas possíveis, bem como, a sua identidade venha a se deteriorar ao longo do tempo.

A relação entre fluxo turístico e o fornecimento de pescado aos bares e restaurantes da região, influencia, de certa forma, o valor do pescado e por consequência, a renda do pescador. Mesmo assim, nenhum entrevistado afirmou que o turismo na região seria ameaça ao seu modo de produção ou ao seu exercício profissional, como o registrado nos municípios sob influência do reservatório de Três Marias, em MG (FELIX, 2003).

Silva Montenegro et al (2001), em estudo etnoecológico, reconheceram três épocas da pesca do pitu, na região de Piranhas, incluindo Entremontes (Quadro 6.2).

Quadro 6.2 – Épocas de pesca do pitu e seu valor, segundo pescadores de Piranhas e Entremontes, entre 1998 e 1999.

Época	Características da pesca	Valor do pitu
1960-1970 "De João e Zé de Juca"	Época de fartura, regulada pelos períodos de grandes cheias que trariam muita comida aos peixes	Pouco valor e grande abundância. Vendido torrado e por dúzia – enchiam-se sacos
1980-1990 Geração de "aprendizes", "descendentes" ou "contemporâneos"	Ocorriam cheias e fenômenos percebidos chegada das primeiras águas (riponto) e início da vazão (vazante geral) Despesca dos covos até duas vezes ao dia	Interesse maior e passa a ser comercializado por quilo
Construção da Usina Hidrelétrica de Xingó	Tempo das permanentes "águas limpas" Pitus estariam mais no meio do rio e não mais nas margens	Valores quase dez vezes maiores que os dos tempos passados

Fonte: Autor, baseado em Silva Montenegro et al (2001)

Primeiro, a época dos pescadores mais antigos e experientes, reconhecidos pelos demais pescadores; em seguida, a época dos aprendizes e, por fim, a época da construção da Usina de Xingó.

No mesmo estudo, Entremontes apresentou rendimento médio diário de 0,25kg por pescador, sendo que de 15 pescadores, os dois mais produtivos apresentaram médias diárias de 0,49 e 0,56kg, enquanto os demais de 0,13 a 0,18kg. O quilo do pitu, em 1998, chegava a R\$ 13,00. A produtividade de 1,5 toneladas foi 51% abaixo da expectativa de um ano considerado bom. Mesmo assim, 20% dos pescadores apresentavam rendimento igual ou superior à grande parte da sociedade local.

Tilápia e tucunaré são mais abundantes na área do lago de Xingó à montante da usina o que concorda com a literatura. Uma das razões do tucunaré ser mais abundante seria a menor turbidez da água, que facilitaria o cuidado com a prole, característico do comportamento dessa espécie.

A introdução do tucunaré e seu impacto negativo no lago e no rio São Francisco está disseminada e considerada na região, por muitos pescadores e entrevistados de restaurantes, como espécie que devoram outras, sendo agressivo. Essa afirmação é ressaltada na literatura (GODINHO & GODINHO, 2003; THÉ, 2004).

A diminuição do pitu também é atribuída às barragens e, praticamente, não é encontrado à montante dela, no lago Xingó. Alguns entrevistados admitem que boa parte da razão da diminuição do pitu se deve à pesca excessiva. Os pitus se apresentam cada vez mais caros na região, a cada ano que passa, devido o aumento da procura e a falta durante períodos de pico de visitantes. Há, portanto, relação entre turismo e preço do pitu.

Em 2007, foi considerado “ano bom de pitu”, pois a procura não foi grande. Outro pescador de Piranhas citou caso, em que certo jovem colocara droga nos poços dos riachos, contaminando-os. Nessa situação, os pitus saíam agonizando, por falta de oxigênio e eram capturados e vendidos, mesmo contaminados.

Em Canindé, pescador afirmou que a quantidade de pescado caiu muito, ‘foi um desastre’ com a barragem. Trouxeram tucunaré e ele é predador de alevinos. Acabou o meio de sobrevivência. Afirma que pode ter sido proposital. Há 20 anos atrás uma pescada conseguia-se 10 Kg. Na época não havia os bares, vendia-se nas feiras. Na época havia atravessadores de Própria e Aracaju. Eles passavam recolhendo muito pescado.

No Acampamento Antônio Conselheiro, pescador ressaltou um aspecto favorável a eles, o rio passava a 6 km, hoje passa a 3 km. Na época “tinha que buscar outra forma de viver”. Citou-se ainda, existência de uma planta, que “o Ibama jogou no rio para o peixe se esconder”, “parece árvore de natal”. Segundo eles, no Riacho Curitiba tem cará e curimatá nos poços, que são pescados pelos acampados.

Quanto à percepção em relação ao ambiente e a existência de fauna e flora ao longo do tempo, ou com relação a comportamentos do pescador e o seu entorno, pescador de Piranhas citou a perda de rede em enchente, que acabam aprisionando peixes. Citou, também, que houve desmatamento e erosão nas margens. No lado de Canindé, a ocupação ajudaria na conservação, porque haveria pessoas que plantam e por isso, menos gente iria retirar madeira. Afirmou, então, que usam foice e machado para derrubarem a mata, para fazer pastagem e pegar madeira para construção de barcos. Hoje, pede-se ao dono e ele perguntaria quanto deseja, e quem seria o interessado. No caso de invasão, sem autorização, usa-se a intimidação para evitar que cortem a mata.

6.4 - OS PRINCIPAIS PESCADOS DO RIO SÃO FRANCISCO

Das espécies de peixes mais citadas pelos pescadores, de ocorrência no Rio São Francisco, na área de estudo, três seriam migratórias (de piracema ou reofílicas) à montante para desova, *Pseudoplatystoma corruscans* (surubim), *Salminus hilarii* (dourada ou dourado) e *Prochilodus argenteus* (curimatã ou xira). Destes, o curimatã seria o mais abundante na região, o que sugere investimento em pesquisa, para compreender as razões, considerando que há projetos de peixamentos dessa espécie à jusante, desenvolvido pela CODEVASF.

Em relação aos pescados típicos mais citados, com relevância ao turismo, desatacaram-se, o surubim, a tubarana e o pitu. Alguns entrevistados afirmaram que

dourado, dourada ou tubarana seriam o mesmo peixe e outros, que seriam distintos. O mesmo ocorreu com o surubim, quando alguns afirmaram que o produto vendido nos restaurantes seria o pintado e não surubim.

De fato, na literatura observou-se que, tanto o pintado como o surubim do rio São Francisco referem-se a peixes da mesma espécie *Pseudoplatystoma corruscans*, (SPIX & AGASSIZ, 1829) da ordem *Siluriforme*, família *Pimelodidae*, com hábitos noturnos que realizam migrações de desova rio acima, durante a seca ou início das chuvas (CREPALDI et al, 2006; BRITSKI,1996). Faustino et AL (2007) afirma que o termo surubim se refere ao gênero *Pseudoplatystoma* incluindo os cacharas da espécie *P. fasciatum* e camapari ou pirambucu da espécie *P. tigrinum* e ocorrem nas bacias do São Francisco, Prata e Amazônica. A hibridação natural entre *P. corruscans* e *P. cachara* não seria fato incomum e boa parte do surubim no mercado seria um híbrido dessas duas espécies (CREPALDI et al, 2006).

A tubarana é apontada como peixe pertencente à ordem *Characiforme*, família *Characidae*, gênero *Salminus*. Esse gênero apresenta várias espécies e sua taxonomia continua insatisfatória. Bristski et al (1986) apresenta o dourado como *S. brasiliensis*, como a segunda espécie em porte, apreciado tanto na pesca profissional como desportiva, na bacia do rio São Francisco. A mesma referência serve de base para a CODEVASF que apresenta na sua lista de ictiofauna nativa do São Francisco a existência do dourado como *Salminus brasiliensis* e dourado-branco ou tabarana como *Salminus hilarii*.

Lima & Britski (2007), entretanto, reforçam e discutem a taxonomia insatisfatória de *Salminus* e apresentam aspectos para que peixes considerados *Salminus brasiliensis* da bacia do São Francisco sejam nomeados como *Salminus franciscanus*. Costa et al (2003) apresenta uma lista de espécies de peixes desembarcadas no Baixo São Francisco, em que cita a espécie *Salminus hilarii*, como tubarana branca.

O camarão-pitu ou pitu, *Macrobrachium carcinus* (Linnaeus, 1758) é um crustáceo decápodo da família *Palaemonidae*, considerado um dos maiores camarões de água doce, com hábito noturno e onívoro. Ocorre em água doce e salobra, comum em remansos, mas em locais com elevada turbulência, caminhando sobre areia ou pedras, Suas quelas, parte

do 2º par de pereiópodos, são bem desenvolvidas com espinhos ao longo de todo o apêndice (Figura 6.7).



Figura 6.7 – *Macrobrachium carcinus* (pitu): a. Pitus capturados para preparo e venda em bar e restaurante no Rio São Francisco entre Canindé de São Francisco e Poço Redondo, próximo a Grota do Angico. b. Exemplar com detalhe dos pereiópodos com as quelas desenvolvidas.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2007) – Fotos: Daniel La Corte dos Santos.

Em relação à presença do pitu na região próxima a Usina Hidrelétrica de Xingó, Silva Montenegro (2002, p. 111) afirma que

[...] apesar de antes aparecer na Bacia do São Francisco, desde o município de Paulo Afonso até a foz, atualmente, com a barragem só ocorre a partir de Piranhas, nos trechos com fundos arenosos, com remansos, próximos a corredeiras, e entre pedras com correntes e remansos.

Há também, outras espécies de camarões encontradas no São Francisco, sendo citadas também o *Macrobrachium acanthurus* ou camarão-branco, *M. olfersii* ou aratanha e *M. jeiski* ou camarãozinho. Pescadores de Entremontes apontaram que a cor do pitu variava de acordo com o tempo das águas, e assim, nas épocas das águas barrentas os pitus mudariam de cor, tornando-se mais claros e em períodos de águas mais limpas, ficariam escuros (MONTENEGRO, 2002). Tal comportamento estaria associado à presença de cromatóforos que podem contrair e retrain em razão do substrato.

Etimologicamente, o gênero *Macrobrachium* se refere aos camarões de água doce com braço grande, e certos pescadores atribuem o nome mão-de-angico em analogia à planta com tronco cheio de espinhos (SILVA MONTENEGRO, 2002). Segundo Holthuis (1952, 1980), Ducan et al. (1975) *apud* Santos (2006), o *M. carcinus* ocorre desde o Sul dos Estados Unidos até o sul do Brasil.

Para se ter uma dimensão das relações alimentares em que participa o pitu, Montenegro (2002) construiu uma teia alimentar a partir do conhecimento dos pescadores (Figura 6.8).

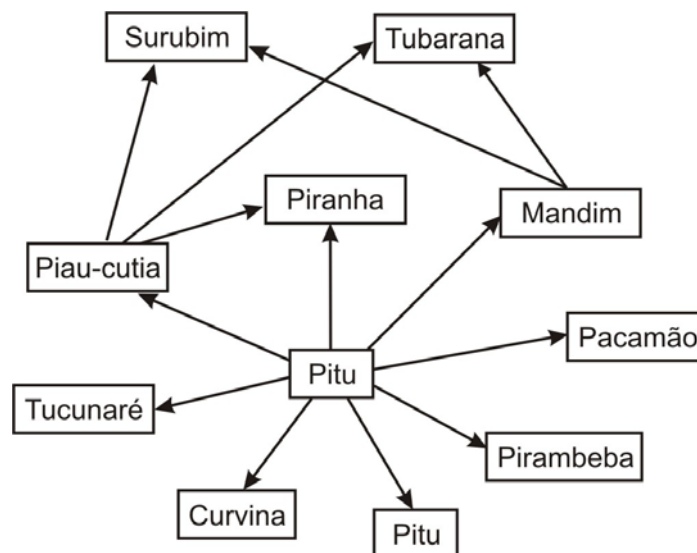


Figura 6.8 – Fragmento de teia alimentar envolvendo o pitu, segundo o conhecimento dos pescadores entrevistados.

Fonte: adaptado de Silva Montenegro (2002, p. 90)

Segundo os pescadores, o fato do pitu “gostar de qualquer coisa podre”, de comerem uns aos outros e preferirem capturar determinada presa embaixo de pedaços de madeira, inferiu-se respectivamente, oportunismo alimentar, canibalismo e especificidade alimentar.

De acordo com Montenegro (2001), o represamento alterou a reprodução do pitu e atualmente, haveria diferente duração das estações reprodutivas do pitu (pré-reprodutiva, reprodutiva e pós-reprodutiva) nas regiões de pesca no Rio São Francisco. Isso levou à hipótese que existiria uma migração em massa, o que não foi observado pelos pescadores da região na ocasião.

Outra hipótese levantada é que os pitus, na região de Piranhas seriam originados de rios afluentes, de poços de água salobra, como no rio Capiá. Nos períodos das cheias, o transbordamento levaria os pitus ao Rio São Francisco. As desovas ocorreriam nesses poços salobros e a presença confirmada de pitus em alguns deles, além dos depoimentos de pescadores mais antigos, reforçam tal hipótese. Em relação ao ciclo de vida do pitu, os ovos se desenvolvem em torno de 20 dias, passando por 12 estágios larvais, chegando ao estágio pós-larval em que os jovens subiriam os rios, entre 5 e 7 meses até a maturação (SILVA MONTENEGRO, 2002: p. 189).

O cari (*Hypostomus* sp), consumido localmente na região, segundo Costa et al (2003), é peixe pertencente à família *Loricariidae*, que vive no fundo do rio onde raspam o substrato para se alimentar. A piranha (*Serralsamus* sp), também é citada.

Entre as espécies exóticas, destacam-se a tilápia (*Oreochromis niloticus*) e o tucunaré (*Cichla ocellaris*) que estão inseridos nos cardápios disponíveis aos turistas e na dieta da população local.

6.5 – COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO E A PRODUÇÃO ARTESANAL

Segundo dados da prefeitura, em Piranhas há sete (7) estabelecimentos que comercializam produtos de artesanato. No Centro Histórico e demais bairros identificaram-se cinco (5) pontos de venda, freqüentes de artesanato: loja Flor de Cactus, na antiga estação no Centro Histórico, quiosque no Centro de Visitação da Usina Hidrelétrica de Xingó, loja no Restaurante e Artesanato Flor de Cactus ao lado do mirante secular, Centro de Artesanato Arte e Cultura de Xingó, no Centro Histórico e uma loja no Bairro Xingó.

Os três primeiros são de um mesmo proprietário. Em Entremontes há dois pontos de venda de artesanato de bordado e renda.

Em Canindé de São Francisco não houve dados oficiais e foram identificados seis (6) pontos de comercialização localizados no Parque Hotel Xingó, no Hotel Águas de Xingó, no Restaurante Karranca's, loja Coisas do Sertão e loja ao lado do Espetinhos Bar e Restaurante. Considerou-se, também, ponto no restaurante na Fazenda Duas Irmãs, próximo à Trilha da Grota de Angicos.

Em Poço Redondo, há dois locais freqüentes de venda de artesanato, mais freqüentes: Centro de Artes e Artesanato e no Povoado Sítios Novos, na Companhia dos Bordados. Considerando-se doces caseiros como artesanato, as casas das doceiras não se configuram em ponto de venda especializado em artesanato, pois vendem ali doces caseiros e industrializados, nas calçadas de suas moradias.

De qualquer forma, entrevistou-se uma de duas doceiras, em Poço Redondo, escolhidas por indicação do Centro de Artesanato e Artes, bem como por representantes e moradores da cidade. As doceiras fabricam o doce de coroa-de-frade, que de alguma forma vendem aos turistas.

Existem dois artesãos que costumavam expor e vender seus produtos em seus ateliers, como os casos de Mestre Tonho e Beto Patriota. No entanto, o primeiro mora em sua outra casa, em área rural, afastada da sede, em 2008, com pretensões de retornar; o segundo estava construindo atelier em sua casa. Um terceiro artesão, José Lemos tem sua oficina em casa e não costuma vender seus produtos ali.

O número total do sistema foi de 14 pontos comerciais de artesanato, incluindo dois centros de artesanato. Deu-se ênfase aqueles que comercializam artesanato em madeira, que pudesse ter relação com a caatinga da região. Destes, dez (10) se encaixaram nesse perfil, sendo cinco (5) em Piranhas, quatro (4) em Canindé e um (1) em Poço Redondo. Foram entrevistados representantes de sete (7) desses pontos (Tabela 6.10).

Tabela 6.10 – Perfil dos pontos de venda de artesanato nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008, incluindo: tempo de existência, tempo de funcionamento diário, número de funcionários e existência de outra fonte de renda.

Ponto de Venda	Local	Tempo de existência (anos)	Funcionamento (horas)	Número de Funcionários	Outra fonte de renda
Flor de Cactus Loja do Museu do Sertão	Piranhas	7	8-9 (exceto 2ª)	1	Sim
Flor de Cactus - Loja do Mirante	Piranhas	5	13-14	4	Sim
Flor de Cactus - Loja do Centro do Visitação da UHE Xingó	Piranhas	< 1	8	1	Sim
Centro de Artesanato, Artes e Cultura de Xingó	Piranhas	<2	12	ni	Sim
Centro de Artesanato na Trilha do Cangaco	Poço Redondo	1	7 (2ª a sábado)	2	Sim
Loja do Restaurante Karranca's	Canindé de São Francisco	?	8 3ª a domingo ou domingo a domingo	1	Sim
Sertão Artes	Canindé de São Francisco	<1	variável	2	Sim

Legenda: ni – não informado.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Observou-se então, que a distribuição dos pontos de venda é similar nos municípios de Piranhas e em Canindé de São Francisco e menor em Poço Redondo. A maior parte dos entrevistados foi de Piranhas. Há dois centros de artesanato, um em Piranhas e outro em Canindé, sendo que o maior fluxo seria o de Piranhas. Ambos são recentes, envolveram apoio das prefeituras, mas o de Poço Redondo sua administração é concentrada em uma associação que engloba artesanato, artes e esporte, com ênfase no artesanato.

Dos sete (7) entrevistados nos pontos de venda, cinco (5) existem há menos que cinco anos, e apenas um tem 7 anos. Não houve informação sobre tempo de existência de um dos pontos. Cinco pontos de venda funcionam cerca de 8 horas diárias ou mais, um ponto, na casa de artesão é variável e outro, em torno de 7 horas.

As lojas apresentam um funcionário, no caso de (5) pontos e uma apontou ter quatro funcionários, todos da família. Apenas o Centro de Artesanato de Piranhas não houve informação levantada.

Todos os pontos de venda indicam outras fontes de renda, incluindo os Centros de Artesanato. No Centro de Artesanato de Piranhas as prefeituras que expõem seus trabalhos, em tese são responsáveis por manter pelo menos um funcionário, enquanto que em Poço Redondo, havia auxílio da Prefeitura no pagamento dos funcionários.

Considerando o perfil dos produtos, observou-se que todos os pontos de venda focam a temática relacionada ao sertão, o nordestino e o cangaço. Nos Centros de Artesanato há maior amplitude de temas. Na loja do Centro de Visitação de Xingó, entrevistado afirmou que gostaria de ter produtos mais relacionados à Usina, pois é muito requisitado pelos turistas. Na loja junto ao Restaurante Karranca's o entrevistado apontou a demanda de objetos com a temática Xingó, como as camisetas que produz.

A origem dos produtos é variada, mas focada no Nordeste. Quatro pontos de venda tinham produtos variados, dos estados da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Dois pontos trabalham exclusivamente com produtos de artesãos do próprio município, sendo que em um deles os produtos são do próprio artesão (Tabela 6.11).

Os produtos vendidos nesses pontos são fabricados com matéria prima diversa, tais como madeira, palha, cerâmica, materiais diversos, bordados, publicações histórico-culturais, areia, alimentos artesanais, gesso, couro e sementes. Na produção de muitos dos produtos evidenciou-se uso de colas, tintas, verniz entre outros. Em quatro (4) pontos há venda de produtos conhecidos como industriano. O produto derivado de industriano, gerado em outros estados, como Pernambuco, garantiria peças de preço mais acessíveis aos turistas que almejam levar alguma lembrança barata. Isso também, permite que os pontos de venda não sintam falta de produtos, nem tenham dificuldades em adquirir mais.

Tabela 6.11 - Perfil dos pontos de venda de artesanato nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008, relacionado às características dos produtos e suas origens.

Ponto de venda	Local	Iniciativa	Origem dos produtos	Trabalho de artesãos locais	Tipos de materiais predominantes
Flor de Cactus Loja (Museu do Sertão)	Piranhas	Privada	Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco	Compromisso e qualidade Poço Redondo e Canindé	Madeira, cerâmica, chaveiros, miniaturas, imagens, camisetas
Flor de Cactus (Mirante Secular)	Piranhas	Privada	Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco	Compromisso e qualidade Poço Redondo e Canindé	Madeira, palha, cerâmica, materiais diversos, bordados, publicações, areia, alimentos artesanais, gesso, couro
Flor de Cactus (UHE Xingó)	Piranhas	Privada	Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco	Compromisso e qualidade Poço Redondo e Canindé	Madeira, palha, cerâmica, materiais diversos, bordados, publicações, areia, alimentos artesanais, gesso, couro
Centro de Artesanato, Artes e Cultura de Xingó	Piranhas	Pública	AL - Piranhas, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia, Pão de Açúcar, Água Branca PE - Jatobá SE - Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé	Expõe e vende com eventuais peças que apresentam apliques	Madeira, palha, cerâmica, materiais diversos, bordados, publicações, areia, alimentos artesanais, gesso, couro
Centro de Artesanato na Trilha do Cangaço	Poço Redondo	Associação de artesãos e Pública	Só produtos de artesãos locais	Maioria com processo criativo, mesmo com uso de ferramentas	Madeira, palha / fibra vegetal, bordados, alimentos e bebidas artesanais, publicações
Loja do Restaurante Karranca's	Canindé	Privada	Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco	Gosto pessoal pelo trabalho. Piranhas, Olho D'Água do Casado, Canindé, Poço Redondo.	Madeira, palha, cerâmica, materiais diversos, bordados, publicações, areia, alimentos artesanais, gesso, couro e roupas
Sertão Artes	Canindé	Privada	Produtos gerados pelo próprio artesão e sua esposa	Própria autoria e processo criativo	Madeira, sementes, coco, pintura, pedras e palha

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A produção artesanal sugere produção seriada, sem que estas sejam idênticas. Entretanto, isso por vezes dificulta a aquisição de mais peças, na medida em que, aquela obra de maior saída é a de maior interesse comercial.

Todos expõem e vendem trabalhos de artesãos locais, mas algumas condições são exigidas tais como, compromisso de entrega e qualidade, gosto do proprietário e ser de fato artesanal. Há produtos de artesãos com uso de ferramentas, mas o processo seria todo deles. Nos três municípios da região há venda de artesanato baseado na imburana de cambão, com destaque para os centros de artesanato, exceto aqueles exclusivos de bordados e rendas (Figuras 6.9).



Figura 6.9 - Peças artesanais de madeira de imburana de cambão, *Commiphora leptophloeos* (Mart.) J.B. Gillett: a e c. Em Canindé de São Francisco: a. loja de artesanato e c.residência de artesão; b e d. Em Poço Redondo, no Centro de Artesanato
Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008) – Fotos: Autor (2008).

Apenas dois pontos comercializam alimentos e bebidas artesanais. Os Centros de Artesanato vendiam doce de coroa de frade, mas não mais o fazem. A baixa procura, aliada ao caráter perecível do produto foram razões citadas para deixarem de vender o produto.

Certas peças usam apenas a madeira, mas algumas misturam materiais. As mais caras são as peças maiores apenas de madeira entalhadas por artesãos de Poço Redondo ou Canindé de São Francisco.

Em relação ao perfil da comercialização, os produtos mais vendidos em três dos pontos de venda foram: chaveiro de cangaceiro e cangaceira, imã de geladeira, canetas, miniaturas, bonecos mensageiros, brincos e pulseiras. No Centro de Artesanato de Poço Redondo citaram-se os Produtos “em madeira e as coisas de Beto”. No caso da loja, no Restaurante Karranca’s, vende-se mais carrancas, garrafas e camisetas. No Centro de Artesanato, em Piranhas, mostrou variedade, dependendo da cidade representada (Tabela 6.12).

As peças mais baratas são muito consumidas por estudantes de excursões, que buscam produtos acessíveis e não dispõem de recursos maiores para esse tipo de gasto. Esse fluxo de estudantes por excursões e turismo educacional foi bem mencionado por pontos de venda, bem como pelo gestor público de turismo em Piranhas.

Quanto ao lucro dos produtos afirmou-se, em três dos pontos, que as peças maiores têm lucro maior, como as de cerâmica, no entanto, isso dependeria da rotatividade, pois há maior risco de quebra dessas peças. No caso dos centros de artesanato há pouco histórico e dependeria do artesão, sendo variável por cidade representada. Em dois pontos, por ser recente, ainda não havia histórico para fazer conclusões.

Em relação aos períodos de maior venda, o período entre setembro e março foi citado como crescente, até o carnaval. Os períodos de menor venda ocorreriam no período de abril a agosto, sendo menor em agosto. Um dos entrevistados apontou queda no período de chuvas. Os feriados prolongados como Semana Santa e eventos como o Forrogaço, em junho, em Piranhas são tidos como benéficos para o fluxo. Um entrevistado afirmou que “o melhor termômetro são os catamarãs”.

Tabela 6.12 – Perfil da comercialização e negócio, para cada ponto de venda de artesanato nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

V	Ponto de venda	Local	Produtos mais vendidos	Produtos mais lucrativos	Meses em que vende mais	Dificuldade no fornecimento	Outra fonte de renda	% do orçamento familiar
1	Flor de Cactus Museu do Sertão	Piranhas	Chaveirinho de cangaceiro e	As peças maiores têm lucro maior,	Cresce - 10, 11, 12, 1, 2 e 3.	Há poucos que se comprometem e cumprem.	Sim, até jan 2009	60%; e 100% - jan de 2009
2	Flor de Cactus Mirante	Piranhas	cangaceira, imã de geladeira, canetas,	como as de cerâmica, depende da rotatividade, do risco de quebra.	Cai – 4, 5, 6, 7 e 8		Sim, até jan 2009	60%; e 100% - jan de 2009
3	Flor de Cactus Quiosque UHE Xingó	Piranhas	miniaturas, bonecos mensageiros, brincos e pulseiras		Pior - 8.		Sim, até jan 2009	60%; e 100% - jan de 2009
4	Centro de Artesanato, Artes e Cultura de Xingó	Piranhas	Variável por cidade representada	Variável por cidade representada	Recente sem histórico	Sem registro	Função social, estímulo a cultura e venda dos produtos da região Fonte de renda complementar para alguns vendedores	
5	Centro de Artesanato na Trilha do Cangaço	Poço Redondo	Produtos “em madeira e as coisas de Beto”. Apelo do cangaço	De acordo com cada artesão	Mais - 11, 12, 1 e 2 Menos - 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10	Reposição das bolsas de taboa	Não é a principal fonte de venda, pois alguns artesãos saem para vender seus produtos, vendem em feiras em eventos. A maioria tem outra fonte de renda. Cerca de 3 entre 20 artesãos vivem só do artesanato	
6	Loja do Restaurante Karranta's	Canindé	Carranca, garrafa e camisetas	Carranca, garrafa e camisetas	Crescente - 9,10, 11, 12, 1, 2, 3 Cai – época de chuvas	ni	Fonte complementar de renda, que é bem inferior à do restaurante, mas tem boa saída pelo fluxo grande de turistas	
7	Sertão Artes	Canindé	Sem histórico	Sem histórico	Sem histórico	Sem histórico	Início da loja, sem histórico, mas revende para outras lojas.	

Legenda: V – Ponto de venda de artesanato; ni – não informado.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Quanto à dificuldade de fornecimento de produtos por artesãos locais, considerando os sete (7) pontos de venda, um desses pontos vende produtos do próprio artesão, portanto, tal questão não se adequaria. No caso do Centro de Artesanato de Piranhas, por ser recente, com curto histórico, dependeria de informações do perfil de venda de cada cidade representada ali, não sendo fornecido em uma entrevista. Dessa forma, a questão foi respondida por entrevistados de cinco (5) pontos de venda.

A não entrega dos produtos no prazo e o cumprimento do compromisso foram as razões mais citadas. Um entrevistado afirmou que “os artesãos daqui têm maior dificuldade, pois querem vender com maior preço e baixa produção”. Citou-se caso das bolsas de couro de tilápia, que não fazem em quantidade suficiente.

Entrevistado no centro de Artesanato de Poço Redondo afirmou que, em relação às bolsas de taboa, “são um sofrimento para que reponham”. Comentou-se, também, que o envolvimento de dois artesãos de madeira em campanha política gerou menor reposição dos produtos de madeira. Em quatro dos pontos de venda não houve preocupação com o fornecimento local, porque compram produtos fora da região, como indústrias e outros encomendados.

Pode-se afirmar que há outra fonte de renda em todos os pontos de venda de artesanato. No caso do centro de artesanato de Piranhas destacou-se a sua função social, o estímulo à Cultura e o fomento à venda dos produtos da região, sendo fonte de renda complementar para alguns vendedores.

Em Poço Redondo, o Artesanato não é a principal fonte de venda, pois alguns artesãos saem para vender seus produtos, vendem em feiras e eventos. A maioria tem outra fonte de renda. Afirmou-se que apenas três (3) entre 20 artesãos vivem apenas do artesanato.

No caso de três pontos de venda, em Piranhas, todos do mesmo proprietário, o negócio representaria 60% do seu rendimento familiar e em janeiro de 2009, passaria a ser 100%. Um dos pontos de venda de Canindé não teve histórico ainda, mas o artesão venderia para outros estabelecimentos e presta outros serviços.

Há certos produtos que independentes do preço têm saída freqüente, seja por critério de originalidade ou por qualidade artística, como ocorre com peças de madeira geradas por artesãos de Poço Redondo. É difícil estabelecer, claramente, o que seria um produto artesanal de originalidade, mas sugere-se que outros estudos possam categorizar os produtos de acordo com critérios, que incluam a apreciação dos turistas. Isso talvez, possa nortear as produções locais que surgem, para encontrarem um caminho de maior aceitação e acabamento, tornando-se referência.

6.6 – OS ARTESÃOS E A PRODUÇÃO ARTESANAL

A atividade artesanal na região está em ascensão como sinaliza o planejamento da demanda territorial de Sergipe. Reforçam esse aspecto, a inauguração do Centro de Artesanato de Piranhas e as iniciativas de produção artesanal com jovens, apontando alternativa de geração de renda e inclusão social para populações mais carentes.

Há uma gama variada de artesãos na região delimitada como sistema e a relação com o fluxo turístico foi evidente. Entretanto, a maioria dos artesãos entrevistados informou que não sobrevivem das vendas que ocorrem na região e dependem da venda em outros centros turísticos como Paulo Afonso, Recife, Aracaju e Salvador. Essa possibilidade de se deslocar ocorreria por iniciativa dos próprios artesãos, que dividem gastos ou por ocasião de feiras e eventos, apoiados pela iniciativa pública do estado, municípios, SEBRAE e CODEVASF.

Os artesãos que trabalham com imburana de cambão, mais reconhecidos da região estão em Poço Redondo e Canindé de São Francisco, com clientela mais freqüente aqueles de Poço Redondo. Um desses artesãos de madeira foi o único a declarar depender 100% do artesanato, mas os demais indicaram estarem contentes com o que fazem e terem perspectiva de aumento dessa contribuição, apesar de terem outra fonte de renda.

A maioria desses artesãos de Poço Redondo auxilia de alguma forma na formação de artesãos mais jovens em programas da prefeitura, o que indica esforço em ampliar, valorizar e dar continuidade à prática como forma de geração de renda e melhoria da auto-estima.

Observou-se estímulo de várias entidades, de uma forma ou de outra, na prática do artesanato nos três municípios. Canindé é o único que carece de um centro de artesanato e Poço Redondo parece abarcar a maior quantidade de artesãos da região, mas faltam visitantes e nem todos são cadastrados profissionalmente. Há, também, conflitos políticos em relação à posição e tipo de casa construída para o Centro de Artesanato.

Os artesãos informaram que não sentem falta de matéria-prima, seja por que a tem armazenado, ou pelo fato de não sentirem que exista algo que acabará com os estoques. Tal percepção pode ser explicada pela categoria de artesanato, como aqueles que usam materiais diversos e aproveitam o que encontram.

As entrevistas foram feitas com nov (9) artesãos credenciados, sendo quatro (4) do município de Poço Redondo, dois (2) de Canindé de São Francisco e três (3) do município de Piranhas (Tabela 6.13).

Tabela 6.13 – Perfil dos artesãos entrevistados em relação à categoria de artesanato e tempo de atividade, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

A	Localidade	Tempo de atividade (anos)	Categoria
1	Poço Redondo	>20	Madeira
2	Poço Redondo	>20	Variado e madeira
3	Poço Redondo	>20	Madeira
4	Poço Redondo	<10	Doce artesanal
5	Canindé de São Francisco	5	Madeira
6	Canindé de São Francisco	>20	Variado e madeira
7	Piranhas	2	Areia
8	Piranhas	4	Variado e pintura em cerâmica e materiais
9	Piranhas	26	Madeira, Réplicas de barcos e trem em madeira

NOTA: A - Artesão

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Dos nove (9) artesãos, um se identifica na categoria “Areiarte”, baseado em areia do rio São Francisco; três trabalham com materiais diversos incluindo madeira; um produz doce artesanal de coroa-de-frade; e quatro trabalhavam exclusivamente com madeira. O uso da imburana de cambão foi observado em Canindé de São Francisco e Poço Redondo, trabalhado por cinco (5) artesãos, sendo que três (3) quase que exclusivamente com imburana de cambão, sendo dois em Poço Redondo e um em Canindé de São Francisco.

Um artesão que produz réplicas de madeira afirmou que “não vive disso”, nem pretende continuar, pois seria trabalho demorado e não vende tão facilmente, no valor que justifique.

A prefeitura de Canindé, segundo Silva (2007, p.99) apontou 63 artesãos cadastrados. Funcionária do Centro de Artesanato de Poço Redondo afirmou a existência de cerca de 350 artesãos no município. No entanto, existem somente 20 associados no Centro, em que a maioria é artesão. As prefeituras de Canindé e Poço Redondo afirmaram ter documentos, mas não foi possível ter acesso a eles.

Em relação ao tempo de atividade em artesanato a média dos artesãos ficou acima de 13 anos, sendo que a média aumenta para aqueles que trabalham com madeira, em torno de 20 anos ou mais.

A maioria dos artesãos (8) tem outra fonte de renda e não dependem do artesanato. Há variação na renda, em função do período de maior ou menor venda, destacando-se entre 25 e 50% da renda mensal do artesão. Um entrevistado afirmou ser dependente e o artesanato seria um passatempo. Entre os artesãos que trabalham com madeira, dois indicaram que o artesanato forneceria entre 25 a 50% da renda mensal, enquanto que um, afirmou depender 100% deste.

Há artesãos novos e mais antigos, sendo que em Piranhas, os mais jovens aparecem nos trabalhos com areia (Areiarte), na oficina de réplicas do município, ambos estimulados e apoiados pela Prefeitura, SEBRAE, CHESF e Instituto Xingó. Há ainda artesãos de material diverso. Os artesãos de madeira são mais velhos na sua maioria e só foram evidenciados em Piranhas, derivados de outros municípios como Poço Redondo, Canindé

de São Francisco e Pão de Açúcar.

Os locais de coleta de matéria-prima variaram conforme a categoria, mas aqueles que trabalham com materiais diversos têm o hábito de transitarem pelo município ou até em outros e coletarem pedaços de madeira, pedras, entre outros, que percebem ser de utilidade no fabrico de obras. Os três (3) artesãos afirmaram que muitas vezes, ao olhar para o objeto, já concebem a peça que será produzida ou o fim que ela terá. Ao longo do tempo pode-se ampliar o uso desses objetos (Tabela 6.14).

Tabela 6.14 – Locais de coleta de matéria-prima pelos artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

N	Município	Locais de coleta
1	Poço Redondo	Margens de riachos, em fazendas e assentamentos rurais do município, em roça e áreas de caatinga.
2	Poço Redondo	Na roça em sítios e na estrada de Currálinho
3	Poço Redondo	No interior de Poço Redondo, Assentamento Emendadas
4	Poço Redondo	Na roça, riacho da ponte no Rio Jacaré – nas pedras
5	Canindé	Fazenda na Lagoa do Frio - área de Caatinga e roça
6	Canindé	Margem do Riacho da Onça há uns 300m da casa ou 3 a 4 (preferência)
7	Piranhas	Margem do RSF, perto da bomba, onde é mais escura
8	Piranhas	Variada: Lascas de madeira na cidade ou em estradas; plantas secas; Pedras no rio, Conchas de caramujos da margem do RSF ou lagoas, em Canindé, Cactos coroa-de-frade na Serra, no paredão de Canindé.
9	Piranhas	Compra ou recolhe sobras na sede da cidade

Legenda: N – artesão entrevistado

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Em Canindé, um dos artesãos afirmou que tem a madeira na roça há menos de 1 km de sua residência, mas prefere buscar no Povoado Curitiba, a 12 km, por que escolhe melhor. Outro artesão, afirmou que a madeira estaria disponível a menos de 500m de sua casa, mas percebeu que houve redução e prefere coletar em região mais distante, cerca de 3 a 4 km, em busca de vários materiais, não só madeira. Um dos artesãos afirmou recolher madeira das áreas preparadas para assentamentos.

Os artesãos que fazem uso da areia do Rio São Francisco, em Piranhas, indicaram areia coletada nas margens do Rio São Francisco, próximos à bomba.

Em Poço Redondo, as áreas são mais diversas, sendo que um dos artesãos coleta em área de assentamento rural qualquer, de preferência antes da sua instalação, citando existência da planta em áreas dos Assentamentos Emendadas e Onça; outro afirmou que costumava se deslocar cerca de 2 km de sua casa na sede no sentido do Rio São Francisco, hoje prefere coletar há 6 km. As coletas, no caso da imburana são variáveis, de acordo com a necessidade, no entanto, todos têm armazenamento, mas sem qualquer cuidado especial, como nas afirmações: “se chover recebe a molhança, depois seca e não tem perigo”, “ao Sol é melhor”.

Em relação à coleta de imburana de cambão, artesão afirmou que “há madeiras boas e ruins”. “Boas são as mais moles e ruins são aquelas com manchas e rachaduras”. “Quando tem rachaduras ou manchas, pode cobrir com tinta cola e pó de madeira”, mas prefere madeira sem a mancha. “Quando tem cupim, não serve”. Outro artesão afirmou que ao coletar madeira de um futuro assentamento encontrou tronco de árvore que teria mais de 50 anos e permanecia minando água.

O artesão de Piranhas que trabalha com madeira, retira das sobras em construções ou compra em lojas de materiais para construção, não tendo preferência declarada.

As técnicas de coleta da matéria-prima compreendem a catação na sua maioria, sendo que para madeira, carregar troncos de árvores caídos usa-se carros ou carroças, carrinhos de mão para pedaços menores e mais próximos, e sacos no caso de cascas e galhos secos. No caso dos trabalhos com areia, artesã recolhe com auxílio de pá e sacos ou outro recipiente. Meio saco permite produzir cerca de 50 peças. A areia é armazenada em baldes ou colocada para secar em período de chuva.

As distâncias percorridas para a coleta de matéria-prima estão na maioria em torno de 1 a 4 km da residência. Três apontaram distâncias maiores que 10 km de suas casas na sede dos municípios, sendo que um deles tem residência na sede e no interior. As formas de locomoção mais comum foram, o carro ou a caminhada (Tabela 6.15).

Tabela 6.15 – Perfil da coleta de matéria-prima pelos artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

	Município	Distância (km)	Locomoção	Técnica	Período do dia	Quantidade coletada	Forma de armazenamento	Tempo de armazenamento
1	Poço Redondo	1 a 2 à pé ou mais (4-6)	A pé ou de carro	Caminha com carrinho de mão e machado. Retira nos riachos, nas margens, caídas e secas.	Pela manhã	Não há mês específico. 2 troncos dão para um ano	Encostada na parede em área coberta	Sem prazo
2	Poço Redondo	4 ou mais	Carro	Limpa a roça pega galhas secas de pereiro e imburana	?	Cada 2 a 3 meses – 1 saco de galhas secas de com 30 a 40 kg	Em sacos	?
3	Poço Redondo	12 da sede	Bicicleta, a pé, carro	Caminha e recolhe as madeiras jogadas	?	3 carroças - 200 troncos	Deixa no tempo	Sem prazo
4	Poço Redondo	1	A pé	Puxa pela raiz grossa	Após chuva	Variável; para evento 10 unidades	Geladeira	Dois dias após cozimento – doce 15 dias
5	Canindé	18 (3 léguas)	Carro	Caminha e escolhe as que estão secas e caídas e as recolhe	Pela manhã	Não há mês específico. uma carrada (cerca de 25 troncos)	Exposta no quintal num canto	Sem prazo
6	Canindé	3 a 4 - antes, 300m	Moto, carro, carona	Catação, às vezes encomenda de assentamento	Variado, nunca muito certo	pouco material	Armazena poucos materiais resistem	-
7	Piranhas	Vila Alagoas até beira do rio	Mototáxi	Manual, com auxílio de pá e sacos?	Um saco para 50 peças	Na associação em saco ou balde (20 l)	Até secar	-
8	Piranhas	15 a 19 km	Carro	manual	Prefere pela manhã		Em caixas em um cômodo em casa	Varia com o material
9	Piranhas	<1	A pé, carro	-	?	-	-	?

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A coleta de matéria-prima não pareceu à primeira vista ser impactante de forma negativa, no caso de artesanato de areia do rio, de materiais diversos, de palha, de bordado e renda ou mesmo aqueles de madeira. No sentido de contribuir com a reflexão, coube destacar a importância de se garantir que a areia coletada do rio não se constitua em ato ilegal de exploração de recursos minerais, mesmo que em pequena quantidade, bem como se busque garantias de segurança de quem coleta e manipula tal areia, já que pode conter substâncias que trazem prejuízo à saúde dos coletores e artesãos.

A grande maioria dos materiais coletados é guardada sem preocupação ou cuidados especiais. No caso da imburana de cambão é guardada nos quintais, sendo que alguns preferem deixá-la exposta e outros, apenas protegida da chuva (Figura 6.10).



Figura 6.10 - Troncos de imburana de cambão armazenados em quintal de artesão: a. em Canindé de São Francisco; b. em Poço Redondo.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2008) - FOTOS: Autor (2008).

Os artesãos que trabalham com madeira dependem principalmente da imburana de cambão, coletada na Caatinga, além de pereiro, mulungu e angico. De forma geral, as madeiras foram coletadas em áreas de assentamentos, sítios e fazendas.

A produção é feita na maioria em atelier ou oficina nas próprias residências dos artesãos, excetuando as obras em areia que se exige uso de oficina (Tabela 6.16).

Tabela 6.16 – Perfil da produção pelos artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

	Locais de produção	Materiais utilizados na produção	Familiares	Variação da disponibilidade do recurso
1	Oficina em sua casa	Imburana, mulungu, angico e pereiro, cera de carnaúba com auxílio de ferramentas (torno, faca, lustradora, lixas)	Não	Não sente falta
2	Atelier em sua casa	Couro, arame, cola de Aracaju; tinta e verniz da cidade; durepóxi, massa de biscuit, pedra, madeira (pereiro e imburana), cabaça, coco, corda	2, ajudam e ensina se tiver paciência	Na seca pereiro e imburana ficam secos, galhos fracos e caem aí tem muito; mas aponta que imburana está acabando por conta de assentamentos
3	Atelier na sede do município Oficina na casa, no interior	Imburana de cambão, com auxílio de ferramentas (formão, faquinha, serrote, lixa, graxa incolor)	-	Não sente falta pois armazenou, mas aponta que está diminuindo
4	Em casa	Açúcar, água e coroa-de-frade ralada para cozimento	2 para ralar – 1 hora	Não sente falta
5	Residência	Imburana de cambão, usa machado e faca para entalhar.	Não	Não sente falta de recurso. Também não usa tanto para tal.
6	Atelier na residência	ripa, folhas, pedras, corda, concha, madeira pinho, angico, imburana, palha de coqueiro, casca de coco, tapete, cabaça, cerâmica, EVA, tinta, sementes	1, eventual em pintura de tecido	Não sente falta
7.	Na Associação Areiarte	Matriz – silicone Peças – resina, catalisador e areia	2	Não há falta
8	Residência e loja de artesanato	Papelão, corda, palha de milho, tecido, semente, fruto seco, pedra, fibra de bananeira, argila, ramos de plantas, durepóxi, cerâmica	-	Não sente falta, pois aproveita o que está disponível
9	Em casa ou oficina	Madeira, tinta (uso de ferramentas)	0-2	Não há falta

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Em geral, a participação de familiares na produção é restrita ao auxílio em beneficiamento de peças, pintura, sem participação no processo criativo. Apesar disso, quatro artesãos mostraram-se dispostos a ensinar, sendo que três atuam ou atuaram em cursos para fomentar a arte com jovens, alguns relatando satisfação por verem jovens começando a obter renda com seu trabalho artesanal.

Os produtos de materiais variados incluem, por vezes, pedaços de madeira. Nesses casos, o material local recebe materiais não naturais, como massa de biscuit para agregar valor e aumentar a atratividade.

No caso das obras exclusivamente de madeira de imburana de cambão há menos materiais adicionais como cera de carnaúba, graxa, seladora ou verniz.

O trabalho de areia é resultante de curso em oficina na Associação Casa de Artes e Ofícios, desenvolvido pela CHESF, no galpão da administração da Usina de Xingó, chamado Galpão artesanal, com associação do SEBRAE.

Nenhum dos artesãos sente falta dos recursos. No caso daqueles que trabalham com materiais variados a ausência de alguns materiais não impede a produção.

Mesmo no caso do uso das madeiras, galhos e cascas de imburana e pereiro não se percebe falta, no entanto já apontam redução das áreas com caatinga e alguns sugerem projetos de plantio de imburana.

Do ponto de vista da comercialização todos vendem seus produtos, diretamente ao consumidor ou através de encomendas para lojas. Os Centros de Artesanato foram registrados também, como importantes para venda dos produtos de sete (7) dos (9) artesãos, como no caso de artesãos de Piranhas e Poço Redondo (Tabela 6.17).

Para as obras de areia, o maior volume de produção vai para o Centro de Artesanato, mas também é vendido em feiras e eventos. As feiras e eventos foram considerados importantes e citados por cinco (5) artesãos. Artesãos de Poço Redondo que fazem uso da madeira vendem suas obras para outras cidades e em geral se deslocam para as cidades de fluxo turístico maior e afirmam que vendem tudo.

Tabela 6.17 – Perfil da comercialização de artesanato, de acordo com artesãos de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

	Locais de venda	Comercializa para quem	Meses de maior venda	Quem define o preço	Razões para definição do preço
1	San Marino Hotel em Paulo Afonso; a área da CHESF em Paulo Afonso; Piranhas; Aracaju no Mercado, Centro de Turismo, Atalaia; Salvador, Mercado Modelo	Para lojas e consumidor direto ou por encomenda	1,2, 3 6 cai 7 até 12 vão melhorando	Artesão	Tempo gasto, preço da matéria-prima e custo de transporte se houver
2	Paulo Afonso, Recife, Aracaju, Salvador, Canindé no Karranca's, Piranhas no Flor de Cactus	Para lojas e consumidor direto ou por encomenda	2 a 6 e 7 na comemoração do cangaço	Artesão	Gastos e percepção pessoal
3	Centro de Artesanato de Poço Redondo e de Piranhas; orla de Atalaia; eventos em Brasília e Rio de Janeiro	Direto ao cliente em eventos	ni	Artesão	Tempo gasto
4	Centro de Artesanato, residência e festas na cidade	População local, turistas, encomendas	Produz pouco – vendeu muito na Mostra - julho	Artesão	Cliente
5	Feira local, eventos e Feiras em Aracaju e outras cidades do Brasil	Consumidor direto Por encomenda	Mês que não vende - mês até R\$ 1.000,00	Artesão	Tempo gasto
6	Paulo Afonso, lojas do PHXingó, Sertão Artes, Karranca's; Piranhas - Flor de Cactus, Centro de Artesanato	Consumidor direto ou por encomenda; atravessador	Variável	Artesão	Tempo gasto, percepção pessoal e comparação
7	Centro de Artes e Artesanato (maior volume) Feiras e Eventos	Diretamente ao consumidor ou por encomenda	sem histórico, venda estável, mais fins de semana, festas religiosas	Grupo da associação	Tipo de forma, gasto de material e tempo e percepção da reação do turista
8	Centro de Artes e Artesanato em loja própria; exposições e feiras	Diretamente ao consumidor ou por encomenda (pedem peças iguais o que é difícil)	Sem histórico	Artesão e família	Gastos, tempo, percepção pessoal, discute em família, embalagem, comportamento do visitante
9	Por encomenda	Consumidor direto, Museu	Variável	Artesão	Tempo

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os fatores considerados na formação do preço foram: o tempo gasto, custo da matéria-prima, transporte, a própria percepção do artesão, custo da produção de forma. Alguns artesãos afirmaram ser relevantes a observação e comportamento dos turistas em relação aos preços. Em Piranhas, observou-se influência de cursos feitos para composição de custos, mas a percepção e negociação com o turista seria também, fator relevante. Um artesão afirmou que aprendeu a calcular tudo que gasta e multiplicar por dois.

Os produtos mais vendidos foram aqueles com preços menores, mas não são os mais lucrativos (Tabela 6.18).

Tabela 6.18 – Perfil da comercialização de artesanato mais vendido, segundo artesãos dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

	Município	Produtos	Preço de venda (R\$ unidade)	Tempo de produção	Mudanças percebidas na venda
1	Poço Redondo	Pente, caneta, pilão, porta-papel, cinto,	1,50 - 5,00 maioria	1 dia a 15 dias	Tudo que produz vende, mas tem que se deslocar para outras cidades
2	Poço Redondo	Chapéu de cangaceiro, imã de geladeira, cantil, chaveiro	0,70-8,00	ni	ni
3	Poço Redondo	Esculturas em madeira em tamanhos diferentes com a temática do nordestino e do cangaço	20,00- 60,00 (maior parte) 60,00 – 200,00 Acima de 200	Menor: 2- 3 dias Maior: 15 – 30 Até 3 meses	Não percebe
4	Poço Redondo	Doce de coroa-de-frade e outros doces caseiros	1,00 – pote	3-4 horas	Aumenta quando há festas
5	Canindé	Porta-lápis, coruja pequena, tuí, pé de coqueiro pequeno, Arara, Pirambaba	5,00 -15,00 P	Variado – dia até semanas	Está parado. De vez em quando vende. Depende da prefeitura.
6	Canindé	Suporte para cozinha, porta tempero, turista na rede com boneca, ninhal de garça, carro de boi com árvore	3,00-5,00	1 -20 dias	Tem material para a vida toda
7	Piranhas	Imagens de santos	8,00 P 12,00 -15,00 G	Cada forma – 6 peças por dia	Festas e excursões aumentam
8	Piranhas	Bonecas, bonecos, chaveiros, porta-lápis, potes com cactos, enfeites, quadro, casinhas	3,00 - 10,00 12,00/28,00	Pintura: 10/dia montagem: 200/dia; 1h e meia – moldar; 3 dias –secar; pintura: 4 /dia	Caiu em relação há três anos atrás. Mais ainda na baixa temporada
9	Piranhas	Réplicas de barcos e maria fumaça	300,00 - 500,00	15 dias (6h a 8h por dia)	Trabalho demorado, não vende facilmente.

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os artesãos que trabalham com produtos variados e não usam moldes têm encomendas que não podem ser atendidas, pois muitos pedidos querem produtos idênticos, e não é o perfil do trabalho, já que aproveitam os materiais sem transformação.

Há detalhes específicos de cada localidade e de certas obras, que também são mais atrativas aos turistas, como cita artesão: “Gostam das casas de argila, que representam a localidade; os cactus vendem mais com potes com pintura à óleo e geram maior lucro”. Pote com pintura é de interesse dos turistas, “mas eles encontram coisas parecidas em outro lugar” e “muitas pessoas, elas mesmas pintam”. “Eles valorizam mais quando pintado à mão.”

Os artesãos apontaram que o principal apelo para a venda local é aquilo que caracteriza a localidade, como o sertão, o cangaço.

No caso das obras de madeira como as esculturas entalhadas, os preços são maiores, mas são vendidas, também. Segundo artesão de Poço Redondo há demanda, mas falta quem venda o produto, “quem fabrica o produto não tem como sair vendendo”.

Em Poço Redondo, reclamou-se que falta ponto de parada e divulgação. Os quatro artesãos que fazem uso de madeira da imburana de cambão teceram comentário com a preocupação com aspectos ambientais, o valor que dão à natureza, bem como sobre aspectos da planta. Todos afirmaram que não matam nenhuma imburana.

6.7 – A MATÉRIA PRIMA: IMBURANA DE CAMBÃO E COROA DE FRADE

Entre as variedades da vegetação da caatinga, citadas pelos entrevistados e utilizadas em artesanato estão imburana e a cactácea coroa-de-frade.

A imburana-de-cambão é uma árvore classificada como *Commiphora leptophloeos* (Mart.) Gillett, da família *Burseraceae*, comum no Nordeste brasileiro, na caatinga arbóreo-arbustiva freqüente também no médio São Francisco. Imburana significa ‘falso imbu’, e o termo ‘cambão’ deriva do fato, de seu galho de mediana grossura ser utilizado

preso ao pescoço das vacas ditas ariscas ou que tendiam a fugir. Esse galho as impediam de se deslocar com facilidade.

Há muitos nomes populares diferentes para essa planta, tais como imburana, amburana, emburana, imburana-brava, imburana de espinho, imburana-vermelha, umburana, umburana-de-espinho, umburana-vermelha (MAIA, 2004).

Existe outra imburana conhecida como imburana-de-cheiro ou cumaru (*Amburana cearensis*) que não é apreciada devido à dificuldade no acabamento.

A partir da caminhadas e coletas feitas com os artesãos que fazem uso da imburana, confirmaram-se que se trata da ‘umburana de cambão’ da qual fazem uso (Figura 6.11).



Figura 6.11 – Imburana-de-cambão (*Commiphora leptophloeos* J.B. Gillett) de Poço Redondo/SE.

Fonte: Autor (campo, 2008) – Foto: Autor (2008).

As folhas são alternas, com coloração verde-clara, róseo quando jovens, compostas imparipinadas, com 3 a 9 folíolos ovais, com 1,5-3,5 cm de comprimento inteiros (Figura 6.12).



Figura 6.12 – Imburana-de-cambão (*Commiphora leptophloeos* J.B. Gillet), com detalhes das folhas e folíolos.

Fonte: Autor (campo, 2008)

Trata-se de uma árvore resinosa com eficientes adaptações ao estresse hídrico, entre elas a perda das folhas nos períodos secos. O tronco tem casca lisa, lustrosa, e se desprende em lâminas delgadas, muito irregulares (Figura 6.13).



Figura 6.13 - imburana de cambão (*Commiphora leptophloeos* J.B. Gillet) no município de Poço Redondo – a. Caule com lâminas delgadas que se destacam; b. Pedaco do caule mostrando a coloração e presença de resina; c. raízes evidentes que se espalham pela superfície do solo.

Fotos – Autor (campo, 2008)

A altura da árvore varia entre 6 e 9 m, os ramos apresentam crescimento tortuoso. A cor do tronco varia com a idade, desde verde, passando ao laranja avermelhado e plúmbeo, em períodos mais secos.

A imburana-de-cambão floresce em época não chuvosa, entre os meses de novembro-dezembro, quando surgem novas folhagens. As flores são pequenas, entre 3 e 4 mm de comprimento, verde bem claro, isoladas ou reunidas em pequenos cachos. O fruto tem uma cápsula globosa de 1,5 cm de diâmetro, de cor verde, com polpa agridoce ou ácida, comestível quando madura, uma única semente rugosa (drupáceo), de cor negra e base branca com arilo avermelhado, frutificando de dezembro a janeiro. O fruto é muito apreciado por periquitos e papagaios (MAIA, 2004).

A árvore torna-se oca com muita facilidade e é comum ser habitado por enxames de abelhas. O fato de a madeira ser leve, com textura homogênea, a torna apreciada por ser fácil de trabalhar. É muito usada para fabricação de móveis, portas, janelas, objetos de uso doméstico, adorno, na confecção das carrancas, cruzeiros e imagens religiosas.

Segundo Maia (2004, p.217), a imburana com suas múltiplas utilidades para o homem e na natureza, deve ser conservada e usada em reflorestamentos de recuperação de solos degradados e para enriquecer capoeiras e vegetação degradada. O fato de se desenvolver facilmente, a partir de estaca, faz dela uma espécie importante para criar estacas vivas ou perenes, evitando assim, ter que substituir as velhas por novas. Ela pode ser usada na arborização de ruas e dos limites de propriedades. Sugere-se deixar alguns indivíduos até atingir o tamanho suficiente para, tornando-se oca, criar espaços para as abelhas. Em sistemas agrofloretais é recomendada como componente de quebra-ventos e faixas arbóreas entre plantações. Fornece abrigo e alimentação para abelhas, aumenta o índice de polinização também nas culturas plantadas e, ao mesmo tempo, produz madeira, forragem e um fruto comestível. As estacas verdes são muito utilizadas como mourões para brotarem e formarem um renque de árvores nas divisas de propriedades, para estacas vivas em cercas e para arborização de estradas. Em restauração florestal é indicada para a primeira fase de recuperação de áreas degradadas e para o enriquecimento de capoeiras e matas devastadas.

Na medicina caseira usa-se a imburana como infuso, decocto, ou xarope da casca e do caule como tônico e cicatrizantes, no tratamento de feridas, gastrite e úlcera, tosse, bronquite e inflamações do trato urinário. Das sementes se extrai óleo medicinal (MAIA, 2004).

Observou-se que, em princípio, a madeira usada pelos artesãos é morta e cortar essa árvore não favorece a prática, pois o cerne deve estar seco, o que ocorre depois de muito tempo. Portanto, a atividade artesanal, em tese, não reduz as populações de imburana de cambão. Cabe ampliar a discussão no sentido de tornar tal atividade sustentável não só do ponto de vista econômico e social, mas ecológico também. A madeira disponível em larga escala, segundo os artesãos, deve-se a quantidade de áreas de caatinga existente e a pequena quantidade utilizada para sua produção. Outro fator associado seria a disponibilidade de coletar junto a áreas que foram capinadas, roçadas, em especial para preparar a instalação de assentamentos rurais.

A coleta de madeira morta, arrancada por outros não se constitui em ato antiecológico, bem como ajudaria a limpar as áreas para plantio. No caso de assentamentos se parte dessa madeira ficasse poderia ser usada como lenha.

Na prática, as imburanas vivas perdem parte de seus galhos e algumas morrem entre um período e outro de seca, no entanto, a matéria orgânica contida poderia também em tese ser importante para a circulação de matéria nos ecossistemas de caatinga.

A prática disseminada de desmatamento foi evidenciada, nas entrevistas e diálogos, como resultante da implantação dos assentamentos e acampamentos rurais, bem como denunciado pela prática destes de não selecionar, nem reconhecerem o valor das espécies, apenas como lenha ou como elemento que atrapalha a produção agrícola. Mesmo que existam esforços no sentido de favorecer a convivência com o semiárido e mostrar o valor da Caatinga, tais práticas parecem ser mais recentes e menos eficazes no convencimento dos artesãos, gestores públicos e outros segmentos da população local, do que o papel de vilão destruidor das caatingas pelos acampamentos e assentamentos rurais.

Coroa de frade é designação genérica para várias espécies do grupo de *Melocactus* que corresponde a um gênero inserido na família *Cactaceae*, Sub-família *Cactoidea*.

Na região dos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, de acordo com os mapas de distribuição de Taylor & Zappi (2004, p.371 e 385), registrou-se as espécies: *Melocactus oreas* (*Melocactus oreas* subsp. *oreas* e *M.ernestii* subsp. *ernestii*), *Melocactus violaceus* (*M. zehntneri*).

Coletou-se exemplar na região indicada levado para identificação no Laboratório de Sistemática Vegetal da Universidade Federal de Sergipe, inicialmente reconhecido como gênero *Melocactus* sp (Figura 6.14).



Figura 6.14 – a. Leito do Rio Jacaré; b. *Melocactus* sp coletado, em Poço Redondo-SE, 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2008) – Fotos: Autor, 2008.

Esses cactos são plantas perenes com caule globoso, suculento, clorofilado, com folhas transformadas em espinhos; no ápice do talo, apresenta uma estrutura em forma de coroa, conhecida como cefálio, com cerdas coloridas, de onde brotam das aréolas flores tubulosas (Figura 6.15). As flores apresentam receptáculo que se estende além do ovário até o ápice da flor, com escamas na base. As flores apresentam estames e pistilo, sendo hermafroditas e podendo ocorrer autopolinização. Insetos e certos pássaros são os principais agentes polinizadores e para certas espécies são importantes fontes de alimento para esses animais na caatinga, por formar frutos e sementes, cuja dispersão está associada a lagartos e pássaros.



Figura 6.15 – *Melocactus sp* no município de Poço Redondo, na margem do Rio Jacaré: a. indivíduos agrupados; b. detalhe do cefálio com flores.

Fonte: Autor (Pesquisa de Campo, 2008) - Fotos: Autor (2008)

Colaço et al (2006), afirmaram que apesar da possibilidade de autopolinização em *Melocactus*, as flores deste gênero são adaptadas à polinização cruzada, sendo regularmente visitadas por beija-flores, de diferentes espécies.

Apesar da adaptação a períodos secos as sementes de *Cactaceae* necessitam de uma quantidade razoável de água para a germinação e desenvolvimento nos primeiros dias após a germinação (ABREU, 2008).

Romão et al (2007) e Vilar et al (2000) registraram a distribuição de *Melocactus* de forma agrupada. Entre as hipóteses levantadas para tal comportamento sugeriu-se que a forma de cunha do fruto de *M. zehntneri*, na medida em que amadurece poderia cair ao redor da planta-mãe; a dispersão por lagartos seria outra possibilidade.

A coroa-de-frade (*Melocactus sp*) é utilizada na região de forma ornamental, compondo vasos pintados por artesãos ou como matéria-prima para fabricação de doce. Essa cactácea é tida como comum em locais pedregosos como margens de rios intermitentes, em todos os municípios do sistema, com destaque para coletas feitas na Serra de Canindé, margens do Rio Jacaré em Poço Redondo, na trilha da Grota de Angicos e Piranhas.

Nos municípios as divulgações a respeito do doce de coroa de frade têm sido intensificadas, principalmente, em associação com o passeio na Grota de Angico. As notícias incentivam experimentar o doce, o que tem levado a uma maior procura. Na sede do município de Poço Redondo os reflexos são vistos na Semana Cultural voltada ao Cangaço, em julho, sendo o primeiro doce a acabar.

O doce de coroa de frade pé uma iguaria típica baseada em receita portuguesa, segundo entrevistado de Piranhas, mas não é tão apreciado por moradores de Poço Redondo e mal foi citado pelos entrevistados de Canindé de São Francisco. Isso poderia indicar que o seu consumo é essencialmente estimulado pelo turismo, devido à divulgação como diferencial da trilha para a grota de Angico.

A coroa-de-frade é coletada, retirando-se a planta do substrato pedregoso com auxílio de um galho ou faca e carrega-se pela raiz. O período de coleta da coroa de frade se daria após a chuva, pois sem chuva a ‘pele’ fica grossa e sem água. Artesão afirmou que “tirava a fruta rosinha e comia. A semente é preta”. Citou que as cabras também gostam.

Segundo entrevistado do Restaurante Angicos, na Trilha para a Grota de Angicos, o doce é receita antiga, mantida em segredo e era apreciada pelos cangaceiros. Esta foi melhorada e é oferecida no restaurante como um prato exótico da região. O doce é comercializado em torno de 15 unidades por dia e a coleta da planta é feita em propriedades de Alagoas e na própria fazenda Duas Irmãs. Citou-se também, a existência de projeto de produção comercial que até então não se mostrou eficiente.

A criação de Unidades de Conservação de caatinga é recente e os planos de manejo e gestão que se construirão poderão ser ferramentas para a gestão do território desses ecossistemas.

Evidenciou-se que há relação histórica entre assentamentos e artesãos de madeira de imburana de cambão. A imburana era cortada pelos fazendeiros para pastagem ou plantações, no entanto, os latifúndios permaneciam ainda, com grandes áreas de caatinga preservadas. Na medida em que ocorreram as fragmentações para implantação de assentamentos rurais e pequenas propriedades agrícolas, as áreas de caatinga se reduziram.

Entre as razões, estaria a própria legislação que exigia 20% de área intacta, mas ao se fragmentar uma área assentada, aos poucos, as áreas de caatinga também eram fragmentadas. O modelo de produção também previa corte da mata para gerar áreas de plantio. Outro fator relevante teria sido a necessidade de sobrevivência de certos assentados, que por falta de alternativa, cortavam a madeira e a vendiam como lenha para carvão.

Os locais de coleta preferenciais citados pelos artesãos, indicaram que houve mudança no comportamento dos artesãos de madeira, pois antes, a coleta ocorria próximo à residência e, atualmente, por opção, buscam em locais mais distantes.

Artesãos citaram a diminuição das áreas de caatinga, mas não percebem falta de material durante sua vida, sendo citado apenas, que a incerteza ficará para as próximas gerações de artesãos.

Há imburana de cambão em Poço Redondo e Canindé de São Francisco em muitas áreas, inclusive no entorno da sede, apesar de se reconhecer a redução e serem apontadas áreas que não existiria quase mais nada. Em Piranhas, a presença da árvore não foi apontada por que até o período de campo, não se evidenciou artesão no município que trabalhasse com a madeira e comercializasse seus produtos na região. Entretanto, a similaridade das áreas de caatinga na região, bem como processo de assentamentos, sugere a presença da espécie nas áreas do município em que esses ecossistemas estejam conservados.

A reflexão sobre possíveis impactos nas cactáceas e nas imburanas sugere ações e pesquisas no sentido de conhecer melhor essas espécies exploradas na região, seus estoques e estratégias de sobrevivência e a relação entre as espécies envolvidas na sua dispersão. Há informação sobre a tentativa de produção sustentável em Piranhas da coroa de frade, mas ainda em experiência.

A escolha de indicadores para posterior monitoramento das plantas exploradas poderá ser útil para garantir a conservação. Discutir manejo dessas plantas, também se torna relevante para o uso em turismo, podendo incluir tais ações como atração turística.

CAPÍTULO 7

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

7.1 – GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO E DO MEIO AMBIENTE

A opinião dos gestores de turismo e de meio ambiente frente à dinâmica dos seus municípios foi importante na medida em que demonstraram seu nível de conhecimento de suas realidades, os esforços e mobilizações para fomentar o desenvolvimento do turismo local, bem como das melhorias de infraestrutura nos municípios.

A capacidade de planejamento do turismo implica entre outras coisas, ter informações para as análises e tomadas de decisão. Outro aspecto a ser valorizado é o investimento em turismo.

Nos municípios do sistema, em termos de planejamento do turismo, a dificuldade de se obter informações dos municípios que Poço Redondo e Canindé de São Francisco mostraram que ainda não estão estruturados para sistematizar os dados, apenas Piranhas demonstra ter esse caminho. Mas nenhum deles ainda, apesar da disposição e boa vontade, consegue facilitar o acesso das informações de forma pública e periódica aos interessados. Ressalta-se que esse esforço depende além das ações locais, do papel da gestão estadual, alinhado aos programas federais, no sentido de se unificar uma base de dados. As informações são essenciais para o gestor, portanto o sistema implantado para a coleta dos dados é importante para se caminhar no sentido da sustentabilidade e é ressaltado por Beni (2006).

O próprio estado de Sergipe demonstra, através dos dados da Secretaria do Planejamento, caminhar em direção à democratização das informações, como a comunicação da abertura de licitação para realização de fotos aéreas e georreferenciamento em todo o interior do Estado. Alagoas, também não disponibilizou as informações relativas a fluxo turístico de forma rápida.

Observou-se também, que carece unificação da terminologia dos roteiros e rotas a fim de se integrar e facilitar a apropriação pelos setores locais de turismo, população local e empresas de turismo receptivo. A configuração do produto turístico implica relação de parceria entre as operadoras de receptivo e os meios de hospedagem, o que exige certa clareza de política de preços, comissões e estrutura, mas segundo a SECTUR de Piranhas

apenas uma pousada está cadastrada na EMBRATUR. Em Canindé de São Francisco, citado anteriormente, apenas dois hotéis congregam a maior parte dos turistas por apresentarem mais unidades habitacionais e estrutura mais condizente com as necessidades dos turistas o que confirma a fragilidade do sistema.

Em relação à oferta turística os municípios têm a informação e Canindé de São Francisco e Piranhas apresentaram documentos que permitiram desenvolver hipóteses nesse trabalho, no entanto, apenas a Diretoria de Turismo de Piranhas apresentou documento (relatório) com perfil mais adequado, enquanto que o documento de Canindé de São Francisco tratava-se de Relatório da SECTUR sobre a gestão municipal do período.

A presença de pessoas com conhecimento e capacidade de articular as ações em turismo, chamadas de ‘inteligências’ nas áreas de turismo local foi evidenciada nos três municípios. Entretanto, Poço Redondo não investiu em Turismo, de forma a permitir o desenvolvimento do potencial dessas pessoas. Em Canindé de São Francisco e Piranhas, há pessoas habilitadas e com experiência em turismo que demonstram conhecer as possibilidades de obter investimentos, programas existentes, formas de viabilizá-los e boa vontade.

Para Vieira (2000), os caminhos para o desenvolvimento do turismo dependeriam do poder público local para, constituir Conselho Municipal de Turismo, como postula a legislação, elaborar plano diretor de desenvolvimento do turismo, buscar apoio financeiro para infraestrutura no PRODETUR-NE, junto ao Banco do Nordeste e apoio gerencial no PLANTUR.

Segundo Silva (2007), os gestores públicos são conhecedores do potencial turístico do próprio município, mas não existe política direcionada para que haja um desenvolvimento sustentável.

Os gestores públicos de turismo dos municípios têm em média, mais que quatro anos na gestão do local, sendo que Canindé a menos que 3 anos e Piranhas, 7 anos (Tabela 7.1).

Tabela 7.1 – Característica da estrutura do turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Gestor	Tempo na gestão (anos)	Estrutura Organizacional	Estrutura física	Pessoal com formação em turismo	Plano de Turismo
Poço Redondo	5	Departamento de Turismo - Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Sustentável, Cultura e Turismo	Não	-	Não
Canindé de São Francisco	2-3	Diretoria de Turismo - SECTUR	Sim Adequada	2	Sim
Piranhas	7	Diretoria de Turismo - SECTUR	Sim Adequada	2	Sim

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Todos apresentam setor de Turismo, no entanto, Poço Redondo apresenta Departamento de Turismo, sem estrutura física a diretora, nem pessoal com formação na área. Canindé e Piranhas apresentam Diretoria de Turismo, dentro da Secretaria de Cultura e Turismo, ambos têm 2 pessoas com formação na área de turismo e apresentam Planos de turismo. Apesar de haver plano, nenhum gestor disponibilizou os documentos com os planos de turismo na ocasião, embora se tenha verificado a existência desse documento em Piranhas.

Em relação à gestão do turismo (Tabela 7.2), apenas Poço Redondo não apresenta verba para esse fim, e não houve acesso a qualquer documento que demonstrasse as estatísticas. O gestor de Piranhas foi o único entre os três municípios que apresentou a arrecadação do turismo, em termos percentuais, em torno de 40 a 45%, abaixo da Agricultura. O turismo de Canindé de São Francisco, apesar de não apresentar valores, foi apontado como a segunda maior receita do município, atrás da agricultura irrigada do Projeto Califórnia, com produção de quiabo e goiaba.

Tabela 7.2 – Perfil da gestão do turismo em Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Gestor	Verba para o turismo	Posição do turismo na arrecadação municipal	Expectativa de ampliação do fluxo de visitantes	Conselho Municipal de Turismo e atuação	Envolvimento da população
Poço Redondo	Não	-	?	Não existe	Agentes de Desenvolvimento Turístico, Artesãos, serviços em restaurantes e meios de hospedagem
Canindé de São Francisco	Sim	2º	Sim	Existe Não atuante	Agentes de Desenvolvimento Turístico, artesãos não organizados, serviços em restaurantes e meios de hospedagem; alguns comerciantes de restaurantes.
Piranhas	Sim	2º 40- 45%	30% até 2010	Existe Atuante	Serviços em restaurantes e meios de hospedagem, comerciantes em pousadas, guias, transporte terrestre e fluvial

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Foi descrito a existência e Conselho Municipal de Turismo em Piranhas e Canindé de São Francisco, sendo apenas o de Piranhas atuante.

Em relação à participação do fluxo de visitantes, a expectativa de aumento foi declarada pelos gestores de Canindé e de Piranhas, sendo que apenas Piranhas apresentou números, em torno de 30% até 2010, direcionando-se marketing e ações para Turismo Pedagógico, Ecoturismo e Melhor Idade.

O envolvimento da população no turismo em Poço Redondo restringe-se aos Agentes de Desenvolvimento Turístico, sem estrutura organizacional e estrutural, além de Artesãos organizados em torno do Centro de Artesanato na Trilha do Cangaço. Em Canindé, entrevistados afirmaram que o envolvimento da população ocorre com prestação de serviços em hotéis, pousadas e restaurantes e os agentes de turismo, estes não possuem estrutura e organização evidente. Outra participação da população é no papel de guia local.

Em Canindé gestor afirma que se “investe em gente”, devido ao fato de ter ocorrido grande aumento da população em pouco tempo, de pessoas de baixa renda, devido a

“existência de uma dinâmica de fronteira”, a atratividade da arrecadação do município via ICMS e dos benefícios governamentais. Isso implica na necessidade de inclusão dessa comunidade carente, sem formação.

Piranhas apresentou maior número de estruturas voltadas para turismo, em relação aos demais municípios do sistema, e os proprietários de restaurantes, pousadas e transporte de turismo são moradores locais; além disso há guias e funcionários que prestam serviços nessas estruturas.

Em relação ao município de Piranhas, comerciantes dos diversos setores entrevistados ressaltam mudança e investimento no turismo, principalmente com a pintura das moradias no centro histórico, limpeza freqüente que não ocorria anteriormente, restauração do Museu do Sertão e do Centro de Artesanato e Artes de Xingó, construção de estrutura para o mirante secular e restaurante, manutenção da orla.

Em Poço Redondo, a percepção das ações em relação ao turismo é de descrença e ausência de perspectiva, não sendo vista, nem pelo único meio de hospedagem existente com condições mínimas de atendimento. O restaurante não é bem indicado por moradores locais, mas é uma das poucas opções que se oferece na sede do município. O agravante talvez tenha sido a perspectiva que a Rota Aracaju-Xingó levou ao gestor local, bem como aos agentes de desenvolvimento turístico formados. A hospitalidade e a riqueza cultural foram reforçadas por todos entrevistados, especialmente os artesãos com que se obteve maior contato. O Centro de Artesanato na Trilha do Cangaço, apesar de ser potencialmente ponto de parada, apresenta problemas em relação a sua localização e estrutura, o que impediu ligação de água nos banheiros e fornecimento de bebidas ao visitante. Outro aspecto a serem revistos com os operadores de receptivo são os horários de funcionamento.

Poço Redondo é o único município, entre os três, que continua sem estrutura ou ações definidas para o turismo. Apesar de ter uma Diretoria de Turismo, não houve investimento nem em estrutura, nem em projetos. Pode-se dizer que entre as iniciativas apontadas foram àquelas ligadas à Rota Aracaju-Xingó, por contato do SEBRAE e SETUR, em 2006. Basicamente, foi feito esforço para levantamento de atrativos, artesãos,

agentes de turismo, o que foi importante para se conhecer o potencial do município, tanto do ponto de vista cultural, como turístico. Houve esforço para fazer com que vans e ônibus parassem em Poço Redondo, mas alguns param rapidamente na Praça Lampião para tirar fotos, que fica na beira da estrada. No Centro de Artes e Artesanato, as raras paradas de ônibus se devem à iniciativa dos guias.

Apesar desses aspectos que dificultam o desenvolvimento do turismo em Poço Redondo, há atrativos potenciais suficientes, mas carece de infra-estrutura e serviços que só serão desenvolvidos com o interesse dos gestores públicos locais, das inteligências na área de turismo que possam buscar investimentos, desenvolver projetos, participar do planejamento e de tomada de decisões.

A existência de sistema de informações do turismo (Tabela 7.3) foi citada apenas em Piranhas, feita a coleta anualmente com aplicação de questionários aos visitantes e turistas, bem como coleta de dados dos empreendimentos turísticos, como passeio ao cânion, centro de visitação da UHE de Xingó, Rota do Cangaço, museu do Sertão.

Tabela 7.3 – Sistema de informações sobre o turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Gestor	Existência de sistema de informações	Dados de Fluxo de visitantes / periodicidade	Estratégia de coleta dos dados	Esforço de comunicação
Poço Redondo	Não	Não	Não há. Último levantamento em 2006	Semana do Cangaço
Canindé de São Francisco	Não	Não	Questionário aos empreendimentos e contatos telefônicos	Mídia televisiva e escrita, sites, participação em eventos.
Piranhas	Sim	Sim/Anual	Aplicação de questionário anual e dados dos empreendimentos e museu	Participação em eventos, mídia escrita e televisiva, participação em eventos.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Em Canindé de São Francisco não há ainda periodicidade, embora já houvesse tentativa de se obter informações dos museus e empreendimentos, a estratégia até então não se demonstrou eficaz.

Em Poço Redondo não há qualquer sistematização de fluxo de visitação, além do levantamento de atrativos potenciais em 2006, sem classificação.

Os municípios de Canindé e Piranhas apresentam sites que disponibilizam informações sobre a região, atrativos naturais e culturais, meios de hospedagem, restaurantes, culinária e artesanato típicos, embora até o início de 2009, pós eleições, o de Piranhas aparece como em reestruturação.

A comunicação foi evidenciada por gestores de Canindé e Piranhas, destacando-se a participação em mídia televisiva, escrita (revistas e jornais) e participação em feiras nacionais e internacionais. Há esforço diferencial em Canindé de São Francisco, no sentido de investir em eventos locais ao longo do ano, não sendo o foco da gestão de Piranhas. Ambos os municípios apresentam sites com apresentação da sua culinária e artesanato típicos, meios de hospedagem, serviços de receptivo, seus atrativos e produtos turísticos existentes, embora após período de campanhas para eleições municipais, os sites ficaram inativos e o de Piranhas, até início de 2009 continuava em construção.

Há, claramente, investimento de Canindé de São Francisco no sentido de gerar eventos turísticos, notícias na mídia e participação em eventos. Essa estratégia faz parte dos manuais de economia do turismo que visa potencializar o turismo durante períodos de baixa temporada, mas traz descontentamentos a alguns olhares que se manifestam, dizendo que tal política só traz benefícios ao gestor e não ao município. Os gestores de Canindé se mostram sensíveis à realidade da população carente predominante e as necessidades sociais, com os projetos de inclusão social com o turismo e o artesanato.

Talvez, tais esforços possam ser ampliados ou expostos de maneira mais veemente aos empreendedores, operadores de turismo receptivo e talvez, à população. Cabe pesquisa de percepção das ações do governo pela população, em termos de comunicação ou alinhamento para que as ações e seus resultados sejam evidentes e possam potencializar

credibilidade na gestão.

A relação dos setores de turismo dos municípios (Tabela 7.4) destacou-se a unanimidade do SEBRAE e governos estaduais, junto com programas do Ministério do Turismo. Poço Redondo reclama que as ações ocorreram no ano de 2006 e que após a confecção de guia e CD-ROM do Projeto Rota Aracaju-Xingó, nada mais se faz e, no entanto, entrevistado apontou que “se precisar o SEBRAE vem”. A CODEVASF aparece citada em Canindé de São Francisco seja em relação à Apicultura, cujo mel foi instituído na merenda escolar, e antes com Projeto de Revitalização do São Francisco.

Tabela 7.4 – Relação entre órgãos e instituições estaduais e federais, instituições e prefeituras locais em relação ao turismo de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Gestor	Relação com esferas federal e estadual e Parcerias	APL de Turismo	Iniciativas em Turismo Rural /PNTRAF
Poço Redondo	SETUR-SE, SEBRAE-SE	Não	Não
Canindé de São Francisco	Governo do Estado, SEBRAE, CODEVASF	Não	Sim
Piranhas	Com o Estado melhorou desde 2006, Parcerias com: SETUR-AL, Mtur, Fornecedores locais, SEBRAE-AL, SENAC, SEPLAN.	Sim.	Sim

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A participação em Arranjo Produtivo Local de Turismo só foi apontado pelo gestor de Piranhas. Os investimentos no Turismo Rural foram destacados também pelo gestor de Piranhas, que apontou a existência na gestão federal anterior, o Programa de Turismo Rural Cooperativo, mas que fora desarticulado na gestão atual, acabando em 2005. Este foi substituído pelo Programa Nacional de Turismo Rural em Agricultura Familiar (PNTRAF). Na ocasião, das 88 fazendas escolhidas de acordo com os critérios, 12 foram selecionadas e destas incluíam-se fazendas de Piranhas e Canindé de São Francisco. Houve capacitação de 1 ano em práticas agrícolas, atendimento ao cliente, administração e finanças, sinalização turística, imagem, famtour.

Em Poço Redondo, apesar do gestor não citar a existência de investimentos em Turismo Rural, afirmou que “as formas e viver da comunidade já são atrativos” e que há programas sociais, e sugeriu que é provável que exista algum contato entre MDA e Secretaria de Agricultura ou o Projeto Don Helder Câmara.

Quanto aos principais projetos em andamento e nos planos turísticos (Quadro 7.1), observa-se menor número de ações em Poço Redondo, mais ações tematizadas em Canindé e, em Piranhas, processo da organização e integração do turismo em Alagoas, com APL e recuperação do patrimônio cultural com o museu e centro de artesanato.

Quadro 7.1 – Ações desenvolvidas e previstas para o turismo em Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Gestor	Ações na área de turismo e planos
Poço Redondo	Centro de Artesanato, curso de Agentes de Desenvolvimento Turístico, Esforços no levantamento de informações em 2006, junto com SEBRAE, no sentido de fornecerem dados sobre expressões culturais, artesãos, quem produz e o que produzem, comidas típicas e o potencial, referências para o projeto Rota Aracaju-Xingó.
Canindé de São Francisco	<p>Projetos em andamento: projetos de atuação indireta no turismo como caprinocultura gerando Festival do Bode, PETI com crianças e adolescentes com formação em arte, música, turismo e gastronomia, produção artesanal como ponto-cruz e temática caatinga e cangaço, Casa do Mel temático, Feiras de Turismo, esforços para mudar a visão “Eu vou para Xingó” para “Eu vou para Canindé”; resgate da história de Canindé, da Cavallhada, formação de grupo de teatro, Projeto Conheça Canindé na rede municipal de educação, Rota Aracaju-Xingó.</p> <p>Planos: Centro de Visitação como centro de turismo e comercialização artesanal, construção da Vila Turística Velho Chico, construção de Teleférico da Integração, construção de Imagem de São Francisco de Assis no Alto do Cruzeiro, Atracadouro de Angico, Rodovia de acesso ao MAX e Karranca’s, Complexo de lazer na Fazenda Porto Belo.</p>
Piranhas	Arranjo Produtivo Local em Turismo, reestruturação do Museu do Sertão, Recuperação e Reestruturação do prédio da Antiga oficina de trens e instalação do Centro de Artesanato, trabalho de 7anos de “formiguinha” no convencimento do poder público estadual e local com vista a tornar o município turístico, participação no Salão do Turismo e outros eventos, parceria com fornecedores locais que gerou credibilidade e maior circulação do dinheiro, limpeza pública.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Todos destacam o papel da inclusão da população local no turismo, embora as ações mais evidentes estejam em Canindé e Piranhas.

O gestor público de Turismo do Estado de Sergipe fez panorama histórico para contextualizar a situação atual de governança no estado, em relação ao turismo e para que se compreenda a divisão de pólos turísticos e sua efetividade. Em relação ao sistema de informações destacou o papel da EMSETUR, vinculada a EMBRATUR. Há os levantamentos de demanda turística em alta e baixa estação e de ocupação hoteleira. Avançou-se na criação de um software, para o gerenciamento da informação com mapa georeferenciado e que seja possível acompanhar o andamento do planejamento turístico previsto para aplicação em 3 anos, após teste em Aracaju, adaptando-se o nacional que já existia para levantamento da oferta turística,.

O mesmo gestor ressaltou ainda que “a avaliação dos roteiros existentes são de fato o que nós podemos gerar como produtos turísticos, como unidades integradas, são as rotas e roteiros”. “Todo o estudo de roteirização carece de uma apropriação do agente de turismo receptivo”. Nessa roteirização, afirmou ainda a necessidade de se cumprir a etapa de avaliar, para “sugerir e reorientar o agente receptivo”, bem como “a necessidade de agregar valor, da agricultura familiar, do artesanato ou da pesca”.

Em relação à gestão local do turismo, o gestor do Estado afirmou que seria importante que se olhasse para o “cidadão das localidades e que esse morador perceba que o turismo pode ser gerador de renda, hoje ele não sente isso”. Discutiu-se a necessidade de que os equipamentos sejam construídos para a população e se integre ao turista, evidente na fala, “olhar para que a comunidade viva bem, não é criar centro de atendimento ao turista”. Para a gestão do turismo ainda, reforçou-se a necessidade de instância de participação com competências setorizadas, que cada um assuma sua parte e saiba aproveitar estrategicamente as oportunidades. Nesse sentido, destacou-se a importância das “inteligências locais em Turismo, que percebem a sua realidade e maneira de mudar, como há em Poço Redondo e Canindé de São Francisco” e afirmou que “política para dar certo depende das espertezas e inteligências dos agentes comunitários”.

Em Poço Redondo, o documento de campanha do prefeito eleito para gestão 2009-2012, apresenta em seu plano, ações na área de Turismo/Geração de Renda com incentivo aos pontos turísticos no município, fortalecer as organizações e associações, incentivo ao turismo específico, religioso, festivo e ecológico, divulgar as potencialidades do município,

adquirir produtos da comunidade para escolas e hospitais, apoio à pesca artesanal, aquisição de alimentos da agricultura familiar, e associativismo e cooperativismo com inserção no currículo escolar.

Em relação à infra-estrutura local foram feitas entrevistas também com gestores públicos da área de meio ambiente. Para os gestores de meio ambiente foram discutidas além da infra-estrutura, aspectos relativos a unidades de conservação e ações em épocas de festejos (Quadro 7.2).

Quadro 7.2 – Aspectos da infra-estrutura com associação ao turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, em 2008.

Gestor	Fornecimento de Água	Saneamento básico	Energia elétrica
Poço Redondo	Fornecimento só na sede e alguns povoados. Muitos povoados necessário carro pipa (estado e prefeitura) frequentemente	Maioria fossas. O lixo é queimado na comunidade. Coleta só em Povoados maiores e na sede, depois levado a um local chamado de Lixão.	Após Programa Luz para Todos quase todos têm.
Canindé de São Francisco	Água encanada sem problemas	Limitação da rede e tratamento de esgoto do município da sede. Nos povoados só fossa séptica. Projeto com PAC prevê a ampliação e totalidade dessa rede. Há lixão, mas tem projeto em andamento para Aterro.	ni
Piranhas	Água encanada com problemas de gerenciamento pela CASAL. Qualidade de água do Rio São Francisco monitorada pelo IMA e Batalhão Ambiental.	Bairro Xingó e Nossa Sra. da Saúde – Rede de esgoto completo com lagoas de decantação; Centro Histórico, Povoado Entremontes e Piau sem rede, só fossas; PAC prevê esgotamento. Há lixão e plano de construção de aterro em consórcio	Uma das mais caras de Alagoas, vem de Paulo Afonso. Há imposto de iluminação pública – 30% do custo

Legenda: ni – não informado

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Em Poço Redondo, só alguns povoados têm água encanada como Sítios Novos e Santa Rosa, sendo que há frequentemente a necessidade de carros pipas contratadas pelas prefeituras e estado.

O fornecimento de água em Piranhas, segundo gestor de turismo é normal e citou o monitoramento do Instituto de Meio Ambiente (IMA) e atuação do Batalhão Ambiental. No entanto, gestor de meio ambiente apontou que a empresa responsável CASAL pelo

fornecimento e saneamento da água não tem recursos para as tubulações e o que tem está sem manutenção adequada, sendo que não há um mês sem problema de falta de água em algumas localidades. Há 8 carros pipas no município e cerca de 280 cisternas, segundo ele sem necessidade e servem de depósito.

O esgotamento é considerado suficiente e eficaz em Piranhas graças à construção de rede de esgoto completa com tratamento com aeração e choque, com lagoas de decantação nos Bairros Xingó e Nossa Senhora da Saúde. Nas lagoas afirma existir tratamento com veneno e recolhimento constante contra macrófitas. Para o Centro Histórico, Entremontes e Piau há previsão de construção de rede de esgotos em três anos via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por enquanto há fossas sépticas. Existem também alguns banheiros da FUNASA com caixa de brita e areia. Há lixão em Piranhas e previsão de construção de aterro em consórcio com Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Água Branca.

Em Canindé de São Francisco há rede de esgoto e estação de tratamento na cidade antiga, mas é limitado para a população atual. O esgotamento vai *in natura* para o rio e o projeto do PAC prevê atender a totalidade do município nas áreas urbanas.

Para as épocas de festejos em Piranhas instalam-se banheiros químicos, como no carnaval que chega a 5.000 pessoas, enquanto que os dejetos vão para o rio. Monta-se uma equipe com 50 a 60 pessoas da Secretaria de Infra-estrutura para ficar limpando e coletar os descartáveis. Citou que há períodos que existem cerca de 2 a 3 mil pessoas e as fossas ficam esgotadas. No evento Forrogaço, o impacto é menor por ser à noite, na “Piranhas de cima”.

Em Canindé de São Francisco, em eventos, há banheiros químicos e se intensifica campanha para que se jogue o lixo no lixo, com folheteria e equipe de recolhimento mais efetiva.

Quanto ao Rio São Francisco, gestor de Canindé afirma que pelo uso da água há ICMS. A responsabilidade pela qualidade da água é da ADEMA e do IBAMA. A responsabilidade da CHESF é investir nos projetos de meio ambiente e instalação de

saneamento. A DESO tem uma base de distribuição no município, que aliás está com obra na ETE, mas não paga pela água.

O programa ‘Luz para Todos’ reduziu as localidades sem acesso à luz elétrica para Poço Redondo e os gestores de Canindé e Piranhas não afirmam faltar luz. No entanto, em Piranhas reclama-se do valor muito alto devido ao fato da energia advir de Paulo Afonso.

Em relação à proteção das áreas de caatinga e do Rio São Francisco, o gestor de meio ambiente de Piranhas afirmou que as Áreas de Preservação Permanentes (APP) foram definidas nessa gestão da prefeitura e que Piranhas tem cadeira no Comitê de Bacia do Rio São Francisco, como membro fundador. Qualquer projeto de agricultura deve manter 20% da área intocada. Citou que há carvoaria e que estão associadas à panificação. Há também o Parque Nacional em áreas do MST que não podem ter piscicultura e agricultura.

Afirmou-se ainda, que o maior problema em relação ao desmatamento seria o MST, pelo fato de ocorrer divisão das grandes propriedades para várias pequenas áreas agricultáveis, fragmentando-as e reduzindo-as. Citou trabalho de implantação de COLMEIA (Comissão de Proteção ao Meio Ambiente), o fato de ser tombado cinturão de proteção em Entremontes e Centro Histórico, e a existência de mata fechada em Patos, com 50 a 60 hectares.

Com relação à gestão das áreas protegidas, o gestor de meio ambiente de Canindé de São Francisco citou o processo de criação de uma unidade federal Monumento Natural do Cânion de Xingó como medida de compensação ambiental para a transposição do Rio São Francisco, que é menos restritiva que o Parque Nacional; citou também o Monumento Natural da Grota de Angicos, estadual, e o Parque Natural Municipal da Lagoa do Frio, próximo a Curitiba, mas apontou a falta de plano de manejo. Disse ainda, que há projeto de recuperação das matas ciliares, que há 18 nascentes, parte com a caatinga rala, e existem dois fazendeiros que preservam a caatinga em suas propriedades, com cerca de 13.000 hectares.

Entre os problemas enfrentados, o mesmo gestor local citou casos de produção de carvão, mas reclamou que o processo todo, desde a confecção de relatório, o envio para

ADEMA e IBAMA, até obter resposta, a ação já teria acabado, “a destruição ocorreu e o culpado já não existe mais”.

A prefeitura mantém bom relacionamento com a ADEMA, SEMARH e IBAMA; com o INCRA a relação melhorou e só reclama da limitação em área de influência da CHESF, pois sabe de edificações lá e como o empresário se encontra por ali, seria mais fácil autuar.

Entre as ações de conscientização, destacou-se o calendário de eventos com foco nos jovens, destacando sempre a convivência com o semi-árido e sobre a caça. Questionado sobre as ações para outros públicos afirmou que as ações devem ser “da minha geração para trás”, mostrando-se descrente de mudanças no comportamento das gerações anteriores. Destacou a existência do Instituto Palmas, a produção de plantas nativas e projeto de recuperação de microbacias da CHESF. Um exemplo é a transformação do rio Capiá em rio permanente, colocando barramentos para as grandes chuvas e fornecimento de água para uso animal; lá foram plantadas 6.000 mudas de plantas nativas, isso seria possível pelas indicações de pluviômetros existentes que indicam “chover bem”.

Em Canindé de São Francisco, a gestão de meio ambiente é feita pela Diretoria de Meio Ambiente junto à Secretaria Especial do Desenvolvimento Municipal, Finanças e Meio Ambiente e afirmou que os projetos de desenvolvimento envolvem o conhecimento dos dois e a minimização dos impactos ocorre mais facilmente desde sua implantação, além de contar com técnicos especializados.

Não há coleta de dados sistemática e afirmou que as questões não têm peso e volume para isso e que 90% do município não têm problemas e a partir dos fatos, atua-se rápido. Citou-se ainda, trabalho de diagnóstico ambiental realizado para a elaboração do Plano Diretor a partir da Agenda 21 local em que foram levantadas demandas. Houve a contratação de bióloga para dar continuidade ao processo, que atualmente está parado para regularização do contrato firmado.

Em relação ao tratamento do lixo, gestor afirmou que há projeto de implantação de um aterro, mas que houve conflito com o INCRA e assentamento na área mais adequada segundo os estudos. A proposta é que sua instalação ocorra entre capim Grosso, Curitiba e a sede. A possibilidade de se estabelecer consórcio com outros municípios é pequena já que a receita dos municípios do entorno são menores e há desconfortos políticos, pela diferença de partidos. O Aterro teria incentivos para educar a população, realizar coleta seletiva, reciclagem de papel, madeira, alumínio, fazer artesanato, tentando gerar renda.

Quanto aos assentamentos, a prefeitura assumiu a responsabilidade de fornecer água, carro pipa e escola, que seria responsabilidade do INCRA. Há previsão, segundo gestor, que o INCRA prepare mais 15 assentamentos, em torno de 100 famílias e 1500 pessoas. Esse fato criou uma demanda na prefeitura, que implica infraestrutura nos assentamentos. Ressaltou-se como aspecto positivo que tal fato, obrigou a ampliar o diálogo dos assentados com a prefeitura. Do total de assentados, 90% da população beneficiada derivaria da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco.

Segundo INCRA-SE, existem atualmente 22 Projetos de Assentamentos em Canindé de São Francisco e 25 em Poço Redondo; nove (9) Acampamentos em Canindé (814 famílias) e 23 Acampamentos em Poço Redondo (1092 famílias). A meta é assentar até o final de 2009, 1.200 famílias nesta região.

De acordo com a ADEMA, há oficialmente solicitação pela prefeitura de Canindé de São Francisco de pedido de licenciamento para implantação de aeroporto, aterro sanitário e esgotamento sanitário, e já foi encaminhado ao município termo de referência exigindo Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Em relação aos assentamentos rurais há Termo de Referência para Assentamentos Rurais (387/2006) tanto para novos como adequação aos já implantados. No termo exige-se Licença de Instalação e Operação ou sugere-se a substituição pelo Relatório Ambiental Simplificado (RAS) dependendo da existência de vegetação nativa.

Em relação à participação de instituições, destacaram-se o SEBRAE e o Instituto Xingó. O SEBRAE, tanto em Sergipe, como de Alagoas, é considerado atuante e grande parceiro nos três municípios, seja para os meios de hospedagem, restaurantes, piscicultura,

artesãos de areia, artesãos de bordado e renda, centros de comercialização de artesanato e gestores de turismo. Entretanto, há quem reclame da falta de continuidade de ações junto a restaurantes e alguns artesãos reclamam de cursos que tentaram ensinar a produção de peças com materiais típicos do litoral, como conchas ao invés de explorar o que existe na região. Não houve comentário de influência no sentido de padronização e repetição do que se encontra em outras localidades.

O papel do Instituto de Desenvolvimento Técnico e Científico de Xingó, apesar da não ser claro para diversos segmentos da região consultados, mostra participação em projetos locais como a piscicultura, repovoamento de pitu, artesanato de areia e bordado em Poço Redondo, apicultura, caprinocultura e ovinocultura e reconhecido pelo gestor de meio ambiente de Canindé de São Francisco, bem como em projetos de replantio de espécies da caatinga próximo ao rio Capiá.

Anteriormente, existia o Programa Xingó, este estava vinculado à CHESF e desenvolveu pesquisas e ações na região com investimentos derivados da empresa e de centros de financiamento de pesquisas juntamente às universidades regionais. Entendeu-se aqui que havia conflito em relação à pesquisa básica e ações para desenvolvimento de alternativas de renda às populações locais, além de aspectos de política administrativa junto às universidades. A retirada do apoio dos centros de pesquisa e manutenção apenas de investimentos em ações de extensão, bem como o foco do Instituto, na ação para potencializar geração de renda, levou ao redimensionamento das unidades temáticas, reduzindo o foco.

A instituição transformou-se em OSCIP e passou a depender de verbas derivadas de projetos. A estrutura do Instituto, sua redefinição dos caminhos não são foco dessa pesquisa, mas cabe ressaltar a sua presença em projetos na região. O cenário favorável de transparência dos recursos recebidos aos projetos e a definição de seu foco poderão reaproximar das universidades públicas e estabelecer parcerias, relevantes para a construção de conhecimentos da região.

7.2 - ANÁLISE SISTÊMICA DAS RELAÇÕES ENTRE TURISMO E CADEIAS PRODUTIVAS

A partir das informações obtidas foram construídos os diagramas de influências ou de relações causais e diagrama de sistema, descrevendo de forma sistêmica as relações existentes entre o turismo, a gastronomia e o artesanato na região de estudo, considerada o sistema principal.

O sistema estabelecido, em princípio, envolvendo os três municípios em questão pode ser descrito de forma geral com suas entradas e saídas (Figura 7.1).

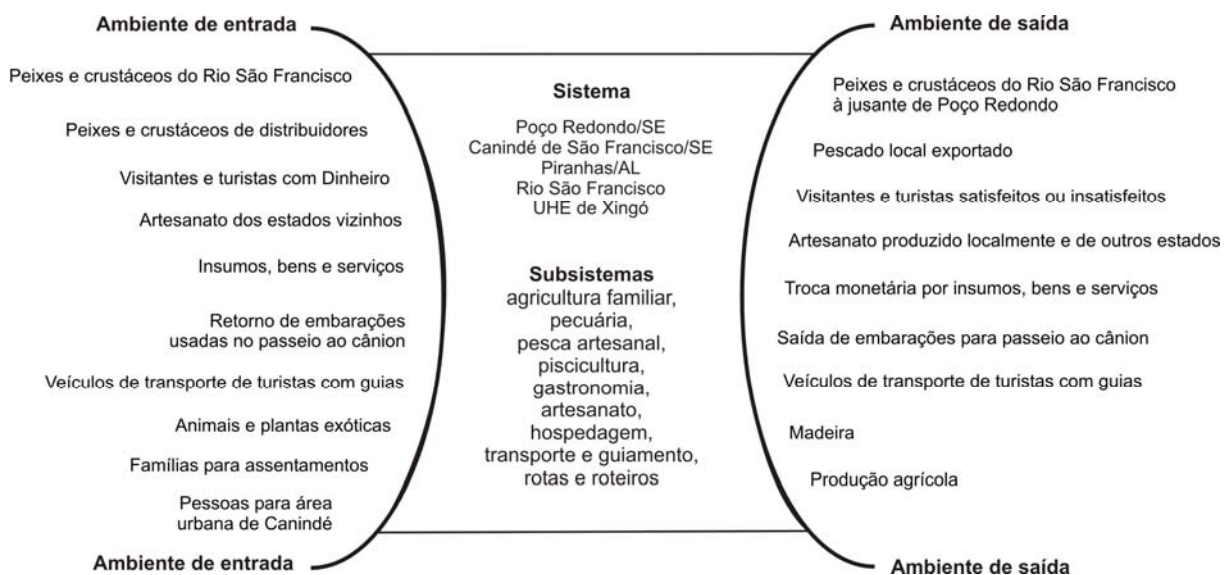


Figura 7.1 - Representação esquemática dos ambientes de entrada e saída do sistema principal definido no estudo, em 2008.

Fonte: Autor, 2008

Os ambientes de entrada e saída incluem peixes e crustáceos que derivam de outra porção do Rio São Francisco, seja à montante do limite do município, seja à jusante com piracemas; artesanato que são comprados de fora e adentram no sistema e aqueles que são produzidos localmente e os advindos de outros sistemas que são vendidos aos turistas; turistas e visitantes que trazem dinheiro e trocam por serviços e produtos e saem com grau de satisfação, bem como as pessoas locais que saem para visitação em outras regiões e retornam; os insumos, bens e serviços necessários para a infraestrutura local, combustíveis, equipamentos para manuten o do sistema principal; as embarca es que saem do sistema

para o passeio ao cânion e retornam, como no caso da visita ao Paraíso do Talhado; os meios de transporte que conduzem os visitantes e turistas, como vans, ônibus e automóveis. Dentro do sistema principal formado pelos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas, além do Rio São Francisco e a Usina Hidrelétrica de Xingó.

Dentro do sistema, os atrativos turísticos, os meios de hospedagem, restaurantes e serviços de apoio, integrados ao fluxo de transporte, seja por automóveis, vans, ônibus e embarcações estabelecem uma rede de relações preferenciais (Figura 7.2).

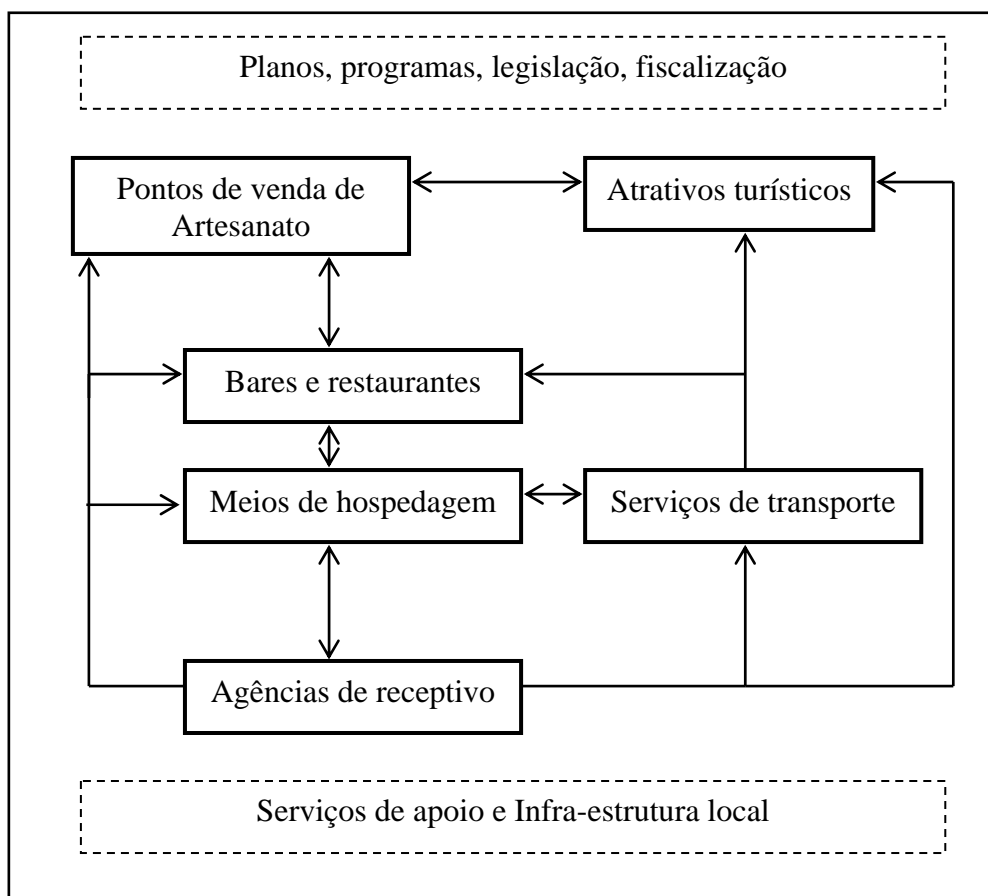


Figura 7.2 – Interações preferenciais entre os setores do turismo dentro do sistema principal, na área de estudo, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Adicionando-se os sujeitos turistas e população local receptiva a rede de relações se amplia (Figura 7.3).

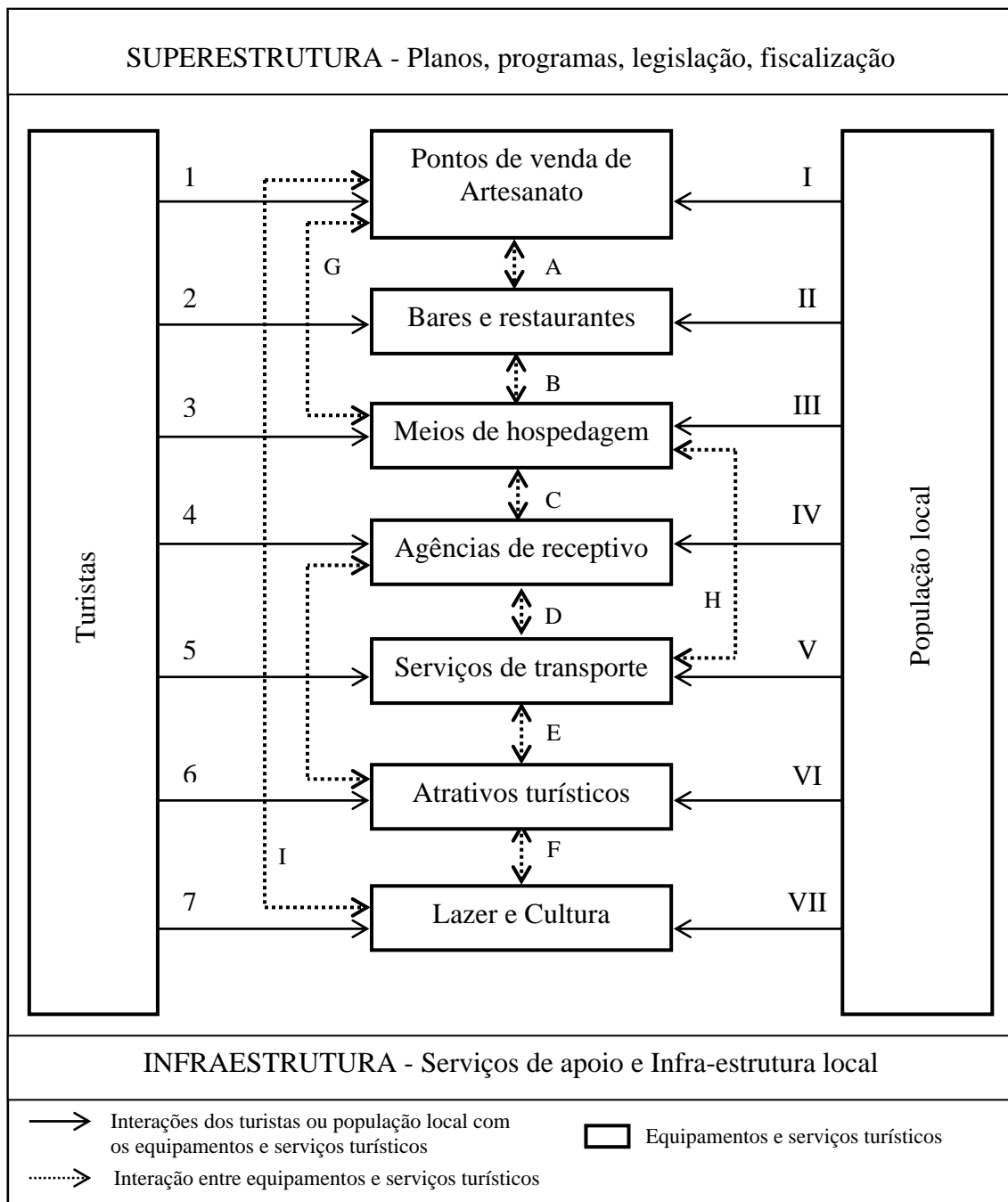


Figura 7.3 – Relações existentes entre o turista, os serviços relacionados ao turismo e entre a população local e esses mesmos serviços, na área de estudo, em 2008. A Superestrutura e a infraestrutura influenciam as relações.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

As relações numeradas de 1 a 7 mostram a ligação entre turistas e os serviços; aquelas numeradas de I a VII referem-se a população local; e as relações de A até I tratam das relações entre os serviços turísticos locais mais destacados.

As relações estabelecidas podem favorecer a avaliação de cada relação e compor o universo de informações que poderão gerar análises e medidas corretivas.

As relações de 1 a 7 são geralmente comerciais e envolvem a troca monetária por um serviço. As relações de I a VII na maioria das vezes têm caráter de fornecimento de mão-de-obra para os serviços turísticos, mas em alguns casos como entre bares e restaurantes (II) pode ter relação com lazer. A relação VI pode apontar o espaço de vida da população local, em que os atrativos fazem parte do cotidiano dos moradores. Isso ocorre nitidamente em Piranhas, embora não seja a maioria, mas não ocorre em Canindé de São Francisco, na medida em que o fluxo turístico maior se dá no sistema conhecido como bate-volta. Nesse caso, a população local participa como mão-de-obra, não sendo comum usufruir dos serviços, como visitante.

As relações de A até I são diversas e adquire certa particularidade em cada município do sistema. No caso de (A) alguns restaurantes apresentam lojas de artesanato acopladas, seja em Canindé de São Francisco ou Piranhas. Alguns meios de hospedagem apresentam também restaurantes (B) e lojas de artesanato acopladas (I), o que ocorre em Canindé de São Francisco, mas não é comum em Piranhas. Outra relação que existe tanto em Piranhas, como em Canindé de São Francisco é que alguns meios de hospedagem possuem serviço de transporte fluvial para passeios (H). Mesmo que não seja de mesma propriedade há relação de parceria comercial.

Entre os meios de hospedagem e as agências de receptivo há que considerar as particularidades da localização da agência. Todas elas são capacitadas a fecharem pacotes de estada com os meios de hospedagem (C), mas o fluxo maior se dá com as operadoras de receptivo de Aracaju, e parte de Paulo Afonso.

A relação D é mais tradicional no mercado, na medida em que as agências de receptivo têm vans ou ônibus próprios ou estabelecem parcerias com transportadoras. Como o fluxo de bate-volta é maior, as relações se dão mais entre as operadoras de Aracaju, no caso de Sergipe, Paulo Afonso ou Maceió, mas há outras de estados diversos, como Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte. As informações relativas a quantidade de outros estados não são suficientes para afirmar uma proporção. Em geral, há aumento da

relação entre as operadoras de receptivo com a operação do passeio ao lago no cânion do São Francisco.

A relação E mostra que o acesso a maioria dos atrativos depende de transporte. O mais comum é que o serviço de transporte seja contratado pela operadora de receptivo (D) e esta transite pelas localidades atrativas, seja em Canindé de São Francisco, Poço Redondo ou Piranhas. No caso do passeio ao lago do cânion, há necessidade de contratação da operadora MFTUR. Já para passeios nas rotas e roteiros à jusante da barragem, como na Rota do Cangaço, há outros empreendedores. Outra possibilidade comum é a chegada do turista por transporte próprio e daí contrata os serviços das operadoras dos passeios fluviais. Nesse caso a visitação terrestre em geral se faz com o próprio veículo. Há que ressaltar que em Piranhas, no Centro Histórico pode-se transitar por linha de ônibus local, táxi ou serviços de mototáxi, muito comuns, mas dificilmente utilizadas e adequadas ao turismo. Tais transportes são comuns também em Canindé de São Francisco, mas não há linha de ônibus para o passeio no lago do cânion.

A relação F, por vezes, está atrelada a apresentações culturais, embora não seja freqüente. Algumas atividades, como banhos no rio ou lago estão ligados aos atrativos. Quando ocorrem atividades de esportes de aventura, como prática de rappel ou caminhadas, normalmente contrata-se esses serviços em outra localidade e o lazer ocorre no atrativo natural ou construído.

A relação I é comum em Piranhas e Poço Redondo que apresentam Centro de Artesanato e Artes, congregando informações, manifestações culturais além do artesanato local.

Há que se destacar que tanto no passeio atrelado ao bate-volta como no caso de pernoite dos turistas o Museu Arqueológico de Xingó e o Museu do Cangaço são atrativos turísticos e estão vinculados à cultura. A valorização e visita a esses museus depende da operadora de turismo contratada. No caso de Poço Redondo, poucas operadoras e guias de turismo decidem parar no Centro de Artes e Artesanato.

As relações entre as cadeias produtivas e o turismo indicam existência de influências históricas indiretas (Figura 7.4).

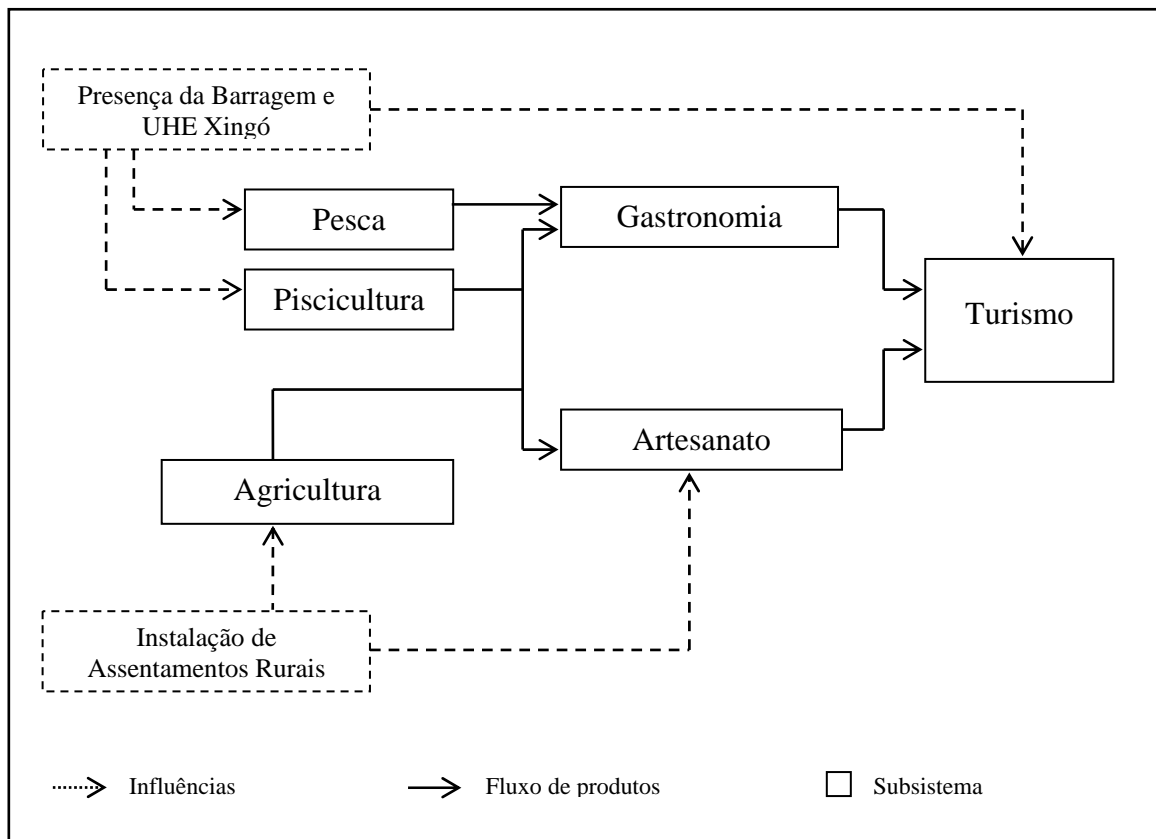


Figura 7.4 – Interações entre as formas de produção associadas ao turismo na Região de Xingó, incluindo as influências dos assentamentos rurais e presença da barragem e Usina Hidrelétrica de Xingó, no Rio São Francisco, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O turismo começa a se ampliar na década de 1990 com a instalação e funcionamento da Usina de Xingó. A barragem gerou lagos que permitiu a instalação de projetos de piscicultura como alternativa ao desenvolvimento da região. A pesca artesanal no Rio São Francisco, também sofreu influência da barragem, embora de forma negativa.

O artesanato em madeira está atrelado, de forma indireta, à instalação de assentamentos rurais, que no processo de preparação dos terrenos era comum a limpeza do terreno. Isso fez com que muitos troncos e pedaços de imburana de cambão ficassem jogados, o que permitiu aos artesãos em madeira, farta oferta. De forma direta, observou-se a relação do turismo come a gastronomia, representada pelos restaurantes e os pratos

típicos, bem como o artesanato, comercializados aos visitantes e turistas. Ambos, gastronomia e artesanato recebem produtos derivados da cadeia da agricultura, da pesca e da piscicultura.

Na perspectiva de ampliação das relações mais evidentes, atreladas ao turismo e a gastronomia, está a pesca artesanal no Rio São Francisco, envolvendo populações ribeirinhas dos três municípios, tanto à montante como à jusante da barragem (Figura 7.5).

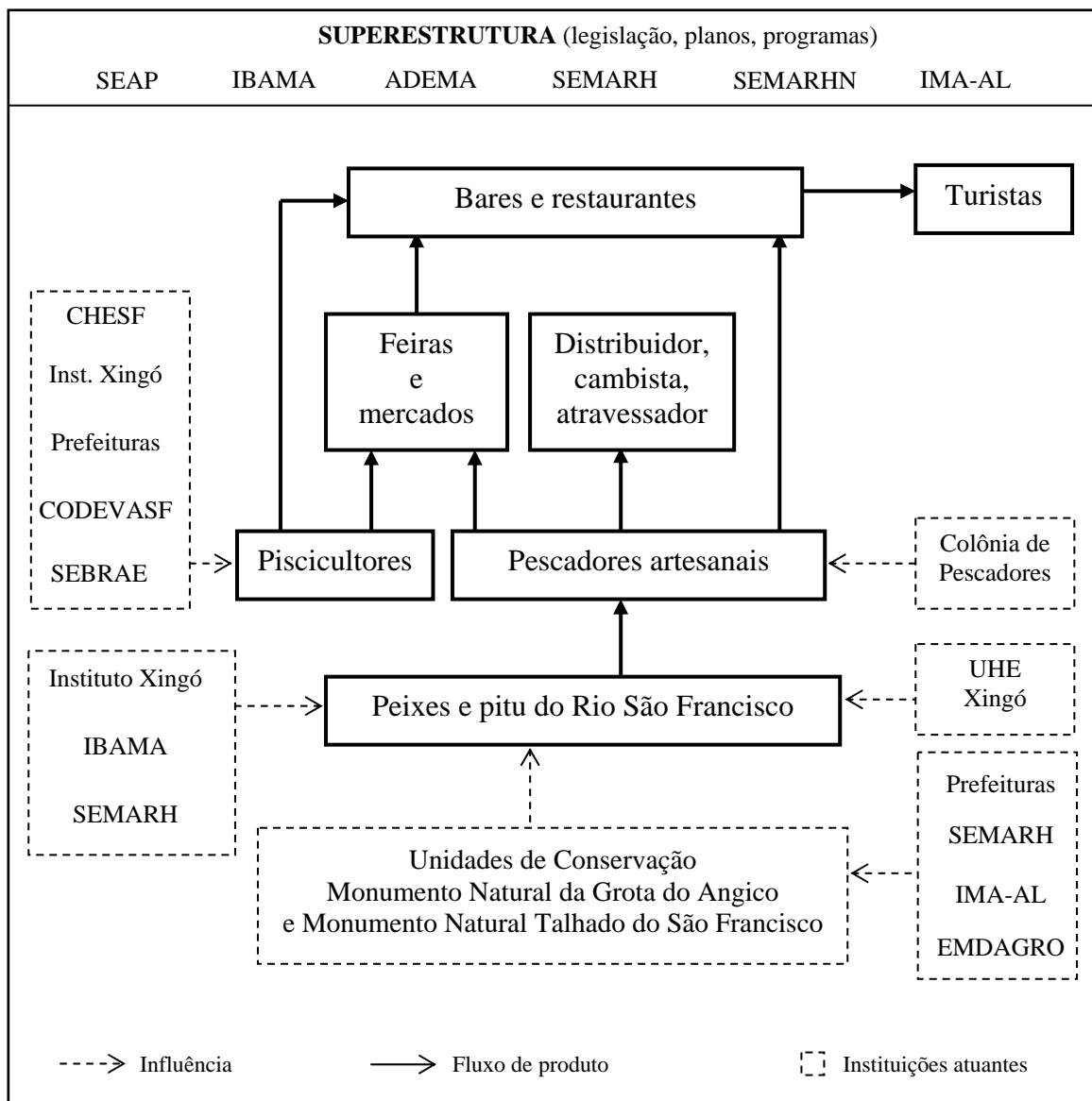


Figura 7.5 – Relações existentes entre o turismo e a gastronomia associada aos peixes e pitus do Rio São Francisco e a piscicultura, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Há, em menor proporção, ligação da gastronomia associada ao turismo com a produção agrícola familiar. A piscicultura está em ascensão e tem relação com a gastronomia no fornecimento de peixes (tilápias) para os restaurantes locais, bem como há relação com a produção de artesanato com couro de tilápia.

O turista consome os pescados nos bares e restaurantes da região que são, de forma geral, abastecidos por distribuidores, atravessadores, cambistas, pescadores e piscicultores, ou adquiridos nos mercados e feiras da região. A origem desses peixes e camarões varia, sendo que da base de recursos locais, derivam de piscicultura, no caso de peixe exótico ou da pesca no Rio São Francisco, com peixes nativos e exóticos. Muitos produtos derivam de distribuidores externos, como no caso do surubim e dourada.

As instâncias localizadas na parte superior do esquema, exercem influências na organização do território do ponto de vista ambiental, como a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, hoje Ministério da Pesca, com sua superintendências regionais, além dos órgãos de fiscalização e monitoramento ambientais, como IBAMA, ADEMA e IMA-AL, e órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, SEMARH-SE, SEMARHN-AL.

Os piscicultores foram influenciados por projetos e programas desenvolvidos em parcerias entre CHESF, Instituto Xingó, CODEVASF, SEBRAE e as prefeituras. A colônia de Pescadores tem papel relevante na organização dos pescadores perante os órgãos oficiais.

A disponibilidade dos peixes e pitus, além da influência da presença da Usina UHE de Xingó, são de forma indireta influenciados pelos programas desenvolvidos pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe, do projeto de repovoamento de pitus do Instituto Xingó, das ações de fiscalização e orientação aos pescadores, pelo IBAMA. Outras influências são os processos de criação das Unidades de Conservação (UC), estadual, Monumento Natural da Grota do Angico e federal, Monumento Natural do Talhado do São Francisco. Tais UC em tese exercem ações de proteção das áreas de Caatinga e do Rio São Francisco, entretanto, isso dependerá dos planos de manejo e envolvimento da população local nesse sentido.

A mesma configuração e abordagem pode ser feita, considerando as relações mais comuns entre o turismo e a cadeia produtiva do artesanato de madeira e de doce de coroa-de-frade (Figura 7.6).

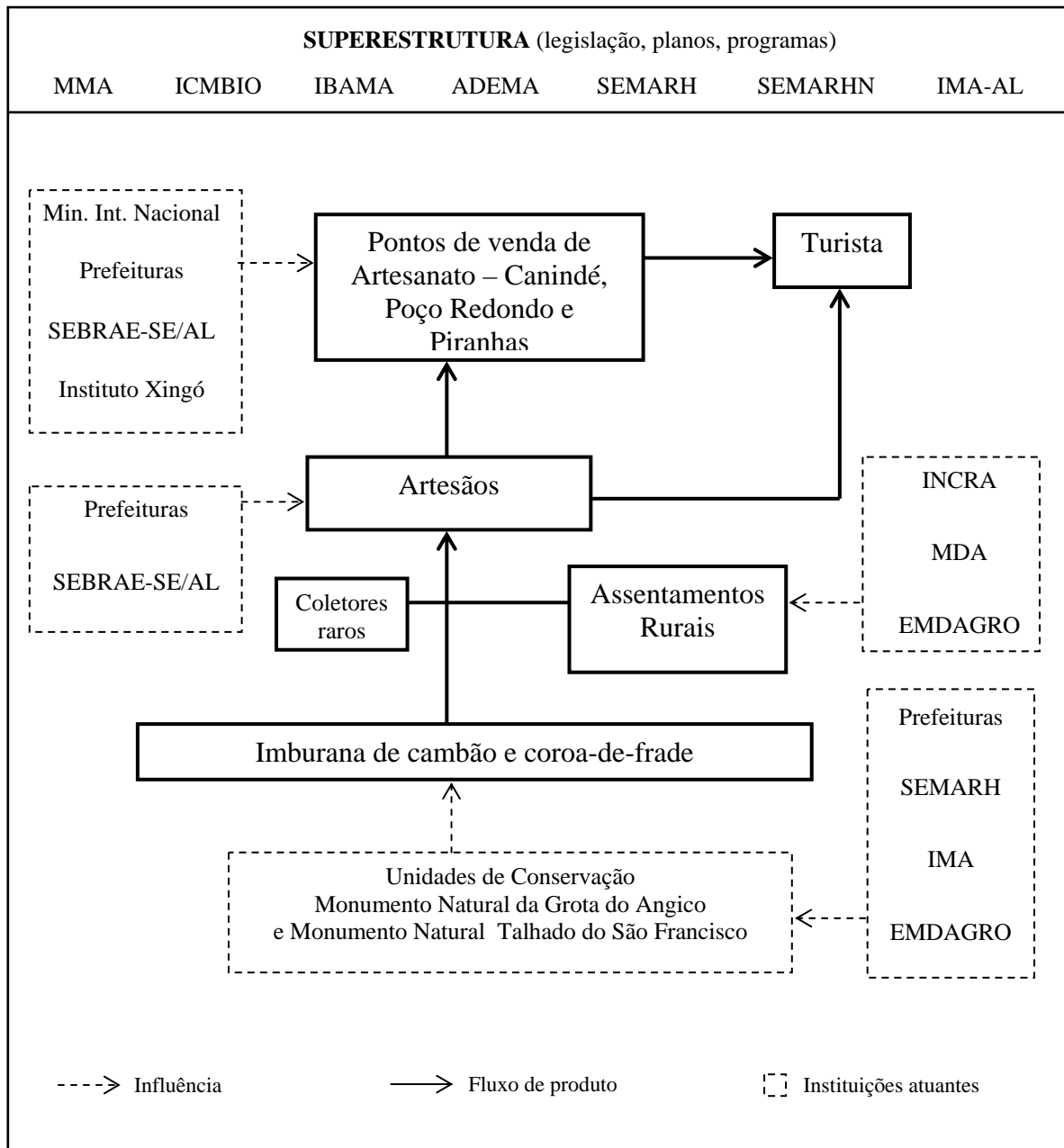


Figura 7.6 – Relações existentes entre o turismo e o artesanato relacionados às plantas da caatinga imburana de cambão e coroa-de-frade, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

FONTE: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os artesãos fornecem seus produtos aos pontos de venda, nos três municípios, em geral, de forma direta, embora existam, segundo entrevistados, casos raros de atravessadores.

No caso da imburana de cambão, a maior parte dos artesãos retira a madeira que foi cortada no preparo dos terrenos para a instalação de assentamentos rurais. Os próprios artesãos costumam coletar a madeira, mas há situações em que acabam pagando para outras pessoas coletarem nos campos e trazerem.

A Caatinga é a origem das imburanas e das cactáceas coroa de frade. Dessa maneira, as instâncias localizadas na parte superior do esquema, exercem influências na organização do território do ponto de vista ambiental, relacionado a esse Bioma.

Destacam-se os órgãos federais, que estabelecem políticas e programas de proteção à Caatinga, como o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade, que é responsável pela criação das Unidades de Conservação e o IBAMA, com papel de orientação e fiscalização. Os órgãos estaduais de Meio Ambiente, do estado de Sergipe, SEMARH e a ADEMA, influenciam na configuração das políticas estaduais e no licenciamento, orientação e fiscalização. Da mesma forma, no estado de Alagoas, têm o mesmo papel, o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) e a SEMARHN.

As instituições como INCRA, DEAGRO e MDA influenciam diretamente na instalação de assentamentos rurais. As prefeituras, o IMA-AL, a DEAGRO-SE e SEMARH-SE se articulam no sentido da criação das Unidades de Conservação. Foi reconhecido também, o papel do Ministério da Integração Nacional, SEBRAE, Instituto xingó e Prefeituras no fomento ao artesanato local.

Aprofundando a análise das relações entre turismo e a base de recursos naturais, descreveu-se a rede de interações verificadas ou citadas pelos entrevistados, com a finalidade de expor elementos em cadeia causal relacionado à manutenção dos peixes e pitus do Rio São Francisco, por longo prazo (Figura 7.7).

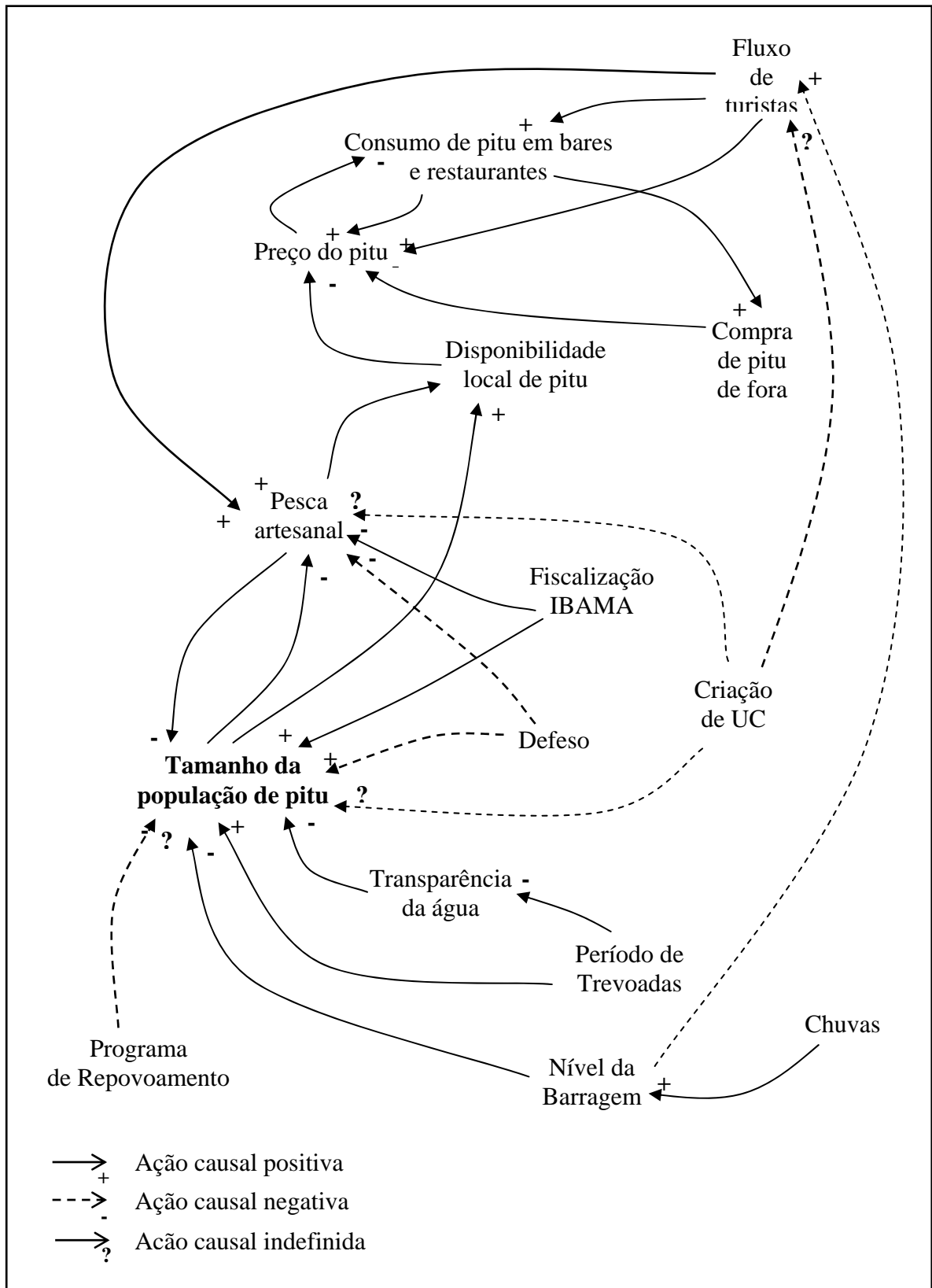


Figura 7.7 – Diagrama de influências ou de alças causais que relaciona turismo e a gastronomia, com ênfase na pesca do pitu, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.
Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Nas relações causais entre turismo e consumo de pitu nos bares e restaurantes e as populações de pitu do Rio São Francisco, destacam-se que o fluxo de turistas estimula o consumo do pitu, por sua vez este consumo amplia a compra do pitu no mercado local (Figura 4.19). A falta de pitu induz a compra de pitu fora do sistema, embora esse fenômeno deva ser mais aclarado. A compra estimula a pesca artesanal do pitu que atua reduzindo os estoques das populações no rio. Tal redução no estoque já ocorrera com a instalação da barragem de Xingó. O período de “trevoadas” como citam comumente na região é tido como período que auxilia na reprodução do pitu e parte desse fenômeno estaria associado à diminuição da transparência da água. No entanto, um pescador experiente afirmou que a água mais barrenta dificulta o animal enxergar e facilita sua captura nos covos.

O período de defeso inibe a pesca artesanal, seja pela existência do seguro, como da fiscalização do IBAMA. No entanto, não há de fato defeso para o pitu, apenas determinação quanto a malha do covo. Dessa forma, ainda é necessário avaliar com mais detalhe o efeito do defeso que serve para os peixes, no comportamento de pesca do pitu, pois pescadores que só pescam pitu se recebem o benefício podem diminuir seu esforço de pesca, mas não necessariamente. Outro aspecto a ser avaliado é se o pescador que pesca peixes variados e também pitu reduz seu esforço de pesca nesse período. O período de defeso coincide com o período de maior fluxo turístico, o que exerce uma pressão no sentido de ampliar a pesca, na medida em que não existam estoques congelados do produto. Há também comportamento estabelecido de aumento dos preços no período de maior fluxo turístico e redução da disponibilidade do pitu. Há necessidade também de se estabelecer a dimensão da compra de pitu fora do sistema, já que esse comportamento foi citado por entrevistado. As causas naturais ou a redução de esforço de pesca deve ser mais bem analisada.

A fiscalização do IBAMA inibe a pesca artesanal, bem como sua compra pelos bares e restaurantes, dessa forma favorecem o aumento das populações do pescado no rio.

Os preços do pitu são influenciados pela sua maior ou menor disponibilidade no mercado local, além do fluxo turístico e estes influenciarão na maior ou menor compra pelos bares e restaurantes. A complexidade dessa relação é maior na medida em que os

restaurantes buscarão o produto para atrair a clientela. Segundo os entrevistados os preços aos clientes recebem aumento, mas não proporcional ao aumento do produto no mercado, que é sempre bem maior.

Há processos em andamento que não se tem ainda clareza do que ocorrerá ao sistema, tais como a instalação de Unidade de Conservação Federal Monumento Natural do Talhado do São Francisco. Outro projeto em andamento é o repovoamento de pitu encaminhado pelo Instituto Xingó juntamente com os pescadores. Tal processo tende a favorecer o aumento das populações de pitu. Qualquer um desses processos necessita do envolvimento das populações locais, depende da capacidade de organização e gestão, caso contrário, poderá ter efeito contrário à conservação.

Considerando-se as relações causais do turismo com o consumo de peixes da região, pode-se destacar a influência do defeso na pesca e conseqüentemente nas populações de peixes. Outro aspecto é que há peixes que são fornecidos ao longo de todo ano e não há no mercado local ou em baixa quantidade como o surubim e a dourada. Outro aspecto seria considerar a influência indireta de projetos de peixamento e repovoamento realizados pela CODEVASF e parceiros no Baixo São Francisco.

Quanto às diversas interações existentes entre o fluxo de turismo e a cadeia de produção do artesanato, focalizou-se o artesanato de madeira da imburana-de-cambão (*Commiphora leptophloeos* J.B. Gillett) na região e coroa-de-frade (*Melocactus sp*) nas áreas de caatinga (Figura 7.8).

O fluxo turístico tem efeito ampliado no consumo de artesanato local e por sua vez na compra de artesanato local pelos pontos de venda, mas estimula a compra de artesanato externo também. O consumo de artesanato local reduz o esforço de venda externa do artesão. A produção artesanal de madeira local é estimulada pelo acréscimo da compra de artesanato local e pela venda externa. A produção amplia a coleta e ou compra de madeira e reduz o estoque do artesão. O aumento da coleta reduz a disponibilidade de pedaços de imburana, mortas e amplia o estoque. A notícia da instalação de determinado assentamento já estimula o comportamento de coleta dos artesãos, já que as áreas costumam ser limpas antes.

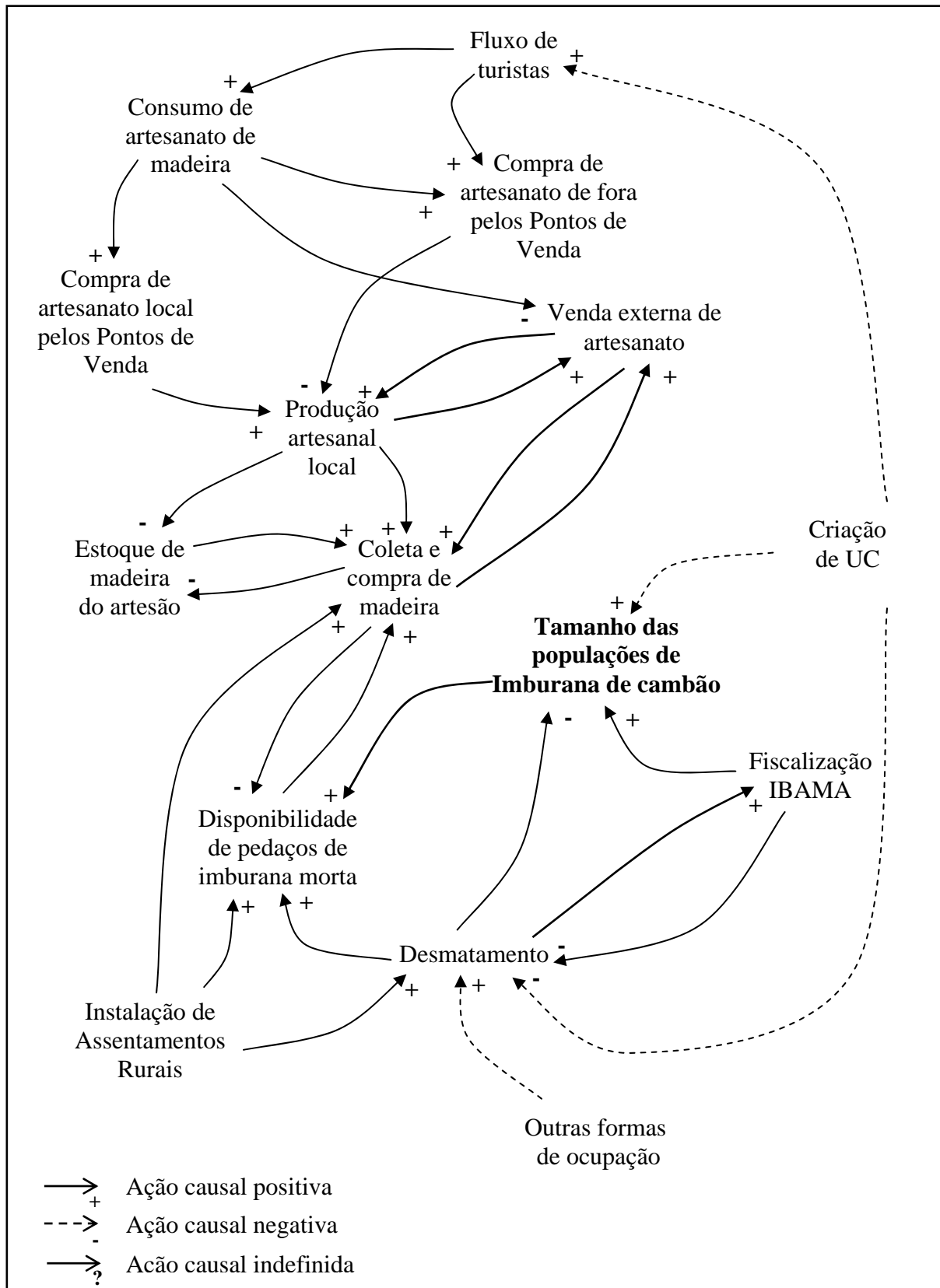


Figura 7.8 – Diagrama de influências que relaciona o turismo e o artesanato de madeira, com destaque para a imburana de cambão, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O desmatamento gerado pela instalação dos assentamentos, seja para roçado ou corte para lenha ou fabricação de carvão, afeta as populações de imburana de cambão, embora outras formas de ocupação podem gerar desmatamento também.

A fiscalização do IBAMA atua no sentido de reduzir o desmatamento, mantendo as áreas de caatinga e daí atua de forma a favorecer o tamanho das populações de imburana da região. A criação de Unidades de Conservação em tese protege áreas de caatinga, seja o Monumento Natural da Grota do Angico ou o Monumento Natural do Talhado do São Francisco. Na medida em que a organização e plano de manejo ou gestão se consolidam tende a se tornar atrativo ao turismo que pode ampliar seu fluxo.

Na continuação da análise sistêmica, a discussão dirigiu-se para as cadeias produtivas associadas aos equipamentos e serviços turísticos, de maneira direta ou indireta. As diversas atividades produtivas como a pesca artesanal, a agricultura familiar, a piscicultura, a pecuária, o extrativismo e a caça, bem como a gastronomia, o artesanato, os serviços de hospedagem, de transporte e guiamento e as rotas e roteiros oferecidos foram expressos em diagramas de subsistemas.

Os principais elementos dos diagramas são representados por figuras geométricas e linhas e cada um apresenta significado próprio (Figura 7.9).

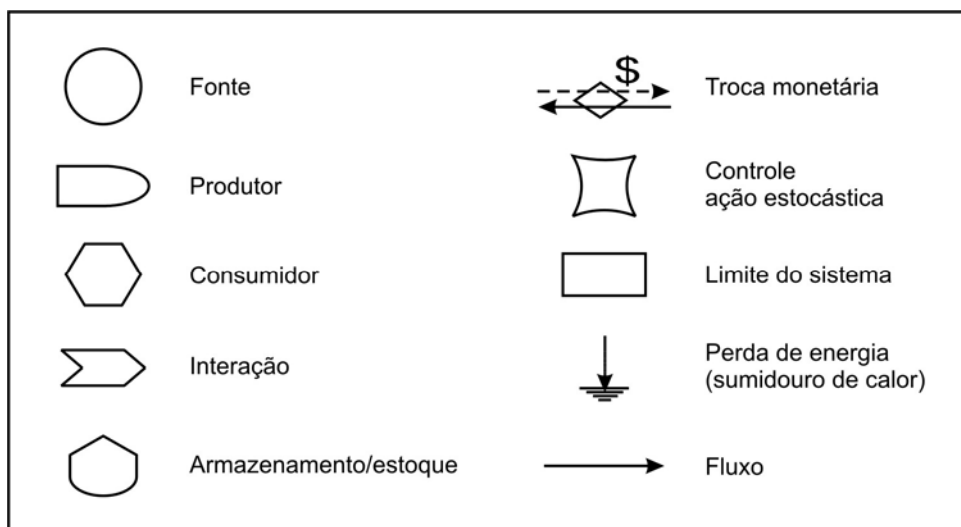


Figura 7.9 – Símbolos utilizados nos diagramas de sistemas

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

As principais fontes de energia para o subsistema Agricultura Familiar e materiais para agricultura, incluem a energia solar, as chuvas, a irrigação, os insumos, bens e serviços (Figura 7.10). Os elementos do sistema integram o subsistema produtor, os campos agrícolas e o subsistema consumidor, os agricultores e famílias. As interações geradas pelos campos agrícolas geram estoques de matéria orgânica e energia, caracterizadas pela produção agrícola. Parte dessa produção é consumida pelos agricultores e parte é manipulada pelos agricultores e utilizada em uma troca monetária. Essa venda traz dinheiro que permite investimentos na aquisição de insumos. Muitos agricultores para sobreviverem necessitam de água advinda de carros pipas. Todo sistema apresenta perda de energia representada pelo sumidouro de calor.

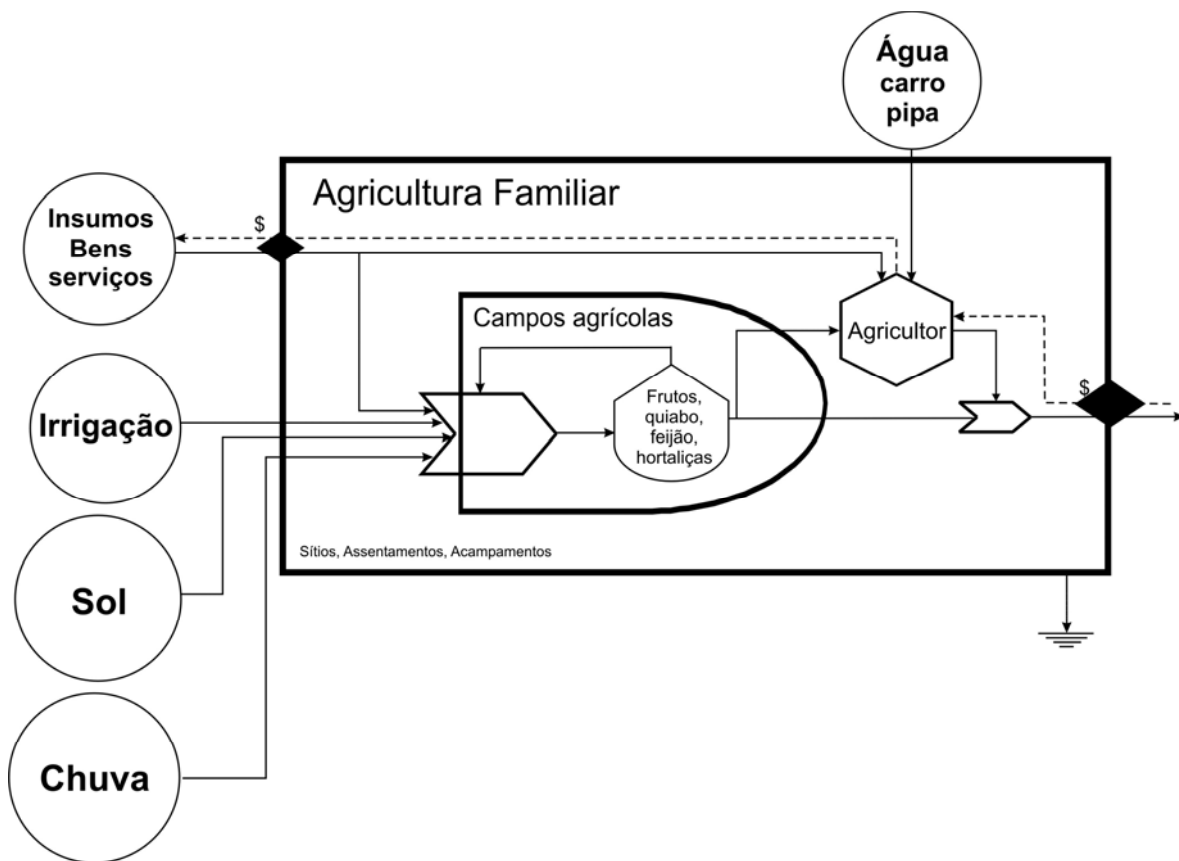


Figura 7.10 – Diagrama de sistema da agricultura familiar baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Para o subsistema Pesca Artesanal destacam-se como principais fontes de energia e materiais, a energia solar, as chuvas, os insumos, bens e serviços (Figura 7.11). Os elementos do sistema integram o subsistema produtor, o Rio São Francisco e o subsistema consumidor, os pescadores e suas famílias. As interações geradas pela pesca geram estoques de pescado. Parte dessa produção é consumida pelos pescadores e parte é manipulada por eles e utilizada em uma troca monetária. Essa venda traz dinheiro que permite trocar por bens e serviços, bem como investimentos na aquisição de insumos. O nível da barragem, o período de defeso e a fiscalização exercem controle sobre a atividade pesqueira e como consequência no estoque de peixes e crustáceos. Todo sistema apresenta perda de energia representada pelo sumidouro de calor.

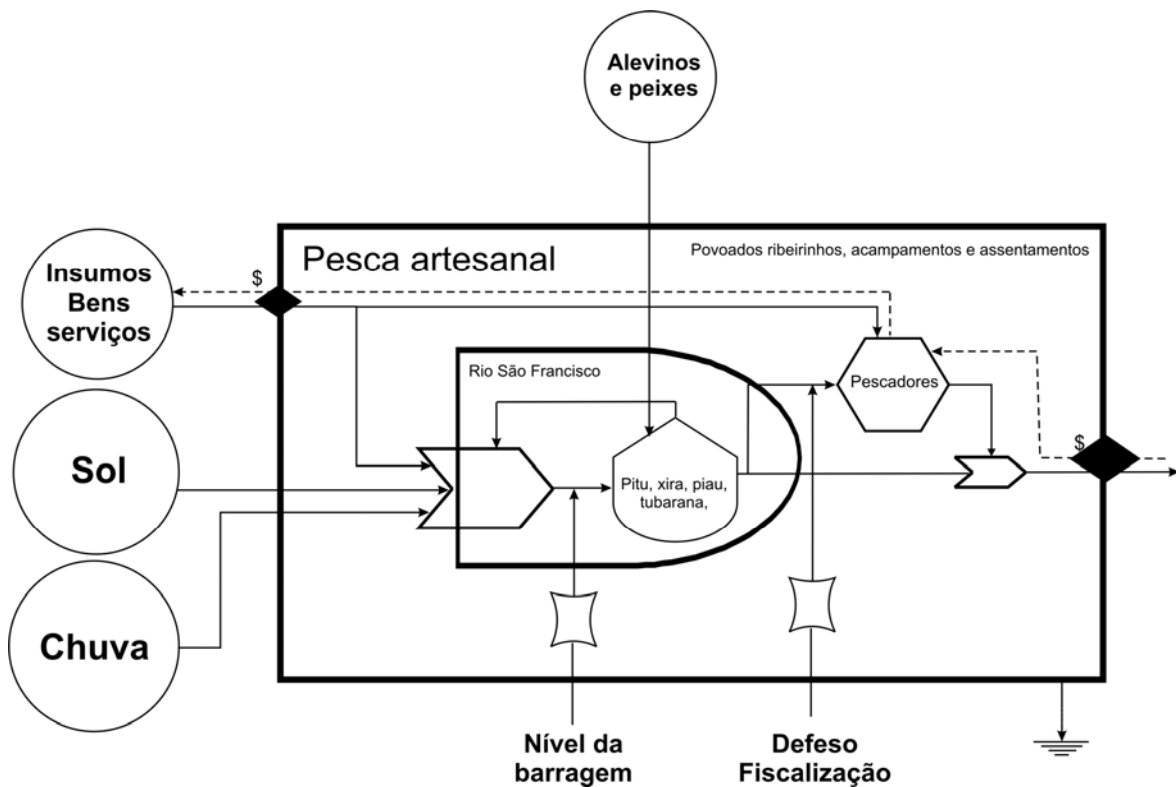


Figura 7.11 – Diagrama de sistema da pesca artesanal baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O subsistema Piscicultura apresenta como principais fontes de energia e materiais, a energia solar, as chuvas, as águas, sedimentos e alevinos do rio São Francisco, os insumos,

bens e serviços (Figura 7.12). Os elementos do sistema integram o subsistema produtor, os tanques-redes no próprio Rio São Francisco e o subsistema consumidor, os piscicultores e suas famílias. As interações geradas pela aquicultura geram estoques de peixes, principalmente tilápia. Parte dessa produção é consumida pelos próprios criadores e grande parte é manipulada por eles e utilizada em uma troca monetária. Parte da produção é aproveitada pelos artesãos de couro de tilápia e vendem os produtos. Essas vendas trazem dinheiro que permite trocar por bens e serviços, bem como investimentos na aquisição de insumos, como ração. A criação de unidades de conservação pode afetar o sistema, regulando a atividade no rio São Francisco.

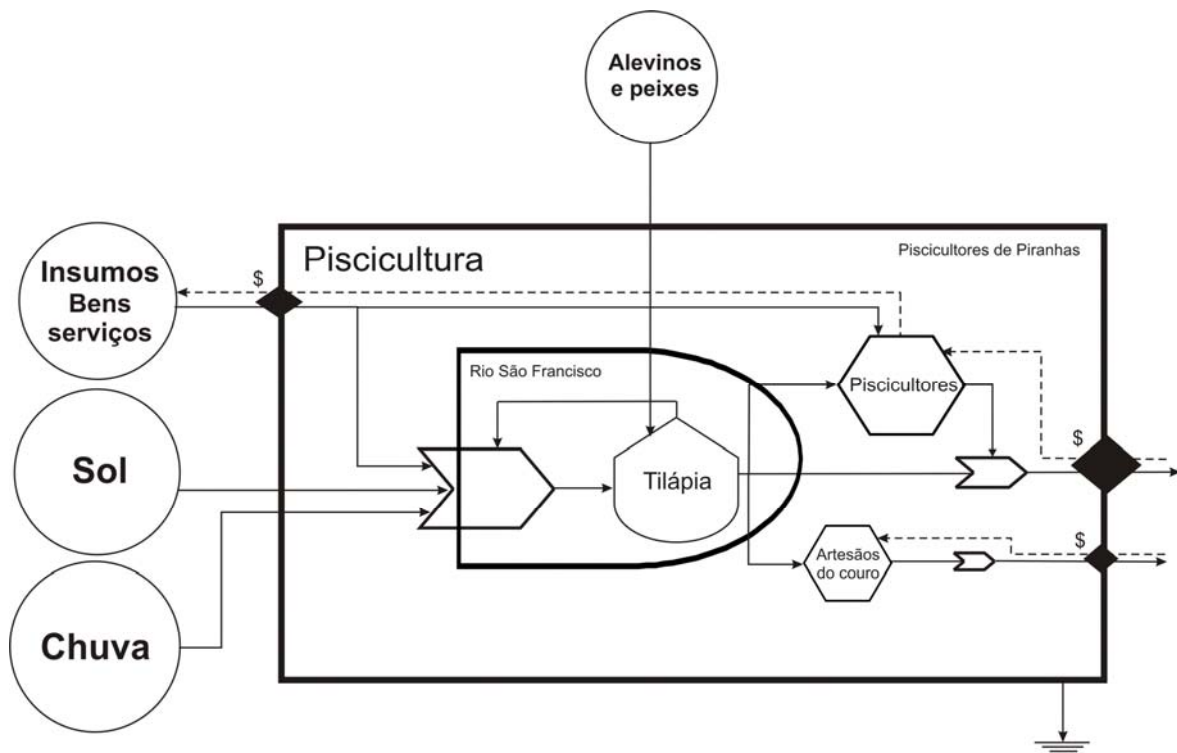


Figura 7.12 – Diagrama da piscicultura baseada na tilápia e nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O subsistema da Pecuária apresenta energia solar, as chuvas, os insumos, bens e serviços, como principais fontes de energia e materiais (Figura 4.25). Observou-se a frequente introdução de planta exótica forrageira, a cactácea conhecida como palma. A falta de água frequente exige fornecimento de via carros pipas.

Os elementos do sistema integram o subsistema produtor, os pastos em fazendas e pequenas propriedades e o subsistema consumidor, os criadores e suas famílias. As interações geradas pela produção pecuária geram estoques de carne bovina, caprina, ovina, suína e de aves. Parte dessa produção é consumida pelos próprios criadores e grande parte é manipulada por eles e utilizada em uma troca monetária. Essa venda traz dinheiro que permite trocar por bens e serviços, bem como investimentos na aquisição de insumos. Todo sistema apresenta perda de energia representada pelo sumidouro de calor.

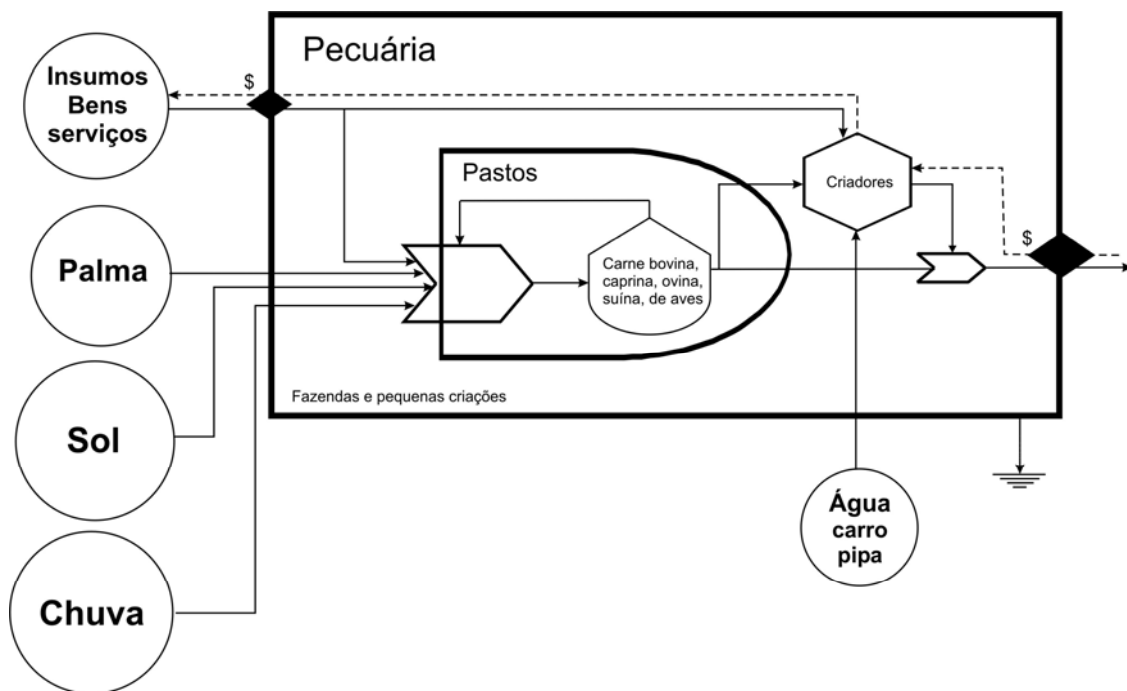


Figura 7.13 – Diagrama de sistema da pecuária baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O subsistema das Atividades Extrativistas e Caça, nos ecossistemas de caatinga da região de estudo, apresenta a energia solar, as chuvas, a entrada de plantas e animais exóticos, como principais fontes de energia e materiais (Figura 4.26). Os elementos do sistema integram o subsistema produtor, a flora das caatingas constituídas por plantas de variado porte, arbóreo, herbáceo e arbustivo de espécies como a catingueira, a imburana de cambão, angico, umbuzeiro; cactáceas como xique-xique, mandacaru, facheiro, coroa de frade; bromeliáceas como a macambira. O subsistema consumidor inclui a fauna e as

peças que vivem extraindo sementes, plantas, caçando e ou desmatando para sua subsistência. As interações geradas na produção primária e secundária das caatingas geram estoques de plantas, animais, mas também fonte de recursos naturais. Parte dessa produção consumida pelos extrativistas e caçadores é manipulada, transformada e utilizada em uma troca monetária, como lenha, plantas medicinais e alimentos. Essa venda traz dinheiro que permite trocar por bens e serviços, bem como investimentos na aquisição de insumos. Todo sistema apresenta perda de energia representada pelo sumidouro de calor. A fiscalização e ações em educação ambiental atuam como regulador do extrativismo e caça. O desmatamento exerce efeito de controle afetando os estoques de plantas e animais das caatingas.

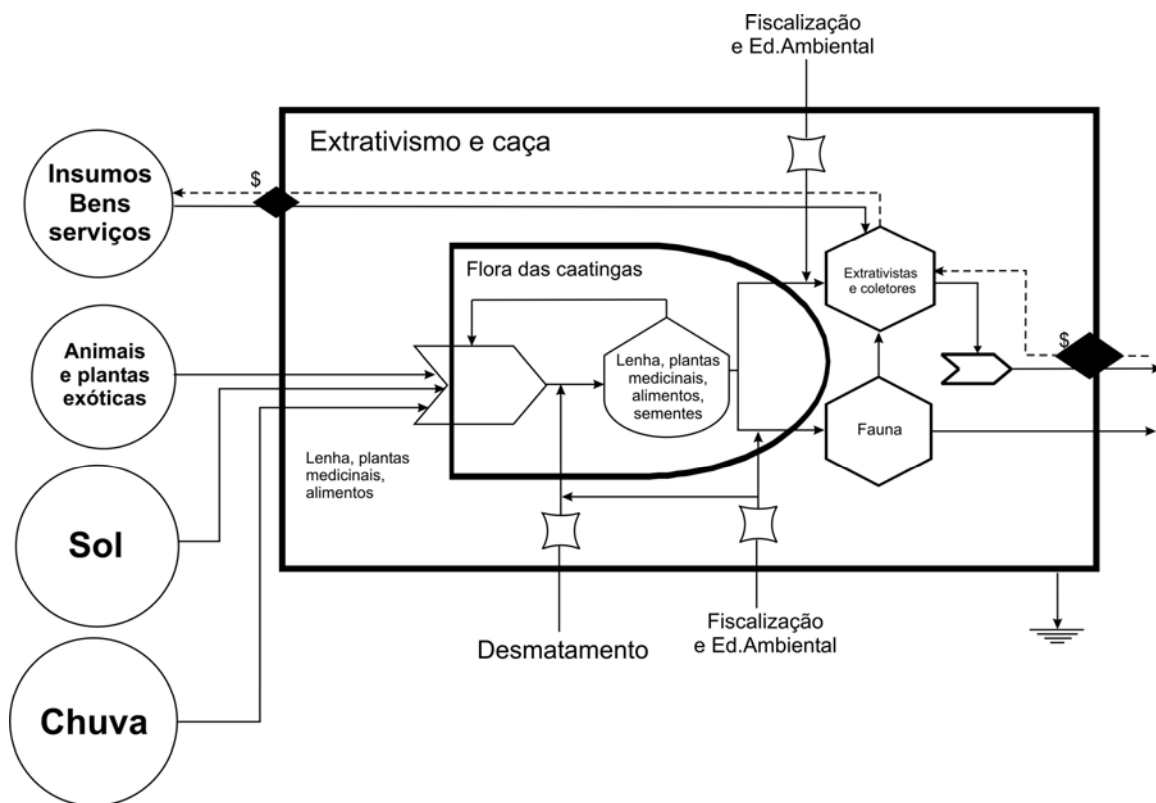


Figura 7.14 – Diagrama de sistema das atividades extrativistas e caça nas caatingas baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O subsistema Gastronomia baseia-se nos bares e restaurantes da área de estudo, têm como principais fontes de energia e materiais o pescado, trazido por pescadores locais ou pescado trazido de outros sistemas por distribuidores e as carnes compradas em feiras

locais ou trazida por distribuidores; os visitantes e turistas que trazem dinheiro e se transforma em consumidores no sistema, reconhecidos por clientes (Figura 4.27). A mão de obra local fornece pessoas que se transformam em funcionários. Estes funcionários recebem salário dos proprietários (comerciantes) em troca dos serviços sobre os pescados e carnes, no preparo dos pratos. Os pratos são vendidos aos clientes que pagam aos comerciantes e saem, satisfeitos ou não. Os comerciantes com o dinheiro trocam por bens, serviços e insumos.

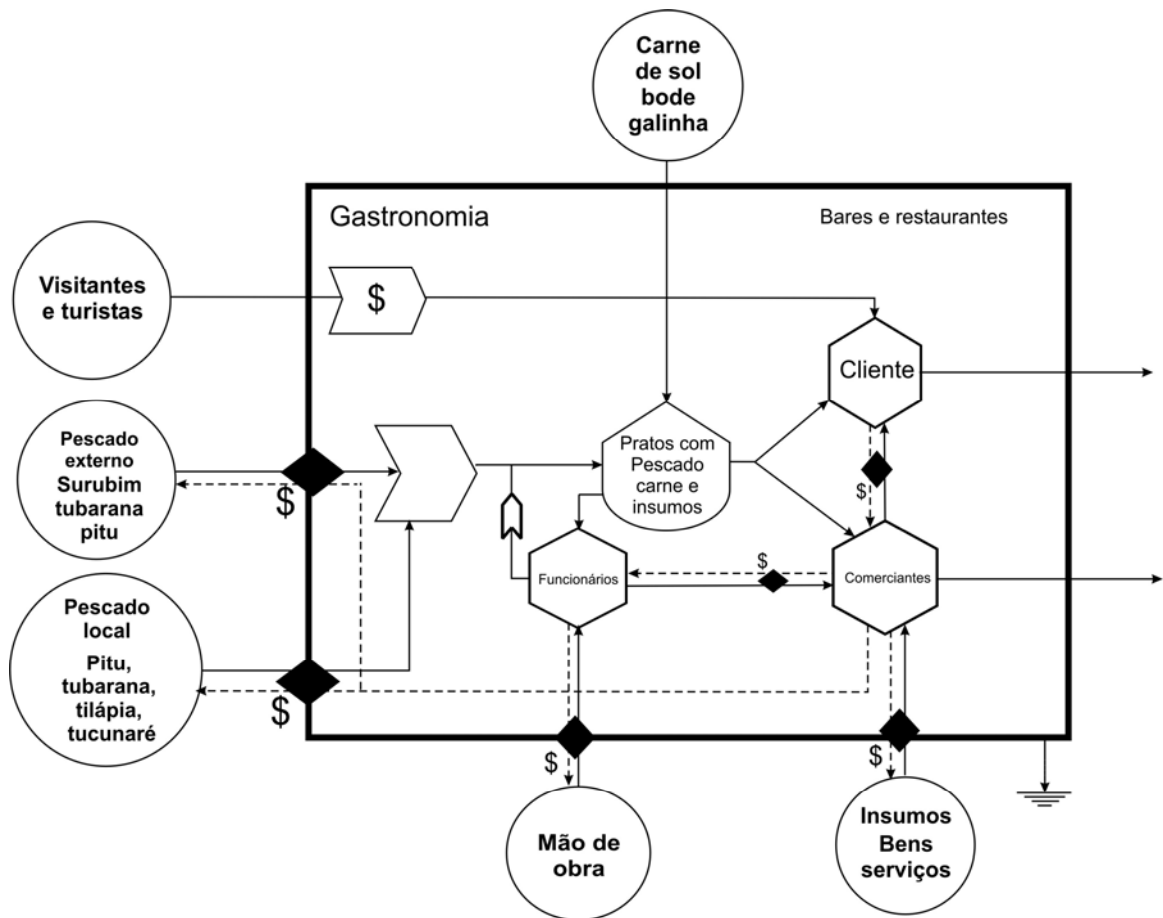


Figura 7.15 – Diagrama de sistema da gastronomia baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

O subsistema do Artesanato (Figura 7.16) apresenta como principais fontes de energia e materiais, as matérias primas como madeira, cerâmica, palha, materiais variados incluindo resina, cola, linhas, areia, couro; produtos de artesanato trazido de outros sistemas, como aqueles derivados de industrianato; a mão de obra, fonte para os

funcionários que trabalham nas lojas e centros de artesanato; os insumos, bens e serviços trocados monetariamente pelos comerciantes de lojas ou administradores dos centros de artesanato, e pelos artesãos locais; os visitantes e turistas que ao adentrarem nos estabelecimentos com recursos se transformam em consumidores, trocam as peças de artesanato por dinheiro e movimentam a cadeia produtiva local. Isso diminui os estoques que são regulados pelo fornecimento de mais peças pelos comerciantes ou pela aquisição de peças de fora do sistema. Os funcionários recebem salário e ou comissões da administração dos centros de artesanato ou lojas e manipulam, cuidam das peças de artesanato e as disponibilizam aos clientes. Todo sistema apresenta perda de energia representada pelo sumidouro de calor.

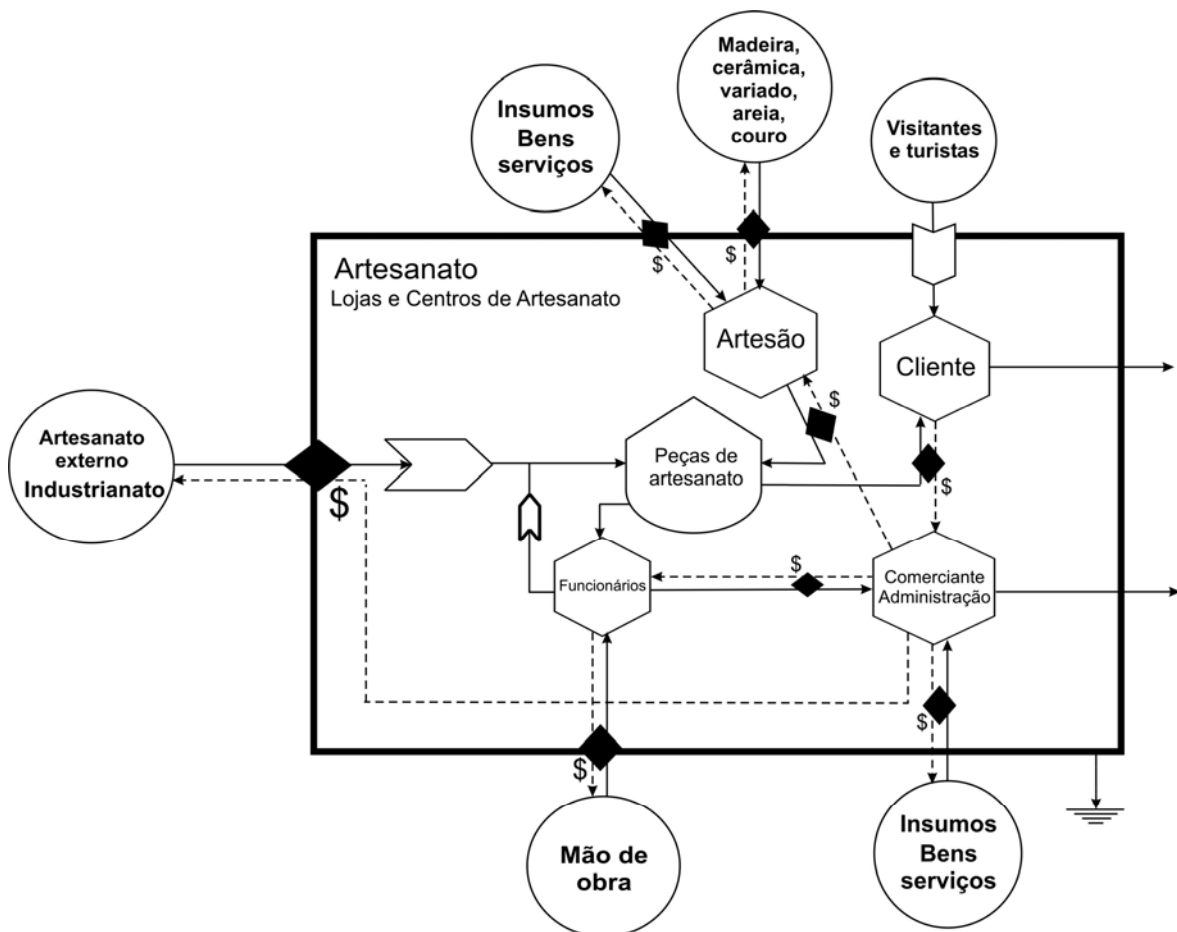


Figura 7.16 – Diagrama de sistema do artesanato baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Entre as atividades turísticas o subsistema relativo à Hospedagem tem como principais fontes de energia e materiais, os próprios turistas, que são os visitantes e turistas que ao adentrarem nos aposentos ou nas unidades habitacionais transformam-se em hóspedes que passam a consumir as acomodações e serviços em troca de dinheiro (Figura 7.17). Os proprietários e funcionários são subsistemas consumidores junto aos clientes. O dinheiro, dado aos gerentes ou proprietários dos hotéis e pousadas é utilizado na compra de insumos, bens e serviços que parte é utilizada para manter as acomodações e serviços e parte destina-se ao pagamento dos funcionários em troca de salário. Os funcionários interagem nas acomodações e prestam os serviços aos hóspedes. As operadoras de turismo receptivo muitas vezes prestam serviços aos hóspedes em troca de dinheiro pago pelos proprietários ou gerentes dos meios de hospedagem, na medida em que tais valores estariam incluídos nos pacotes de estada. Todo sistema apresenta perda de energia representada pelo sumidouro de calor.

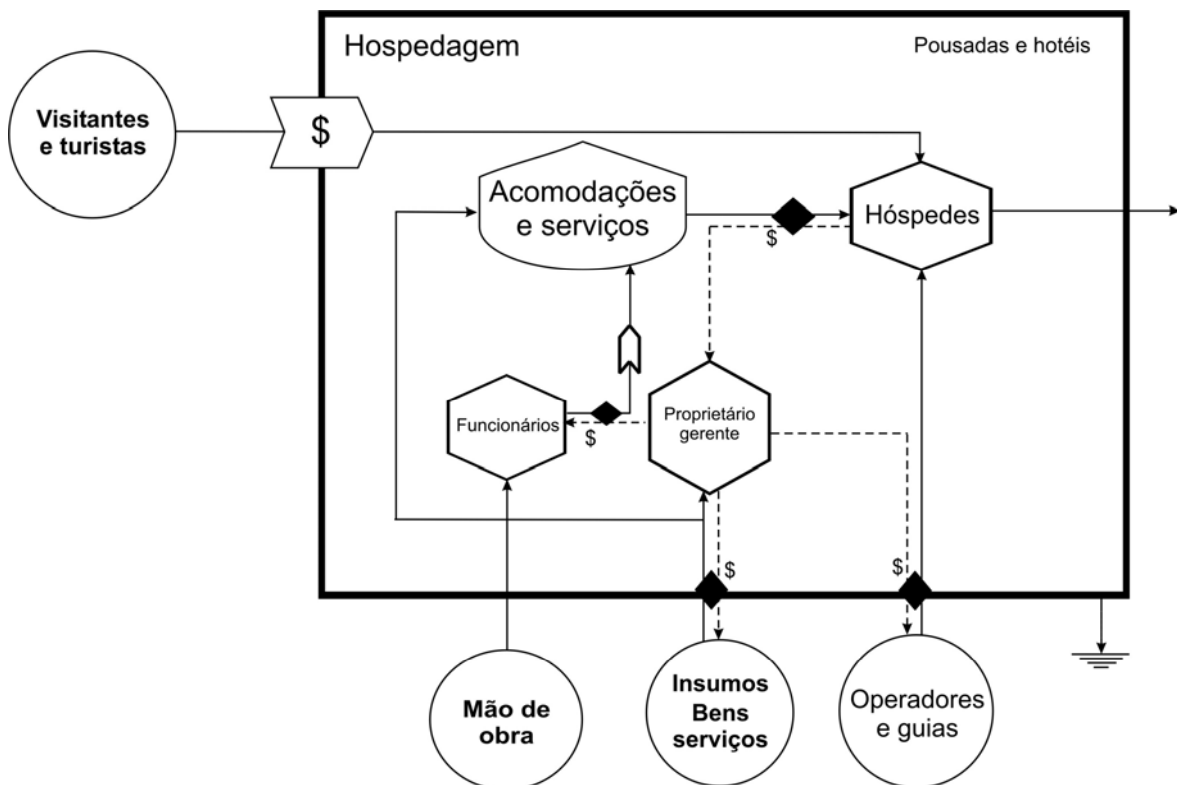


Figura 7.17 – Diagrama de sistema da hospedagem baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

local, o lago de Xingó, o cânion, a UHE de Xingó, a Grotta de Angicos, as trilhas oferecidas, os museus, o patrimônio histórico e cultural material e imaterial. Tais recursos são atrativos, quando explorados, de forma a proporcionarem aos turistas, o olhar para as paisagens, contatos com os bens culturais materiais, o imaginário popular nas histórias do local, o desfrutar do conhecimento, do lazer e diversão proporcionados. Essa gama de atrativos é influenciada pelas interações dos visitantes e turistas, das operadoras e guias, bem como dos barcos e serviços oferecidos. Todo sistema apresenta perda de energia representada pelo sumidouro de calor.

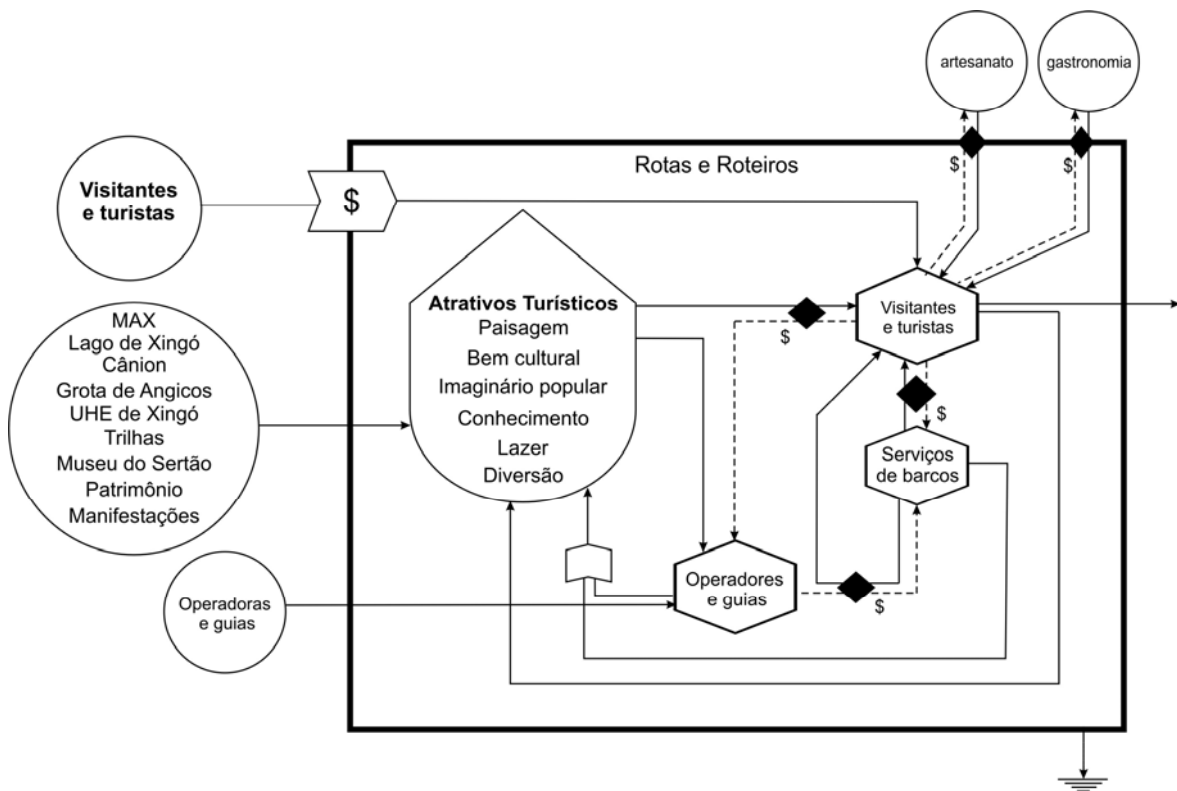


Figura 7.19 – Diagrama de sistema de rotas e roteiros baseado nas interações observadas durante estudo na região semiárida de Xingó, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Piranhas, em 2008.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

A integração dos vários subsistemas permitiu construir diagrama de sistema das atividades produtivas e a relação com o turismo (Figura 7.20). As interações descritas em linha vermelha mostram ações identificadas no estudo e que influenciam os subsistemas de alguma forma, podendo ter caráter de retroalimentação. Um exemplo é o turismo, influenciando o subsistema artesanato ou como no caso da pecuária em que a expansão da atividade esteve atrelada à diminuição das áreas de caatinga.

DIAGRAMA DE SISTEMA DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS RELACIONADAS AO TURISMO NA REGIÃO DE XINGÓ

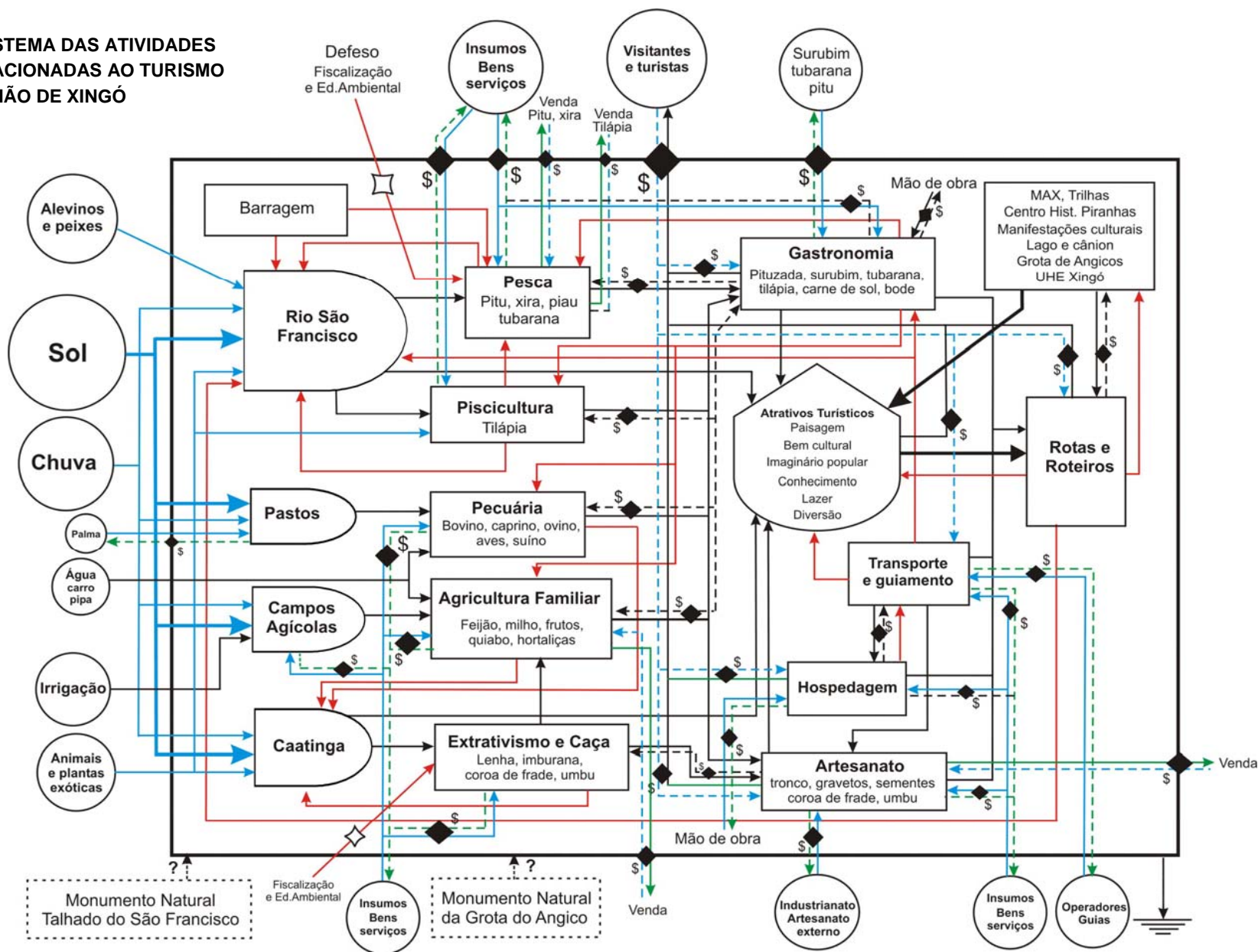


Figura 7.20 - Diagrama de sistema sobre as cadeias produtivas do artesanato e da gastronomia relacionadas ao turismo nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas em 2008. As cores das linhas representam fluxos de entrada (azul), de saída (verde), de retroalimentação (vermelha), internos (preta). Linha tracejada e interrogação representam influências não definidas.
 Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008)

Os fluxos de entrada, a partir de fontes externas no sistema, estão representados em azul e os fluxos de saída do sistema em verde. Os fluxos em linha preta indicam interações internas do sistema. A criação de Unidades de Conservação, em tese, é positiva em relação ao efeito sobre a sustentabilidade dos recursos naturais, mas dependeria do processo de implantação, por isso foram representados com símbolo de interrogação (?) e linha tracejada.

As atividades produtivas, tais como pesca artesanal, piscicultura, agricultura familiar, pecuária, extrativismo e caça são dependentes dos sistemas produtores: Rio São Francisco, Campos agrícolas, Pastos e Caatinga. O Rio São Francisco sofre influência da barragem de Xingó, da pesca artesanal, piscicultura com tanques-redes, das ações de transporte e guiamento turísticos, dos serviços e pressões das rotas e roteiros com fluxo turístico. As caatingas recebem influência de desmatamento, do próprio extrativismo ou caça, das substituições da flora original por áreas de pasto ou campos agrícolas, bem como da atividade turística em trilhas ou implantação de equipamentos turísticos.

O subsistema formado pela Gastronomia faz trocas monetárias por produtos da pesca artesanal, da piscicultura, pecuária e agricultura familiar. No modelo, a relação entre panificadoras e madeira advinda do extrativismo das caatingas. A gastronomia influencia na atividade de pesca, de forma indireta, induzida pelo fluxo de turistas no sistema. O Artesanato realiza trocas monetárias entre a piscicultura como destacado nos diagramas de subsistemas, pecuária com fornecimento de couro, extrativismo com fornecimento de palha, madeira, sementes; embora muitas vezes não exista troca monetária, pois o artesanato comumente é o coletor.

Nos serviços e equipamentos turísticos observa-se a influência dos produtos rotas e roteiros sobre as localidades, como MAX, as trilhas, o Centro Histórico de Piranhas, o lago e cânion do Rio São Francisco, a Grotta de Angicos, a UHE de Xingó, e manifestações, gerando recursos (troca monetária) para estes que são a base do estoque de atrativos turísticos do sistema, juntamente com gastronomia, artesanato, áreas de caatingas conservadas e o Rio São Francisco, mas muitas vezes pressionando os locais com resíduos ou desgastes. O estoque de atrativos turísticos recebe influência direta das rotas e roteiros e do transporte e guiamento.

7.3 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A SUSTENTABILIDADE

Em termos de dinâmica sistêmica é difícil separar o povoado Bonsucesso, de Pão de Açúcar, na medida em que os informantes pescadores apontaram que os bares e restaurantes recebem barcos com pessoas vindas do outro lado, bem como boa parte do pescado, em especial a xira (*Procchilodus argenteus*), escoia para esse município.

Esse estudo evidenciou, a partir da realidade específica dessas localidades, a existência de mais atrativos turísticos passíveis de serem integrados do que ocorre atualmente. O estudo indica que o olhar de sistema para os três municípios torna-se um exercício de planejamento em regiões fronteiriças e ao final, observou-se que poderia expandir-se na análise, incluindo Olho D'Água do Casado que apresenta o paraíso do Talhado e o mirante do Talhado, bem como Pão de Açúcar, ligado a Poço Redondo.

O olhar sistêmico proposto favorece identificar a rede de relações causais e de influências para se conhecer melhor os fluxos e interações que exijam controle e monitoramento. Observou-se que toda base produtiva, direta ou indiretamente associada ao turismo tem uma dependência da energia solar, do regime de chuvas, que influenciam nos fluxos de entrada de peixes em extinção advindos de criatórios, nos pastos, áreas agrícolas que sustentam inúmeras produções agrícolas familiares, na caatinga, no rio São Francisco.

As relações destacadas para detalhamento da pesca artesanal com foco na pesca do pitu representam de forma esquemática, as relações com o turismo, mas não são auto-explicativas das razões, apenas expõem as relações principais existentes. O mesmo raciocínio se utiliza para a descrição das relações do turismo com o artesanato baseado na imburana de cambão e na coroa de frade. As descrições das relações causais tomam forma mais detalhada nos diagramas de influências ou de alças causais em que cada elemento destacado constitui-se de forma objetiva e capaz de ser qualificada ou quantificada, sendo possível estabelecer indicadores de sustentabilidade associada ao turismo.

A complexidade se amplia nos diagramas de sistemas descritos para cada atividade produtiva e os serviços atrelados ao turismo na região. Observou-se que nos diagramas da agricultura familiar, pesca artesanal, piscicultura, pecuária e extrativismo, há subsistemas

produtores incluídos, como os campos agrícolas, o Rio São Francisco, os pastos, a flora das caatingas. A gastronomia representada pelo comércio de pratos típicos nos restaurantes e o artesanato relacionado com a comercialização das peças artesanais não apresentam subsistemas produtores que seriam aqueles anteriormente descritos. Entretanto, seria possível atrelar os sistemas de produção do rio São Francisco e a coleta de madeira da caatinga, por exemplo.

O turismo é considerado uma atividade vinculada ao terceiro setor (BOULLÓN, 2002) e dessa forma, não há subsistema produtor em nenhuma instância, seja hospedagem, transporte e guiamento e as rotas e roteiros.

Cabe salientar, que todos os sistemas envolvidos apontam importância da relação de troca monetária, em especial para trocar por bens, insumos e serviços. Outro aspecto relevante é a importância dos estoques e as relações que interferem com eles, em todos os subsistemas apresentados. Os estoques permitem ponderar a questão da quantidade, qualidade e tempo, importantes para a sustentabilidade do sistema. Assim, nas atividades turísticas como a hospedagem, o estoque se configura nas acomodações e serviços oferecidos pelos meios de hospedagem. O limite da quantidade de leitos e unidade habitacionais, bem como a quantidade e qualidade dos serviços serão limitantes para o sistema. No transporte e guiamento, o número de vagas nos veículos, o número de guias e a qualidade dos equipamentos e serviços são fatores limitantes. No caso das rotas e roteiros (Figura 4.31), os produtos oferecidos que atraem os turistas, os ambientes, museus, centro histórico, manifestações e trilhas são transformados em objetos de consumo dos turistas, operadores e guias, e dos serviços dos barcos. Nesse caso, os estoques são os atrativos turísticos que proporcionam sensações, percepções e conhecimentos variados aos turistas. A qualidade e a quantidade dos atrativos articulados com os serviços turísticos são limitantes do sistema.

As relações das atividades descritas, agrupadas e integradas, configuram-se no diagrama geral que ilustra a complexidade de interações expostas. Essa configuração sistêmica permite avançar em busca das quantificações dos fluxos de energia e relacionar com o conceito de emergia (ODUM, 2007), em que se analisam as transformidades solares de qualquer produto, ou agregar valores como emergia-dólar para realizar certas

transformidades solares. Dessa maneira, pode-se inferir sobre a quantidade de energia solar por dólar requerida para se fornecer um prato de pitu e comparar com o de tilápia, assim por diante.

A sustentabilidade da atividade turística na região semiárida de Xingó, com a perspectiva de atendimento a diversas dimensões, implica articulação entre os diversos segmentos da sociedade local e a gestão do território em que se insere o turismo.

O desenvolvimento do turismo é por vezes tido como fator redentor de localidades, mas seu controle é difuso e não passível de manejo de forma simplista. Em geral, a gestão do turismo por si só não resolve as questões sociais e os problemas de infraestrutura básica das populações, como adverte Barreto (1992).

A existência de planejamento do turismo que permita aumento de escala econômica, atingindo contingentes maiores de turistas e benefícios econômicos por longo prazo, exige elaboração de redes de articulação entre formas de associação na localidade, direcionando esforços para inserção no cenário regional e global. Os planejamentos turísticos têm prazo definido, menor que o desenvolvimento dito sustentável prevê. O crescimento econômico tende a acontecer de forma mais rápida do que as melhorias sociais para as comunidades locais e ações de conservação dos ambientes.

Os recursos locais não têm como reagir, em curto prazo, à força com que ocorrem as ações antrópicas. A estabilidade, apesar de ser diferente da original, seja no Rio São Francisco ou na caatinga da região, é fruto de evolução biológica resultante de milhares de anos. Assim, a sustentabilidade da atividade turística implica ações convincentes em prol da conservação ambiental e inclusão das comunidades locais, permitindo que consigam melhores condições de vida.

Nesse contexto, as ações na área de educação são indicadas para que se formem cidadãos com uma ética planetária (Morin, 2005). Entretanto, o processo educacional costuma ser bem mais lento, fruto de gerações para se manifestar, mas se não houver mudança das convicções dos sujeitos, dificilmente haverá transformação. Isso vale para o turista, bem como para as comunidades receptoras.

O processo de educação ambiental insere-se nesse contexto, como ferramenta política para o reconhecimento da realidade da comunidade, bem como de articulação na construção de alternativas sociais, com princípios ecológicos, éticos, de justiça com gerações atuais e futuras (REIGOTA, 1995). Pela Educação Ambiental é possível desencadear iniciativas inovadoras para manejo ambiental, como exemplo citado por Souza (2007, p.227) dos protetores mirins da APA de Piaçabuçu/AL.

A realidade humana é trinitária e comporta as três instâncias: do indivíduo, da sociedade e da espécie (MORIN, 2005). Morin sugere uma capacidade de se perceber a si mesmo num contexto em que as três instâncias possam concorrer e se complementar frente ao dia a dia, nas tomadas de decisão, seja qual for a esfera. A condição é uma civilização de autonomia individual, mas com atitude reflexiva em que solidariedade, responsabilidade e auto-ética seriam inseparáveis. O pensar nas necessidades atuais locais e nas futuras gerações, apregoadas pelo desenvolvimento sustentável ou local carrega essas convicções.

O turismo tende a explorar ao máximo os espaços e compor seus produtos locais, como roteiros, serviços de lazer, e nesse sentido, não segmenta municípios. No entanto, o gerenciamento dos espaços é feito pelo empresário local ou atrelado ao gestor público local. Na divisa entre localidades em estados diferentes é complexa a gama de pressões e ações que os espaços sofrem nos limites desses municípios.

O gerenciamento dos espaços integrados são desafios para as localidades exploradas turisticamente, no sentido de garantir a sustentabilidade ecológica, que é condição para a manutenção dos espaços de produção de base local.

Outro desafio é permitir que os benefícios advindos da atividade turística sejam apropriados pela população local, não como subemprego, mas também com a perspectiva de gerirem o próprio negócio.

O esforço de tratar as demandas do turismo dentro do olhar para o território, como em Sergipe (SEPLAN, 2007) permite sedimentar a atividade turística de forma mais eficaz. Esse processo constitui-se em perspectiva de futuro positiva pela existência de planejamento em torno da melhoria das condições de vida das populações locais dos

territórios, na medida em que estabelece fontes de informação, cria espaços de diálogo, reúne representantes dos diversos setores, em que se estabelecem prioridades e articulações, em torno das melhorias de acesso a educação, cultura, esporte e lazer, saúde e segurança, bem como do desenvolvimento de infraestrutura, formas de produção e serviços. No entanto, atingir os objetivos é algo complexo e dinâmico que depende das articulações locais e dos agentes que participarão das instâncias de governança nos municípios e de território.

O projeto de Inventariação Turística do Programa de Roteirização do Ministério do Turismo, a organização em APL de Alagoas, envolvendo Piranhas e a integração do turismo no planejamento participativo, em nível de território em Sergipe, aponta cenário otimista, na medida em que se propõe a conduzir processo participativo envolvendo múltiplos segmentos da população nos estados.

O anúncio de licitação para se compor imagens aéreas em escalas 1:10.000 e 1:50.000 de todo estado permitirá colher dados e realizar análises georreferenciadas mais adequadas na área ambiental, integrando as formas de ocupação dos territórios, gerando produtos cartográficos e disponibilização de dados ao público geral e mais fácil de serem atualizados. O planejamento territorial e os próprios municípios de Sergipe terão referenciais para planejar e gerir suas áreas.

Em Alagoas, caminhou o processo de instalação dos APLs de turismo, que prevê organização e integração dos produtos turísticos. A questão que permanece é a integração dos estados, já que o sistema aqui escolhido, incluindo os três municípios, não tem estruturação para isso. Há como foi dito iniciativas dos gestores em realizar eventuais atividades integradas. Para o turismo, a organização tende a caminhar no sentido da organização dos estados.

Em termos de demanda e oferta a sustentabilidade depende do equilíbrio. Os investimentos que se projetam com o PRODETUR-NE II disponibilizando investimentos para 17 municípios do Pólo Velho Chico, a reconstrução da malha viária, em especial da Rota do Sertão, deve expandir o fluxo para Canindé de São Francisco e região. Todavia, os benefícios continuam concentrados e pouco se poderá modificar se não houver aumento

da permanência dos turistas, aumento de unidades hoteleiras, pousadas, restaurantes e serviços. Entretanto, a permanência implica maior qualificação dos serviços e ampliação das opções de lazer e entretenimento, bem como empreendedores e empreendimentos que vislumbrem isso.

A tendência é Canindé de São Francisco tornar-se um município indutor do turismo na região de Sergipe, um município com muitos problemas sociais, mas com arrecadação que leva a ousar ser um destino indutor, com atração de grandes investimentos na área de turismo.

A implementação de complexo hoteleiro na Fazenda Porto Belo tende a trazer maior possibilidade de articulação com o *trade* turístico, ampliando a capacidade de atração ao município de Canindé de São Francisco. Apesar disso, tende a ampliar a condição de município turístico voltado para um público elitizado. Isso exigirá dos demais meios de hospedagem melhorias nas suas condições de acomodação e serviços e, talvez, posicionamento em relação ao perfil de cada unidade a certo público.

Em Poço Redondo, não se vislumbra inserção de pessoas com formação na área de turismo para sua gestão. Entretanto, em longo prazo há tendência de se ampliar a atividade turística com melhoria de acesso da rodovia SE-206 até Canindé de São Francisco e ao Rio São Francisco.

A melhoria do acesso aos povoados de Currealinho e Bonsucesso abre perspectivas de melhorias no fluxo de mercadorias e transporte de pessoas entre as localidades e a sede, bem como facilitam aos investidores pensarem em estruturas adequadas ao turismo, próximo ao Rio São Francisco. Nesse caso, o resultado do investimento em infra-estrutura é duplo, não só ao turismo, mas também para a população. No entanto, cabe a gestão local planejar que tipo de turismo se pretende implantar, com a apropriação dos espaços turísticos pelos moradores locais ou como refúgios paradisíacos aos investidores externos. Mesmo que se determinem esforços nas duas frentes, a apropriação do turismo pela população local pode incluir empreendimentos de proprietários locais que possam estabelecer mínimo de profissionalização no setor.

A dificuldade de Poço Redondo se articular com os demais municípios do sistema em relação ao turismo não impede que se estruture junto ao seu vizinho de Alagoas, Pão de Açúcar ou Porto da Folha em Sergipe.

7.3.1 - Articulações da população em torno do turismo

As transformações proporcionadas pelo afluxo de capital pelo turismo são tão radicais que a população não mobilizada tende a ser marginalizada e pressionada tanto fisicamente pela proliferação de estruturas e serviços turísticos, como limitação e impactos nos espaços de pesca, coleta e plantio. Aos poucos a população tende a servir como mão-de-obra pouco qualificada e torna-se marginalizada. A lógica pode não ser esta, mas questiona-se em que circunstância se mobilizaria uma população para que se assegurem melhorias e benefícios com o turismo, sem tornar-se excluída do processo ou que possa manter seu modo de vida se assim desejar.

As populações ribeirinhas de Piranhas, em Entremontes, de Poço Redondo estão mais distantes da sede e do acesso a rodovias e benefícios que possam circular nas regiões. No sentido de segurança pública pode-se manter a tranquilidade típica dessas localidades, por outro lado tende-se a estabelecer distância de oportunidades de empregos, acesso a bens e serviços, que são agravantes ao turismo.

Mesmo que as localidades tornem-se atrativas ao turismo, que empreendedores percebam e invistam em estruturas e serviços aos turistas, os benefícios, investimentos tendem a vir de fora e aos poucos as populações locais tornam-se subempregadas ou tendem a sair da região, fenômeno comum relacionado ao turismo. Cabe a articulação e capacitação local no sentido de serem os próprios empreendedores e poderem manter sua sobrevivência na região, melhorando as condições de vida.

A perspectiva idealizada é que essa camada da população forneça produtos alimentícios para a cadeia do turismo, bem como, as organizações rurais possam atingir o patamar de organizar vivências no seu ambiente de produção, passíveis de se organizar roteiros turísticos rurais, como previstos no PNTRAF.

As associações culturais de danças comuns na região representam significativamente manutenção da identidade local, na medida em que não é gerada pela atividade turística e sim faz parte do cotidiano, que o turismo passa a valorizar. É importante que os espaços turísticos façam parte do cotidiano da população sendo lugares e não se transformem em não-lugares (RODRIGUES, 1997).

A crítica quanto ao caminho inicial de transformação dos destinos brasileiros ao turismo internacional continua tendo peso no processo de roteirização nacional e desperta reflexos em Canindé de São Francisco. Por outro lado as lições aprendidas no PRODETUR-NE I e propostas do PRODETUR-II podem trazer ações mais adequadas aos benefícios locais que o turismo possa trazer.

7.3.2 – Cenários contraditórios e perspectivas de sustentabilidade

Na perspectiva da sustentabilidade as relações expostas nos diagramas de sistemas e de relações causais revelam também contradições e elementos que exigem um contexto para a compreensão do desenvolvimento proposto para a região de Xingó.

Observou-se que o modelo de desenvolvimento da região antes implantado, baseou-se na agricultura irrigada e ainda hoje isto ocorre. No projeto Califórnia, por exemplo, dos produtores estabelecidos poucos, segundo gestor público de Canindé permaneceram, seja pela falta de orientação adequada no manejo da água e do solo, por desconhecimento do produtor, ou falta de investimento e apoio técnico. Esse olhar concorda com a visão de Vargas (1999) que apontou a alta rotatividade dos colonos resultante da diversidade e procedência desses, dos seus hábitos, instrução e valores. Parte da orientação dada seria responsabilidade da COHIDRO, que foi apontada como um órgão do estado, que não recebera a devida atenção ou investimento, necessitando de mais técnicos (VARGAS, 1999). As conclusões sobre o mau uso da terra concordam com Andrade & Oliveira (2004) e Araújo Filho e Carvalho (1997).

Os assentamentos rurais apresentam assim uma gama de pequenos agricultores que demandam orientação na própria atividade, exploração racional dos terrenos em ambiente semi-árido, bem como, em áreas irrigadas, com o problema de salinização dos solos.

Os modelos de produção estimulados na linha de convivência com o semi-árido podem não ser suficientes para o aumento da produtividade e renda locais. Alguns apontam que ensinar a conviver com o semi-árido seria um paradoxo na medida em que o sertanejo é o que sabe conviver. Mas, encontra-se nessas localidades aumento populacional de pessoas que não eram necessariamente do semi-árido ou se eram, não tinham a formação para a produção agrícola ou reproduziram as técnicas de plantio sem considerar as particularidades do ambiente. Soma-se a isso o fato de que alguns assentamentos receberam promessas de irrigação que não chegou, acumulando-se à falta de perspectiva, dessa forma a oferta para desmonte da caatinga para lenha tornou-se presente.

Ficou claro que o aumento gradativo da população residente, seja por atração por melhores condições de vida, como a alta renda, no caso de Canindé ou pelo aumento de assentamentos rurais nos três municípios tratados, estabeleceu-se uma complexidade própria que exige mais infraestrutura, apoio governamental, educação e capacitação profissional, aumento da produção e renda.

Na região de Xingó fomentou-se pesquisa, transferência de tecnologia e aumento da renda da população residente, após a instalação da Usina de Xingó. No entanto, há que se destacar o contexto de aparente contradição em que se instalam alguns projetos, na medida em que a sustentabilidade baseia-se no desenvolvimento de emprego e renda com culturas exóticas.

Outro aspecto é que algumas atividades desenvolvidas, em expansão no território, nem sempre são adequadas à sustentabilidade ecológica. No caso da piscicultura, por exemplo, a espécie que mais se desenvolveu na região é a da tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*). Trata-se de espécie exótica ao Rio São Francisco que está cada vez mais no cardápio dos restaurantes, com produções em ascensão. O modelo de produção em tanques-rede e beneficiamento aproveita inclusive o couro no fabrico de inúmeros produtos artesanais.

A produção de tilápia está trazendo alternativas para uma parcela da população, faz parte da dieta protéica da população local e dos cardápios dos restaurantes, mas cabe indagar se a população que se apropriou dessa tecnologia é local e se eram pescadores.

Mesmo que não sejam, a introdução da tilápia no rio São Francisco certamente influencia na dinâmica das teias alimentares e comunidades.

A produção de alevinos de espécies nativas e seu repovoamento parecem estar mais no caminho da conservação da biodiversidade, embora seja difícil o controle do que ocorre no Rio São Francisco, considerando as intervenções sofridas pelas barragens e os poucos estudos da composição e estoque das espécies nativas, antes delas.

A aquicultura trabalhada com espécies típicas do Rio São Francisco, como a iniciativa do trabalho que o mesmo Instituto Xingó procura desenvolver com o repovoamento do pitu (*Macrobrachium carcinus*) está mais de acordo com a sustentabilidade ecológica.

A ovinocaprinocultura, considerada vocação natural (LIMA et al, 2003), a princípio contradiz com a manutenção da caatinga, na medida em que gera impacto negativo nela (LEAL et al, 2005). Isso implica necessidade de se restringir e estabelecer zoneamentos em que se desenvolvem as atividades criatórias, monitoramento e fiscalização, para que a caatinga se conserve. Por outro lado, o plantio de caatinga estimulado em áreas de criação minimizaria os impactos negativos.

A criação de abelhas européias também tem seu papel reconhecido no aumento de renda local, mas também prescinde análise apropriada na medida em que se proliferam as espécies exóticas em relação à fauna das espécies de abelhas silvestres.

A crítica aos modelos propostos visa estabelecer reflexão contínua em prol da conservação dos espaços naturais aos quais se integram populações residentes, como fatores de identidade local, por sua vez, fundamentais ao turismo e a biodiversidade local.

No enfoque da sustentabilidade na sua dimensão ecológica, o fomento de ações no sentido da conservação da biodiversidade local exige a integração das ações com aquelas de desenvolvimento de atividades produtivas, mesmo que contraditórias. Trata-se da necessidade de manejo de forma integrada.

O turismo por si só também carrega sua contradição pela transformação dos espaços em espaços de consumo, no entanto, torna-se estimulador da conservação, na medida em que valorizam a diversidade local, os esforços de conservação e passa ser referencial aos turistas e aos residentes locais, num processo de retroalimentação contínua.

A articulação dos representantes das diversas instituições como das secretarias dos municípios, dos estados, CODEVASF, Instituto Xingó, Universidades, Ministério da Integração Nacional, Superintendência Regional de Pesca, Associações de pescadores implicam no partilhar e discutir as decisões em torno da piscicultura e sua territorialização.

A mesma lógica e consertação remete às formas de produção em áreas de caatinga e as unidades de conservação implantadas. Questionam-se os aspectos ambientais incluídos nessas formas de produção e de que maneira tal pensamento se torna parte da cultura daqueles que estão ligados a qualquer cadeia produtiva.

O esforço em delimitar as unidades de conservação pode definir os espaços em que as caatingas possam permanecer com suas características mais tempo.

A qualidade das águas do Rio São Francisco para uso humano, bem como para manter a fauna de pescado considerada típica, exigirá esforço integrado e depende, tanto dos municípios envolvidos, quanto do que acontece à montante, seja para captação de água, barramento e outros usos.

A gastronomia da região sofre maiores alterações na disponibilidade de recursos no período de maior fluxo turístico, ocasião que coincide com o defeso para peixes de piracema. Entretanto, a base dos peixes como surubim e tubarana vêm de outro sistema, de criatórios.

A diversificação de pratos que respeite os ciclos reprodutivos pode reduzir as pressões e fornecer alternativas aos restaurantes da região, bem como ao consumo local (SOUZA, 2007).

Apesar de muitos pescadores afirmarem nas entrevistas não pescar em períodos de

defeso, alguns pescadores afirmam o contrário, ao menos para o próprio consumo familiar. Diálogos continuados, após entrevistas mostram que há pescadores que pescam nesse período, ainda mais quando se encomenda alguma espécie. Não há como manter a sustentabilidade ecológica. Entretanto, entre os mecanismos para gestão ambiental, de acordo com Souza (2007, p. 218) o ambiente considerado como patrimônio envolve interesses e valores diversos que implica “maior participação das comunidades pesqueiras na tomada de decisões”.

Os artesãos de madeira afirmam unanimemente que não cortam uma árvore viva sequer para uso no artesanato. Uma das razões deve-se ao fato da madeira demorar muito para secar e há muita disponibilidade dela ainda, seca, na região. Aprofundando a discussão percebeu-se que há uma relação antagônica entre a preservação da caatinga e o uso para artesanato. Em Poço Redondo, a maior parte da madeira utilizada advém da ocupação no território, para plantio de variedades alimentícias. O modelo de ocupação transformou áreas de caatinga em pastagem ou áreas de plantio, já que não se conhecia ou ainda pouco se conhece a respeito das possibilidades de se explorar produtos não madeireiros derivados de caatinga em pé. Tudo indica que a atividade artesanal é incipiente e não tem a capacidade de provocar redução das caatingas, até então. Pode inclusive tornar-se estimuladora do plantio de espécies da caatinga.

Em relação ao envolvimento das populações locais a fim de se apropriarem dos benefícios que o turismo possa trazer um dos caminhos é a organização de caráter associativista, como associações e cooperativas, similares ao exemplo da Prainha do Canto Verde no Ceará, símbolo de turismo de base comunitária no Brasil.

A dificuldade de estabelecer o turismo de base comunitária é que há poucas experiências como da Prainha do Canto Verde no Ceará e esta, ainda é recente, embora sua originalidade e exemplo sejam inegáveis. Analisando o que teria fomentado essa mobilização na Prainha do Canto Verde, percebe-se que existiu problemática anterior envolvendo questões fundiárias. O questionamento que se faz é se seria possível mobilizar comunidades em prol de um turismo de base comunitária no sistema em questão sem esse estado prévio.

Em Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Piranhas há várias instituições como associações agrícolas, grupos culturais, centro de artesanato e artes, projetos de inclusão de mulheres na produção associada ao cangaço, grupos de pescadores, grupos religiosos, associações de moradores, que podem ser articulados em rede, atrelando a produção de alimentos, geração de eventos culturais, produção artesanal vinculados ao turismo, como implantação e manutenção de estrutura turística mínima de hospedagem, alimentação, serviços e transporte aos atrativos, gerando circulação de recursos na comunidade local.

A atividade turística rural baseada na agricultura familiar, comum na região, tem possibilidade de se articular de forma mais eficaz, a partir da prática do associativismo, bem como se articular com arranjos produtivos locais. Essa articulação e intercâmbio de informações são previstos na Rede de Turismo Rural de Agricultura Familiar (REDETRAF). No entanto, os desafios são amplos no sentido de transformar comunidades em atores nos planos e projetos turísticos ou torná-los empreendedores (AZEVEDO & OIVER, 2008).

As ações de ecoturismo incluem na sua concepção, seja como segmento do turismo ou como modelo de gestão da atividade turística os princípios de conservação ambiental, participação e vínculo com a comunidade local, partilhando benefícios, bem como faz uso da educação ambiental. Assim, prevê a organização das comunidades locais em torno da atividade turística, como forma de valorização da cultura local e aglutinador nas ações de conservação.

7.3 – OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Os indicadores selecionados foram categorizados, de acordo com o modelo Pressão-Estado-Resposta (PER). A seleção de indicadores para universos mais específicos como no caso da sustentabilidade ecológica das plantas *Commiphora leptophloeos* (Mart.) J. B. Gillett (Imburana de cambão) e *Melocactus* sp (coroa de frade) ambas usadas no artesanato, bem como a pesca do *Macrobrachium carcinus* Linnaeus, 1758 (Pitu) com grande relação com o turismo pode ser desenvolvida a partir dos diagramas de alças causais.

Dessa forma, foi possível selecionar uma série de indicadores para se compor informações sobre a sustentabilidade da pesca artesanal de pitu relacionada ao turismo (Figura 4.19).

Os indicadores de pressão incluíram a produção de pescado de pitu desembarcado e vendido (Kg/variedade/esforço de pesca); quantidade de pitu consumido nos restaurantes locais (Kg/mês); quantidade de pitu comprado por bares e restaurantes advindo da faixa do Rio São Francisco incluída no sistema estabelecido pela pesquisa (Kg/mês).

Os indicadores de estado são: quantidade de pitu comprado pelos restaurantes advindos de fora do sistema (Kg/mês), disponibilidade de pitu local, de acordo com o número de respostas positivas a questionários com atravessadores, bares e restaurantes, tamanho da população de pitu por ponto de pesca (número de indivíduos por ponto de pesca), tamanho médio dos indivíduos de pitu capturados por covos por ponto de pesca (cm/ponto de pesca).

Os indicadores de respostas selecionados foram: número de ações de fiscalização sobre a pesca de pitu e sobre os restaurantes locais (número de ações/mês); número de ações de orientação aos turistas quanto a não comprarem pitu pequenos e nem fêmeas ovadas (número/mês), quantidade de fêmeas ovadas fornecidas ao Instituto Xingó para Programa de repovoamento (número de fêmeas ovadas/mês), quantidade de programas e campanhas de esclarecimento e orientação aos pescadores (número de programas ou campanhas por mês).

Na mesma abordagem, considerando-se o artesanato de madeira baseado na Imburana de cambão foram selecionados os indicadores de pressão, estado e resposta (Figura 4.20).

Os indicadores de pressão incluiriam o tamanho das áreas de caatinga desmatadas (ha ou Km²/ano), tamanho das áreas ocupada por assentamentos, atividades agrícolas ou a pecuária (ha ou Km²/ano); consumo de artesanato de madeira local (unidade/mês), compra

de artesanato de madeira local pelos pontos de venda (unidade por tamanho/mês), e venda externa de artesanato de madeira local (unidade/tamanho/mês).

Os indicadores de estado poderia ser o tamanho das populações de imburana de cambão disponíveis em cada área (indivíduos/ha ou Km²), o estoque de madeira dos artesãos locais (volume/ano), o consumo de artesanato de madeira advindo de fora do sistema pelos pontos de venda (unidade/tamanho/mês) e o tamanho das áreas de caatingas conservadas (ha ou Km²/ano).

Os indicadores de resposta incluiriam o número de ações de fiscalização quanto ao desmatamento (unidade de ação/mês); número de processos contra desmatamento da caatinga local (número de processos/ano); número de campanhas em prol da conservação e recuperação das caatingas locais (número de campanhas/ano); e tamanho das áreas protegidas por unidade de conservação (há ou Km²/ano).

A partir dos diagramas de sistemas e das relações estabelecidas selecionaram-se indicadores de sustentabilidade na região. Os indicadores selecionados são de escala local e representam níveis de informação tais como os índices socioeconômicos, como IDH e índice GINI. As formas de avaliação indicadas também foram categorizadas, de acordo com o modelo Pressão-Estado-Resposta (PER) e posteriormente divididas em dimensões de sustentabilidade ecológica, social, econômica, política e cultural (Quadro 7.3).

Quadro 7.3 – Indicadores de sustentabilidade a partir de estudo na região semiárida de Xingó, municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco em Sergipe e Piranhas em Alagoas, em 2008.

Dimensão da sustentabilidade	Indicador
ECOLÓGICA	Pressão Quantidade de visitantes e turistas ao longo do ano por localidade; Quantidade de atividades que margeiam e geram resíduos no rio Contingente de pessoas que freqüentam o bar ou restaurante em períodos de pico de visitação; Dimensão das áreas desmatadas de caatinga; O número de assentamentos e acampamentos rurais existentes em caatinga; O tamanho das áreas ocupadas com atividade agrícola e pecuária; Tamanho das áreas de caatinga ocupadas no perímetro de expansão urbano;

Continua

Continua

Dimensão	Indicador
ECOLÓGICA	<p data-bbox="480 304 560 333">Estado</p> <p data-bbox="480 338 1386 792">Qualidade de água dos rios nos pontos de banho de turistas e de consumo humano por localidade; Quantidade de áreas de caatinga que restam na região; Número de assentamentos e acampamentos rurais; Capacidade de recepção, coleta e tratamento de esgotos; Número de unidades de conservação com caatinga e tamanho da área conservada; Percepção dos pescadores quanto à abundância ou diminuição dos peixes e crustáceos; Percepção da população local, dos visitantes e turistas em relação ao volume de lixo gerado e o consumo de água em espaços turísticos; Percepção da população local, dos visitantes e turistas em relação à limpeza e conservação dos espaços turísticos; Existência de planos de gestão ou manejo nas unidades de conservação. Número de projetos de turismo rural e ecoturismo de acordo com os princípios do turismo sustentável.</p> <p data-bbox="480 797 584 826">Resposta</p> <p data-bbox="480 831 1386 1229">Quantidade de ações em prol da conservação da caatinga; Número de ações de educação ambiental por segmento ligado ao turismo; Quantidade de ações voltadas ao plantio de espécies nativas; Quantidade de ações de pesquisa e repovoamento de peixes e crustáceos nativos; Número de pesquisas sobre as relações ecológicas estabelecidas pelas espécies nativas; Número de pesquisas sobre influências das espécies exóticas no rio São Francisco e nas caatingas; Quantidade de planos de manejo e ações de monitoramento das trilhas exploradas turisticamente; Existência de planos de gestão e manejo com perfil participativo; Número de cursos, oficinas, palestras para formação da população local em relação a questões ambientais.</p>
SOCIAL	<p data-bbox="480 1245 568 1274">Pressão</p> <p data-bbox="480 1279 1337 1453">Nível de tolerância da população local ao turista; Nível de desemprego na região; Volume de água distribuído por carros pipa por pessoa por localidade atendida; Nível de remuneração abaixo da média do território relacionado ao turismo; Gasto médio do turista na região. ICMS e royalties derivado da geração de energia elétrica pela UHE de Xingó</p> <p data-bbox="480 1458 560 1487">Estado</p> <p data-bbox="480 1491 1386 1733">Número de organizações atuantes; Número de ações articuladas entre organizações e iniciativa pública e privada; Quantidade de empreendimentos e serviços de turismo de propriedade dos moradores locais; Quantidade de empregos gerados pelo turismo; Número de artesãos existentes e novos; Percepção da disponibilidade de mão de obra especializada para os setores do turismo e da gastronomia.</p> <p data-bbox="480 1738 584 1767">Resposta</p> <p data-bbox="480 1771 1386 2018">Quantidade de metas estabelecidas junto às comunidades rurais. Cursos, oficinas, palestras para formação da população local para ampliar oportunidade de renda na área de hospitalidade e lazer; Número de empreendimentos e serviços de turismo novos de propriedade dos moradores locais; Quantidade de empregos gerados pelo turismo; Volume de investimentos públicos em programas de geração de renda e inclusão social a partir do turismo.</p>

Dimensão	Indicador	Conclusão
POLÍTICA	Estado	
	Existência de plano diretor, plano de turismo e conselho de turismo; Representação em fóruns estadual e territorial; relatório anual de fluxo turístico; Existência de sistema de informações sobre organizações e ações de articulação com o turismo e o poder público local; Plano de infra-estrutura	
	Resposta	
	Quantidade de demandas territoriais atendidas importantes ao turismo; Quantidade de planos de gestão e manejo com perfil participativo; Quantidade de articulações entre as organizações atuantes com o turismo e o poder público local por setor; Volume de investimentos dos setores públicos na infra-estrutura local e turística. Volume de investimentos públicos em conservação das caatingas;	
ECONÔMICA	Pressão	
	Quantidade de visitantes e turistas ao longo do ano por localidade Produção mensal de pescado desembarcado à montante e a jusante da barragem, por localidade; Quantidade de pessoas que freqüentam o estabelecimento, A quantidade de pescado local consumido (kg ou unidade);	
	Estado	
	Números de atrativos turísticos existentes na região; Número de atrativos turísticos potenciais para o turismo; Grau de satisfação dos visitantes ou turistas em relação aos passeios usufruídos; Grau de satisfação dos turistas em relação aos serviços turísticos consumidos; Grau de satisfação dos visitantes ou turistas em relação à qualidade dos pratos consumidos nos restaurantes; Grau de satisfação dos turistas ou visitantes em relação à qualidade e variedade dos produtos de artesanato local; Existência de sistema de coleta de dados sobre fluxo turístico Fluxo turístico atualizado; Relatório anual de fluxo turístico; Volume de produtos comercializados internamente e externamente de acordo com artesãos locais; Número de atividades de turismo rural e ecoturismo.	
	Resposta	
	Número de metas estabelecidas junto às comunidades rurais em relação à qualidade e quantidade no fornecimento de produtos aos Projetos e atividades de turismo rural e ecoturismo Volume de investimentos públicos em programas de geração de renda e inclusão social.	
CULTURAL	Pressão	
	Nível de degradação do patrimônio cultural material; Nível de alteração dos hábitos e costumes locais.	
	Estado	
	Número de entidades culturais existentes e nível de atuação; Quantidade de patrimônio cultural material preservado.	
	Resposta Número de cursos, oficinas, palestras para formação da população local em relação à valorização da cultura local; Quantidade de programas de valorização e conservação do patrimônio histórico e cultural.	

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008).

As **pressões** na base de recursos naturais são exercidas principalmente pelas atividades de pesca, artesanato, gastronomia, agricultura, pecuária, piscicultura, atreladas ao turismo. A proposta é identificar os principais pontos em que as pressões são exercidas. O aumento de visitantes e turistas à localidade traz dinheiro e permite circulação de serviços e mercadorias; por outro lado geram mais efluentes e lixo, consumo de água, abertura de trilhas, barulho, impacto no patrimônio material.

A análise da dimensão da **Pressão** pode ser avaliada da seguinte forma:

- a. Quantidade de visitantes e turistas ao longo do ano por localidade (visitante local/mês) em áreas de embarques e desembarques e nas praias fluviais: a) de Canindé; b) orla de Piranhas Baixa e Entremontes; c) Curralinho e Bonsucesso, em Poço Redondo; d) Margem da Fazenda Duas Irmãs na Trilha de Angico; e) atracadouro do lago e restaurante Karranca's;
- b. Nível de tolerância da população local ao turista, medido a partir das diferenças entre a satisfação da população em relação aos serviços e equipamentos em alta e baixa temporada, considerando o fluxo de visitantes (índice/trimestre)
- c. Nível de degradação do patrimônio cultural material (registros/patrimônio/ano);
- d. Nível de alteração dos hábitos e costumes locais, baseado em respostas a questionários aplicados com a população local;
- e. Produção mensal de pescado desembarcado à montante e a jusante da barragem por localidade (Kg/espécie/período), pois no caso da pesca as pressões coincidem com os pontos de pesca e desembarque no rio São Francisco;
- f. Quantidade de atividades que margeiam e geram resíduos no rio, que podem gerar efluentes e resíduos (número/ano);
- g. Quantidade de pessoas que freqüentam cada bar ou restaurante nos períodos de maior movimento (número de pessoas/período);

- h. Estimativa de volume de efluentes gerados pelos visitantes em períodos de pico e em períodos médios em função do destino dos efluentes (carga de efluentes/período);
- i. Quantidade de pescado local consumido nos restaurantes por variedade em períodos de baixo, médio e alto fluxo de visitantes (kg ou unidade/variedade/tempo);
- j. Dimensão das áreas desmatadas de caatinga (ha ou Km²/ano), pois os pontos mais pressionados coincidem historicamente com as atividades pecuárias e agrícolas, em que existem fazendas, sítios, acampamentos e assentamentos rurais e atualmente a pressão turística em trilhas e estradas.
- k. Número de assentamentos e acampamentos rurais existentes em áreas de caatinga (quantidade/ano);
- l. Tamanho das áreas ocupadas com atividades agrícola e pecuária (ha ou Km²/ano);
- m. Tamanho das áreas de caatingas ocupadas no perímetro de expansão e nos caminhos de maior fluxo turístico como as rodovias e acessos a estruturas turísticas (ha ou Km²/ano);
- n. O fluxo de visitantes nos locais de eventos de massa, de lazer e recreação (visitantes/localidade/período);
- o. Volume de água distribuído por carros pipa por pessoa por localidade atendida que se relaciona com dificuldade de acesso a infraestrutura básica (Litros/localidade/mês);
- p. Gasto médio do turista na região que aponta aporte de recursos (Reais/dia);
- q. Nível de remuneração abaixo da média do território relacionado ao turismo, indica quantidade de pessoas que prestam serviços por baixa remuneração (pessoas/ano).
- r. ICMS e royalties derivado da geração de energia elétrica pela UHE de Xingó que tem efeito sobre a atração de pessoas de baixa renda agravando quadro social (reais /tipo de imposto/mês).

Para a avaliação do **Estado** do sistema sugere-se:

- a. Número de atrativos turísticos existentes na região (atrativos/ano);
- b. Número de atrativos potenciais para o turismo por categoria (atrativos/categoria/ano);
- c. Grau de satisfação do turista em relação aos passeios usufruídos (respostas positivas a questionário/passeio/temporada);
- d. Grau de satisfação do turista em relação a cada serviço consumido, como hospedagem, transporte e guiamento (respostas positivas a questionário/serviço/temporada);
- e. Grau de satisfação dos visitantes ou turistas em relação à qualidade dos pratos consumidos nos restaurantes (respostas positivas a questionário/prato/temporada);
- f. Grau de satisfação dos turistas ou visitantes em relação à qualidade e variedade dos produtos de artesanato local (respostas positivas a questionário/temporada);
- g. Existência de sistema de coleta de dados sobre fluxo turístico por temporada (resposta positiva/temporada);
- h. Qualidade de água dos rios em cada um dos pontos de banho de turistas e de consumo humano (DBO/trimestre) à jusante: a) Paraíso do Talhado, atracadouro e restaurante Karranca's; b) praias fluviais de Canindé; c) orla de Piranhas Baixa e Entremontes, d) povoados como Jacaré, Currálinho e Bonsucesso, em Poço Redondo; e) Margem da Fazenda Duas Irmãs na Trilha de Angico;
- i. Quantidade de áreas de Caatinga que restam na região (ha ou Km²/ano);
- j. Número de assentamentos e acampamentos rurais previstos de se implantar (Acampamentos e assentamentos novos/ano);
- k. Áreas disponíveis e potenciais para instalação de novos assentamentos (ha ou Km²/ano);

- l. Capacidade de recepção, coleta e tratamento de esgotos em cada um dos pontos do sistema de maior visitação e permanência de visitantes e turistas (Capacidade de carga/temporada), tais como: a) restaurantes no lago de Xingó, junto ao Karranca's; b) em Piranhas, incluindo Entremontes; c) Orla de Canindé; d) Restaurante Angico; e) povoados de Poço Redondo, que mais recebem visitantes, como Bonsucesso e Curalinho; e f) meios de hospedagem, como Parque Hotel Xingó, Piranhas Centro Histórico e Entremontes;
- m. Percepção dos pescadores quanto à abundância ou diminuição dos peixes e crustáceos (respostas a questionários/mês);
- n. Percepção da população local em relação ao volume de lixo gerado e o consumo de água em espaços turísticos (respostas a questionários/temporada);
- o. Percepção dos visitantes e turistas em relação ao volume de lixo gerado e o consumo de água em espaços turísticos (respostas a questionários/temporada);
- p. Percepção dos visitantes e turistas em relação à limpeza e conservação dos espaços turísticos visitados (respostas a questionários/temporada);
- q. Existência de plano diretor, plano de turismo e conselho de turismo para avaliar a capacidade do poder público local de obter informações sistematizadas para a gestão do turismo local (resposta positiva/ano);
- r. Representação em fóruns estadual e territorial relativo à mobilização política para as questões do turismo e meio ambiente (participação/evento/ano);
- s. Relatório com fluxo turístico atualizado de acordo com os padrões nacionais (resposta positiva/temporada);
- t. Número de projetos de turismo rural e ecoturismo, de acordo com os princípios do turismo sustentável (projetos/ano);
- u. Existência de sistema de informações sobre as formas de organização e ações de articulação com o turismo e o poder público local (resposta positiva/ano);

- v. Número de organizações atuantes e nível de atuação como associações, cooperativas, organizações não governamentais, clubes (organizações/ano);
- w. Número de ações articuladas entre poder público e as diversas formas de organização com metas acordadas (ações/ano);
- x. Existência de plano de infra-estrutura que beneficia a população local e o turismo (resposta positiva/ano);
- y. Quantidade de empreendimentos e serviços de turismo de propriedade dos moradores locais, no sentido de avaliar a capacidade da população local de se apropriar dos benefícios do turismo e se organizar frente aos poderes públicos (empreendimentos/tipo/ano);
- z. Quantidade de empregos gerados pelo turismo de forma direta e indireta (empregos diretos/ano e empregos indiretos/ano);
- aa. Número de unidades de conservação com caatinga e tamanho da área conservada por categoria, de acordo com Sistema Nacional de Unidades de Conservação (UC/categoria/ha ou Km²);
- bb. Existência de planos de gestão ou manejo nas unidades de conservação (resposta positiva/ano);
- cc. Número de artesãos existentes (artesãos/ano);
- dd. Volume de produtos artesanais comercializados internamente e externamente de acordo com os artesãos locais (produtos/mês);
- ee. Percepção da disponibilidade de mão de obra para os setores do turismo e gastronomia (vagas por tipo de serviço/estabelecimento/temporada);
- ff. Quantidade de patrimônio cultural preservado (bens materiais/ano);

As **Respostas** dadas pela sociedade local e poder público, envolvidos nas atividades que interferem na sustentabilidade do sistema pode ser dimensionado por análises sobre as quantidades ou volumes de:

- a. Existência de política florestal para as caatingas (resposta positiva/ano);
- b. Quantidade de demandas territoriais importantes ao turismo atendidas no programa DESEVOLVER-SE (demandas atendidas/ano);
- c. Quantidade de projetos e metas estabelecidas entre poder público e comunidades rurais frente a suas necessidades e a conservação da caatinga (projetos/ano);
- d. Quantidade de acordos e projetos com metas estabelecidas com pescadores em relação à manutenção e reposição dos estoques de peixes e crustáceos nos rios (acordos/ano);
- e. Quantidade de ações em prol da conservação da caatinga junto às comunidades rurais e artesãos de madeira (ações/ano);
- f. Número de ações de educação ambiental para cada segmento (ações/segmento/ano): a) visitantes e turistas, b) população local, c) poder público, d) operadoras de turismo receptivo, e) meios de hospedagem, meios de transporte em turismo, restaurantes e serviços de guia, f) voltados para a valorização da caatinga, g) do rio São Francisco e os serviços ecossistêmicos gerados, bem como h) consumo sustentável e i) destino do lixo sólido;
- g. Quantidade de ações voltadas ao plantio de espécies nativas da caatinga (ações/ano);
- h. Quantidade de ações de pesquisa e repovoamento de peixes e crustáceos nativos (ações/ano);
- i. Número de pesquisas sobre as relações ecológicas estabelecidas pelas espécies nativas exploradas (pesquisa/ano), como *Melocactus* sp (coroa de frade) e *Commiphora leptophloeos* J.B. Gillett (imburana de cambão).
- j. Número de pesquisas sobre as relações ecológicas estabelecidas pelas espécies nativas exploradas no Rio São Francisco e as influências das espécies exóticas (pesquisa/ano);

- k. Quantidade de planos de manejo e de ações de monitoramento das trilhas exploradas turisticamente (plano de manejo e ações/ano);
- l. Existência de Planos de gestão e manejo das unidades de conservação com perfil participativo (resposta positiva/ano);
- m. Número de cursos, oficinas, palestras para formação da população local (ações/modalidade/ano) em: a) hospitalidade e turismo; b) questões ambientais; c) valorização da cultura e identidade local;
- n. Número de atividades de turismo rural e ecoturismo, de acordo com os princípios do turismo sustentável (atividades/ano);
- o. Número de articulações entre as organizações atuantes como associações, cooperativas, organizações não governamentais com o poder público local por segmento (articulações/ano);
- p. Número de empreendimentos e serviços de turismo novos de propriedade dos moradores locais (empreendimentos novos/ano);
- q. Quantidade de empregos gerados pelo turismo de forma direta e indireta (empregos/ano);
- r. Volume de investimentos dos setores públicos na infraestrutura local e turística (reais/ano);
- s. Volume de investimentos públicos em conservação da caatinga (reais/ano);
- t. Volume de investimentos públicos em programas de valorização e conservação do patrimônio histórico e cultural e da identidade local (reais/ano);
- u. Volume de investimentos públicos em programas de geração de renda e inclusão social a partir do turismo e artesanato (reais/ano);

Os indicadores locais tendem a ser mais numerosos na medida em que se buscam avaliar as diversas dimensões da sustentabilidade. A grande gama de indicadores citadas no quadro 4.9 dificulta a sua operacionalização pelos poderes locais, dessa forma selecionaram-se os indicadores que apresentam maior relevância face ao diagnóstico feito até então pelo estudo (Quadro 7.4).

Quadro 7.4 – Indicadores de sustentabilidade da atividade turística de acordo com a dimensão da sustentabilidade e tipo de indicador baseado no modelo Pressão – Estado – Resposta, selecionados a partir de estudo na região semiárida de Xingó, municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco em Sergipe e Piranhas em Alagoas, em 2008.

Dimensão	Indicador
Ecológica	<p>Pressão</p> <p>Quantidade de visitantes e turistas ao longo do ano por localidade; Contingente de pessoas que freqüentam bar e restaurante em períodos de pico de visitação.</p> <p>Estado</p> <p>Qualidade de água dos rios por localidade turística; Quantidade de áreas de caatinga que restam na região; Capacidade de recepção, coleta e tratamento de esgotos; Número de unidades de conservação com caatinga e tamanho da área conservada; Existência de planos de gestão ou manejo nas unidades de conservação. Percepção dos pescadores quanto à abundância ou diminuição dos peixes e crustáceos; Percepção da população local, dos visitantes e turistas em relação ao volume de lixo gerado e o consumo de água em espaços turísticos; Percepção da população local, dos visitantes e turistas em relação à limpeza e conservação dos espaços turísticos.</p> <p>Resposta</p> <p>Número de ações de educação ambiental por segmento ligado ao turismo; Quantidade de ações de pesquisa e repovoamento de peixes e crustáceos nativos; Número de pesquisas sobre relações ecológicas de espécies nativas e influências das espécies exóticas no rio São Francisco e nas caatingas; Quantidade de ações de monitoramento das trilhas exploradas turisticamente.</p>
Social	<p>Pressão</p> <p>Gasto médio do turista na região; Nível de remuneração abaixo da média do território. ICMS e royalties derivado da geração de energia elétrica pela UHE de Xingó</p> <p>Estado</p> <p>Quantidade de empreendimentos e serviços de turismo de moradores locais; Quantidade de empregos gerados pelo turismo; Número de artesãos existentes e novos; Percepção da disponibilidade de mão de obra para o turismo e gastronomia.</p> <p>Resposta</p> <p>Volume de investimentos públicos em programas de geração de renda e inclusão social a partir do turismo.</p>
Política	<p>Estado</p> <p>Existência de plano diretor, plano de turismo e conselho de turismo; Representação em fóruns estadual e territorial; relatório anual de fluxo turístico; Existência de sistema de informações sobre organizações e ações de articulação com o turismo e o poder público local;</p> <p>Resposta</p> <p>Quantidade de demandas territoriais atendidas importantes ao turismo; Volume de investimentos dos setores públicos na infra-estrutura local e turística. Volume de investimentos públicos em conservação das caatingas;</p>

Continua

		Conclusão
Dimensão	Indicador	
Econômica	Pressão	Produção mensal de pescado desembarcado por localidade; Quantidade de pessoas que freqüentam os bares e restaurantes; A quantidade de pescado local consumido (kg ou unidade);
	Estado	Números de atrativos turísticos existentes na região; Número de atrativos turísticos potenciais para o turismo; Grau de satisfação dos visitantes ou turistas em relação aos passeios usufruídos; Grau de satisfação dos turistas em relação a cada serviço consumido em hospedagem, transporte e guiamento; Grau de satisfação dos visitantes ou turistas em relação à qualidade dos pratos consumidos nos restaurantes; Grau de satisfação dos turistas ou visitantes em relação à qualidade e variedade dos produtos de artesanato local; Existência de sistema de coleta de dados sobre fluxo turístico e relatório anual de fluxo turístico; Número de atividades de turismo rural e ecoturismo.
Cultural	Estado	Número de entidades culturais existentes e nível de atuação; Quantidade de patrimônio cultural material e nível de preservação por localidade.
	Resposta	Quantidade de programas de valorização e conservação do patrimônio histórico e cultural.

Fonte: Autor (Pesquisa de campo, 2008).

7.5 - SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA

A expressão ‘SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA’ tende a trazer interpretações variadas, na medida em que os dois termos carregam subjetividades. O termo sustentabilidade remete a um objeto com tal substantivação e pressupõe várias dimensões, o que implica se definir qual interpretação está no discurso.

A atividade turística tende a ser encarada como atividade econômica comumente relacionada com troca monetária. Pode-se interpretar como sendo atividade econômica que visa se manter por longo prazo, considerando os recursos escassos e as demandas crescentes, com maior lucro e sem implicações mais amplas. Nessa linha, pode-se pensar que o direcionamento se dá no sentido do empreendedor, proprietário de um negócio.

Por outro lado, o turismo pode ser visto como um fenômeno social que surgiu antes da perspectiva econômica, pela necessidade de se deslocar e conhecer outros locais e

culturas. Atualmente se insere no contexto de uma sociedade científico-tecnológica (Molina, 2004; Boullón, 2002) como outras atividades humanas e áreas do conhecimento, mas traz a perspectiva de reconhecimento do outro (alteridade), da diferença (diversidade) e para a tolerância.

Qualquer contato entre duas culturas tende a trazer modificação nos hábitos, comportamentos, desejos e necessidades. A presença de visitantes e os meios de comunicação, como TV e internet, tendem a influenciar as comunidades. A descaracterização cultural dependerá das forças e influências existentes na comunidade, quanto à valorização de suas tradições e cultura.

Do ponto de vista econômico, o fluxo de pessoas induz a um aumento da oferta de serviços aos visitantes, alternativa de renda à população, mas a ausência de critérios, controle e organização, podem trazer péssimas condições de higiene, deterioração arquitetônica, aumento da violência, destruição de áreas naturais, transformação de espaços públicos em não-lugares à população residente. Essa ainda não é a situação do sistema estabelecido no estudo.

A atividade turística, hoje, inclusive no sistema aqui proposto depende de capital, de atrativos transformados em espaços de consumo, divulgação para atrair consumidores de espaços e cultura. Nessa perspectiva econômica, os gestores públicos vislumbram possibilidades de desenvolvimento de sua região atraindo recursos e dessa forma, ampliação de emprego e impostos, entre outros. As políticas públicas são elementos importantes para implementação do turismo e a articulação entre as esferas de poder público nacional, estadual e municipal permite intensificar e tornar concretas as ações em torno do turismo.

Mesmo do ponto de vista econômico, e talvez, mais em função das conseqüências desse setor, a concretização de sustentabilidade envolve necessidade de estabelecimento de parâmetros para se balizar o grau de sustentabilidade.

O planejamento do desenvolvimento do turismo na região que se busca ser sustentável requer monitoramento e avaliação contínua por equipe multidisciplinar, mas

implica tolerância e criatividade para que se gerem informações mais próximas do que se pretende avaliar, em uma consertação de interesses que exige participação dos diversos segmentos da comunidade (BENI, 2006; SOUZA, 2007) ligados ao turismo na seleção de indicadores e organização das informações obtidas.

A sustentabilidade da atividade turística é proposta aqui no sentido de envolvimento, responsabilidade com as questões sociais, ambientais, econômicas e culturais, como os princípios propostos no ecoturismo, de forma a estabelecer indicadores que auxiliem empreendedores, os gestores públicos, a população local e os visitantes, na tomada de decisão ou escolha dos serviços.

O cenário exposto acima remete à reflexão sobre os indicadores de sustentabilidade em diversas dimensões, conferem às características próprias da escala local que é apresentar uma gama maior de indicadores (BELLEN, 2006) e mostra a complexidade que envolve a sustentabilidade. Eles sinalizam informação num determinado sentido ou tendência e devem ser usados como mais um elemento para avaliação e tomada de decisão como apontara Santos (2004), nunca os únicos.

Os indicadores de sustentabilidade da atividade turística selecionados consideram a gastronomia e artesanato, além do peso à participação da população local, de acordo com os objetivos desse estudo. A maioria são indicadores simples e buscam revelar a situação atual do sistema, bem como a facilidade de interpretar e mostrar tendências ao longo do tempo, de forma que o usuário possa conceber a significância de seu valor, de acordo com a dimensão proposta.

Assim, os indicadores selecionados consideram a necessidade dos poderes públicos obterem informações sobre fluxos turísticos, formas de organização da população local, das atividades que pressionam as caatingas e o rio São Francisco; exigem articulação de informações junto aos prestadores de serviços aos visitantes e turistas, seja no transporte e guiamento, como nos restaurantes e meios de hospedagem para obterem informações sobre qualidade e quantidades; articulação com o segmento de artesanato e pesca artesanal, no sentido de dimensionar as atividades econômicas, como reconhecer a pressão sobre as espécies nativas; a conservação dos espaços turísticos, do patrimônio histórico-cultural

material, bem como conservação dos ambientes naturais com a presença de unidades de conservação e estabelecimento de planos de gestão e manejo; o fomento a valorização da identidade cultural local; a capacidade de dinamizar alternativas de renda em turismo rural e ecoturismo, bem como estimular a capacitação da população local para hospitalidade e lazer; dimensionar a capacidade de infraestrutura instalada para atender as demandas da população local e do turismo; e capacidade de representação política nas esferas de governo territorial, estadual e nacional para ter suporte de atendimento às demandas.

Cabe destacar, que a avaliação por indicadores representa esforços dos gestores públicos na mudança de quadros negativos para situações que tendam a maior sustentabilidade. Para tal, alguns indicadores de resposta como investimentos públicos internos e externos em prol do turismo regional, do desenvolvimento da agricultura irrigada, da produção de carne e derivados e de benefícios sociais, tendem a se tornar indicadores de pressão política, apesar de serem considerados inicialmente indicadores de resposta.

CAPÍTULO 8

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

8.1 - CONCLUSÕES

A sustentabilidade da atividade turística pressupõe ações individuais e coletivas, concebendo-se a realidade trinitária de indivíduo, sociedade e espécie. Dessa forma, há ações na região que convergem nesse sentido, o que traz perspectiva positiva, entretanto, há ações em sentido contrário, que implica enfrentamento da discussão da sustentabilidade em várias dimensões.

Na dimensão ecológica, o programa de repovoamento de pitu no Rio São Francisco e a criação de Unidades de Conservação de caatingas são favoráveis à sustentabilidade. Por outro lado, a variedade de peixes típicos mais consumidos pelos turistas na região, tanto surubim como tubarana, são dependentes de outros sistemas, trazidos por distribuidores. A base de sustentação atual também inclui peixes exóticos como tucunaré e tilápia, reconhecidos pelas alterações nas populações de peixes nativas.

A análise sistêmica das relações entre turismo, o artesanato e a gastronomia na área de estudo permitiu evidenciar as diversas influências e ações que caminham a favor da sustentabilidade em determinada dimensão e se distancia em outra.

A descrição dos subsistemas das cadeias produtivas permitiu evidenciar a complexidade de fatores que concorrem e se complementam, destacando-se as interações, os fluxos materiais e energéticos.

A pesca artesanal no Rio São Francisco e o turismo apresentam forte relação, em especial entre preço de mercado e fluxo turístico, enquanto que o artesanato de madeira mostrou-se em ascensão, mas com menor influência sobre as caatingas.

As conexões representadas nos diagramas de alças causais favoreceram a seleção de indicadores de sustentabilidade relacionando atividade turística e os recursos locais como na pesca do camarão de água doce, Pitu (*Macrobrachium carcinus*), bem como, no artesanato de madeira da imburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*).

O turismo, analisado como mais um dos fatores na dinâmica territorial, apresenta-se dependente de planejamento e organização para se tornar sustentável. A presença de inteligências locais para o turismo favorece a gestão e representação dos governos locais em instâncias de diálogo e na busca de recursos, para melhorias na infraestrutura e serviços às populações, sendo positivas na dimensão política. Entretanto, para monitoramento e planejamento na região, falta um sistema de informação apropriado.

Poço Redondo necessita de investimentos e políticas claras em relação ao turismo, que permita à população local se apropriar dos benefícios gerados, se integre aos demais municípios do sistema e também, ao mercado em escala regional.

Na dimensão econômica e social, a ampliação do fluxo turístico e a diversidade de atrativos turísticos trazem perspectiva de melhoria de oportunidades de trabalho e recursos à região, mas exige maior diversificação e qualificação dos equipamentos, serviços e produtos turísticos. Há também, necessidade de integração e consensos quanto à comunicação, seja para o receptivo local, aos gestores públicos e agências de turismo dos pólos emissivos. A articulação das cadeias produtivas locais traz perspectiva de sustentabilidade, embora atividades como caprinocultura, agricultura e piscicultura baseadas em espécies exóticas contrariem a sustentabilidade ecológica.

A identidade cultural, com vínculo no sertão e cangaço, se estabelece como temática frequente e explorada turisticamente nos municípios do estudo. Em Piranhas, esse elemento se soma ao patrimônio cultural material e imaterial organizado no município.

Da complexidade multidimensional em que se insere o turismo foi possível selecionar indicadores de sustentabilidade da atividade turística que podem se tornar parâmetros de referência aos gestores do sistema. Os indicadores selecionados reforçam a necessidade de se estabelecer sistema de informações pelos gestores públicos locais, para fornecer dados atualizados e permitir análise mais criteriosa das condições ecológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

8.2 - SUGESTÕES

Na dimensão ecológica, sugere-se ampliar as pesquisas sobre as relações ecológicas entre as espécies nativas do rio São Francisco e das caatingas, bem como a influência das espécies exóticas.

Há necessidade de implantação de análise do estado de conservação da caatinga, identificando áreas ainda conservadas e as pressões sobre elas. A fiscalização e o trabalho de sensibilização dos pescadores, em período de defeso, devem ser intensificados, bem como a fiscalização e orientação para regular as atividades de piscicultura. Há que se pesquisar ações de estímulo ao aumento da população de pitus, como o repovoamento iniciado e aprofundar os estudos sobre a demanda crescente e a redução da oferta de pescado, para compreender a relação entre período de maior fluxo turístico com períodos de defeso.

Na mesma linha de raciocínio, estudos sobre a distribuição de cabeças de frade e imburana de cambão na região, bem como formas de plantio e monitoramento, podem contribuir com a sustentabilidade e se tornar atração turística.

Em relação ao artesanato de areia, sugere-se garantir que a areia coletada do rio não se constitua em ato ilegal de exploração de recursos minerais, mesmo que em pequena quantidade, bem como se busque garantias de segurança de quem coleta e manipula tal areia, já que poderia conter substâncias que trazem prejuízo à saúde dos coletores e artesãos.

Na regularização e licenciamento dos assentamentos rurais, informações sobre as áreas e famílias assentadas e em processo de assentamento, vistas sobrepostas às áreas de caatinga conservadas, podem auxiliar nesse processo, bem como direcionar esforços na definição de unidades de conservação da região.

Todos os serviços relacionados ao turismo e o poder público local devem incorporar no seu cotidiano as questões ambientais estabelecendo ações de educação ambiental nas suas práticas e políticas.

Do ponto de vista da sustentabilidade econômica, a capacidade de articulação dos vários segmentos de produção e serviços e os investimentos pode gerar efeitos positivos nessa dimensão. Os negócios de pequeno porte podem ser articulados junto ao SEBRAE, prefeitura e estado, de forma a qualificar melhor seus serviços turísticos.

Articulações entre as formas de associativismo existentes podem potencializar integração das cadeias produtivas da agricultura familiar, pesca artesanal, artesanato e grupos culturais, com o turismo.

Os poderes públicos devem articular e fomentar a distribuição mais adequada de meios de hospedagem e serviços turísticos de qualidade considerando a integração dos três municípios, como forma de planejar o espaço turístico.

Sugere-se mediação do poder público no sentido de articular empreendedores para viabilizar, de forma administrativa e comercial, a Fazenda Mundo Novo como importante produto turístico, com estrutura de visitação aos sítios arqueológicos, trilhas em meio à caatinga e contato com o lago do cânion.

As trilhas têm grande potencial para o ecoturismo por gerarem interação maior com os ambientes naturais associando ao elemento cultural. Dessa forma, deve-se investir em pesquisa sobre as trilhas da região, no sentido de mapear e diagnosticar o estado de conservação prévio, ocupações no entorno, situação fundiária das terras por onde passa. Nessa linha, indica-se aplicar metodologia de Manejo do Impacto da Visitação na trilha da Grota de Angicos, como referência às demais trilhas a serem exploradas.

No sentido da adequação dos produtos turísticos, a sugestão é padronizar a nomenclatura dada aos atrativos turísticos, que exige parceria entre operadoras de receptivo, meios de hospedagem, além de política de preços e comissões claras. Os poderes públicos locais, juntamente com as inteligências em turismo, podem estabelecer roteiros integrados para a constituição de centros turísticos, que em tese ampliariam pernoites e dinamizariam a economia local.

A oferta de pratos típicos pode ser combinada, de forma a estabelecer pólo gastronômico na região, explorando, o tucunaré e a tilápia na região do lago de Xingó, voltado para minimizar os impactos ecológicos desses peixes; piau e xira nos povoados Currálinho e Bonsucesso, em Poço Redondo, devido à abundância desses peixes. Instituições como SEBRAE, SESC e chefes de cozinha podem auxiliar na construção de pratos atrativos.

Na linha da organização dos atrativos, há que integrar e qualificar os centros de artesanato de Piranhas e Poço Redondo, bem como estabelecer as diferenças no caso da implantação de mais um, em Canindé de São Francisco. Pode-se estimular e integrar projetos de ecoturismo e turismo rural na região, bem como, organizar roteiros baseados no saber-fazer, nas formas produtivas da agricultura familiar, que valorize também a história e a cultura das populações ribeirinhas de pescadores.

Como apoio à pesca artesanal, a sugestão é implantar e organizar pontos de venda do pescado nos municípios, com equipamentos de armazenamento, além de articular o poder público e as entidades de pesca para estabelecer estatística pesqueira, de acordo com IBAMA, para conhecer e monitorar a produção pesqueira.

Para a sustentabilidade social, sugere-se melhorar acesso das populações ribeirinhas às suas sedes. É necessário ampliar investimentos em infraestrutura de tratamento de esgotos e efluentes e fornecimento de água para as populações locais, bem como dimensionar a capacidade dos espaços turísticos em períodos de pico de visitação. Os setores relacionados ao trade turístico devem fomentar a qualificação da mão de obra a partir de organização do setor, para que sejam capazes de articular com outras instituições sociais.

Em relação à sustentabilidade política sugere-se que o poder público tenha maior gama de informações, sobre as atividades dos municípios e articule os envolvidos buscando as soluções. Nessa linha, sugere-se a implantação de sistema de coleta de dados e elaboração de relatórios de fluxo turístico atualizados, democratizando informações aos interessados.

As políticas públicas e o empenho do poder público podem reduzir problemas e fomentar soluções como o incentivo à regularização de pescadores, bem como, geração de alternativas para que essas pessoas se profissionalizem e mudem postura quanto ao uso de técnicas inadequadas. Poço Redondo merece política de valorização ao turismo, com inserção de inteligências qualificadas para dinamizar as possibilidades de inclusão social e articulação com outras instâncias de governança.

O poder público pode articular iniciativas de empreendedorismo coletivo formando rede de organizações de caráter cooperativo e associativo, de cunho econômico, social e cultural, atrelando produção de alimentos, geração de eventos culturais e produção artesanal vinculados ao turismo.

Quanto à sustentabilidade cultural, Canindé de São Francisco deve dar continuidade e reconhecer seu patrimônio histórico material e definir a possibilidade de uso ao turismo. Há necessidade de se promover programas de valorização da cultura local e as possibilidades de vínculo com o turismo. A região apresenta atrativos culturais comuns aos três municípios, que permite maior integração cultural.

Um planejamento paisagístico poderia estimular a auto-valorização da população local e ao mesmo tempo, tornar mais atrativa as cidades para o turismo.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A.N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: *Estudos Avançados*, 1999, v. 13, n. 36, pp. 7-59.
- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e democracia. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n 71, p 11-16, dez./fev, 1997.
- DIAS, R.; M. R. A. *Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições*. v. 1. Campinas: Alínea, 2002.
- ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - *Boletim de monitoramento dos reservatórios do Rio São Francisco*. v.3, n. 8, ago. 2008.
- ANA/GEF/PNUMA/OEA. *Enquadramento dos corpos d'água*. Estudo técnico de apoio ao PBHSF – N° 05. Projeto de gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na Bacia do São Francisco, Abril de 2004.
- ANDRADE, A.L.G. de. Reservas extrativistas e desenvolvimento florestal sustentável. In: *Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)*, Campinas: Unicamp, 1996. p. 1-18.
- ANDRADE, J.B & OLIVEIRA, T.S. Análise do espaço-temporal do uso da terra em parte do semi-árido cearense. In: *Revista Brasileira de Ciência do Solo*. n.28, p.393-401, 2004.
- ANDRADE, W. J. Manejo de trilhas para o ecoturismo. In: *Ecoturismo no Brasil*. Mendonça, R.; Neiman, Z. (org.). Barueri, SP : Manole, 2005. p. 131-152
- ARAÚJO FILHO, J. A. & CARVALHO, F. C. *Desenvolvimento Sustentado da Caatinga*. Sobral: Ministério da Agricultura: EMBRAPA/CNPC, 1997.

- AZEVEDO, U. R. de & OIVER, M. L. L. *Revitalização cultural: uma opção para o turismo no sertão*. www.turismosertanejo.com.br/index.php?target=artigos&id=12. 12 nov. 2008.
- BARRETTO, M. Turismo: novos mitos e velhos mitos revisitados. Mitologia e Ciência no Turismo. *Boletim do Curso de Turismo*. São Paulo: Faculdade Ibero Americana de Letras e Ciências Humanas (FIA), dez. 1992, 2 p. 21-23.
- BNB - Banco do Nordeste. *A atividade turística no nordeste*. Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 2005.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.
- BENI, M. C. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.
- BELLEN, H. M. van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLEN, H. M. van. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Revista Ambiente e Sociedade*. v. 7. n. 1, p. 67-87, 2004.
- BIANCHINI, I. M. E. *Usina Hidrelétrica de Xingó: perspectivas do turismo em Canindé do São Francisco – SE*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, 2006. 100p. Dissertação Mestrado.
- BOMFIM, L. F. C et al. *Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Canindé do São Francisco*. Aracaju: CPRM, 2002a.
- BOMFIM, L. F. C et al. *Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Poço Redondo*. Aracaju: CPRM, 2002b.

- BOULLÓN, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. Trad. Josely Vianna baptista. Bauru: EDUSC, 2002. (Coleção Turis)
- BORN, R. H. Agenda 21 brasileira: instrumento e desafios para a sustentabilidade. In CAMARGO, A. et al. *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Cap. 4. p. 79-97.
- BRANCO, S. M. *Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar*. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Política para o Desenvolvimento Sustentável. *Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: Plano de ações estratégicas e integradas para o desenvolvimento do turismo sustentável no Baixo São Francisco*. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. *Monumento Natural do Cânion do Rio São Francisco: informações para consulta pública*. Folder. Brasília, mar. 2008.
- BRASIL/CNRBC. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga. *Cenários para o Bioma Caatinga*. Brasília, 2003. CD-ROM Bioma caatinga. TerraView 3.0.
- BRASIL. Ministério do Esporte e Turismo. *Municipalização do turismo*. www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/083/prog083.htm. 10 out. 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. Brasília, 2004.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo*. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília, 2008a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. *Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa*. Brasília, dez 2006a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília, 2006b.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. *Turismo rural: orientações básicas*. Brasília, 2008b.
- BRITSKI, H. A. et al. *Manual de Identificação de Peixes da Região de Três Marias: com chaves de identificação para os peixes da Bacia do São Francisco*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações – Codevasf, Divisão de Piscicultura e Pesca, 1986.
- BRUSADIN, L. B. *Avaliação do programa nacional de municipalização do turismo: diferentes visões*. www2.anhembi.br/publique/media/leandro. 5 dez. 2008.
- BUENO, N. P. *Introdução à modelagem de sistemas complexos*. In: IPE-USP - Programa de Seminários Acadêmicos, 2005, São Paulo. Seminário Temático - Complex, 2005, v. 1, p. 1-32. www.econ.fea.usp.br/novo/econ/complex.htm. 10 jan. 2009.

- BURSZTYN, I. *Políticas públicas de turismo visando a inclusão social*. Rio de Janeiro: Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Tese Doutorado.
- BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais. In: BURSZTYN, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAMPANHOLA, C. & SILVA, J.G. da. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p.154-179. (Coleção turis)
- CAPORALI, R. & VOLKER, P.(orgs.). *Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais: Projeto Promos*. Sebrae - BID: versão 2.0. Brasília: Sebrae, 2004.
- CARVALHO, F. L de. *A pré-história sergipana*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- CHEVITARESE, L. & MATTOS, F.F. Participação: utopia ética pós-moderna para o turismo sustentável. In: *Comunidades sustentáveis: a partir do turismo com base local*. Salvador D.P. Trevizan (Org.) et al. Ilhéus: Editus, 2006.
- CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. *Usina Hidrelétrica de Xingó. Relatório de Impacto Ambiental- RIMA*. CHESF: ENGE-RIO, 1993. Relatório Técnico.
- COELHO, P. A.; LIMA, I. A. *Cultivo do camarão-pitu, Macrobrachium carcinus (Linnaeus, 1758) (Crustacea, Decapoda, Palaemonidae), em viveiros comerciais*. Boletim Técnico Científico do CEPENE, Tamandaré, v. 11, n. 1, p. 233-244, 2003.
- COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe. Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. *Perímetro*

- irrigado Califórnia*. <http://www.dehidro.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=20> .
10 out 2008.
- COIMBRA, J. de A. A. *O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental*. Campinas: Millennium, 2002.
- COLAÇO, M. A.S. et al. Biologia reprodutiva de *Melocactus glaucescens* Buining & Brederoo e *M. paucispinus* G. Heimen & R. Paul (Cactaceae), na Chapada Diamantina, Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Botânica*. v.29, n.2, p.239-249, abr.-jun. 2006.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. & ALMEIDA, H. M. de. Turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Vol. XI, n. 245 (57). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007. (Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana)
- CORIOLOANO, L.N.M.T. A exclusão social e o turismo. In: *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Universidad de la Laguna, Espanha, v 3, n 2, p 295-304, 2005.
- COSTA, F.J.C.B. (coord). *Recomposição da icitiofauna reofílica do Baixo São Francisco*. Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades desenvolvidas em terras na Bacia do São Francisco. Sub-projeto 1.3. Relatório final. Canindé de São Francisco: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, 2003.
- CORREIO DE SERGIPE. Exploração turística de catamarãs. Correio de Sergipe, Sergipe 11 mar. 2005. www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=3652. 10 jan. 2009.
- CREPALDI, D. V. et al. Montenegro, Sineide Correia Silva. *A conexão homem/camarão (Macrobrachium carcinus e M. acanthurus) no Baixo São Francisco: uma abordagem etnoecológica*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2002. Dissertação Mestrado.

- CREPALDI, D. V. et al. O surubim na aquacultura do Brasil. *Revista Brasileira de Reprodução Animal*, Belo Horizonte, v.30, n.3/4, p.150-158, jul./dez. 2006.
- CRUZ, R. de C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.
- DALE, P. Definindo ecoturismo...para quê? Para quem? In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (org.). *Ecoturismo no Brasil*, Barueri, SP: Manole, 2005. p.2-16.
- DA SILVA, R. R.; SAMPAIO, C. M. S.; SANTOS, J. A. *Fecundity and fertility of Macrobrachium amazonicum (Crustacea, Palaemonidae)*. *Braz. J. Biol.*, São Carlos, v. 64, n. 3a, Aug. 2004.
- DIAS, R. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- EMSETUR – Empresa de Turismo de Sergipe. *Sistema de informação hoteleira de Sergipe SIH/SE: indicadores da hotelaria sergipana*. Aracaju: EMSETUR, 2008.
- ENDRES, A. V. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo e a Constituição do Conselho Municipal de Turismo: em Análise, Belém do Pará. *Veredas - Revista Científica de Turismo*, ano I, n. 1, jul. 2002, p. 89-108.
- FARIA, D. S. & CARNEIRO, R. K. S. . *Sustentabilidade Ecológica no Turismo*. 1. ed. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FAUSTINO, F. et al. Fertilização e desenvolvimento embrionário: morfometria e análise estereomicroscópica dos ovos dos híbridos de surubins (pintado, *Pseudoplatystoma corruscans* x cachara, *Pseudoplatystoma fasciatum*). *Acta Scientiarum, Biological Sciences*. Maringá, v. 29, n. 1, p. 49-55, 2007.

- FEARNSIDE, P.M. *Human carrying capacity of the Brazilian rainforest*. New York: Columbia University Press, 1986.
- FELIX, S. A. Impactos das atividades turísticas sobre a vida dos pescadores profissionais do São Francisco. In: GODINHO, H.P & GODINHO, A. L. (org.). *Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. Cap. 24. p. 448-458.
- FERRI, M. G. *Vegetação brasileira*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- FONSECA, M. R. da. *Análise da vegetação arbustiva - arbórea da caatinga hiperxerófila do Nordeste do Estado de Sergipe*. Campinas, SP: Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 1991. 187 f. Tese Doutorado.
- FONSECA, V. & BASTOS, E. A. (coords.). *Sertão do Baixo São Francisco sergipano: bacia hidrográfica como unidade de estudo*. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe: Codevasf: CNPQ, 1997.
- FRANÇA, V.L.A.; CRUZ, M. T. S. (coord.). *Atlas escolar de Sergipe: espaço geográfico histórico e cultural*. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2007.
- FRANCO, A. de. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez consensos. In: *Revista Proposta*, n 78, p 6-19, set./nov., 1998.
- FREIRE, N. C. F. & PACHECO, A. da P. Aspectos da detecção de áreas de risco à desertificação na região de Xingó. *Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil*, 16-21 abril 2005, INPE, p. 525-532.
- GICEC/SUPES/SEPLAN - Gerência de Informações Geográficas e Cartográficas. Superintendência de Estudos e Pesquisas. Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. *Território Alto Sertão Sergipano*. Aracaju: GICEC/SUPES/SEPLAN, 2008. Folheto.

- GODINHO, A. L et al. Migration and spawning of female surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*, *Pimelodidae*) in the São Francisco river, Brazil. *Environmental Biology of Fishes*, v. 80, p. 433, 2007.
- GODINHO, H. P.; GODINHO, A. L. (orgs.). *Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- GOMES, L. J. *Extratativismo e comercialização da fava d'anta (Dimorphandra sp): um estudo de caso na região de cerrado de Minas Gerais*. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 1998. Dissertação Mestrado.
- GOMES, L. J et al. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. *Estudos para criação do Monumento Natural da Grota do Angico*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, nov. 2007. Capítulo VII, p. 36-44.
- GONÇALVES, C.W.P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (temas atuais)
- GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Estado de Sergipe: uma proposta de territorialização para o planejamento*. Vol I. Universidade Federal de Sergipe: Governo do Estado de Sergipe: Secretaria de Estado do Planejamento, 2007.
- GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Mapa do Pólo Velho Chico* www.se.gov.br/index/popUp/id/172/materia/682/largura/200/altura/248 . 10 jan. 2009.
- GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Mapas dos pólos turísticos de sergipe* www.se.gov.br/index/leitura/id/682/Polos_Turisticos.htm. 10 jan. 2009.
- GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Secretaria de Planejamento. Superintendência de Estudos e Pesquisas. *Sergipe em dados 2007*. Aracaju/SE: Seplan: Supes, 2008.
- GRUPO DOS PESCADORES E PESCADORES ARTESANAIS DO SUB-MÉDIO E BAIXO SÃO FRANCISCO. *Nova cartografia social dos povos e comunidades*

tradicionais do Brasil: comunidade de pescadores e pescadores artesanais, mostrando sua cara, vez e voz – Submédio e Baixo São Francisco. Fasc. 4, Brasília, mar. 2007.

GUIA 4 RODAS. Canindé de São Francisco. Abril.com, *Viaje aqui*. viajaqui.abril.com.br/g4r/busca/atracoes/pop_atr.php?cod_atracaao=142955. 10 jan. 2009.

HOMMA, A. K. O. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. *Estatística de desembarque pesqueiro: Censo estrutural da pesca 2006*. Relatório final. Brasília, DF: abr. 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Mapa de biomas e de vegetação*. www.ibge.gov.br. 25 Jan. 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*. www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 . 15 Jan. 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, v. XIX, 1954. p. 406-408.

IGNARRA, L.R. *Fundamentos do turismo*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO XINGÓ. *Guia turístico da região dos lagos do São Francisco: municípios alagoanos*. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2005. 33p.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, 2003.

- KESSELRING, T. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. In *Revista Ciência e Meio Ambiente*, III (5), jul/dez. 1992.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 71, p 5-10, dez./fev., 1997.
- LEAL, I. R. et al. Herbivoria por caprinos na Caatinga da região de Xingó: uma análise preliminar. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. *Ecologia e Conservação de Caatinga*. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. Cap. 17, p.695-715.
- LEITE, S. B. et al. Variação genética na tabarana (*Salminus hilarii*, Characiformes) da região de influência da transposição do rio Piumhi (MG). Congresso de Iniciação Científica, 2008. São Carlos. *Anais de Eventos da UFSCar*, v. 4, p. 90, 2008.
- LEROY, J. P. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. *Revista Proposta*, n 71, p 17-25, fev., 1997.
- LIMA, F. C. T.; BRITSKI, H. A. . *Salminus franciscanus*, a new species from the rio São Francisco basin, Brazil (Ostariophysi: Characiformes: Characidae). *Neotropical Ichthyology*, v. 5, p. 237-244, 2007.
- LIMA, J. F. de (coord.) et al. *Uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região de Xingó*. Canindé de São Francisco: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, 2003. 192 p.
- LITTLE, P. E. (org.). Agenda 21 local no Brasil. In: LITTLE, P. E. (org.). *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003. p.89-112.
- MAIA, G.N. *Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades*. São Paulo: D&Z Computação Gráfica e Editora, 2004. 413p.

- MARINHO, H. *Artesanato: tendências do segmento e oportunidade de negócios*, 2007. <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/artesanato>. 14 out. 2008.
- MASCARENHAS, J. de C. et al. *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Piranhas, estado de Alagoas*. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- MELLO, M.de L. R. & TAKASAGO, M. O turismo na contabilidade social brasileira. In: *A economia do turismo no Brasil*. Distrito Federal: Ed. Senac, 2008. Cap.3. p. 93-103.
- MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. de. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 19-25.
- MIDAGLIA, C. L. V. Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. In: LEMOS, A. I. G. de. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1999. (p. 32-56)
- MOLINA E, S. *Turismo, metodologia e planejamento*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- MOLINA E, S. *Turismo e ecologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MORIN, E. *O método: a natureza da natureza*. 3 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.
- MORIN, E. *O método 6: ética*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MOTA, J. A. *O valor da natureza: economia e política dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- NUNES, V. M. M. Cavahada de Poço Redondo. *Cadernos CENDOP*, 1. Aracaju: Centro de Documentação e Pesquisa do Baixo São Francisco, 2001. 76 p. il.

- ODUM, E.P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ODUM, E.P.& BARRET, G.W. *Fundamentos de Ecologia*. São Paulo: Thomsom Learning, 2007.
- OLIVEIRA, A. M. de. Ensaio teórico: o significado da cultura para o turismo com base local. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 6, n. 4, 2006.
- OLIVEIRA, S. D. F. de A. *A contribuição para o desenvolvimento social e econômico de Sergipe: o caso de Aracaju e Canindé do São Francisco*. São Cristóvão: UFS, 2005. 175f. Dissertação Mestrado.
- OMT – Organização Mundial de Turismo. *Guia de desenvolvimento sustentável*. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PAIVA, M.P. *Ecologia do cangaço*. Rio de Janeiro : Interciência, 2004.
- PETROCCHI, M. *Turismo: planejamento e gestão*. 6 ed. São Paulo: Futura, 2002.
- PIRES, P. dos S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- PORTAL SAF – Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=370 . 10 dez. 2008.
- PRADO, D. E. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M; SILVA, J. C. (editores). *Ecologia e conservação da caatinga*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. p.3-73.
- PREFEITURA DE PIRANHAS. *Culinária*. www.piranhas-al.com.br/v1/. 17 nov. 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO. *O Portal do Complexo Xingó*. www.caninde.se.gov.br. 20 dez. 2008.

- PRIMACK, R. & RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina: Ed. Planta, 2001.
- RAMOS, V. O. C. *Pesca, pescadores e políticas públicas no Baixo São Francisco Sergipe – Brasil*. Brasília: Ed. IBAMA, 2001 (Série meio ambiente em debate; 39)
- REGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Revista Ciência Hoje*, Seção Opinião, n. 147, mar. 1999.
- REIGOTA, M. *Meio Ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões da nossa época; v. 41)
- RIBEIRO, A. de S. & MELLO, A. A. (coord.) et al. Diagnóstico da Biota. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. *Estudos para criação do Monumento Natural da Grota do Angico*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, nov. 2007. Capítulo III, p. 12-29.
- RICKLEFS, R. E. *A economia da natureza*. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2003.
- RICOLFE, J.S.C. et al. Actitud hacia la gastronomía local de los turistas: dimensiones e segmentación de mercado. In *Pasos: revista de turismo y Patrimonio Cultural*, v.6, n.2, p.249-268. Universidad de la Laguna, 2008.
- RODRIGUES, A. B. (Org.) *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo ao conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, M.T. Herpetofauna da Caatinga. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. *Ecologia e Conservação de Caatinga*. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. Cap. 4, p.181-236.

ROMÃO, R. L. et al. Autoecologia de Cabeça-de-frade (*Melocactus ernestii* Vaupel) em duas áreas de afloramentos na Bahia. Nota Científica. *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 738-740, jul. 2007.

ROSA, R. S. et al. Diversidade, padrões de distribuição e conservação dos peixes da Caatinga. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. *Ecologia e Conservação de Caatinga*. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. Cap. 3, p.135-180.

ROSS, J. L. S. (org.). *Geografia do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1988.

ROTTA, M. A. Ictiômetro para biometria de surubins (pintado e cachara). Comunicado técnico. Corumbá/ MS: CPAP Embrapa, Fevereiro, 2003. www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/COT28.pdf. 18 out. 2008.

RUSCHMANN, D. V. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. (idéias sustentáveis)

SANSOLO, D. G. & CRUZ, R. C. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 3, n. 4, 2003.

SANTANA, A. L. *Gastronomia*. Infoescola: navegando e aprendendo. Publicado em 28/09/2008. www.infoescola.com/artes/gastronomia/ . 18 dez. 2008.

SANTANA, P. A. de; MARTINS, A. F. (org.). Sítios Arqueológicos à Montante da UHE de Xingó. PAX - Projeto Arqueológico de Xingó. *Cadernos de Arqueologia*, doc. 2, Universidade Federal de Sergipe (UFS), 1997.

SANTOS, E. P. dos. *Utilização de diferentes dietas na larvicultura do camarão pitu, Macrobrachium carcinus (Linnaeus, 1758)*. Recife, PE, Pós-Graduação em Recursos

- Pequeiros e Aquicultura, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2006. Dissertação Mestrado.
- SANTOS FILHO, J. dos. Alguns comentários ao Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007 - Um breve ensaio sociológico. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 27, ago. 2003. www.espacoacademico.com.br/027/27jsf.htm. 05 dez. 2008.
- SANTOS FILHO, J. dos. Mitos e ladainhas do fazer turístico: apologia ao fetiche. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 63. ago. 2006. www.espacoacademico.com.br/063/63jsf.htm. 04 dez. 2008.
- SANTOS, A. M. & TABARELLI, M. Distance from roads and cities as a predictor of habitat loss and fragmentation in the caatinga vegetation of Brazil. *Brazilian Journal of Biology*, 62(4B): 897-905, 2002.
- SANTOS, J. F. Arqueoturismo no Semi-árido Sergipano: o desafio da conservação de um patrimônio milenar. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 7, Nº 2, 2007, p. 35-46.
- SANTOS, M. N. L. *Análise do potencial turístico da região de Xingó*. Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal de Sergipe (UFS), 1999. 236 p. Dissertação Mestrado.
- SANTOS, M. N. L. & BARBOSA, J. D. Turismo e meio ambiente na região de Xingó: um caminho para a cidadania. In: MELO e SOUZA, R. & SOARES, M. J. N. *Sustentabilidade, cidadania e estratégias ambientais: a experiência sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. p. 223-248.
- SANTOS, R. F. dos S. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

- SCHLÜTER, R.G.& D. T. Ellul. Gastronomía y turismo en Argentina: Polo gastronómico Tomás Jofre. In *Pasos: Revista de turismo y Patrimonio Cultural*, v.6, n.2, p.249-268. Universidad de La Laguna, 2008.
- SEABRA, G. *Turismo Sertanejo*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- SEBRAE. *Programa Sebrae de artesanato: termo de referência*. Sebrae Nacional, 2004.
- SEBRAE - Pernambuco. *Região dos lagos do Rio São Francisco: potencial turístico - uma oportunidade de negócios*. Recife: CNPQ/CHESF, 1998. 113 p. il.
- SEBRAE – Sergipe. *Turismo nos municípios da rota Aracaju-Xingó*. Projeto Finalístico. Aracaju: Sebrae-SE, 2006. www.sigeor2008.sebrae.com.br/visitante.asp. 20 abr. 2008
- SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. *Pesquisa de demanda turística na alta estação*. Aracaju/SE: SETUR: Sebrae-SE, 2006.
- SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. *Pesquisa de demanda turística na alta estação*. Aracaju/SE: SETUR: Única pesquisas, 2008.
- SECTUR - Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo de Canindé de São Francisco – SE. *Dados sobre Canindé de São Francisco (2006/2008)*. Desenvolvimento Turístico de Canindé de São Francisco – SE, 2008.
- SEGALA, L. V. Gastronomia e turismo cultural. In *Revista Turismo, Portal on-line*. Matérias especiais, 2003. www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/gastronomia.html. 10 out. 2008.
- SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Indicadores de sustentabilidade ambiental*. Salvador: SEI, 2006. (Série estudos e pesquisas, 75)

- SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. Superintendência de Estudos e Pesquisas. *Produto Interno Bruto dos municípios sergipanos 2002-2005*, v.2, 2008. Aracaju: SEPLAN, 2008.
- SEPLAN/SUPES - Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. Superintendência de Estudos e Pesquisas. *Sergipe em Dados 2008*, v.8 (2007-). Aracaju: SEPLAN/SUPES, 2008. v.9
- SILVA MONTENEGRO, S. C, et al. *Contexto cultural, ecológico e econômico da produção e ocupação dos espaços de pesca pelos pescadores de pitu (Macrobrachium carcinus) em um trecho do Baixo São Francisco, Alagoas-Brasil*. INCI, nov. 2001, vol.26, n.11, p.535-540.
- SILVA, C. A. da. *Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica*. Instituto de Geociências, Universidade de Campinas (Unicamp), 2006. Tese Doutorado
- SILVA, L. R. de M. e. *Turismo de base comunitária: um caminho sustentável para Poço Redondo e Canindé de São Francisco no semi-árido sergipano*. São Cristóvão, SE: Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2007. 140f. Dissertação Mestrado.
- SILVA, R. A. et al. Riqueza e diversidade de plantas lenhosas e cinco unidades de paisagem da Caatinga. In: LEAL, I. R; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. *Ecologia e Conservação de Caatinga*. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. Cap. 7, p. 337-365.
- SILVA, S. M. P. da. *Turismo geológico: uma modalidade de turismo com significativo potencial contributivo na implementação do Turismo Sertanejo Nordeste*. www.turismosertanejo.com.br/index.php?target=artigos&id=11. 12 dez. 2008.
- SOUZA, K. M. *Canindé do São Francisco, Sergipe – Brasil: história e curiosidades*. Canindé de São Francisco/SE: Gráfica e Editora J.Andrade, 2001.

- SOUZA, N. V. *Turismo e desenvolvimento sustentável na comunidade da Atalaia Nova no Município de Barra dos Coqueiros/SE*. Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2006. 126p. Dissertação Mestrado.
- SOUZA, R. M. e. *Redes de monitoramento socioambiental e tramadas da sustentabilidade*. São Paulo: Annablume: Geoplan, 2007.
- TABARELLI, M.; VICENTE, A. Conhecimento sobre plantas lenhosas da Caatinga: lacunas geográficas e ecológicas. In: SILVA, J.M.C et al. (orgs.). *Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília: MMA, 2004. p. 101-111.
- TAYLOR, N. & ZAPPI, D. *Cacti of Eastern Brazil*. Richmond/UK: Royal Botanic Gardens, Kew, 2004.
- THÉ, A. P. G. *Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais da pesca do Alto-Médio São Francisco, MG*. São Carlos: UFScar, 2004. Tese Doutorado.
- TREVISAN, S.D.P. (Org.). *Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local*. Ilhéus, BA: Editus, 2006.
- TROVÃO, D. M. de B. M et al. Variações sazonais de aspectos fisiológicos de espécies da Caatinga. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, PB, DEAg/UFCG, v.11, n.3, p.307–311, 2007.
- UFS/SEPLAN – Universidade Federal de Sergipe. Secretaria do Estado do Planejamento de Sergipe. Atlas de Sergipe. Aracaju: UFS / SEPLAN, 1979.
- UFS/SEPLAN - Universidade Federal de Sergipe. Governo do Estado de Sergipe. Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. *Estado de Sergipe: uma proposta de territorialização para o planejamento*. v.I. Aracaju: UFS: SEPLAN, 2007.

- VAINER, C. Entrevista. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n 78, p 40-47, set./nov, 1998.
- VARGAS, M. A. M. *Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisitado*. São Cristóvão: NPGEO/UFS, 1999. 279 p.
- VASCONCELLOS, M. J. E. de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- VASCONCELOS SOBRINHO, J. *O deserto brasileiro: projeto para o trópico semi-árido*. Recife: UFPE, 1974.
- VIEIRA, L. V. L. *Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de Poço Redondo*. Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2000. 154p. Dissertação Mestrado.
- VILAR, J.C.; Zyngier N.A.C.; Carvalho C.M. 2000. *Distribuição espacial de *Vellozia dasypus Sembert* (Velloziaceae) e *Melocactus zehntneri* (Britt. Et Rose) Lutzelb (Cactaceae) na Serra de Itabaiana, Sergipe*. *Biologia Geral e Experimental*, São Cristóvão, Se 1(1):5-15.
- VILAR, J. W. C. Meio Físico. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. *Estudos para criação do Monumento Natural da Grota do Angico*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, nov. 2007. Capítulo II, p. 7-11.
- VOINOV, A. A. Two Avenues of Sustainability. In: *Down to Earth, 3rd International Symposium on Ecological Economics*, San Jose, Costa Rica. October 23-27, 1994.
- VOINOV, A. A. Paradoxes of Sustainability. *Journal of General Biology*, n. 59, 1999. p.209-218. http://www.uvm.edu/giee/AV/PUBS/PARADOX/Sust_Par.html. 10 dez. 2008.

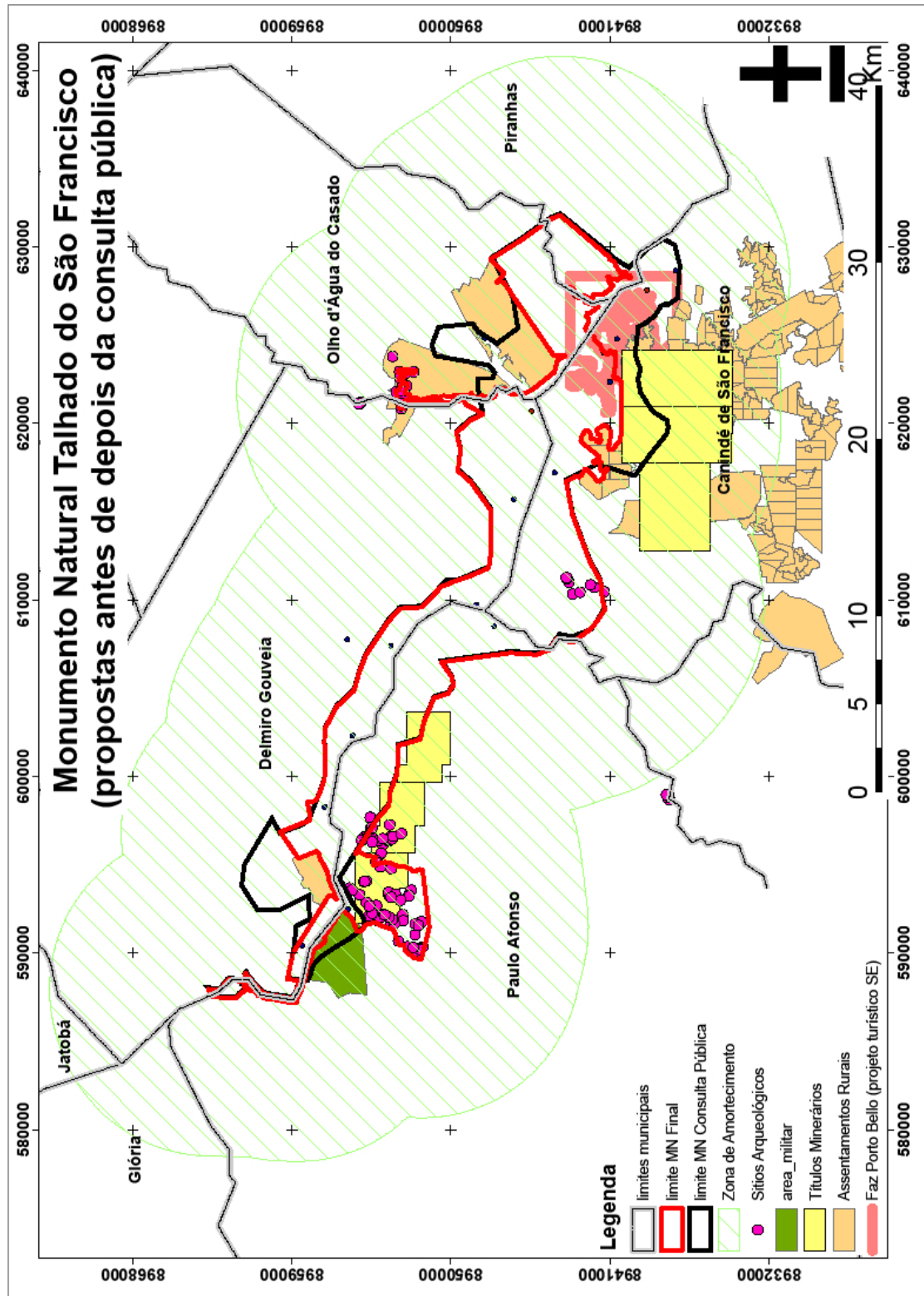
ANEXOS

ANEXO A – DIVISÃO TERRITORIAL DE SERGIPE



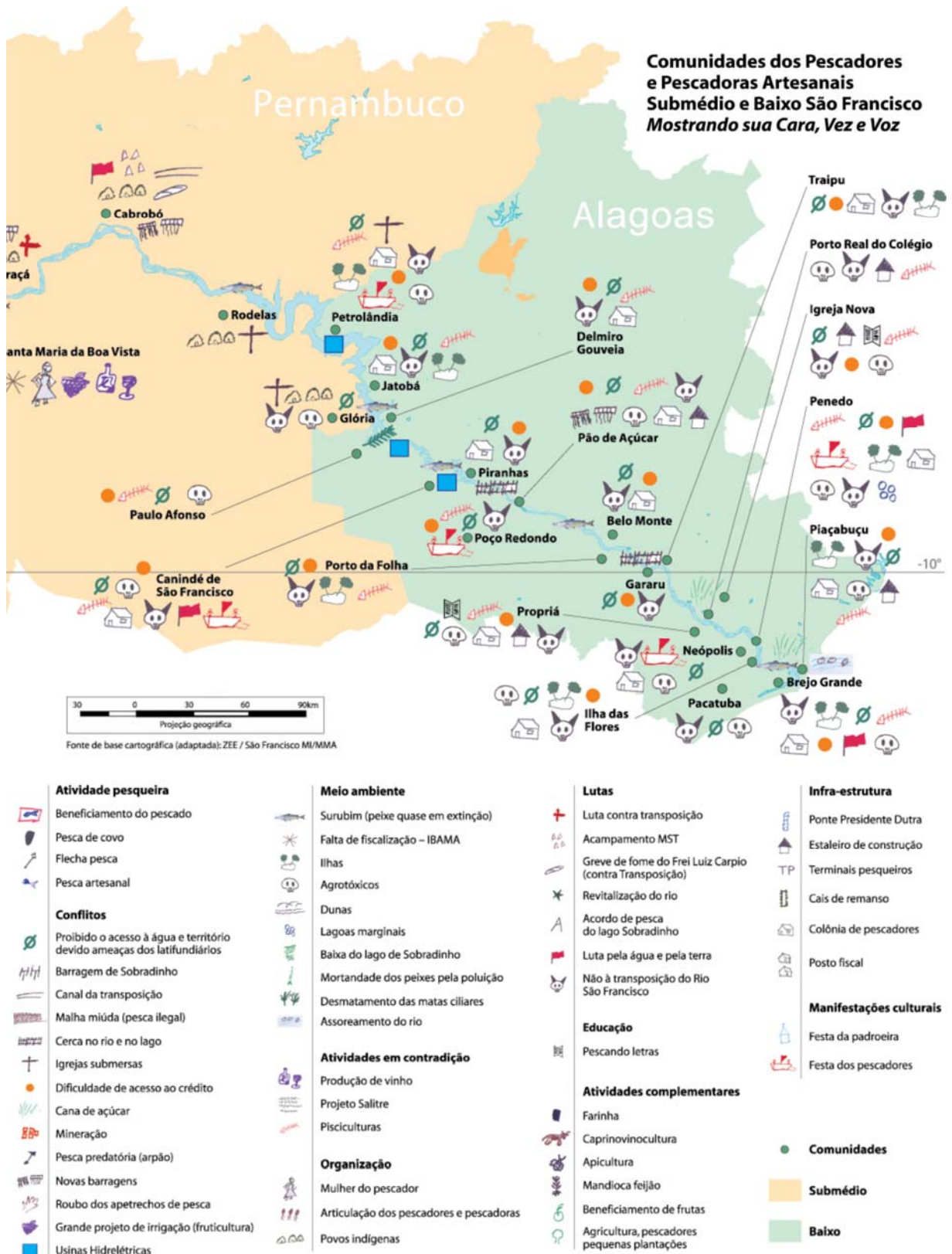
Fonte: SEPLAN, 2008.

ANEXO B – MAPA TALHADO



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008

ANEXO C – NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS TRADICIONAIS



Fonte: Grupo de pescadores e pescadoras artesanais do Sub-médio e Baixo São Francisco, 2007 – Adaptado.

ANEXO D- ATRATIVOS POTENCIAIS DE POÇO REDONDO

LOCAL/POVOADO	POTENCIAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS	
	Natural	Cultural
Sede do Município		Seminário sobre o Cangaço, feira de artesanato, exposições, cavalcada, missa do vaqueiro, corrida de gado, culinária, grupo folclórico de Teatro e Xaxado, monumentos a Frei Damião e ao cangaço, festa da padroeira (15/08), emancipação política (23/11)
Angicos	Grotas, agrupamento de vegetais, praias, rio São Francisco	História do cangaço
Guia	Serra, agrupamento de vegetais e animais	Resquício de Quilombo (negros), festa de N. Sra. Conceição – Iemanjá (03/05)
Bom Jardim	Cachoeira, piscinas naturais, flora típica	
Floresta	Afloramento rochoso, paredões, flora típica, grotas, grutas, piscina natural	História do cangaço
Toca da Onça	Agrupamento de vegetais	
Sítio do Charco		Fósseis paleontológicos
Lagoa do Craibeiro		Fósseis paleontológicos
Bom Sucesso	Praia fluvial rio São Francisco	Casarão/senzala – séc. XVIII, cavalcada, festa de S. Sebastião (20/01) e N. Sa. Do Rosário (07/10)
Ilha Fluvial	Rio São Francisco	Cemitério de Navios
Currálinho	Praias fluviais rio São Francisco	Igreja – Antônio Conselheiro, festa do padroeiro (13/06), carnaval
Jacaré	Praias fluviais, vales secos, corredeiras, flora e fauna	
Maranduba		História do cangaço – último combate de Lampião
Santa Rosa do Ermírio		Vaquejada, Terno de Zabumba, Festa de Santa Rosa (23/08)
Sítios Novos		Festa de N. Sa. Aparecida (12/10) Cruz dos Homens (religião)

Fonte: Vieira (2000), p. 97, Quadro 3.

ANEXO E – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

E.1 – MEIOS DE HOSPEDAGEM

1. Identificação do entrevistado
2. Localização da pousada
3. Tempo em que tem a pousada.
4. Número de quartos e total de acomodação.
5. Épocas de maior ocupação – meses
6. Época de menor ocupação – meses – variação.
7. Existência de outra fonte de renda.
8. Quantos dependem do estabelecimento/negócio.
9. Número de familiares no estabelecimento/negócio.
10. Quantos são dependentes?
11. O quanto representa esse estabelecimento/negócio para a renda familiar
12. Preço da estada
13. Quem define o preço e razões
14. Atrativos da região mais considerados.
15. Passeios que costuma indicar aos hóspedes.
16. Pratos que considera típicos da região.

E.2 – OPERADORAS DE RECEPTIVO

1. Dados de identificação: Nome, Município e Comunidade.
2. Agência - receptivo e emissivo
3. Roteiros trabalhados em Sergipe.
4. Atrativos mais típicos da região considerada Alto Sertão e região de Xingó.
5. Tempo do estabelecimento e tempo em que fazem esse roteiro.
6. Principais interesses desses visitantes. Origem dos visitantes.
7. O atrativo carro chefe é Xingó ou um conjunto de atrativos?
8. Atrativos mais procurados na região de Xingó. Percentual definido? Números que dêem um suporte a essa afirmação.
9. Número de visitantes que deslocam para as regiões de Canindé do São Francisco, Piranhas e Poço Redondo.
10. Tipo de transporte – Van, ônibus – número de viagens por dia/semana/mês
11. Representação do roteiro para região de Xingó em termos de valores (percentuais).
12. Períodos em que diminui ou aumenta a oferta desses roteiros.
13. Períodos em que diminui ou aumenta a procura desses roteiros?

14. Número de que familiares trabalham no estabelecimento.
15. Outra fonte de renda além desse estabelecimento. Ramo.
16. Apoio público recente que ajudasse direta ou indiretamente seu negócio.
17. Código de ética entre operadoras na região.
18. Diferenças nessa operação. Questões de segurança, formação de pessoal.
19. Questões ambientais, valorização da comunidade local.
20. Sobre as cidades: Canindé, Piranhas e Poço Redondo.

E.3 – RESTAURANTES

1. Alimentos considerados típicos na região
2. Pratos típicos vendidos no seu estabelecimento
3. Alimentos mais pedidos no seu estabelecimento
4. Alimentos mais lucrativos no seu estabelecimento
5. Meses de maior venda dos pratos típicos
6. Origem desses alimentos. Locais ou fornecedores.
7. Períodos em que diminui ou aumenta a oferta desses alimentos.
8. Períodos em que diminui ou aumenta a procura desses alimentos.
9. Alimentos mais representativos ou típicos da cultural local ou, consumidos comumente, pela população local.
10. Horário de funcionamento do estabelecimento
11. Tempo de existência do estabelecimento.
12. Tempo de moradia na cidade
13. Número de familiares que trabalham no estabelecimento.
14. Outra fonte de renda e o ramo.
15. Apoio público recente que ajudasse direta ou indiretamente seu negócio

E.4 – PONTOS DE VENDA DE ARTESANATO

1. Produtos do artesanato típicos na região
2. Produtos típicos vendidos no seu estabelecimento
3. Produtos mais pedidos no seu estabelecimento pelos visitantes
4. Produtos mais lucrativos no seu estabelecimento
5. Períodos de maior venda dos produtos típicos.
6. Origem desses produtos.
7. De que materiais são feitos os produtos

8. Períodos/meses em que diminui ou aumenta a oferta desses produtos.
9. Períodos/meses em que diminui ou aumenta a procura desses produtos.
10. Freqüência de compra desses produtos dos artesãos. Determinação de quando e quanto comprar ou dependência de quando e quanto se oferece.
11. Produtos mais representativos ou típicos da cultural local, produtos consumidos comumente pela população local.
12. Horário de funcionamento do estabelecimento
13. Tempo de existência do estabelecimento.
14. Tempo de moradia na cidade
15. Número de familiares que trabalham no estabelecimento.
16. Outra fonte de renda e o ramo.
17. Apoio público recente que ajudasse direta ou indiretamente seu negócio

E.5 – PESCADORES ARTESANAIS

1. Dados de identificação
2. Regiões de pesca.
3. Tempo de vida na pescaria.
4. Outras pessoas que participam da pesca.
5. Atividades que realiza durante o ano.
6. Contratação de pessoas para a prática da pesca
7. Distância percorrida da residência ao ponto de pesca (km, horas).
8. Meio de locomoção para a coleta (bicicleta, caminhada, outros).
9. Meses que pesca/coleta.
10. Como é feita a pesca/coleta? Técnica e equipamento utilizado.
11. Armazenamento do pescado.
12. Tempo de armazenamento.
13. Período do dia que se dedica à pesca (manhã, tarde, dia todo).
14. Quantidade (unidades/quilos) que consegue pescar/coletar por dia de pesca/coleta.
15. Locais de comercializados dos “recursos”.
16. Comercializa diretamente ao atravessador local, bares e restaurantes, consumidor.
17. Preço de venda.
18. Definições de preço.
19. O que define o preço.
20. Percepção na variação da quantidade pescada nos últimos anos e possíveis causas.
21. Significado do recurso em termos de renda se comparada a outras atividades no decorrer do ano.

22. Percepção do coletor em relação ao ambiente e os animais/plantas extraídas – se houve alguma mudança no comportamento ou de técnica ao longo do tempo.
23. Época que começa a produzir os frutos;
24. Pico da coleta;
25. Época de floração;
26. Existência de regeneração natural;
27. Tempo de rebrota do tronco, copa
28. Ponto ideal de pesca.

E.6 – ARTESÃOS

1. Dados de identificação
2. Regiões de coleta de matéria prima.
3. Tempo de vida como artesão..
4. Outras pessoas que participam da coleta..
5. Atividades que realiza durante o ano.
6. Contratação de pessoas para a prática da pesca
7. Distância percorrida da residência ao ponto de coleta (km, horas).
8. Meio de locomoção para a coleta (bicicleta, caminhada, outros).
9. Meses que coleta.
10. Como é feita a pesca/coleta? Técnica e equipamento utilizado.
11. Armazenamento do pescado.
12. Tempo de armazenamento.
13. Período do dia que se dedica à pesca (manhã, tarde, dia todo).
14. Quantidade (unidades/quilos) que consegue pescar/coletar por dia de pesca/coleta.
15. Locais de comercializados dos “recursos”.
16. Comercializa diretamente ao atravessador local, bares e restaurantes, consumidor.
17. Preço de venda.
18. Definições de preço.
19. O que define o preço.
20. Percepção na variação da quantidade coletada nos últimos anos e possíveis causas.
21. Significado do recurso em termos de renda se comparada a outras atividades no decorrer do ano.
22. Percepção do coletor em relação ao ambiente e os animais/plantas extraídas – se houve alguma mudança no comportamento ou de técnica ao longo do tempo.
23. Época que começa a produzir os frutos;
24. Pico da coleta;

25. Época de floração;
26. Existência de regeneração natural;
27. Tempo de rebrota do tronco, copa - depois de quanto tempo volta a produzir os frutos (próximo ano, dois anos...);
28. Ponto ideal de pesca.

E.7 – GESTORES PÚBLICOS

1. Identificação do entrevistado
2. Tempo como gestor público.
3. Reside na cidade há quanto tempo.
4. Quais os principais atrativos do Município?
5. Representatividade financeira do turismo para o município.
6. Políticas, programas de incentivo ao turismo:Federal, Estadual e Local.
7. Investimentos diretos e indiretos em turismo.
8. Existência e participação de APLs de Turismo.
9. Participação no Programa de Turismo Rural em Agricultura Familiar.
10. Representatividade do Centro de Artesanato
11. Representatividade do Museu do Sertão
12. Relação com a Grota do Angico.
13. Estimativa de Pessoas envolvidas diretamente e indiretamente com o Turismo.
14. Capacidade de acomodação.
15. Capacidade de fornecimento de água potável.
16. Capacidade de saneamento básico.
17. Energia elétrica – custo – consumo.
18. Localização dos pontos turísticos no mapa.

ANEXO F - TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO

UNIVERSIDADE DE SERGIPE
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Comunidade/Município: _____

II-DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA**1- NOME DO ESTUDO : “SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO SEMI-ÁRIDA DE XINGÓ”****2 - DURAÇÃO DA PESQUISA : 1 ano.****3- RAZÃO DESTE ESTUDO**

A atividade turística permite o desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas na localidade próxima aos atrativos, entre elas o artesanato e a gastronomia. No entanto tende a gerar alterações nos ambientes e na cultura, podendo gerar impactos negativos. O estudo desse fenômeno do turismo permite compreender melhor as relações geradas pelo turismo e prever ou minimizar impactos, na medida em que os gestores possam ter referências para tomadas de decisão.

Na região semi-árida de Xingó percebe-se ampliação do turismo e entre as atividades turísticas estão o artesanato e a culinária regional.

Essa pesquisa busca estudar as relações existentes entre o artesanato e a culinária local e o turismo nos municípios de Piranhas (AL), Canindé de São Francisco e Poço Redondo (SE).

4- PROCEDIMENTOS

Os principais procedimentos dessa pesquisa são:

- identificação dos pontos de venda de artesanato e culinária típicos;
- escolha de alguns produtos importantes do ponto de vista ambiental e socioeconômico e descrição da cadeia produtiva, desde a coleta/pesca/produção até o consumo pelos visitantes;
- entrevistas com pessoas que comercializam, extraem, colhem ou produzem os produtos de artesanato e culinária;
- entrevistas com proprietários de operadoras, pousadas e hotéis; entrevistas com representantes do poder público;

- coleta de informações em documentos;
- coleta de dados de localização geográfica e construção de mapas;
- análise sistêmica das atividades turísticas e da cadeia produtiva do artesanato e culinária.

IV - ESCLARECIMENTOS E CONFIDENCIALIDADE

Os participantes da entrevista poderão pedir esclarecimento ao pesquisador, a qualquer tempo. Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Se deixar de participar da pesquisa, isto não vai lhe trazer nenhum prejuízo.

Todas as informações da pesquisa serão sigilosas, não havendo divulgação do nome dos participantes. O entrevistado tem o direito de escolher se sua fala poderá ser gravada, e em qualquer momento poderá desistir da gravação e da entrevista.

Em caso de dúvidas, você poderá, em qualquer momento, entrar em contato com o pesquisador de campo Claudio Roberto Braghini (tel. 79-9191.2166), ou com o professor da Universidade Federal de Sergipe, orientador da pesquisa: Professor Dr. Aduino de Souza Ribeiro, através do telefone 79-2105.6691

V - CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Fui suficientemente informado(a) de todo o estudo. Eu li as informações acima e entendi os objetivos e voluntariamente aceitei participar da entrevista.

Assinatura

Data

Eu conversei sobre este estudo com o(a) entrevistado(a) utilizando uma linguagem adequada e apropriada. Acredito que informei o entrevistado sobre a finalidade e compromissos, e acredito que o entrevistado entendeu a explicação.

Nome do pesquisador

Data

Assinatura do pesquisador

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)